

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUCIANA SOUZA DE ARAUJO

COOPERATIVISMO AUTOGESTIONÁRIO E FILOSOFIA LATINO-AMERICANA:
POSSIBILIDADES DE LIBERTAÇÃO?

CURITIBA

2014

LUCIANA SOUZA DE ARAUJO

**COOPERATIVISMO AUTOGESTIONÁRIO E FILOSOFIA LATINO-AMERICANA:
possibilidades de libertação?**

Tese apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Doutora em Direito, no Curso
de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências
Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Celso Luiz Ludwig

CURITIBA

2014

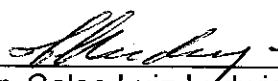
TERMO DE APROVAÇÃO

LUCIANA SOUZA DE ARAUJO

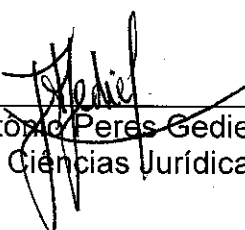
COOPERATIVISMO E FILOSOFIA LATINO-AMERICANA:

autogestão como possibilidade de libertação?

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora no Curso de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



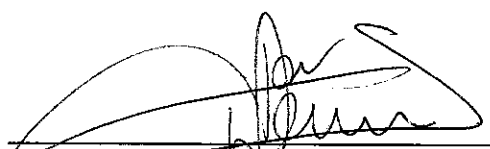
Prof. Dr. Celso Luiz Ludwig
Orientador – Departamento de Ciências Jurídicas, UFPR



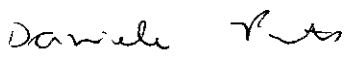
Prof. Dr. José Antonio Peres Gediell
Departamento de Ciências Jurídicas, UFPR

APROVAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA

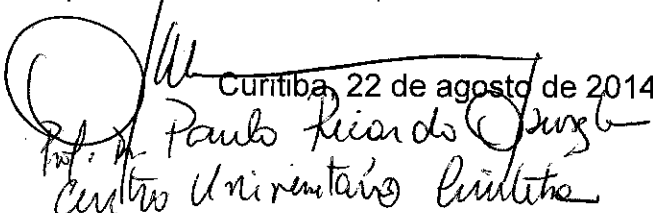
Prof. Dr. Lutz Alexander Keferstein
Facultad de Filosofía, Universidad Autónoma de Querétaro (México)



Prof. Dr. Daniel Pansarelli
Centro de Ciências Naturais e Humanas, Universidade Federal do ABC



Prof.ª Dr.ª Daniele Regina Pontes
Departamento de Direito, Universidade Positivo



Curitiba, 22 de agosto de 2014.
Prof. Dr. Paulo Ricardo Junge
Centro Universitário Curitiba

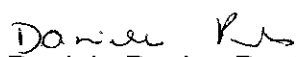
PARECER

A Comissão Julgadora da Tese apresentada pela doutoranda **Luciana Souza de Araujo**, sob o título **COOPERATIVISMO E FILOSOFIA LATINO-AMERICANA: AUTOGESTÃO COMO POSSIBILIDADE DE LIBERTAÇÃO?**, após argüir a candidata e ouvir suas respostas e esclarecimentos, deliberou aprová-la por unanimidade de votos, com base nas seguintes notas atribuídas pelos Membros:


Prof. Dr. Celso Luiz Ludwig - 10,00 (dez inteiros)


Prof. Dr. José Antonio Peres Gediel - 10,00 (dez inteiros)


Prof. Dr. Daniel Pansarelli - 10,00 (dez inteiros)


Prof.ª Dr.ª Daniele Regina Pontes - 10,00 (dez inteiros)


Prof. Dr. Lutz Alexander Keferstein - 10,00 (dez inteiros) *por si des conferência*


Prof. Dr. Paulo Ricardo Opuska - 10,00 (dez inteiros)

Em face da aprovação, deliberou, ainda, a Comissão Julgadora, na forma regimental, opinar pela **concessão do título de Doutor em Direito à candidata Luciana Souza de Araujo**.

É o parecer.

Curitiba, 26 de setembro de 2014.

*Ao meu querido vô,
“Seu Leo”
Com todo carinho;
por todo orgulho!*

AGRADECIMENTOS

Este é um espaço muito especial e significativo.

O texto a seguir apresentado observa os critérios metodológicos da escrita impessoal. Tal exigência pode dar a impressão de que este trabalho resultou de um esforço individual. Entretanto, essa não é a realidade. O que o leitor tem em suas mãos materializa o esforço e a contribuição de muitos que estiveram comigo. Em momento algum estive só. E a isso agradeço! Neste momento, tomo a liberdade da escrita pessoal, pois este é o espaço para a minha subjetividade plena!

Primeiramente agradeço à família! Especialmente ao Bruno, com toda sua jovialidade e velhice(!), foi o parceiro perfeito nesse caminhar. Agradeço seu carinho, apoio, e, em especial nos últimos meses, agradeço a paciência que teve comigo. À mãe, por todo carinho e compreensão, pois mesmo com o coração apertado pela distância, conseguiu me acalmar sempre que precisei. Ao pai, meu exemplo de obstinação (quase teimosia!), mas também de realização, agradeço por ser a inspiração que me ergueu nos momentos de fraquejo. Ao Vô e à Bela, agradeço os cuidados e, principalmente, o esforço para compreender esse meu momento de vida. Aos manos Pipo e Elaine, por me fazerem amadurecer, ao buscar o sentido mais profundo da alteridade! À Índia, mãe emprestada, que cuidou das coisas cotidianas da minha vida e me fez sentir com uma filha muito querida! Seu carinho e dedicação foram alentos em momentos difíceis. Agradeço a ti e ao William (de quem roubei o canto preferido!) por me receber em sua casa, pelo carinho, paciência e apoio. Esses dias com vocês foram essenciais para a finalização do trabalho. O mesmo agradecimento estendo à D. Ieda, pela enorme gentileza, carinho e cuidados com que me acolheu quando precisei. Também agradeço à Giovana, que emprestou seu lugar de filha! Às manas que pude escolher pelos caminhos da vida: Re e Lu Carla. Como acontece em família, a distância não nos distanciou! Vocês estiveram perto, mesmo longe. Agradeço o apoio e a compreensão nas minhas ausências. Re, em especial a ti agradeço a confiança (sempre acreditando em mim... você já sabia, né?!). À família que construímos: Lidi, metade do tempo desse doutorado foi compartilhado dia-a-dia contigo, dividindo não só a moradia. Agradeço imensamente ter partilhado contigo tantas risadas, lamurias, conquistas, medos... Tanta coisa

aconteceu nesse tempo. Obrigada por estar tão perto!; e à Lana, caçula da casa, chegou no momento mais tenso da pesquisa. Tão nova e tão paciente (nem assoviar podia...)! Agradeço, especialmente, a ajuda nas burocracias que a docência me exigia. Agradeço ainda ao Tio Sebastião e à Tia Marli pela ajuda sempre que pedi. Agradeço ainda à família que ganhei: Yara, Aramis, Amarildo, Uti. Obrigada por me considerarem de forma tão amável e gentil!

Aos meus queridos amigos: a todos agradeço o apoio, a compreensão pela minha ausência nos últimos tempos, e – em todos os tempos – agradeço as alegrias que compartilhamos em tantos outros momentos juntos! Especialmente agradeço à Enita (minha argentina querida!), suas palavras, sempre tão certeiras e carinhosas, foram essenciais em vários momentos desse processo. Obrigada pelos caminhos que trilhamos juntas, por todo apoio e ajuda sempre que precisei! Ao Malheiros (que de tão ranzinza é a alegria em pessoal!) e à Lisi, parceira que equilibra com sua doçura. Obrigada pela preocupação e cuidado comigo, pelas gargalhadas, danças e cervejas (claro!). Ao Carlão, que faz o melhor “café com carinho”, capaz de me renovar em qualquer situação! À Lu e ao Nando, amigos dos saudosos dias de papo e praia.

Aos amigos de fé, irmãos-camarada! Especialmente aos dindos: Cami, quem a vida me presenteou, colocando-a mais perto a cada dia; e Brian, a quem os caminhos dessa mesma vida impuseram a distância nos últimos tempos... Obrigada por me cuidarem! Também ao Glauco, pelos momentos de distração, raros nos últimos tempos, mas muito importantes; ao Marcelo e ao Wellington, pela compreensão na minha ausência, mesmo assim, não me esqueceram!

À Myrna, pela gentileza e dureza nos aprendizados que me proporcionou.

Aos amigos que não estiveram no dia-a-dia (sorte deles!), mas não menos importante por toda a torcida, a crença, o apoio e, principalmente, a compreensão na minha distância! Agradeço à Lu e ao Alan; à Gil e à Giovana. Saudades!

Aos meus queridos da vida acadêmica: professores e alunos.

Especial agradecimento ao Prof. Celso, exemplo de mestre! Agradeço todas as orientações para este trabalho, a alteridade na relação estabelecida, o apoio nos compromissos e dificuldades. Muito ainda tenho a aprender contigo! Ao Pazello, por sua generosidade acadêmica, pelos materiais, dicas e pelo desafio dos teus questionamentos (muitos ainda sem resposta...). A todos os colegas do NEFIL, agradeço a oportunidade das reflexões coletivas. Em especial, agradeço ao Márcio,

que providenciou o acesso à obra mais recente de Dussel e gentilmente me presenteou com um exemplar, para minha absoluta felicidade (e uma pitada – considerável – de desespero, em razão da falta de tempo para apreciá-la...); e à Mércia, parceira das angústias do período de escrita da tese. Aos colegas do Cooperativismo, especial agradecimento ao Prof. Gediél, incentivador incansável e importante referência teórica ao cooperativismo crítico, agradeço a paciência e atenção nas orientações feitas na banca de qualificação e também posteriores; à Dani, exemplo em sua prática cooperativa, agradeço pelos minuciosos apontamentos no texto de qualificação e as contribuições de sua reflexão; ao Lawrence e à Elô, por renovarem as energias para a pesquisa sobre o tema na UFPR. Registro também o agradecimento ao Prof. Daniel Pansarelli, pela leitura atenta ao texto de qualificação, pelas contribuições feitas naquela banca e apoio, inclusive ao compartilhar material pessoal para esta pesquisa.

A todos os professores que compartilharam seus conhecimentos durante as disciplinas cursadas ao longo desse período de quatro anos de doutorado: Prof. Ricardo Marcelo, Prof. Luis Fernando, Prof. Abili, Prof. Cesar Serbena, Prof. Pedro Bodê, Prof. Antonio Manoel Hespanha e Prof. Pietro Costa. Também agradeço às secretárias do programa de pós e da graduação, pela postura sempre solícita.

Aos colegas de docência, agradeço especialmente ao Bruno Gasparini, com seu exemplar perfil de coordenador, agradeço a compreensão e gentileza com que lidou com minhas limitações. À Priscila e ao Jonas, por compartilharam momentos dos seus processos de doutoramento. Aos colegas do Unicuritiba, em especial, Tafuri, Cássio, Eros e Camila, pela receptividade, compreensão e auxílio nesse período final de doutorado.

Aos queridos amigos do escritório de advocacia, Benoit, Camila, Tati, Daiane, Pâmela, Marina, Michelle, Silvine e Rafael, pelos ensinamentos e, principalmente, pela compreensão no meu afastamento.

Em fim, agradeço a todos àqueles (nominados e não) que contribuíram nesse processo que ora se encerra.

A exemplo do que fiz por ocasião do mestrado, reitero um agradecimento generalizado pelo privilégio de aprimorar minha formação em uma instituição pública, de elevada qualidade e reconhecimento. Também à CAPES por apoiar financeiramente meus estudos.

*Pertenço a uma terra que ainda ignora a si mesma.
Escrevo para ajuda-la a revelar-se
– revelar-se, rebelar-se –
e buscando-a me busco e encontrando-a me encontro
e com ela, me perco.*

Eduardo Galeano

RESUMO

A sociedade atual, assentada em premissas neoliberais, prioriza o econômico em detrimento da pessoa humana, bem como promove o individualismo, como fundamento único e natural de sociabilização produtiva. As consequências de tais primados, a exemplo da radicalização das desigualdades sociais, têm gerado mazelas, especialmente em países de periferia mundial, como é o caso brasileiro. Diante dessa realidade, várias propostas surgem como alternativas aos efeitos excludentes constatados. O objetivo do presente trabalho é apresentar uma reflexão teórico-crítica a respeito de uma dessas propostas, o cooperativismo, comumente designado 'cooperativismo popular', que é afirmado como protótipo da chamada Economia Solidária. Tanto os movimentos do cooperativismo popular, como os empreendimentos solidários, apresentam-se como detentores de uma lógica diferenciada, uma 'outra' racionalidade. Propõem o estabelecimento de relações sociais e econômicas baseadas na coletividade e na valorização do humano. A análise dessas propostas é guiada, nesta tese, por uma preocupação filosófica latino-americana, que exige a reflexão quanto à colonialidade, bem como quanto à necessidade de descolonização dos referenciais teóricos apresentados. O tema do cooperativismo exige que se considere a diversidade de vertentes congregadas sob tal insígnia, o que torna complexa a apreensão do fenômeno, teoricamente e também juridicamente. Ao longo da pesquisa, aponta-se para o componente da autogestão como elemento diferenciador dentre variedade cooperativas existentes. Questiona-se a existência de potencialidades a serem afirmadas no cooperativismo, quando fundado em bases autogestionárias. De outro lado, a busca por alternativas aos efeitos perversos da hegemonia neoliberal conduziu o presente trabalho a discutir sobre as possibilidades de transformação social, tema que é abordado tanto por uma determinada vertente do cooperativismo, como também por específica filosofia latino-americana. No questionamento quanto à emergência do novo, ressaltam-se as contribuições quanto ao método analético, proposto notadamente por Enrique Dussel. A tese defendida no presente trabalho corresponde à autogestão, localizada na cooperativa, como caminho para a libertação. Partindo da análise dos referenciais teóricos do cooperativismo e da filosofia latino-americana, a pesquisa pretende construir a conexão entre elementos advindos destes dois campos: a possibilidade de relação entre a autogestão e o método analético, concluindo pelo aspecto político da autogestão como fio condutor de uma prática à libertação.

Palavras-chave: autogestão; cooperativismo; colonialidade; descolonialidade; filosofia da libertação.

RESUMEN

La sociedad de hoy basada en principios neoliberales prioriza lo económico sobre la persona humana y de la misma forma promueve el individualismo como fundamento único y natural de las relaciones sociales productivas. A raíz de esa escala de valores han surgido males, como por ejemplo la radicalización de la desigualdad social, especialmente en los países periféricos como es el caso brasileño. Frente a esa realidad, muchas propuestas surgen como alternativas a los efectos excluyentes observados. El objetivo del trabajo es presentar una reflexión teórico-crítica a una de esas propuestas, generalmente indicada como 'cooperativismo popular' y declarado como un prototipo de la llamada Economía Solidaria. Los movimientos del cooperativismo popular, al igual que los emprendimientos de la Economía Solidaria, se presentan con una lógica diferenciada a la corresponde 'otra' racionalidad. Ellos proponen la implantación de las relaciones sociales y económicas basadas en la colectividad y en la valorización de lo humano. El análisis de esas propuestas en esta tesis es conducido por una preocupación filosófica latinoamericana, requiriendo una reflexión sobre la colonialidad así como de la necesidad de la descolonización de los marcos teóricos presentados. El tema del cooperativismo exige la consideración de las diversas vertientes reunidas bajo esta bandera, lo que torna compleja la aprehensión del fenómeno teórica y jurídicamente. A lo largo de la investigación se apunta a la autogestión como un elemento de clasificación entre las distintas cooperativas existentes. Se reflexiona sobre potencialidades que deben ser afirmadas en el cooperativismo cuando se construye de forma autogestionaria. Por otro lado, la búsqueda por alternativas a los efectos perversos de la hegemonía del neoliberalismo condujo el trabajo a discutir sobre las posibilidades de una transformación social, tema que es abordado tanto por una corriente determinada del cooperativismo, como por la filosofía específica latinoamericana. Al cuestionar la emergencia de lo nuevo, se destacan las contribuciones del método analético propuesto por Dussel. La tesis del trabajo propone que la autogestión localizada en la cooperativa es el camino para la liberación. Partiendo del análisis de los marcos teóricos del cooperativismo y de la filosofía latinoamericana, es propuesto el vínculo entre elementos de estas dos áreas: la posibilidad de la relación entre la autogestión y el método analético, concluyendo por el aspecto político de la autogestión como hilo conductor de una práctica liberadora.

Palabras-clave: autogestión; cooperativismo; colonialidade; descolonialidad; filosofía de la liberación.

ABSTRACT

Contemporary society, based on neoliberal premises, prioritizes the economical over the human being, and promotes the individualism, as the unique and natural base of productive sociability. Social class differences and social illness has been increased, as consequences of this model, mainly on the third world countries, whereof Brazil is an example. Given this reality, several proposals have emerged as alternatives to oppose those exclusionary effects. This work has as its main objective to present a theoretical-critical reflection for one of those proposals, named as cooperative, which is stated as a prototype of Solidarity Economy. Both popular cooperatives and solidary enterprises have shown a different logical, "another" rationality. These social movements establish social and economic relationships based on the collective and valorization of human being. In this thesis, the analyses of these proposals are driven by a philosophic Latin American concern, which requires a reflection regarding the "coloniality", as well as the need of decolonization of theoretical frameworks presented. The theme of cooperative requires considering the diversity of strands gathered, which complicates the apprehension of the phenomenon, theoretically and also legally. Throughout the research, self-management is pointed as a differentiator among the several existing cooperatives modes. The virtual existence is questioned and need to be validated under cooperatives models, when they are based on self-management. On the other hand, searching for new alternatives to the perverse effects of neoliberal hegemony led this paper to discuss the possibilities for a social transformation, a topic that is covered by both a particular aspect of the cooperative, as well as for specific Latin American philosophy. When questioning the emergence of the new, the contributions as the analectic method, proposed by Dussel, are highlighted. Defended thesis in this work corresponds to cooperative self-management as the path to liberation. Considering the analyses of the theoretical frameworks of cooperative and Latin American philosophy, the research aims to build the connection between elements arising from these two fields: the possibility of relationship between self-management and the analectic method, we can conclude that the self-management has a political aspect guiding the liberation.

Keywords: self-management; cooperative; coloniality; decoloniality; Philosophy of Liberation

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 - EXPORTAÇÕES POR COOPERATIVAS - ACIMA DE US\$ 100 MILHÕES - 2013.....	34
GRÁFICO 2 - NÚMERO DE COOPERATIVAS REGISTRADAS NA OCB.....	42
GRÁFICO 3 - PRINCIPAIS DESAFIOS DOS EES - 2012.....	54
GRÁFICO 4 - PRINCIPAIS CONQUISTAS DOS EES - 2012	55
GRÁFICO 5 - ORIGEM E DESTINO DOS PRODUTOS DE EES NA REGIÃO SUL - 2013	63
GRÁFICO 6 - FAIXA DE REMUNERAÇÃO DOS EES NO BRASIL – 2007	135
FIGURA 1 - MAIORES COOPERATIVAS DO PARANÁ - 2012	36
FIGURA 2 - A COMUNIDADE ECONÔMICA E A COMUNIDADE PRAGMÁTICO DISCURSIVA	121
FIGURA 3 - CARTILHA OCB - COOPERATIVISMO DE TRABALHO	205

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 -	NÚMERO TOTAL DE COOPERATIVAS NO BRASIL - 2010	31
TABELA 2 -	EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE COOPERATIVAS JANEIRO/DEZEMBRO - 2013	32
TABELA 3 -	BALANÇA COMERCIAL DE COOPERATIVAS - EXPORTAÇÃO POR EMPRESAS - JANEIRO/DEZEMBRO - 2013	33
TABELA 4 -	BALANÇA COMERCIAL DE EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO - 2012/2013	37
TABELA 5 -	NÚMERO DE COOPERATIVAS DA OCB POR RAMO DE ATIVIDADE - 2010-2011	43
TABELA 6 -	MOVIMENTAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DAS COOPERATIVAS REGISTRADAS NA OCB - 2002/2009.....	44
TABELA 7 -	EMPREENHIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL - 2012	50
TABELA 8 -	EMPREENHIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL - 2007	51
TABELA 9 -	EMPREENHIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - REGIÕES NORTE E SUL - 2013	52
TABELA 10 -	FORMA DE ORGANIZAÇÃO DOS EES POR REGIÃO - 2012	52
TABELA 11 -	NÚMERO DE ASSOCIADOS DOS EES – 2007	53

LISTA DE SIGLAS

AIC	- Aliança Internacional Cooperativa
CLT	- Consolidação das Leis Trabalhistas
CONCRAB	- Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CNC	- Conselho Nacional de Cooperativismo
CNCOOP	- Confederação Nacional do Cooperativismo
DIEESE	- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EES	- Empreendimentos de Economia Solidária
ES	- Economia Solidária
FBES	- Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FECOPAR	- Federação e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná
MST	- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTE	- Ministério do Trabalho e do Emprego
NESOL/USP	- Núcleo de Economia Solidária Universidade de São Paulo
OCB	- Organização das Cooperativas Brasileiras
OCEPAR	- Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná
ONG	- Organização Não Governamental
PIB	- Produto Interno Bruto
PL	- Projeto de Lei
PLS	- Projeto de Lei do Senado
PRONACOOP	- Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho
PT	- Partido dos Trabalhadores
RECOOP	- Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuárias
SENAES	- Secretaria Nacional de Economia Solidária
SESCOOP	- Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SIES	- Sistema de Informações em Economia Solidária
UNICAFES	- União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNICOPAS	- União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias

UNISOL	- Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários
UNISINOS	- Universidade do Vale do Rio dos Sinos

LISTA DE ABREVIATURAS

apud	-	citado por
cf.	-	confira
ed.	-	edição
Ed.	-	editor
et al.	-	e outros
ibid.	-	na mesma obra
id.	-	mesmo autor
op. cit.-	-	obra citada
org.	-	organizador
p.	-	página
sic	-	“exatamente assim”
s.n.	-	“ <i>sine nomine</i> ” (sem editora)
trad.	-	tradutor
v.	-	volume

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
PARTE I. A UTOPIA MILITANTE E O COOPERATIVISMO: ELEMENTOS PARA COMPREENSÃO DA ATUALIDADE BRASILEIRA.....	25
CAPÍTULO 1. A ATUALIDADE DO COOPERATIVISMO: a aparência caótica da ‘representação plena’	26
1.1. O sistema hegemônico: cooperativismo tradicional	30
1.1.1. A expressão econômica das cooperativas do agronegócio	32
1.1.2. A interpretação teórica e institucional sobre o objetivo de eficiência econômica do cooperativismo empresarial.....	38
1.2. Propostas contra hegemônicas: a utopia militante.....	45
1.2.1. O cooperativismo popular e a Economia Solidária	45
1.2.2. O elemento político das propostas contra hegemônicas	56
1.3. Influências históricas e a institucionalização do cooperativismo	77
1.3.1. A força histórica do cooperativismo: ‘utópicos’ e Rochdale	78
1.3.2. A institucionalização do cooperativismo no Brasil e sua atual regulação jurídica.....	88
CAPÍTULO 2. COMPREENSÃO CRÍTICA DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO: a essência da cooperação autogestionária	94
2.1. A essencialidade da cooperação na cooperativa	96
2.1.1. A cooperação econômica: a ética-crítica específica da cooperativa.....	97
2.1.2. A cooperação autogestionária	106
2.2. A compreensão crítica do cooperativismo: afirmação e negação do sistema capitalista.....	122
2.2.1. A ‘cooperativa como cooperativa’ e ‘cooperativa como capital’	123
2.2.2. As proposições contra hegemônica na totalidade concreta.....	132
PARTE II. O COOPERATIVISMO COMO ‘O OUTRO’ DO CAPITAL: POSSIBILIDADES PARA A LIBERTAÇÃO?	141
CAPÍTULO 3. REFLEXÃO FILOSÓFICA SOBRE A UTOPIA: a filosofia descolonial.....	143
3.1. A reflexão latino-americana	145

3.1.1. Pressuposto à filosofia descolonial: a pluralidade de modernidades.....	148
3.1.2. A 'Face oculta' da modernidade: a Colonialidade	155
3.2.A colonialidade em questão: reflexões teóricas do cooperativismo e economia solidária.....	165
3.2.1. Histórico e a institucionalização do cooperativismo de consumo	166
3.2.2. A colonialidade dos marcos regulatórios do cooperativismo	185
CAPÍTULO 4. A EMERGÊNCIA DO NOVO: autogestão e libertação.....	211
4.1.A Filosofia da Libertação: descolonialidade e libertação.....	213
4.2.O método na Filosofia da Libertação: a analética	227
4.3.O olhar da filosofia à cooperativa: autogestão como analética	251
CONCLUSÃO.....	273
REFERÊNCIAS.....	281

INTRODUÇÃO

Alguns afirmam o 'fim da história', com o triunfo da democracia de mercado, como horizonte insuperável. Apresentam como absolutos os valores neoliberais da economia de mercado e da livre concorrência. As consequências de tais primados geram negações, especialmente em países como o Brasil, que se constituiu como periferia mundial. É nesse contexto que o presente trabalho se apresenta como esforço crítico perante a naturalização de uma atual cultura assentada em premissas que priorizam o econômico em detrimento do humano, bem como promovem o individualismo como forma única e natural de sociabilização produtiva.

Buscando questionar alternativas no modo de viver e produzir, propõe-se a reflexão quanto ao cooperativismo brasileiro. Para tanto, serão utilizados aportes filosóficos em uma matriz específica: latino-americana descolonial e de libertação. Este instrumental teórico permite a crítica aos fundamentos do atual sistema (constituído como totalidade), desvelando a aparência dos fenômenos na realidade social.

A questão material (concreta da vida) é o ponto de partida da presente reflexão e justifica o aporte filosófico, especialmente com Enrique Dussel, ao priorizar a produção, reprodução e desenvolvimento da vida humana em comunidade. Considerar o modo de realidade como ponto do qual se parte, implica no reconhecimento da condição de exclusão e exploração social.

Em razão desses elementos, o enfoque dado ao cooperativismo consiste em verificar sua viabilidade em promover relações intersubjetivas centradas na valorização humana e no desafio de uma práxis coletiva.

Para além da dificuldade própria de promoção de valores diferenciados dentro de uma racionalidade sociocultural que é hegemônica e se infiltra em todas as microestruturas, o cooperativismo apresenta outros desafios. Dedicar-se a esse tema exige cuidados, pois não se apresenta em uma formulação única. Existe uma multiplicidade de leituras possíveis e, embora muito já tenha sido escrito, ainda restam vastas abordagens não enfrentadas.

Na atual realidade brasileira, o debate sobre o cooperativismo é confuso, desarticulado e, por vezes, traiçoeiro. A própria consideração do venha a ser o

cooperativismo é complexa. Sua promoção, institucional e legal, perde-se em disputas cujos fundamentos (por vezes velados) são inconciliáveis.

Mesmo diante da pluralidade de concepções e vivências, há uma configuração hegemônica, que é favorecida pela atual cultura capitalista neoliberal, bem como pela instituição histórica e jurídica. Esse favorecimento é entrave, quando não impossibilidade, à expressão das outras formatações do cooperativismo. O quadro é ainda agravado por leituras e posicionamentos distorcidos (intencionais e não) quanto a real constituição do cooperativismo.

Justifica-se, assim, a eleição do aporte filosófico, de orientação crítica. Desde o direito, campo no qual se insere esta pesquisa, buscam-se ferramentas do campo filosófico a orientar o trabalho de explicitar os conceitos e as práticas, refletindo sobre as determinações essenciais que condicionam as relações sociais, muitas vezes ocultas nos discursos, atos e normas.

Em sua formatação geral, a cooperativa é uma organização de pessoas constituída com o objetivo de atuação econômica. Diferencia-se da tradicional sociedade empresária em razão da participação organizacional ser vinculada à condição de sócio e não ao capital, ou seja, a atuação no interior da organização deve ser democrática. Esses âmbitos geram questões à cooperativa que vão desde as dificuldades econômicas (entraves burocráticos, viabilidade financeira, atuação no mercado capitalista, globalizado e neoliberal) ao desafio de ser um coletivo democrático (imerso em uma cultura individualista e habituada a uma democracia formal).

Sem retirar a relevância da questão econômica da cooperativa, o presente estudo centra-se no aspecto de sua política interna, para refletir sobre o processo dialógico comunitário da autogestão.

Registre-se, desde já, que a autogestão pode ser exercida nos mais diversos coletivos. Entretanto, eleger o espaço da cooperativa não é aleatório. Esse é um espaço privilegiado: na cooperativa está o trabalho. A cooperativa é um lugar que une a autogestão e o trabalho. Conforme será exposto ao longo do trabalho, é especialmente relevante considerar a autogestão no espaço produtivo. Pois, sendo o trabalho o elemento fundamental para a compreensão do atual sistema sócio-econômico, é chave para um estudo crítico.

Da filosofia, buscam-se aportes para a reflexão, no esforço de um posicionamento crítico e autêntico, ressaltando as peculiaridades latino-americanas

e, especificamente, brasileiras, diante de um sistema-mundo pautado pela eficiência e lucratividade, que não contabiliza as negações impostas para alcançar suas metas. Muitos autores (não sem pesadas críticas) apontam a experiência cooperativa como possibilidade de transformação dessa realidade social.

O complexo processo mundial de reestruturação produtiva, nos moldes neoliberais, causou – para o lado mais frágil – a diminuição ou a ausência dos meios para garantir a sobrevivência. Também há os que apontam a cooperativa como alternativa para a geração de trabalho e renda.

O posicionamento crítico é necessário e urgente, quer pelo contexto macrossocial de exclusão e exploração engendradas pelo modo de produzir hegemônico, quer pelo momento particular pelo qual atravessa o cooperativismo brasileiro, especialmente no âmbito jurídico. A Lei do Cooperativismo do Trabalho (Lei 12.690/12) trouxe novos dilemas ao cooperativismo como um todo. Embora recente, as discussões sobre seus efeitos devem ser feitas de imediato. De outro lado, renovam-se os embates pela hegemonia legislativa do cooperativismo. Em uma das arenas, o conflito se refere à regulamentação da lei de 2012, noutra, disputa-se a aprovação de projetos de lei que há anos tramitam e pretendem *modernizar* a Lei Geral do Cooperativismo (Lei 5.764/71).

Diante dos dilemas próprios do cooperativismo, acrescidas as máculas dos embates travados na atualidade, o intento deste trabalho é questionar se há potencialidades no cooperativismo que justifiquem sua defesa e sua promoção. Nesta análise, leva-se em conta que algumas vertentes o apontam como instrumento capaz de produzir transformações sociais, considera-se também que uma parte das organizações cooperativas congregam pessoas com a promessa ou a esperança de uma efetiva mudança em suas vidas.

Questionam-se, assim, as possibilidades de emergência do novo a partir da forma cooperativa. Nesse caminho, serão articulados os referenciais teóricos do cooperativismo e da filosofia descolonial, pois o tema da transformação social é referido em vertentes específicas desses campos. A conexão entre elementos do cooperativismo e da filosofia se dá, especificamente, na relação proposta entre a autogestão e o método da filosofia da libertação, a analética, notadamente seguindo as lições de Enrique Dussel.

O texto resulta de uma investigação teórico-reflexiva. Pode-se afirmar que sua orientação geral é metódica. Com isso, pretende-se pontuar que a reflexão

filosófica quanto ao método guiou a constituição desta tese, no que se refere à compreensão da realidade existente (o real concreto), bem como quanto às possibilidades para sua transformação. Essas duas preocupações estruturam o texto em duas partes.

A Parte I é dedicada à compreensão do cooperativismo brasileiro. O Capítulo 1 parte do real concreto, cuja aparência é captada por uma compreensão imediata e inicial ('representação plena') de forma confusa, caótica e multifacetada. Pretende-se delinear o atual contexto do cooperativismo a partir da sua retomada nas décadas de 80 e 90, diante da crise do emprego e subemprego. Vários matizes compõe essa aquarela. Assim, o relato considera o cooperativismo tradicional (empresarial e agroindustrial), vertentes plurais e também de orientação popular. No contexto desse último, faz-se também a referência às experiências da chamada Economia Solidária, mesmo não sendo o foco específico da pesquisa. Entretanto, como possuem dimensões correlatas ao cooperativismo, não poderiam ser desprezadas. Além da análise interpretativa de textos e autores, são apresentados números, gráficos e levantamentos de fontes variadas, embora sejam exemplificativas, as informações quantitativas são relevantes indicativos do real. Este capítulo ainda apresenta elementos históricos, de institucionalização e regulação do cooperativismo. O intento é consignar as linhas gerais dos temas, apenas porque tais argumentos são corriqueiramente utilizados como meio para justificação e legitimação de posicionamentos.

A partir da exposição feita e seguindo os passos do método dialético, no Capítulo 2, pretende-se extrair da 'representação plena' as determinações essenciais do cooperativismo, por meio de uma abstração analítica (a parte será separada do todo e considerada em si um todo). Terá lugar a discussão quanto à cooperação específica da cooperativa, bem como seu particular modo de organização interna, a autogestão. Definidos os conceitos que são atinentes ao cooperativismo, será verificada a interação dialética desses elementos em uma totalidade mais concreta. Concreta no sentido de reunir as partes e situá-las no todo (porém ainda em âmbito abstrato, ou seja, como produto do pensar). Portanto, será verificada a relação do cooperativismo diante do modo de produção capitalista em que se insere. Como sequência dessa passagem do abstrato ao concreto, as categorias explicativas construídas permitirão retornar o olhar à totalidade concreta e histórica, agora com possibilidade de interpretá-la. Estas fases, aplicadas ao

cooperativismo, significam: utilizar as categorias explicativas construídas ('cooperativismo como cooperativismo' e do 'cooperativismo como capital') para compreender a dinâmica do cooperativismo no momento atual brasileiro (totalidade concreta histórica).

Na Parte II, terá lugar a reflexão propriamente crítica latino-americana, no viés da descolonialidade e libertação. O Capítulo 3 apresenta os elementos para a compreensão da colonialidade. Serão apresentados autores e teorias que fornecem instrumentais para perceber e questionar as distorções provocadas pela dominação colonial. Com esses aportes, o cooperativismo será submetido à crítica, retomando elementos da sua constituição, institucionalização, bem como discursos e práticas. Descortinada a colonialidade do cooperativismo, o capítulo final (Capítulo 4), questionará as possibilidades descoloniais e de libertação. Com a apresentação da arquitetura geral do pensamento dusseliano, o estudo irá centrar a análise no método analético e, em seguida, na proposição de relação deste com a autogestão, seguindo as formulações da pedagógica apresentada por Dussel.

O trabalho pretende demonstrar que, no âmbito do conhecimento filosófico, são fornecidos sólidos aportes para considerar um método para a produção de saberes que, ao subsumir as virtudes da dialética (na busca por conhecer a estrutura fundante do mundo – que envolve uma postura cotidiana crítica) a supera na analética, ou seja, valoriza a construção de conhecimentos partindo de seres negados, aqueles que estão excluídos.

Diante de um sem número de caminhos que poderiam indicar respostas a esse questionamento, a presente pesquisa optou por verificar se a prática autogestionária (quando realmente ocorre) mostra-se aliada com a reflexão filosófica, ou seja, se há elementos condizentes com os passos metódicos indicados pela filosofia.

O intento da presente pesquisa é, portanto, aproximar o cooperativismo de formulações construídas pela filosofia latino-americana a indicar as possibilidades da libertação a partir de uma prática coletiva e comunitária, resultante de reflexões autênticas.

Em razão de existirem bases filosóficas a indicar a possibilidade de romper com a dominação, inclusive indicando caminhos para sua realização, é que o presente estudo se propõe a questionar: seria a autogestão uma possibilidade para a libertação?

Não se pretende afirmar que a autogestão tenha ocorrência garantida. O que se deseja é questionar se há indicativos de que o agir autogestionário pode se apresentar como uma aposta, como um meio a contribuir para a conscientização dos atores sociais quanto aos elementos fundamentais que causam a situação de exclusão em que estão inseridos e, a partir dessa compreensão, se a estrutura engendrada pela autogestão possibilitaria a abertura e as condições para o surgimento de novos saberes.

O método explicitado por Dussel, em razão de possibilitar a produção de novos conhecimentos a partir de conteúdos negados, constitui-se em caminho para a transformação, ou seja, constitui-se em práxis de libertação. Existindo a conexão entre o método e a autogestão, esta torna-se também caminho para a libertação. Assim, a tese a ser defendida corresponde à análise da autogestão como caminho (método ou prática) à libertação.

A possibilidade de se replicar, no processo autogestionário, os passos e as considerações delineadas por Dussel a respeito do método analético, indicaria uma potencialidade a ser afirmada à cooperativa, como lugar que possibilite a libertação por meio do processo autogestionário.

Ainda que a prática do cooperativismo não desencadeie, natural e necessariamente, a vivência autogestionária, é objetivo da análise, aliado ao instrumental metódico fornecido pela filosofia, questioná-lo como oportunidade para a prática de valores diferenciados, que, embora não hegemônicos, mostram-se válidos e salutareis.

PARTE I. A UTOPIA MILITANTE E O COOPERATIVISMO: ELEMENTOS PARA COMPREENSÃO DA ATUALIDADE BRASILEIRA

O tema do cooperativismo é complexo em razão das múltiplas interpretações e diversidade de experiências reunidas sob a mesma designação de 'cooperativa'.

A dificuldade em enfrentar o tema se revela pela fraca construção teórica, como também pela existência de uma verdadeira disputa ideológica na configuração do que o cooperativismo foi, é e pode ser.

As múltiplas possibilidades de leituras sobre o tema envolvem posicionamentos variados, que vão desde a evidente oposição à indistinção das diferenças entre as propostas.

A referência à 'utopia militante' (no título desta parte) marca uma das leituras. Remete-se ao título de uma das obras de Paul Singer, da década de 90, cujas formulações apresentavam o tema do cooperativismo como possibilidade de ruptura com o atual sistema capitalista. A aproximação do atual cooperativismo brasileiro a uma proposta socialista é duramente criticada. Inclusive, pode-se dizer que a defesa dessa tese pelo próprio professor Singer perdeu força, diante dos seus argumentos mais recentes, bem como em razão do seu envolvimento direto na promoção de ações que são classificadas por muitos como reformistas.

Outras leituras apresentam o cooperativismo como modelo de alta eficiência ao capitalismo e, em razão disso, deve ser incentivado e promovido.

Situados entre os extremos, estão outras tantas leituras, algumas com potencialidades a serem afirmadas, outras com um vazio propositivo que apenas ajudam a tornar a realidade ainda mais nebulosa.

Esta primeira parte do trabalho, dedica-se a apresentar esse mosaico que dá a feição do cooperativismo, bem como se esforça em apresentar instrumentos que auxiliem a compreensão dessa complexidade.

CAPÍTULO 1. A ATUALIDADE DO COOPERATIVISMO: a aparência caótica da ‘representação plena’

“Todo começo é difícil”¹!

As palavras de Marx se referem à dificuldade de compreensão da realidade em sua totalidade, pois o real não se oferece imediatamente ao pensamento. Será seguindo as trilhas quanto ao método proposto por esse autor que o presente capítulo pretende a compreensão do cooperativismo, como espaço em que a autogestão pode se realizar. Portanto, pretende-se a elaboração de conhecimentos teóricos sobre o tema do cooperativismo, especificamente, autogestionário.

Teoria é uma modalidade particular de conhecimento. Consiste no movimento de transpor o objeto, parte do real concreto, para o pensamento, que é um produto do cérebro². Fazer teoria significa reproduzir e interpretar o real no plano ideal (do pensamento)³. Para que se possa refletir sobre as noções teóricas da autogestão, de acordo com o referencial teórico eleito, é necessário tomar a realidade como ponto de partida⁴ e então seguir em direção à abstração.

Marx, ao propor o método para a compreensão do real, inverteu a estrutura do método dialético proposto por Hegel, para quem o processo do pensamento era o criador do real, sendo o real, portanto, apenas a manifestação externa do que fora pensado⁵. Em Marx, o real é o ponto de partida para o pensado. Nesse sentido, marca seu método com a característica da materialidade: método dialético material, porque parte do concreto. “não é a consciência quem determina a vida, mas a vida

¹ MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. Trad. Reginaldo Sant’Anna.- 1a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 16.

² Em termos: “O todo como um todo de pensamentos, tal como aparece na cabeça, é um produto da cabeça pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível, um modo que é diferente de sua apropriação artística, religiosa e prático-mental.” (MARX, Karl. **Grundrisse**. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. Trad. Mario Duayer; Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2011. p. 55).

³ NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 23.

⁴ MARX, K. **Grundrisse...**, p. 54.

⁵ MARX, K. **O capital...**, p. 16.

que determina a consciência”⁶. Nesse sentido, o ponto de partida para a reflexão do cooperativismo autogestionário é o real concreto cotidiano.

A dificuldade referida ao inaugurar este capítulo refere-se justamente ao ponto de partida de qualquer análise teórica: o problema na compreensão do real concreto, pois a realidade apresenta-se de modo caótico.

Essa constatação é experimentada ao se questionar sobre o que seja o cooperativismo. Sua definição, por vezes, corresponde a um vazio explicativo⁷. Outras vezes, seu significado compreende sentidos distintos e até contraditórios. É possível que o termo contenha em si uma proposta renovatória ou mesmo ser empregado para a simples legitimação de discursos correntes. Portanto, na busca pela essência do cooperativismo não se pode olvidar os contextos em que estão inseridos, eles informarão muito sobre o que de fato está sendo tratado.

Como auxílio à compreensão do real do cooperativismo, busca-se o método marxista de compreensão dialética-material.

O método formulado por Marx foi aplicado na obra *O Capital*, em que o autor realizou a análise da sociedade burguesa, a partir do modo específico de produção capitalista. Tomando o real como ponto de partida, Marx elucida duas modalidades que podem guiar a análise da realidade: de um lado a origem na história; de outro a origem lógica ou a análise do real por sua essência⁸. O caminho traçado por Marx para teorização de *O Capital* segue pela busca da essência do fenômeno.

A diferenciação entre aparência e essência é fundamental para Marx. É condição para a validade das formulações abstratas, teóricas.

Para a elaboração da teoria, para que se possa realizar a representação pensada do real, inicialmente é preciso superar a aparência caótica, multifacetada e heterogênea com a qual a realidade se mostra ao pensamento. É necessário vencer a aparência e ascender à essência dos fenômenos. Esse é o caminho metódico verificado na obra *O Capital*.

Para que se possa acessar a essência da realidade deve-se considerar suas ‘notas’ ou ‘determinações’. Determinações são momentos de existência do objeto no

⁶ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Tradução de Marcelo Backes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 49.

⁷ PONTES, Daniele Regina. **Configurações contemporâneas do cooperativismo brasileiro**: da economia ao direito. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas: Curitiba, 2004. p. 8.

⁸ DUSSEL, Enrique. **A produção teórica de Marx**: um comentário ao Grundrisse. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 32.

real; são as formas de *ser* da própria sociedade⁹. As determinações são elementos constitutivos da realidade¹⁰. Nesse sentido, Marx esclarece como se constitui a realidade: “O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações”. A variedade, a multiplicidade de determinações é que constitui a realidade. Por ser a reunião (a síntese) dessa multiplicidade, o real concreto é a “unidade da diversidade.”¹¹

A percepção imediata da realidade, portanto, mostra-se caótica pelas múltiplas determinações que a compõe. A primeira compreensão da realidade é o ato primeiro, instantâneo, inicial e ingênuo. Nas palavras de Dussel, é a ‘representação plena’¹², ainda com a percepção caótica da realidade. Desta ‘representação plena’ é necessário separar seus os múltiplos conteúdos por meio de um ato analítico.

O estudo ou investigação das determinações (...), mediante a análise, é, para Marx, o primeiro momento do método teórico – posto que a mera representação seja um momento do conhecimento cotidiano, pré-científico, pré-dialético. A *análise* exige a disciplina do pensamento metódico.¹³

Esse primeiro passo do método é extremamente importante porque é necessariamente por onde se inicia o conhecimento, ou seja, a partir da aparência fenomênica, imediata e empírica da realidade¹⁴.

A partir de então, é preciso separar as múltiplas determinações da realidade caótica e analisá-las abstratamente. A abstração consiste na capacidade intelectual de extrair uma determinação de seu contexto determinado, ou seja, isolá-la de uma totalidade, para analisá-la. É extrair do todo uma parte e fazer dessa parte o todo da análise. Esse é o procedimento, o meio pelo qual a abstração se dá.

De outro lado, o resultado desse procedimento de abstração é uma determinação abstraída, uma determinação em abstrato (como um produto do pensamento). Pontua-se, portanto, que *abstrato* e *abstração* não são sinônimos. O primeiro é o resultado do processo (que é o segundo).

⁹ DUSSEL, E. A produção..., p. 57.

¹⁰ NETTO, J. Introdução..., p. 43.

¹¹ MARX, K. Grundrisse..., p. 54.

¹² DUSSEL, E. A produção..., p. 50.

¹³ DUSSEL, E. A produção..., p. 52.

¹⁴ NETTO, J. Introdução..., p.

Partindo-se da aparência (da ‘representação plena’), deve-se buscar pela essência, o fundamento que, como síntese, determina todas as partes do todo.

Nesse caminho, a ‘representação plena’ volatiliza-se em determinações abstratas¹⁵. Definidas ou fixadas tais determinações abstratas, tem lugar o momento dialético por essência, que consiste em situar a parte abstraída no todo, porém esse todo ainda é um momento do pensamento (não se trata da realidade histórica, vivenciada, cotidiana). O ato dialético reconstrói a totalidade, no plano do pensamento, re-situando a parte no todo. Nesse momento (dialético) reconstruí sinteticamente a totalidade. É o “ato inverso ao efetuado pela abstração analítica”¹⁶. Esse todo, resultado do processo sintético (de re-situar das partes abstraídas no todo do pensamento) é, portanto, concreto em relação à determinação. Concreto porque não é mais apenas uma parte. Porém é abstrato em relação à realidade histórica. O que explica as palavras do próprio Marx:

(...) a totalidade concreta como totalidade de pensamento, como um concreto de pensamento, é ‘de fato’ um produto do pensar, do conceitua; mas de forma alguma é um produto do conceito que pensa fora e acima da intuição e da representação, e gera a si próprio, sendo antes produto da elaboração da intuição e da representação em conceitos.¹⁷

As determinações abstraídas da ‘representação plena’, em síntese dialética, conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento¹⁸. É esse segundo momento do método, para Marx é o que caracteriza o método adequado elaboração teórica. Esse momento consiste na “viagem de volta” ou retorno, em contraposição ao que foi efetuado pela abstração (primeiro momento). Trata-se da ‘elevação dialética do abstrato ao concreto’.

Pretende-se, neste capítulo inicial da pesquisa, seguir os passos indicados pela tradição marxista em seu método histórico-dialético para a análise do cooperativismo, tomando-se o elemento autogestionário (como uma forma particular de cooperação entre as pessoas), a indicar uma determinação essencial das experiências concretas. Ao abstrair do real concreto uma determinação específica, busca-se guiar a análise no sentido de superação da representação da realidade fenomênica, imediata, cuja aparência caótica desvia e confunde a compreensão.

¹⁵ NETTO, J. Introdução..., p.

¹⁶ DUSSEL, E. A produção..., p. 53.

¹⁷ MARX, K. Grundrisse..., p. 55.

¹⁸ NETTO, J. Introdução..., p.

Depois de feita a análise da determinação abstraída (cooperação autogestionária), pretende-se sua compreensão frente à atual realidade capitalista, para então chegar ao objetivo deste capítulo como um todo. Em outras palavras: realizada a análise abstrata, bem como a síntese dialética, pretende-se o retorno da compreensão quanto aos elementos da totalidade do pensamento.

1.1. O sistema hegemônico: cooperativismo tradicional

Realidades muito distintas apresentam-se sob a designação de 'cooperativa'. O contraste é marcado entre grandes e rentáveis empreendimentos, que congregam milhares de participantes (associados e empregados), movimentam somas bilionárias em transações e em faturamento, nos quais podem ser localizados latifundiários e detentores de grandes fortunas, que utilizam da forma cooperativa como meio eficiente para garantir e ampliar a condição que já possuem; frente a cooperativas que se esforçam para garantir a sobrevivência mais elementar de seus cooperados, seja com a reunião dos empregados que assumem a gestão da empresa em falência, na tentativa de garantir minimamente seus salários; cooperados em assentamentos de reforma agrária; em agricultura familiar; catadores de materiais recicláveis; camponeses e artesãos; enfim, pessoas humildes e empobrecidas, que se reúnem como forma de buscar alternativas aos efeitos mais desumanos da atual sociedade.

As múltiplas faces do cooperativismo dificultam a compreensão e o tratamento do tema. Essa diversidade leva ao questionamento o que seja, concretamente, o cooperativismo na atual realidade brasileira.

Mesmo buscando por pistas em números absolutos, pesquisas e levantamentos, a elucidação dessa diversidade não se revela imediatamente.

De acordo com informações divulgadas pelo DIEESE¹⁹, em 2010 o cooperativismo brasileiro, nos mais variados ramos de atuação, reunia um universo de 24.128 cooperativas. Esse número revela uma variação positiva de 6,4% se

¹⁹ Informações obtidas a partir da declaração feita ao Ministério do Trabalho e Emprego pelas próprias organizações, por meio da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

comparado com o ano de 2006. O total de cooperativas no Brasil, de acordo com esse levantamento, aumentou gradativamente ao longo dos cinco anos anteriores.

TABELA 1 - NÚMERO TOTAL DE COOPERATIVAS NO BRASIL - 2010

Atividade econômica	2006	2007	2008	2009	2010	Variação (2010/2006)	
						Em nº abs.	Em %
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1.584	1.677	1.812	1.694	1.662	78	4,9
Indústria extrativa	77	84	90	113	115	38	49,4
Indústria de transformação	2.057	2.165	2.184	2.218	2.257	200	9,7
Eleticidade e gás	124	137	133	143	146	22	17,7
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	165	188	189	204	231	66	40,0
Construção	410	410	443	442	414	4	1,0
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	4.728	5.032	5.323	5.357	5.637	909	19,2
Transporte, armazenagem e correio	1.554	1.708	1.798	1.934	1.977	423	27,2
Alojamento e alimentação	51	46	39	39	42	-9	-17,6
Informação e comunicação	192	184	167	145	122	-70	-36,5
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	3.171	3.696	4.135	4.409	4.685	1.514	47,7
Atividades imobiliárias	38	36	56	39	33	-5	-13,2
Atividades profissionais, científicas e técnicas	325	316	307	319	326	1	0,3
Atividades administrativas e serviços complementares	1.036	909	878	831	757	-279	-26,9
Administração pública, defesa e seguridade social	11	9	7	8	8	-3	-27,3
Educação	581	598	588	601	595	14	2,4
Saúde humana e serviços sociais	1.204	1.229	1.277	1.347	1.363	159	13,2
Artes, cultura, esporte e recreação	152	118	108	113	104	-48	-31,6
Outras atividades de serviços	5.206	4.640	4.253	4.006	3.644	-1.562	-30,0
Serviços domésticos	5	4	5	4	5	0	0,0
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	8	11	3	3	5	-3	-37,5
TOTAL	22.679	23.197	23.795	23.969	24.128	1.449	6,4

Fonte: MTE. Rais

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Foram consideradas as cooperativas com ou sem movimentação de emprego ao longo do ano

(2) Referem-se à seção CNAE

O número total apresentado na tabela 1, por sua unicidade, pouco contribui para a compreensão das tantas e tão variadas formas cooperativas. Contidas nesse número estão diversidades muito particulares. Embora essa realidade seja complexa, inicia-se sua explanação pelas características do grupo que possui hegemonia na atual realidade brasileira.

1.1.1. A expressão econômica das cooperativas do agronegócio

Os expressivos números mobilizados pelas cooperativas agroindustriais embasam o entendimento de que o cooperativismo consiste em instrumento eficaz ao crescimento econômico em âmbito nacional: “O cooperativismo brasileiro contemporâneo possui importância significativa na economia, ampliando a sua participação no mercado interno e externo”²⁰. Sem dúvidas, essa afirmação encontra respaldo nas estatísticas oficiais.

A balança comercial brasileira registrou que cooperativas foram responsáveis por uma movimentação superior a seis bilhões de dólares em exportações no ano de 2013. De acordo com diversas notícias veiculadas, esse número representa um recorde para o setor, considerando-se as movimentações realizadas desde 2007²¹.

O Estado do Paraná, por sua vez, possui extraordinária representatividade nesse segmento. As cooperativas paranaenses foram responsáveis por 31,44% do total da exportação feitas por cooperativas. Em números, corresponde ao valor de US\$ 1,9 bilhão.

TABELA 2 - EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE COOPERATIVAS JANEIRO/DEZEMBRO - 2013

Ministério do Desenvolvimento						
Secretaria de Comércio Exterior						
US\$ FOB						
UF	2013	Part. %	2012	Part. %	Var % 2013/2012	
					ABS.	REL.
TOTAL GERAL	6.072.481.254	100	6.233.061.995	100	-160.580.741	-2,58
PARANA	1.909.207.074	31,44	1.891.859.122	30,35	17.347.952	0,92
SAO PAULO	1.873.776.900	30,86	2.028.785.649	32,55	-155.008.749	-7,64
MINAS GERAIS	613.621.903	10,10	762.428.448	12,23	-148.806.545	-19,52
SANTA CATARINA	471.351.945	7,76	371.668.086	5,96	99.683.859	26,82
MATO GROSSO DO SUL	382.095.231	6,29	282.121.458	4,53	99.973.773	35,44
MATO GROSSO	349.225.752	5,75	346.824.323	5,56	2.401.429	0,69
RIO GRANDE DO SUL	213.243.535	3,51	345.919.105	5,55	-132.675.570	-38,35

²⁰ MATOS, Marcos Antonio. Panorama do Cooperativismo no Brasil: censo, exportações e faturamento. In NINAUT, Evandro Scheid (coord.). **Informativo Técnico** - INFOTEC N° 13. Brasília: OCB, 2008. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/13_analiseeconomicacooperativismo_2.pdf>. Acesso em: 19.05.2014.

²¹ COOPERATIVAS batem recorde de exportações em 2013. Disponível em: <<http://sites.pr.sebrae.com.br/blogs/2013/11/19/cooperativas-batem-recorde-de-exportacoes-em-2013/>>. Acesso em: 20.05.2014.

TOCANTINS	71.760.820	1,18	55.625.279	0,89	16.135.541	29,01
NÃO DECLARADA	49.798.899	0,82	1.622.280	0,03	48.176.619	2.969,69
BAHIA	35.145.990	0,58	23.774.474	0,38	11.371.516	47,83
RONDONIA	33.748.995	0,56	27.225.640	0,44	6.523.355	23,96
GOIAS	31.081.799	0,51	62.831.667	1,01	-31.749.868	-50,53
PARA	14.573.035	0,24	10.288.662	0,17	4.284.373	41,64
PERNAMBUCO	12.999.117	0,21	14.252.197	0,23	-1.253.080	-8,79
ESPIRITO SANTO	7.326.693	0,12	4.172.566	0,07	3.154.127	75,59
PIAUI	1.596.159	0,03	1.185.968	0,02	410.191	34,59
ACRE	745.745	0,01			745.745	--
RIO GRANDE DO NORTE	592.208	0,01	1.563.142	0,03	-970.934	-62,11
MARANHAO	410.132	0,01	788.977	0,01	-378.845	-48,02
AMAZONAS	137.485				137.485	--
PARAIBA	31.918		118.306		-86.388	-73,02
RIO DE JANEIRO	9.919		6.646		3.273	49,25

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)
Elaboração: MDIC; modificado pela autora.

O Ministério do Desenvolvimento ainda apresenta²², nominalmente, as cooperativas que realizaram as movimentações mais expressivas de 2013. As cooperativas paranaenses aparecem em destaque. Individualmente ocupam as primeiras posições quanto aos maiores valores de exportações nacionais.

TABELA 3 - BALANÇA COMERCIAL DE COOPERATIVAS - EXPORTAÇÃO POR EMPRESAS - JANEIRO/DEZEMBRO - 2013

EXP_EMP_A_1213			
RAZÃO SOCIAL	MUNICÍPIO	UF	EXPORTAÇÕES
COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-ACUCAR, ACUCAR E A	SANTOS	SP	Acima de US\$ 100 milhões
COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA	PARANAGUA	PR	Acima de US\$ 100 milhões
COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS	ITAJAI	SC	Acima de US\$ 100 milhões
COOPERATIVA REGIONAL DE CAFEIC EM GUAXUPE LTDA COOXUPE	GUAXUPE	MG	Acima de US\$ 100 milhões
COOPERATIVA REGIONAL DE CAFEIC EM GUAXUPE LTDA COOXUPE	GUAXUPE	MG	Acima de US\$ 100 milhões
C.VALE - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	PALOTINA	PR	Acima de US\$ 100 milhões
COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-ACUCAR, ACUCAR E A	PARANAGUA	PR	Acima de US\$ 100 milhões
COPACOL-COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL CONSOLATA	CAFELANDIA	PR	Acima de US\$ 100 milhões
COOPERATIVA AGRARIA AGROINDUSTRIAL	GUARAPUAVA	PR	Acima de US\$ 100 milhões
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR	MATELANDIA	PR	Acima de US\$ 100 milhões
COOAMAT COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DO MATO GROSSO	CUIABA	MT	Acima de US\$ 100 milhões
EXPOCACER- COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DO CERRADO LT	PATROCINIO	MG	Acima de US\$ 100 milhões
COCAMAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	MARINGA	PR	Entre US\$ 50 milhões e US\$ 100 milhões
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL COPAGRIL	MARECHAL CANDIDO RONDON	PR	Entre US\$ 50 milhões e US\$ 100 milhões
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE CARNE E DERIVADOS DE GURU	GURUPI	TO	Entre US\$ 50 milhões e US\$ 100 milhões
COOPERATIVA DOS AGRICULTORES DE PLANTIO DIRETO LTDA	RIO GRANDE	RS	Entre US\$ 50 milhões e US\$ 100 milhões
COOPERATIVA AGRICOLA MISTA GENERAL OSORIO LTDA	IBIRUBA	RS	Entre US\$ 50 milhões e US\$ 100 milhões

²² BALANÇA comercial brasileira: cooperativas – Dezembro/2013. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=4387&refr=3186>>. Acesso em: 19.05.2014.

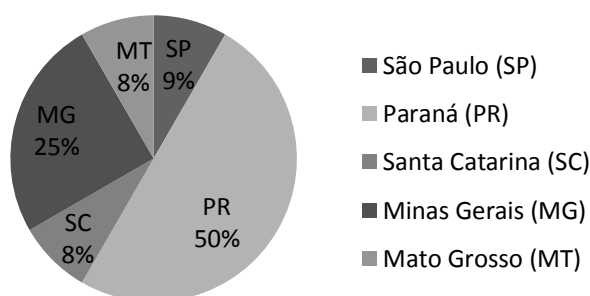
COOPAVEL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	CASCADEL	PR	Entre US\$ 50 milhões e US\$ 100 milhões
CONACENTRO COOPERATIVA DOS PRODUTORES DO CENTRO OESTE	NOVA UBIRATA	MT	Entre US\$ 50 milhões e US\$ 100 milhões
FRIMESA COOPERATIVA CENTRAL	MEDIANEIRA	PR	Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões
COOPERATIVA AGRICOLA REGIONAL DE PRODUTORES DE CANA LTD	SAO CARLOS DO IVAI	PR	Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões
COOPERATIVA REGIONAL DE CAFEIC EM GUAXUPE LTDA COOXUPE	SAO JOSE DO RIO PARDO	SP	Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões
COPLANA - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	JABOTICABAL	SP	Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões
COPACOL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL CONSOLATA	CAFELANDIA	PR	Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões
COOP REGIONAL DOS CAFEICULTORES DE S S DO PARAISO LTDA	SAO SEBASTIAO DO PARAISO	MG	Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões
COOPERATIVA LANGUIRU LTDA.	WESTFALIA	RS	Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões
COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-ACUCAR, ACUCAR E A	FRUTAL	MG	Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões
INTERCOOP - INTEGRACAO DOS SUINOCULTORES DO MEDIO NORTE	NOVA MUTUM	MT	Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões
COOPAVEL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	CASCADEL	PR	Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões
COOPerval COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL VALE DO IVAI LTDA	JANDAIA DO SUL	PR	Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões
COTRIJUC - COOPERATIVA AGROPECUARIA JULIO DE CASTILHOS	JULIO DE CASTILHOS	RS	Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões
COTRIJUI - COOPERATIVA AGROPECUARIA & INDUSTRIAL	SAO LUIZ GONZAGA	RS	Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões
COPAGRO - COOPERATIVA DE PRODUTORES AGRICOLAS DE RODA V	BARREIRAS	BA	Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões
COOPERATIVA DOS SUINOCULTORES DE ENCANTADO LTDA	ENCANTADO	RS	Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR	CEU AZUL	PR	Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões
COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	SAO JOAO	PR	Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões
COOPERATIVA AGRICOLA TUPANCIRETA LTDA	TUPANCIRETA	RS	Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões
CONACENTRO COOPERATIVA DOS PRODUTORES DO CENTRO OESTE	CAMPO VERDE	MT	Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões
COCARI - COOPERATIVA AGROPECUARIA E INDUSTRIAL	MANDAGUARI	PR	Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões
COOPERATIVA REGIONAL DE CAFEIC EM GUAXUPE LTDA COOXUPE	MONTE CARMELO	MG	Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões
COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	SAO JOAO	PR	Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões
COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA	SAO FRANCISCO DO SUL	SC	Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões
COOPERATIVA DOS COTONICULTORES DE CAMPO VERDE	CAMPO VERDE	MT	Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões
COOPERATIVA ESTANIFERA DE MINERADORES DA AMAZONIA LEGAL	MONTE NEGRO	RO	Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões
COOPERATIVA ARROZEIRA EXTREMO SUL LTDA	CAMAQUA	RS	Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões
COOPERATIVA MISTA SAPEZALENSE	SAPEZAL	MT	Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões
COOPERATIVA DE CAFEICULTORES E AGROPECUARISTAS	FRANCA	SP	Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões
C.VALE - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	PALOTINA	PR	Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões
COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DE SANTA CRUZ LTDA	ARIQUEMES	RO	Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

Elaboração: MDIC; modificado pela autora.

Se considerarmos apenas as cooperativas com os maiores valores em exportações, das doze cooperativas cujo movimento (individual) foi superior a 100 milhões de dólares, seis são paranaenses.

GRÁFICO 1 - EXPORTAÇÕES POR COOPERATIVAS - ACIMA DE US\$ 100 MILHÕES - 2013



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

Elaboração: a autora.

As cooperativas expressadas nesses números realizam a exportação de commodities, principalmente agrícolas. Suas atividades integram o chamado agronegócio (*agribusiness*), ramo de negócios relacionados à agricultura e pecuária que articula atividades classificadas como “antes, dentro e fora da porteira”²³. As atividades ‘pré-porteira’ correspondem aos atos industriais e comerciais que garantem os insumos²⁴ para a produção do negócio agropecuário. ‘Dentro da porteira’ realizam-se atividades propriamente agropecuárias desenvolvidas na unidade produtora. Atividades realizadas ‘pós-porteira’ são todas aquelas que realizam a transformação do produto agrícola para o consumo, bem como que garantem o acesso do consumidor. Envolvem, portanto, o beneficiamento, a industrialização, a distribuição e transporte, bem como a comercialização final²⁵. Esse terceiro momento é de suma importância ao agronegócio, pois, de acordo com especialistas, é o que concentra o maior potencial de mercado e de desenvolvimento de negócios²⁶. A eficiência nos negócios ‘depois da porteira’ garante maior percentual de crescimento e rentabilidade, especialmente a industrialização dos produtos das unidades produtoras.

O universo que envolve o agronegócio é extremamente competitivo e exige que as cooperativas que atuam no ramo respondam às exigências desse mercado. Nesse sentido, os investimentos das cooperativas agroexportadoras que atingem faturamentos bilionários estão principalmente voltados ao terceiro âmbito do agronegócio (‘pós-porteira’), seguindo, portanto, as orientações dos especialistas empresariais. Tal estratégia é avaliada positivamente por incentivadores de tal cooperativismo. Joao Paulo Koslovski, presidente da OCEPAR²⁷, ao analisar as medidas implementadas por uma cooperativa do agronegócio (Batavo, localizada

²³ ESPÍRITO SANTO, Benedito Rosa do. **Os caminhos da agricultura brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Evoluir, 2001. p. 22.

²⁴ Insumos consistem em fatores necessários à produção agropecuária. São exemplos de insumos: máquinas, equipamentos e complementos; água e energia; fertilizantes, agroquímicos, compostos orgânicos; mudas, sementes, materiais genéticos, hormônios, inoculantes; rações, sais minerais e produtos veterinários. (ARAUJO, Massilon J. **Fundamentos do Agronegócio**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 33.)

²⁵ ARAUJO, M. Fundamentos..., p. 20.

²⁶ BATALHA, Mario Otávio; SILVA, Andréa Lago da. Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições, especificações, especificidades e correntes metodológicas. In: BATALHA, Mario Otávio (coord.). **Gestão agroindustrial**. 3ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007. p. 48.

²⁷ Entidade que se apresenta como representante do cooperativismo paranaense. Integrante do chamado ‘sistema’ OCB, organismo que anuncia representar o cooperativismo brasileiro. O referido ‘sistema’ será analisado adiante.

em Carambeí/PR), relaciona o rápido resultado financeiro, de atingir o faturamento bilionário (R\$ 1,2 bilhões/2012) um ano antes das previsões, em razão dos investimentos no processo de industrialização do produto mais tradicional dos seus cooperados (leite)²⁸.

Assim, é possível relacionar as cooperativas do agronegócio que atingiram o patamar de movimentar somas bilionárias em exportações (dados expressos nas tabelas 2 e 3) com determinados padrões: empreendimentos agroindustriais, de grande porte, compostos por milhares de associados, que empregam grande quantidade de funcionários em suas atividades e que possuem eficiência econômica, traduzida em faturamentos até mesmo bilionários.

Notícias quanto a essas características e, principalmente, quanto ao 'sucesso' desses empreendimentos são recorrentemente veiculadas em publicações de vários segmentos, especialmente no Paraná, que sedia as cooperativas com maior volume financeiro de exportações (como apontado na tabela 3 e gráfico 1). Dentre os vários anúncios jornalísticos e midiáticos em torno do cooperativismo agroindustrial, o editorial de um dos jornais de grande (se não maior) inferência no Paraná, divulgou dados de cinco cooperativas paranaenses, das quais quatro fazem parte do seleto grupo que realizou, em 2013, exportações em um montante superior a 100 milhões e a quinta (a Cocamar) movimentou entre 50 e 100 milhões: todas são cooperativas agroindustriais, de grande porte, com milhares de associados e faturamentos bilionários.

FIGURA 1 - MAIORES COOPERATIVAS DO PARANÁ - 2012

MULTIBILIONÁRIAS

O grupo de cooperativas com receita acima de R\$ 2 bi no ano passado é formado por cinco empresas, de várias regiões do estado. Juntas, elas representam 44% do faturamento do setor.



Cooperativa	Local	Cooperados (milhares)	Faturamento		Varição(%)
			2002	2012	
Cocamar	Maringá	11	774 mi	2,36 bi	204
Coamo	Campo Mourão	24	2,27 bi	7,15 bi	215
C.Vale	Palotina	13	844 mi	3,22 bi	281
Agrária	Guarapuava	0,55	444 mi	2,10 bi	372
Lar	Medianeira	8	480 mi	2,28 bi	375
Sistema Ocepar*		900	10,55 bi	38,50	264

* O Sistema Ocepar representa as 236 cooperativas do Paraná.
Fonte: Ocepar e cooperativas. Infografia: Gazeta do Povo.

²⁸ OCEPAR quer investir R\$ 1,15 bi em agroindústria e armazéns. Disponível em: <<http://www.batavo.coop.br/site/index.php?option=noticia&task=detalhe&id=9123&Itemid=1>>. Acesso em: 20.05.2014.

Articulando os elementos já apresentados, tem-se que o agronegócio (do qual fazem parte as grandes cooperativas agroexportadoras) possui como objetivo último: a obtenção de lucro. E, em razão disso, as cooperativas agroindustriais são tão festejadas por incentivadores do setor.

Embora os números das cooperativas agroindustriais sejam expressivos (conforme tabela 2 – volume de exportações; figura 1 – quantidade de associados e faturamento das maiores cooperativas do Paraná), essas cooperativas representam uma parcela muito pequena quando inseridas no universo do agronegócio.

Enquanto as cooperativas movimentam impressionantes seis bilhões de dólares em exportações, esse valor é apenas uma parcela – muito pequena, por sinal – do valor total das exportações movimentadas por todo agronegócio, no mesmo ano de 2013: US\$ 99,97 bilhões²⁹.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL DE EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO - 2012/2013

Exportações, importações e saldos: Janeiro-Dezembro/2012 e Janeiro-Dezembro/2013 (em US\$ mil)

Setores	Janeiro-Dezembro/2012			Janeiro-Dezembro/2013			Var. %	
	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp
PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	20.031.415	2.749.775	17.281.640	21.688.711	2.979.650	18.709.060	8,3	8,4
CARNES	15.735.682	455.791	15.279.892	16.802.628	439.120	16.363.508	6,8	-3,7
COUROS, PRODUTOS DE COURO E PELETERIA	2.623.717	186.168	2.437.550	3.026.777	184.188	2.842.589	15,4	-1,1
ANIMAIS VIVOS (EXCETO PESCADOS)	642.567	10.340	632.228	782.598	8.462	774.136	21,8	-18,2
DEMAIS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	641.750	223.796	417.955	679.546	293.363	386.183	5,9	31,1
PESCADOS	210.044	1.234.806	-1.024.762	218.000	1.452.009	-1.234.010	3,8	17,6
LÁCTEOS	119.632	638.282	-518.650	117.728	602.508	-484.779	-1,6	-5,6
PRODUTOS APÍCOLAS	58.021	594	57.428	61.434	0	61.434	5,9	-100,0
PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	75.782.763	13.659.322	62.123.441	78.279.073	14.081.014	64.198.059	3,3	3,1
COMPLEXO SOJA	26.114.127	156.651	25.957.476	30.961.266	135.320	30.825.946	18,6	-13,6
COMPLEXO SUCROALCOOLEIRO	15.044.586	460.522	14.584.065	13.717.911	167.272	13.550.639	-8,8	-63,7
PRODUTOS FLORESTAIS	9.067.485	2.818.112	6.249.373	9.634.768	2.673.004	6.961.764	6,3	-5,1
CEREAIS, FARINHAS E PREPARAÇÕES	6.674.306	3.362.251	3.312.055	7.252.065	4.013.508	3.238.557	8,7	19,4
CAFÉ	6.462.657	41.789	6.420.868	5.275.719	40.133	5.235.586	-18,4	-4,0
FUMO E SEUS PRODUTOS	3.256.987	41.451	3.215.536	3.272.138	51.873	3.220.265	0,5	25,1
SUCOS	2.451.464	21.393	2.430.071	2.460.180	32.280	2.427.900	0,4	50,9
FIBRAS E PRODUTOS TÊXTEIS	2.615.594	1.600.533	1.015.061	1.591.836	1.562.716	29.120	-39,1	-2,4
DEMAIS PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	1.060.536	574.350	486.186	928.520	619.857	308.663	-12,4	7,9
FRUTAS (INCLUI NOZES E CASTANHAS)	909.626	855.589	54.038	877.606	856.291	21.315	-3,5	0,1
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS	523.335	391.896	131.440	545.950	432.881	113.069	4,3	10,5
BEBIDAS	354.652	609.403	-254.751	459.544	591.675	-132.130	29,6	-2,9
CHÁ, MATE E ESPECIARIAS	286.437	42.522	243.915	362.613	45.038	317.575	26,6	5,9
PRODUTOS OLEAGINOSOS (EXCLUI SOJA)	305.392	962.725	-657.333	309.559	939.598	-630.039	1,4	-2,4
CACAU E SEUS PRODUTOS	379.105	390.984	-11.879	307.027	231.200	75.828	-19,0	-40,9
RAÇÕES PARA ANIMAIS	168.565	243.482	-74.917	217.215	270.397	-53.181	28,9	11,1
PRODUTOS HORTÍCOLAS, LEGUMINOSAS, RAÍZES E TUBÉRCULOS	81.836	1.045.616	-963.780	81.229	1.375.661	-1.294.432	-0,7	31,6
PLANTAS VIVAS E PRODUTOS DE FLORICULTURA	26.074	40.055	-13.981	23.925	42.309	-18.383	-8,2	5,6
TOTAL	95.814.178	16.409.097	79.405.081	99.967.784	17.060.664	82.907.120	4,3	4,0

Fonte: AgroStar Brasil

Dados: SECEX/MDIC

Elaboração: MAPA/SRI/DPI

Pode-se concluir que, para além das cooperativas, o agronegócio (como um todo) é um setor de números impressionantes.

²⁹ BALANÇA Comercial do Agronegócio - Dezembro/2013. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/NOTA%20Dezembro%20-%202013.pdf>. Acesso em: 21.05.2014.

Segundo incentivadores, o agronegócio seria o “segmento econômico de maior valor em termos mundiais”³⁰. No Brasil, seu desenvolvimento em alta velocidade – quebrando consecutivamente recordes de produção e volume de exportação – teria conferido ao agronegócio uma importância crescente, com destaque em âmbito mundial, chegando a ser classificado como o “motor da economia”³¹ ou a “principal atividade econômica do país”³², em razão do que seria sua capacidade de movimentação financeira, produtiva, de empregabilidade e capacidade impulsionar outros setores econômicos³³.

Inserido nesse contexto, o cooperativismo agroindustrial deve responder às mesmas expectativas, assim, a eficiência econômica, o crescente porte do empreendimento, os recordes a serem batidos ano a ano e o nível de empregabilidade são indicadores do desempenho do empreendimento.

1.1.2. A interpretação teórica e institucional sobre o objetivo de eficiência econômica do cooperativismo empresarial

Com essa influência, os objetivos do cooperativismo agroindustrial (pretensamente apresentado como um todo do cooperativismo) são delineados por autores da agroeconomia: “A missão fundamental outorgada à economia empresarial cooperativa é servir como intermediária entre o mercado e as economias dos cooperados para promover seu incremento (...).”³⁴ A eficiência econômica seria o marco de referência para a cooperativa; a razão de existência da cooperativa e sua meta inafastável:

³⁰ ARAUJO, M. Fundamentos..., p. 27.

³¹ COSTA, Maristela. **Agronegócio**: O motor da economia brasileira e o dinamismo da economia paranaense. Disponível em: <<http://www.agronline.com.br/artigos/artigo.php?id=331>>. Acesso em: 21.05.2014.

³² SILVA, Adriano Aparecido da. **A importância do administrador para o desenvolvimento do agronegócio brasileiro**. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/a-importancia-do-administrador-para-o-desenvolvimento-do-agronegocio-brasileiro/26313/>>. Acesso em: 21.05.2014.

³³ ARAUJO, M. Fundamentos..., p. 28.

³⁴ BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. Agronegócio Cooperativo. In: BATALHA, Mario Otávio (coord.). **Gestão agroindustrial**. 3ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007. p. 711.

O conceito fundamental é (...) a eficiência da empresa cooperativa (...). Na gestão dos negócios cooperativos, deve-se ter em mente que apenas a eficiência econômica da cooperativa é que vai garantir, no longo prazo, uma melhora no nível de rendimentos do produtor e o desenvolvimento regional.³⁵

Ao buscar a eficiência, em um mercado altamente competitivo, a cooperativa precisa incorporar estratégias e valores que derivam de plenos modelos empresariais: “(...) as empresas cooperativas, necessariamente, têm que começar a tomar suas decisões de acordo com as tendências de mercado em nível global e as principais estratégias de ação empresarial.”³⁶

A cooperativa precisa se transfigurar, portanto, para obedecer aos critérios de eficiência impostos pela economia do agronegócio: “(...) o mercado exigiu uma mudança na postura administrativa das mesmas [das cooperativas]. Devido à competitividade imposta pela economia, as cooperativas passaram a atuar nos mesmos moldes das agroindústrias.”³⁷

Algumas conclusões se sobressaem (ainda que demandasse uma pesquisa verticalizada, o que não é o objetivo central desta tese): não é a forma cooperativa que garante os bons resultados das grandes cooperativas agroindustriais (conforme apontado na figura 1). O próprio agronegócio é um campo de números expressivos, um ramo muito específico de atuação econômica e de grande vultuosidade. De outro lado, a atuação nesse setor impõe às cooperativas adaptações aos moldes e exigências empresariais para que seja alcançada a valorada eficiência.

Atuando nesse campo, a cooperativa se aproveita de uma figura formal (a pessoa jurídica ‘cooperativa’) para atuar essencialmente no modo empresarial. Isso lhe garante determinadas vantagens, tais como a possibilidade de agregar vários pequenos produtores rurais como associados, bem como liberar as transações havidas com eles (comercialização da produção; venda de insumos; financiamento; etc.) de taxas tributárias, utilizando-se da figura peculiar do ‘ato cooperativo’³⁸. A utilização desses benefícios unicamente para garantir melhores resultados empresariais é assumida abertamente e classificada como uma ‘vantagem

³⁵ BIALOSKORSKI NETO, S. Agronegócio..., p. 724.

³⁶ BIALOSKORSKI NETO, S. Agronegócio..., p. 723.

³⁷ PANZUTTI, Raph. Especificidades da empresa cooperativa agrícola: estratégia de financiamento. **Agricultura em São Paulo**. São Paulo, v. 44(1), 1997. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/OUT/verTexto.php?codTexto=984>>. Acesso em: 21.05.2014.

³⁸ Trata-se do ato praticado entre a cooperativa e seus cooperados quando não constituem operação de mercado ou contrato de compra e venda. Possuem tratamento tributário excepcional, isentos de determinados tributos.

competitiva': "Diante da concorrência, (...) os diferenciais cooperativistas devem ser utilizados como uma vantagem competitiva."³⁹

Trata-se do aproveitamento de uma forma jurídica que não possui o intento de ser empresarial. Registre-se desde já que a forma cooperativa não visa lucro (tema a ser trabalhado no correr do texto). Porém, atuando no âmbito do agronegócio, as cooperativas são 'atingidas' pelas exigências do mercado, como por exemplo, obter eficiência. Nesse contexto, a noção de *sobras* se desvirtua e se torna lucro. Da mesma forma que a designação do rótulo não altera o conteúdo, o simples fato de o resultado da cooperativa ser chamado de 'sobra', não garante que não tenham identidade com o que, em outros empreendimentos de agronegócio, chama-se lucro. Faturamento é faturamento para cooperativas e empresas do agronegócio. A diferenciação está na destinação dada a esse faturamento. Nas cooperativas agroindustriais, há efetivamente o retorno ao associado? Novamente se está diante de uma questão que demanda uma pesquisa própria, séria e verticalizada que foge aos objetivos específicos deste trabalho. Entretanto, deixa-se anunciada a questão.

Retomando os caminhos propostos para esse momento da pesquisa, o real concreto do cooperativismo apresenta-se de forma caótica, heterogênea e multifacetada também quando se verifica o referencial teórico do tema, mesmo quando se analisa autores comprometidos com uma visão empresarial da cooperativa.

A consideração da cooperativa a partir da valorização prioritária (ou única) do elemento econômico tem se mostrado como 'tendência' na leitura mais tradicional do cooperativismo. Porém não é inovadora. Alguns clássicos já pontuavam com veemência este como (quase) exclusivo objetivo do cooperativismo:

Do ponto de vista econômico, a cooperativa é uma organização empresarial, de caráter auxiliar, por cujo intermédio uma coletividade, de consumidores ou produtores promove, em comum, a defesa (melhoria, incremento) de suas economias individuais.

(...)

A obtenção de vantagens *econômicas* em favor das economias associadas é o escopo fundamental das sociedades cooperativas. A realização dos objetivos éticos, que se incluem na integralidade de seus fins, depende, em última instância, da força do substrato econômico e do grau de poder financeiro que, mediante uma administração tecnicamente categorizada, a cooperativa saiba alcançar no mundo dos negócios.⁴⁰

³⁹ BIALOSKORSKI NETO, S. Agronegócio..., p. 723.

⁴⁰ FRANKE, Walmar. **Direito das sociedades cooperativas**: direito cooperativo. São Paulo: Saraiva; Editora da Universidade de São Paulo, 1973. p. 10; 9.

Entretanto, é possível encontrar, ainda na vertente conservadora do cooperativismo, a defesa de uma duplicidade de pretensões (objetivos) à cooperativa: econômico e social.

Sociedades de pessoas, organizadas em bases democráticas, que visam não só a suprir seus membros de bens e serviços como também a realizar determinados programas educativos e sociais. Trata-se, insistimos, de sociedades de pessoas e não de capital, sem interesse lucrativo e com fins econômico-sociais.⁴¹

Nesse sentido, os próprios autores mais conservadores afirmam que o cooperativismo não deve se bastar em seu âmbito puramente econômico, ou seja, não se esgota unicamente por uma eficácia econômica.

A dupla característica da cooperativa, ou seja, de um lado a dimensão social e de outro a econômica, caracterização teórica recorrente ao cooperativismo, é relativizada pela leitura economicista do agronegócio. Essas cooperativas (antecipando as conclusões adiantes articuladas – item 2.2.1) revelam-se apenas as mais regulares empresas capitalistas, pois seus objetivos estão adstritos à busca de lucros. Utilizam-se da forma cooperativa para atingir seus objetivos. A ausência de relevância (ou mesmo consideração) ao elemento ‘associação de pessoas’ leva ao esvaziamento da designação cooperativa:

(...) trata-se [a cooperativa] de uma empresa cuja conotação social não pode ser uma mera referência retórica sob pena de um esvaziamento do próprio termo cooperativismo. Como entidade social trata-se de um empreendimento não apenas financiado, administrado e controlado coletivamente pelos produtores associados, mas também informado ideologicamente, isto é por valores de mudança social, valores esses (de ajuda mútua, solidariedade, democracia e participação) introjetados culturalmente nas mentes individuais.⁴²

Seguindo por outra trilha, na compreensão do real concreto do cooperativismo, descortina-se outro elemento problematizador.

A vertente até agora tratada, do cooperativismo agroindustrial, empresarial ou do agronegócio, está vinculada a uma entidade de representação institucional: a

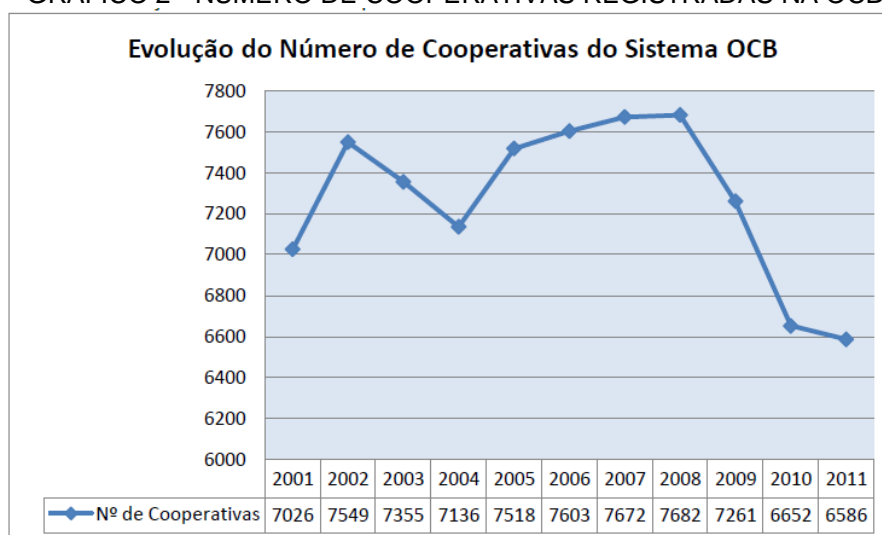
⁴¹ PINHO, Diva Benevides. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalistas e socialistas**. São Paulo: Pioneira, 1966. p. 8.

⁴² RIOS, Gilvando Sá Leitão. **Cooperação e tipos de cooperativismo no Brasil**. Disponível em: <http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos_e_textos/Gestao_de_cooperativas/tipos%20de%20cooperativismo.pdf>. Acesso em: 29.01.14.

Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)⁴³, que possui um particular histórico de constituição (será objeto da pesquisa quando tiver lugar a reflexão quanto à institucionalização legal-formal do cooperativismo, item 1.3.2).

Por sua própria designação, a ‘Organização das Cooperativas do Brasil’ apresenta-se como ‘a’ representante das cooperativas brasileiras. Entretanto, sua parcialidade é facilmente percebida no cotejo entre o número de cooperativas registradas em seu sistema (6.652 – Gráfico 2, abaixo), em 2010, e o número total de cooperativas declaradas em âmbito nacional perante o MTE (24.128 – tabela 1), no mesmo ano.

GRÁFICO 2 - NÚMERO DE COOPERATIVAS REGISTRADAS NA OCB



Fonte: GEMDC/OCB

Elaboração: SESCOOP/OCB

Esses números, apesar de sua objetividade não revelar as nuances múltiplas da realidade, auxiliam a problematizar a pretensão de legitimidade e totalidade da representação pretendida pela OCB: falando em nome de 27,56% das cooperativas existentes no Brasil, é evidente que essa organização não tem legitimidade na representação do cooperativismo em âmbito nacional.

Apesar de se auto intitular “órgão máximo de representação das cooperativas no país”⁴⁴, a OCB está relacionada ao cooperativismo tradicional, de

⁴³ Trata-se de uma sociedade civil, de natureza privada, que exerce a representação sindical patronal das cooperativas. Foi criada em 1969 e, em 1971, por ocasião da edição da Lei do Cooperativismo (lei 5.764/71), foi outorgada a legitimidade (jurídica) de representação de todo o cooperativismo nacional. A imposição às cooperativas de efetuarem o registro junto à OCB (e recolher contribuições), é incompatível com o processo de redemocratização do final da década de 80.

caráter elitista, entusiasta da forma de gestão empresarial, cujos objetivos primordiais são a geração de lucros. Tal cooperativismo é classificado em treze ramos de atuação, cujo principal enfoque é o agronegócio cooperativo, que em 2011 representava 23,12% das cooperativas registradas junto à OCB.

TABELA 5 - NÚMERO DE COOPERATIVAS DA OCB POR RAMO DE ATIVIDADE - 2010-2011

RAMOS	Nº DE COOPERATIVAS		VARIAÇÃO
	2011	2.010	
Agropecuário	1.523	1.548	-2%
Transporte	1.088	1.015	7%
Crédito	1.047	1.064	-2%
Trabalho	966	1.024	-6%
Saúde	846	852	-1%
Educacional	294	302	-3%
Produção	243	235	3%
Habitacional	226	242	-7%
Infraestrutura	128	141	-9%
Consumo	120	123	-2%
Mineral	69	63	10%
Turismo e Lazer	27	31	-13%
Especial	9	12	-25%
TOTAL	6.586	6.652	-1%

Fonte: GEMDC/OCB

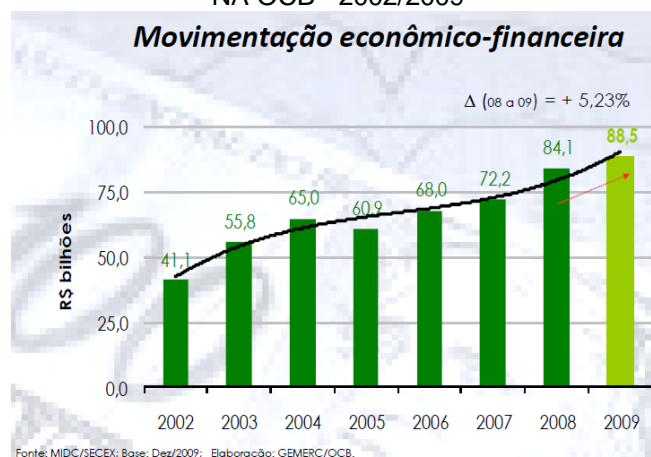
Elaboração: SESCOOP/OCB

A quantidade de cooperativas registradas na OCB é tão inexpressiva que imediatamente surge a questão e o incomodo de compreender como essa organização mantém-se com tamanha visibilidade, atuação, poderio e com pauta de exigências (atendidas) frente a várias instâncias estatais.

Em um mundo capitalista, a justificativa mais plausível está expressa novamente em números: muito embora o número total de cooperativas sob a representação da OCB seja absurdamente pequeno, é inversamente proporcional ao movimento financeiro que proporciona. Em 2009 a movimentação financeira operada pelas cooperativas do 'sistema' OCB alcançou o valor de R\$ 88,5 bilhões (tabela 5).

⁴⁴ OCB. Promoção e defesa dos interesses das cooperativas. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/ocb/>>. Acesso em: 21.05.2014.

TABELA 6 - MOVIMENTAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DAS COOPERATIVAS REGISTRADAS NA OCB - 2002/2009



Em 2007, o faturamento das cooperativas desse 'sistema' superou R\$ 72 bilhões, dos quais R\$ 60 bilhões foram gerados exclusivamente pelo ramo agropecuário⁴⁵.

Embora datem de 2007/2009 os últimos números divulgados pela OCB quanto ao faturamento ou quanto à movimentação financeira operada pelas cooperativas sob seu registro, ainda assim tais números são úteis à consideração.

Retomando um dado mais recente (2012)⁴⁶, somados os faturamentos de apenas cinco das maiores cooperativas do Estado do Paraná totalizam o valor de R\$ 38,5 bilhões. Portanto, a expressão da OCB não está relacionada à legitimidade de representação do cooperativismo brasileiro como um todo, mas sim do mais rico.

Tal característica tornou-se institucionalmente evidente a partir de 1997, quando o Ministério do Trabalho emitiu registro de Sindicato à Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (braço estatal do 'sistema' OCB). Essa documentação formaliza o lugar de atuação política desse 'sistema': "sindicato patronal"⁴⁷.

⁴⁵ MAIS empregos e exportações do produto cooperativo. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/ramos/eng/estatisticas.asp>>. Acesso em: 22.05.2014.

⁴⁶ Anteriormente citado. Apesar de o jornal citar a OCB como a fonte dos dados divulgados, tais informações não estão disponíveis nas home-pages institucionais do 'sistema' OCB. Ainda assim, os dados foram amplamente divulgados em jornais, revistas e informativos da internet. (COOPERATIVISMO forma empresas multibilionárias. Disponível em: <<http://agro.gazetadopovo.com.br/noticias/cooperativismo-forma-empresas-multibilionarias/>>. Acesso em: 20.05.2014.)

⁴⁷ MARCOS históricos do cooperativismo. Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocpar/2011-12-05-11-29-42/2011-12-05-11-44-02>>. Acesso em: 22.05.2014.

Outro elemento que se torna evidente na análise dos números até agora apresentados é inegável existência da pluralidade de cooperativismos. No entanto, tais números, por si, não são capazes de identificar e compreender tal realidade.

Em outra margem, diametralmente oposta ao cooperativismo tradicional e empresarial, encontra-se o que muitos classificam como o 'novo cooperativismo' ou 'cooperativismo popular', formado por cooperativas de empresas recuperadas por trabalhadores, de assentamentos de reforma agrária, de catadores de material reciclável, de camponeses e artesãos, pobres e marginalizados.

A esse tema será dedicado o próximo item de estudos.

1.2. Propostas contra hegemônicas: a utopia militante

Diante do quadro apontado, é evidente a pluralidade de *cooperativismos*. Sem adiantar a discussão quanto à especificidade de cada âmbito, de modo geral, o cooperativismo pode ser sistematizado em dois grandes grupos: de um lado o cooperativismo tido como oficial-legal-hegemônico, designado de ora adiante apenas como 'cooperativismo empresarial' e 'cooperativismo tradicional'; e de outro lado, estão experiências plurais, heterogêneas, complexas e com caráter contestatório. São comumente designadas como 'cooperativismo popular'.

Essa dicotomia entre o cooperativismo dos ricos (empresarial) e dos pobres (popular) não é nova. Materializa o antagonismo próprio da luta de classes, própria da sociedade capitalista. As diferenças entre essas propostas podem ser traçadas quanto à origem do empreendimento, seus objetivos e sua forma de gestão.

1.2.1. O cooperativismo popular e a Economia Solidária

O atual 'cooperativismo popular' ganhou expressão a partir da década de 90. Diante do desemprego estrutural, surgiram no cenário urbano brasileiro experiências

populares que, buscando por geração de renda, utilizaram-se do ideário cooperativista, porém em bases teóricas muito diferenciadas da acima exposta.

O panorama era o da reestruturação produtiva, relacionada com transformações tecnológicas, globalização da economia, baixos níveis de crescimento econômicos, desemprego generalizado, propostas de reforma do Estado em direção a cortes nos gastos sociais, bem como supressão de garantias trabalhistas⁴⁸. Conforme elucida Perry Anderson, a interpretação desses elementos, a partir de uma base conservadora, afirmava que:

As raízes da crise (...) estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.⁴⁹

O papel do Estado passou a ser questionado em suas intervenções sociais, modelando-se o formato neoliberal para seu esvaziamento, centrando-se na sua função primordial (quicá exclusiva) de tornar competitiva a economia nacional frente aos mercados internacionais. O Estado deveria sim ser forte, entretanto apenas na “sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro” e deveria ser “parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas.”⁵⁰

Em âmbito teórico, aliado ao contexto de exploração e exclusão, ganhou lugar o questionamento e a revisão de formulações revolucionárias, especialmente em razão das experiências de socialismo real e dos contrapontos teóricos que anunciavam o ‘fim da história’.

É nesse contexto que o ideário do cooperativismo se renova no Brasil, movimentado, especialmente, por trabalhadores desempregados, excluídos do mercado de trabalho, muitos em situação de miserabilidade, muitos oriundos de Movimentos Sociais que buscavam formas de reagir aos efeitos excludentes das medidas protetivas ao mercado e ao capital que eram sentidos na corporalidade de suas próprias vidas cotidianas.

⁴⁸ NETTO, José Paulo. A ofensiva neoliberal e seu significado. In: NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001. (col. questões da nossa época). p.

⁴⁹ ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In SADER, Emir; GENTILE, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo**. As políticas sociais e o Estado democrático. 11ª reimpressão. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2012. p. 10.

⁵⁰ ANDERSON, P. Balanço..., p. 11.

Este ‘novo cooperativismo’ é retomado no momento em que as reflexões e as práticas buscavam por alternativas ao discurso da inevitabilidade do neoliberalismo, assim como buscavam (e buscam) desmascarar a face perversa que é inerente a esse mesmo sistema.

Além desse contexto próprio que marca a emergência do cooperativismo, dito popular, seus objetivos e forma de gestão o diferenciam da estrutura do cooperativismo visto inicialmente, de matriz agroindustrial.

O cooperativismo que congrega pessoas excluídas afirma as características de propriedade, gestão e repartição cooperativa⁵¹, que marcam o relevo no elemento ‘sociedade de pessoas’, pois a propriedade da cooperativa é atribuída ao cooperado e não ao capital (como ocorre na empresa capitalista); a gestão cooperativa valoriza e responsabiliza o cooperado pela administração do empreendimento; outro elemento próprio da cooperativa é o retorno financeiro, que valoriza a atividade humana, pois os resultados ‘retornam’ ao cooperado na medida da sua participação na cooperativa (na medida do trabalho desenvolvido, no caso da cooperativa de produção, ou na medida das negociações feitas com a cooperativa, no caso da cooperativa de consumo), visível distinção da empresa capitalista, que remunera o capital investido.

Nessa proposta de cooperativismo, tem-se a indissociabilidade entre proprietários e controle. Essa é uma característica importante para a presente pesquisa. Por isso, é oportuno registrar que esse é outro elemento de discordância entre as visões do cooperativismo (popular) e do cooperativismo empresarial e agroindustrial. Nesta visão, unidade entre proprietário e controle é apontada como ‘dificuldade’ ao cooperativismo agroindustrial, pois gera ineficiência, ou seja, é empecilho ao resultado econômico. Para autores dessa vertente, tal elemento que deve ser *superado* – em uma interpretação evolutiva do instituto – implantando-se uma gestão profissional, moderna e, portanto, mais evoluída e adaptada aos tempos vividos.

Portanto, a forma como organiza o trabalho e o critério que determina do retorno financeiro ao cooperado, diferencia a cooperativa popular da tradicional em razão da valorização da pessoa e do seu trabalho, no lugar de valorizar (e remunerar) o quanto a pessoa ‘tem’ na cooperativa.

⁵¹ RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é cooperativismo**. 2ª ed; 1ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2007. p.17.

Ainda assim, a viabilidade econômica do empreendimento é um objetivo que não pode ser deixado de lado. As pessoas que se reúnem em cooperativas populares têm necessidades múltiplas, as mais cotidianas estão diretamente relacionadas com a obtenção de renda. Portanto, a hipótese do 'retorno' da cooperativa se traduzir em dívidas a serem rateadas pelos cooperados, impede a continuidade da atividade. Esses cooperados, em grande parte dos casos, iniciam a cooperativa negativados, ou seja, a situação não é apenas a de não possuir patrimônio, bens ou renda, mas, acrescente-se, possuir dívidas.

Retornando ao fio condutor da explanação deste capítulo, a tentativa de compreensão da realidade do cooperativismo na atualidade brasileira ganha outros elementos para análise quando considerada a proximidade com a Economia Solidária.

Além do cooperativismo popular, surgem outras experiências impulsionadas pelas mesmas energias de reação à crise estrutural do desemprego. Esse movimento ficou conhecido como Economia Solidária (ES).

Também a partir da década de 90 e como reação aos efeitos desumanizantes da reestruturação econômico-política brasileira, a Economia Solidária surge através diversas experiências apoiadas por igrejas, sindicatos, Organizações Não Governamentais (ONGs) e órgãos do governo, especialmente a partir de 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), quando lhe é atribuído o estatuto de política pública. Em razão da multiplicidade e diversidade das experiências⁵² congregadas sob a designação 'Economia Solidária', uma definição precisa e única desse movimento é de extrema dificuldade.

Ainda assim, é possível apontar que, em comum, as experiências solidárias têm a pretensão de estabelecer e fomentar relações econômicas e sociais fulcradas na coletividade e solidariedade, propondo a substituição da competitividade pela solidariedade nas relações socioeconômicas.

⁵² De acordo com LAVILLE e GAIGER, são formas de expressão da economia solidária: "coletivos de geração de renda, cantinas populares, cooperativas de produção e comercialização, empresas de trabalhadores, redes e clubes de troca, sistemas de comércio justo e de finanças, grupos de produção ecológica, comunidades produtivas autóctones, associações de mulheres, serviços de proximidade, etc." (LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. Economia Solidária. In CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro (coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo; Coimbra: Almedina, 2009. p. 162.

A lógica econômico-solidária questiona a forma de apropriação do lucro efetivado pelo capitalismo, propõe, em seu lugar, que seja coletivo. Nas palavras de Paul Singer:

A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais.⁵³

Além do questionamento quanto à distribuição dos recursos, os empreendimentos de Economia Solidária se distinguem daqueles sob a lógica capitalista em razão da forma específica como são geridos. Enquanto na administração capitalista prevalece a heterogestão, hierarquizada, com níveis diferenciados de autoridade, que geram decisões de cima para baixo e fomentam a competição, os empreendimentos solidários são administrados de forma autogestionária, com a participação dos trabalhadores no processo de decisão, planejamento e produção.

A conexão entre o cooperativismo popular e a Economia Solidária se dá pela aproximação das origens, objetivos e proposta gestonária defendidos por esses dois movimentos.

Os teóricos da Economia Solidária, ao lado daqueles do cooperativismo popular, explicitam a defesa da democracia interna em suas experiências, fomento à cultura democrática e ao espírito coletivo, bem como a geração de renda que favoreça a conscientização quanto à exploração capitalista do trabalho. É nesse sentido que Singer afirma enfaticamente a cooperativa de produção como o protótipo de empresa solidária, pois “todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões.”⁵⁴

A Economia Solidária ganhou espaço institucional em 2003 com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que é vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O objetivo para criação dessa secretaria foi “viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do

⁵³ SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 5ª reimpressão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012. p. 09.

⁵⁴ SINGER, P. **Introdução...**, p. 09.

desenvolvimento justo e solidário.”⁵⁵ Uma das atribuições da SENAES é promover estudos e pesquisas que contribuam para o reconhecimento e a compreensão das formas de organização da Economia Solidária. Para tal identificação, foi criado o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), que assumiu a tarefa de realizar o mapeamento nacional dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES), bem como de entidades de apoio, assessoria e fomento à Economia Solidária⁵⁶.

Os dados levantados pela SENAES, através do SIES, fornecem outras pistas importantes para a construção do mosaico indicativo da realidade do cooperativismo no Brasil.

Em 2012, foram registrados 19.708 Empreendimentos de Economia Solidária (EES) em âmbito nacional⁵⁷.

TABELA 7 - EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL - 2012

Região	Quant.	%
Norte	3.127	15,9
Nordeste	8.040	40,8
Sudeste	3.228	16,4
Sul	3.292	16,7
Centro Oeste	2.021	10,3
Brasil	19.708	100

Fonte: SIES/SENAES

Elaboração: SIES/SENAES

Os números obtidos em 2012 revelam uma redução de 2.151 empreendimentos com relação ao Primeiro Mapeamento⁵⁸, cujos dados, em 2007, apontavam a existência de 21.859 Empreendimentos de Economia Solidária no Brasil.

⁵⁵ APRESENTAÇÃO. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/apresentacao-1.htm>>. Acesso em: 02.06.2014.

⁵⁶ SISTEMA de Informação em Economia Solidária – SIES. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B35FA90012B45A6DC262FA5/Apresentacao_SIES_2008.ppt>. Acesso em: 02.06.2014.

⁵⁷ ACONTECE SENAES. Boletim Informativo – Edição Especial. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A416FABB6014173C4E66C7839/Acontece%20SENAES%202013%20-%20n34%20ed%20especial.pdf>>. Acesso em: 03.06.2014.

⁵⁸ Como resultado do Primeiro Mapeamento Nacional dos Empreendimentos de Economia Solidária, a SENAES, através do SIES, elaborou e divulgou o chamado “Atlas da Economia Solidária no Brasil”. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/atlas-da-economia-solidaria-no-brasil.htm>>. Acesso em: 03.06.2014.

TABELA 8 - EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL - 2007

UF	Nº EES	% EES	Nº de Municípios	% Municípios / Total de Municípios
RO	293	1,3%	40	77%
AC	543	2,5%	21	95%
AM	461	2,1%	44	71%
RR	126	0,6%	15	100%
PA	574	2,6%	86	60%
AP	157	0,7%	14	88%
TO	502	2,3%	92	66%
Norte	2656	12%	312	69%
MA	793	3,6%	86	40%
PI	1472	6,7%	158	71%
CE	1854	8,5%	173	94%
RN	817	3,7%	106	63%
PB	670	3,1%	129	58%
PE	1526	7,0%	185	100%
AL	284	1,3%	59	58%
SE	471	2,2%	68	91%
BA	1611	7,4%	210	50%
Nordeste	9498	43,5%	1174	65%
MG	1236	5,7%	199	23%
ES	520	2,4%	75	96%
RJ	1343	6,1%	87	95%
SP	813	3,7%	174	27%
Sudeste	3912	18%	535	32%
PR	808	3,7%	143	36%
SC	690	3,2%	175	60%
RS	2085	9,5%	303	61%
Sul	3583	16,5%	621	52%
MS	340	1,6%	42	54%
MT	747	3,4%	95	67%
GO	737	3,4%	139	57%
DF	386	1,8%	15	83%
Centro-Oeste	2210	10%	291	60%
Total	21859	100%	2933	53%

Fonte: Atlas da Economia Solidária 2009/2007

Elaboração: SIES/SENAES

As informações mais recentes sobre o mapeamento da Economia Solidária consistem em divulgação preliminar e amostral, ocorrida em maio do corrente ano, durante o Seminário Nacional de Divulgação e Avaliação de resultados dos Dados do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES)⁵⁹. Os dados preliminares disponibilizados são resultantes do Segundo Mapeamento Nacional de Economia Solidária, que teve início em 2009 e se desenvolveu até 2013.

Nessa divulgação preliminar foram disponibilizados dados sobre as regiões norte e sul, referentes ao ano de 2013⁶⁰. Nesse levantamento, constatou-se que

⁵⁹ SEMINÁRIO Nacional – Projeto SIES. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/noticias/50-seminario-nacional-projeto-sies>>. Acesso em: 03.06.2014.

⁶⁰ ACONTECE SENAES. Boletim Informativo – Edição Especial. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/images/resultado/sies-divulgacao-de-dados-preliminares-2013.pdf>>. Acesso em: 03.06.2014.

TABELA 9 - EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - REGIÕES NORTE E SUL - 2013

UF	Freq.	%
Paraná	832	13,0
Rio Grande do Sul	1.697	26,4
Santa Catarina	766	11,9
SubTotal	3.295	51,3
Acre	341	5,3
Amapá	328	5,1
Amazonas	378	5,9
Pará	1.359	21,2
Rondônia	238	3,7
Roraima	80	1,2
Tocantins	404	6,3
Sub Total	3.128	48,7
Total	6.423	100,0

Fonte: SIES/Base ATUALIZADA 2013.

Importante notar que, muito embora o cooperativismo seja apontado como o protótipo do empreendimento da Economia Solidária (conforme anteriormente citado, nas palavras de Singer), os números divulgados pela SENAES demonstram que essa orientação teórica não é vivenciada, pois, de acordo com os números de 2012, menos de 9% dos empreendimentos assumiam a forma cooperativa.

TABELA 10 – FORMA DE ORGANIZAÇÃO DOS EES POR REGIÃO - 2012

Forma de Org./ Região	Norte	%	Nor- deste	%	Sudeste	%	Sul	%	Centro Oeste	%	Brasil	%
Grupo Informal	802	25,6	1.675	20,8	1.567	48,5	1.450	44,0	524	25,9	6.018	30,5
Associação	2.044	65,4	5.969	74,2	1.309	40,6	1.194	36,3	1.307	64,7	11.823	60,0
Cooperativa	273	8,7	368	4,6	318	9,9	606	18,4	175	8,7	1.740	8,8
Soc. Mercantil	8	0,3	28	0,3	34	1,1	42	1,3	15	0,7	127	0,6
Total	3.127	100	8.040	100	3.228	100	3.292	100	2.021	100	19.708	100

Fonte: SIES/SENAES

Elaboração: SIES/SENAES

Questiona-se, portanto, a afirmação de ser a cooperativa o protótipo da Economia Solidária, pois, considerando o **número de empreendimentos**, a principal forma jurídica não é essa. Porém, em outra análise, levando-se em conta o **número de pessoas** envolvidas nos empreendimentos, o cooperativismo ganha expressão nesse contexto.

TABELA 11 - NÚMERO DE ASSOCIADOS DOS EES – 2007⁶¹

Sexo	Associação	Cooperativa	Informal	Limitada	Soc. mercantil em nome coletivo	Soc. mercantil de capital e indústria	Outras	Total geral	Part. %
Homens	474.191	461.811	75.117	584	1.023	28.450	15.938	1.057.114	62,6%
Mulheres	330.205	171.666	97.607	509	812	20.865	8.710	630.374	37,4%
Total	804.396	633.477	172.724	1.093	1.835	49.315	24.648	1.687.488	100%

Fonte : Sistema nacional de Informações em Economia Solidária - SIES.

Nota: (-) Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento ou dado inexistente.

De acordo com os números apresentados acima, muito embora a forma principal de organização dos EES seja a associação, o cooperativismo congrega 37,53% das pessoas participantes desses empreendimentos. Com isso, ganha relevo a análise dos números levantados pela SENAES nos estudos sobre o cooperativismo.

Ainda assim, é necessário pontuar algumas questões sobre a forma jurídica majoritária em que se apresentam das EES, que, em termos nacionais, é a associação, seguida pela informalidade. A análise dos marcos jurídicos, que terá lugar no correr do texto (item 1.3.2 e 3.2), lança algumas luzes para a compreensão dessa realidade em razão das dificuldades burocráticas para a formação e regularização de cooperativas. De qualquer forma, sem antecipar essa discussão, neste momento é oportuno anotar que as associações, como pessoas jurídicas de direito privado, estão caracterizadas pelo Código Civil como união de pessoas que se organizam para fins não econômicos⁶². Disso resulta a restrição quanto às atividades econômicas de produção e/ou circulação de bens e serviços. Assumindo a forma de associação, embora burocraticamente mais acessível, o empreendimento deixa de participar de inúmeras possibilidades negociais. Entretanto, o elemento econômico é uma das características apontadas pela própria SENAES para caracterizar os Empreendimentos da Economia Solidária:

Para o SIES Empreendimento **Econômico** Solidário (EES) são organizações que possuem as seguintes características:

(...)

- **que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e**

⁶¹ Núcleo de Economia Solidária Universidade de São Paulo (NESOL/USP). **Projeto Pensando o Direito 01/2011**: Regime jurídico de cooperativas populares e empreendimentos de economia solidária. Relatório Final. Disponível em: <<http://participacao.mj.gov.br/pensandoodireito/wp-content/uploads/2013/02/Volume-46-Relat%C3%B3rio-final.pdf>>. Acesso em: 19.06.2014.

⁶² BRASIL. Lei Federal n. 10406/2002. **Código Civil**. Art. 53. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 03.06.2014.

os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário.⁶³ (sem grifos no original)

Muito embora a associação seja a forma jurídica pela qual grande parte dos empreendimentos solidários alcance o reconhecimento legal-formal, não se pode olvidar da importância do elemento econômico, expresso inclusive na sua designação (“Empreendimentos *Econômicos* Solidários”). Tal importância ultrapassa a constatação de que evidentemente há produção/circulação de bens ou serviços nesses empreendimentos. A questão econômica reflete os maiores desafios e uma das principais conquistas desse tipo de organização, de acordo com os próprios integrantes consultados no mapeamento da SENAES⁶⁴:



⁶³ ACONTECE SENAES. Boletim Informativo – Edição Especial. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/images/resultado/sies-divulgacao-de-dados-preliminares-2013.pdf>>. Acesso em: 03.06.2014.

⁶⁴ ACONTECE SENAES. Boletim Informativo – Edição Especial. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A416FABB6014173C4E66C7839/Acontece%20SENAES%202013%20-%20n34%20ed%20especial.pdf>>. Acesso em: 03.06.2014.

⁶⁵ Os entrevistados poderiam indicar até três situações como resposta ao questionamento.

GRÁFICO 4 - PRINCIPAIS CONQUISTAS DOS EES - 2012⁶⁶

Fonte: SIES/SENAES

Elaboração: SIES/SENAES

De outro lado, a obtenção de rendimentos, seja como fonte principal ou complementar, era a principal razão para a criação dos empreendimentos solidários, de acordo com o levantamento de 2007. Os principais motivos mencionados para a criação de EES foram⁶⁷: alternativa ao desemprego (46%); complemento da renda dos sócios (44%); obtenção de maiores ganhos (36%); possibilidade de gestão coletiva da atividade (27%); condição para acesso a crédito (9%) e recuperação da empresa (1%)⁶⁸.

Portanto, a melhoria das condições de vida para aqueles que buscam alternativas na economia solidária e no cooperativismo é questão de primeira ordem. Porém, embora relevante, o aspecto econômico é mediado por outras questões relevantes, como se extrai do próprio levantamento citado, o interesse por uma gestão diferenciada do empreendimento (que reuniu 36% das respostas).

Essa amplitude nas motivações para criação de EES marca uma diferença com relação aos empreendimentos do cooperativismo empresarial, anteriormente citado, que coloca a proeminência da associação de pessoas na obtenção de resultados financeiros.

⁶⁶ Os entrevistados poderiam indicar até três situações como resposta ao questionamento.

⁶⁷ Os entrevistados poderiam indicar até três motivos para a criação em Empreendimentos de Economia Solidária.

⁶⁸ Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e Participação Acionária – ANTEAG (org). **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007**. São Paulo: Todos os Bichos, 2009. p. 34. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812C318C92012C371B016F5ED8/sies_Atlas_da_Economia_Solidaria_Completo\[1\].zip](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812C318C92012C371B016F5ED8/sies_Atlas_da_Economia_Solidaria_Completo[1].zip)>. Acesso em: 03.06.2014.

Assim, enquanto uma vertente mais radical do cooperativismo tradicional centra os objetivos da cooperativa no âmbito econômico, quase exclusivamente, os empreendimentos populares, não o negando, realizam o cotejo com o âmbito da promoção social como outro objetivo relevante.

Essa dicotomia entre o econômico e o social (entre o direito comercial e o direito civil) é a mais corriqueira nas análises teóricas do cooperativismo, aceita por grande parte dos teóricos tradicionais e também reconhecida pelas vertentes populares.

Para além da ambiguidade civil/comercial, muitos autores acrescentam outra dimensão aos empreendimentos coletivos, subsumindo e ampliando esses cânones: o elemento político. Essa visão marca uma ruptura bastante evidente com os autores do cooperativismo tradicional e empresarial.

1.2.2. O elemento político das propostas contra hegemônicas

A caracterização desse âmbito político é também multifacetado, entretanto, suas várias caracterizações guardam uma relação em comum: a pretensão de ser crítico, ou seja, apontar elementos de insuficiência do que há de estabelecimento na situação corrente, no *status quo*, e propor mudança.

Essa dimensão política considera a necessidade de apontar meios econômicos eficazes para a manutenção da vida prática, alia uma consideração diferenciada na forma de interação entre as pessoas nos processos de produção e circulação de bens (que valoriza o humano acima do capital), porém vai além questionando a necessidade de apontar as insuficiências das estruturas atuais, bem como busca por alternativas que gerem transformações.

A defesa de um viés político à Economia Solidária e também ao cooperativismo perpassa fundamentos diferenciados. Não há sistematização teórica quanto à natureza desses posicionamentos (e talvez nem mesmo seja desejada). Ainda assim, dentre outras leituras possíveis, pode-se apontar para alguns eixos particulares nessas visões.

Vários autores visualizam nesses movimentos, que propõem uma lógica alternativa de produção da vida (com ênfase no humano e não no capital), a possibilidade emancipatória⁶⁹. O sentido da emancipação está relacionado às lutas por visibilidade e inclusão. Luta pelo direito à igualdade e direitos econômico-políticos vinculados à cidadania. Esses autores, em maior ou menor medida, associam-se ao pensamento de Boaventura de Souza Santos, para quem:

O que a distingue [a emancipação] de outros conjuntos de lutas é o sentido político da processualidade das lutas. Esse sentido é, para o campo social da emancipação, a ampliação e o aprofundamento das lutas democráticas em todos os espaços estruturais da prática social⁷⁰

A Economia Solidária pode ser considerada uma das formas alternativas a que o citado autor dedica sua reflexão:

As alternativas de produção não são apenas econômicas: o seu potencial emancipatório e suas perspectivas de êxito dependem, em boa medida, da integração que consigam entre processos de transformação econômica e processos culturais, sociais e políticos (...).⁷¹

Essa abordagem, bastante evidente aos autores brasileiros, vislumbra a Economia Solidária como possibilidade de sobrevivência dos trabalhadores no contexto neoliberal.

Nas palavras de Luiz Inácio Gaiger:

(...) o capitalismo reduz a uma parcela mínima aqueles que podem usufruir das benesses do desenvolvimento. Enquanto que exatamente por se contraporem a isso, as cooperativas teriam a possibilidade e a tendência a generalizar esses benefícios.⁷²

⁶⁹ O termo emancipação possui empregos variados. Sua utilização tornou-se corriqueira e, muitas vezes, despreocupada da significação teórica. Por isso se faz necessário pontuar o sentido atribuído pelos autores desse referencial teórico, que possui forte expressão, especialmente, para a Economia Solidária. Aproveita-se para, desde já, anunciar que emancipação não se confunde com libertação, embora os dois posicionamentos possam ser classificados como contra-hegemônicos (a diferenciação de forma mais atenta será enfrentada em 4.1).

⁷⁰ SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 5ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 1999. p. 277.

⁷¹ SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (Coleção Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; vol. 2). p. 64-73.

⁷² GAIGER, Luiz Inácio. Sentidos e possibilidades da economia solidária hoje. In KRAYSCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 187.

Nessa linha de interpretação, o carácter político do cooperativismo e da Economia Solidária estaria na discussão da universalização das condições de vida e trabalho da sociedade moderna (burguesa). Trata-se da reclamada inclusão no mercado de trabalho, garantia de renda digna à efetivação dos direitos individuais, bem como resgate da cidadania por meio da auto-organização coletiva: “O agir coletivo da economia solidária (...) institui novos protagonistas no mundo de trabalho e nos embates da cidadania, em resposta a anseios de bem-estar, reconhecimento e vida significativa.”⁷³

Essa perspectiva visa amenizar a violência do sistema atual, entretanto, a proposição quanto à sua ruptura é limitada. O acesso à ampla cidadania está vinculado a uma emancipação política, efetivação dos direitos civis e dos direitos individuais privados.

Na dicotomia apresentada pela tradição marxista, entre a emancipação humana e a emancipação política, esta última é o máximo que pode ser alcançado dentro da estrutura liberal: “A emancipação política é a redução do homem, de um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente e, de outro, a cidadão do estado, à pessoa moral (p. 42)”. Enquanto a emancipação humana ultrapassaria tais marcos em busca da ruptura com a essencialidade do capital. A emancipação política seria parcial e limitada, restando ser completada pela emancipação humana.

A universalização de direitos e garantias é, sem dúvidas, um avanço importante. Entretanto, o marco teórico do qual a presente pesquisa se apropria denuncia a insuficiência do postulado meramente emancipatório em razão da realidade periférica latino-americana e brasileira que carece de libertação.

O sentido da libertação, pontuada pela filosofia latino-americana⁷⁴, é pouco trabalhada por autores do cooperativismo e da Economia Solidária. Registre-se, por oportuno, a notável contribuição de Euclides André Mance, ao dedicar-se a uma fundamentação filosófica às redes de colaboração solidárias⁷⁵.

⁷³ LAVILLE, J.; GAIGER, L. I. Economia Solidária..., p. 166.

⁷⁴ A ser trabalhada no item 4.1.

⁷⁵ Na obra “Redes de Colaboração Solidária”, o autor inclui um capítulo dedicado a conferir aportes teóricos à Economia Solidária, partindo da reflexão da teoria da complexidade aliada à filosofia da libertação. Adiante (ainda neste tópico), o pensamento deste autor será retomado, pontuando-se em que medida contribui para a reflexão aqui proposta, bem como os pontos dissonantes.

Embora sem utilizar os aportes da filosofia da libertação, ressaltam-se, no âmbito do cooperativismo, as leituras não tradicionais feitas por Palmyos Carneiro⁷⁶, Daniel Rech⁷⁷ e Francisco Quintanilha⁷⁸, que colocam a discussão em torno da centralidade do trabalho.

A leitura feita por Carneiro enfatiza as formulações de Robert Owen, em razão de terem como principal alicerce a concepção do trabalho como fonte de felicidade e medida do valor⁷⁹. Carneiro reproduz as palavras de Owen:

Se o trabalho é a fonte de toda a felicidade e o homem troca seus produtos de acordo com o trabalho realizado por ele, é necessária uma pequena teoria para convencer ao homem trabalhador que ele tem direito a todo o trabalho por ele realizado.⁸⁰

Uma perspectiva mais recente é formulada por Rech, para quem a cooperativa pode ser o lugar para superar a subordinação do trabalho assalariado, efeito que não é automático nem imediato, porém é um espaço que permite a construção e o desenvolvimento de capacidades a “superar séculos de ideologia que colocou as pessoas pertencentes às populações pobres num papel de dependência, subserviência e trabalhando como empregados de outros.”⁸¹ Referindo-se à cooperativa, afirma: “seu suporte político-ideológico é o da superação da subordinação do trabalho ao contrato, pela iniciativa produtivo-gerencial autônoma dos seus participantes.”⁸² Utilizando-se da força gerencial específica (comunitária, coletiva e autogestionária), “existe a possibilidade de que, em iniciativas coletivas, [os trabalhadores] possam também se constituir como sujeitos políticos autônomos.”⁸³ Para o autor, diante das restritas formas organizacionais prescritas no atual quadro jurídico-legal, a cooperativa é a possibilidade instrumental mais adequada aos empreendimentos de economia solidária⁸⁴.

⁷⁶ CARNEIRO, Palmyos Paixão. **Cooperativismo**: o princípio cooperativo e a força existencial-social do trabalho. Belo Horizonte: FUNDEC, 1981.

⁷⁷ RECH, Daniel. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: Fase, 2000.

⁷⁸ VERAS NETO, Francisco Quintanilha. **Cooperativismo**: nova abordagem sócio-jurídica. Curitiba: Juruá, 1 ed. 3 tir. Curitiba: Juruá, 2004.

⁷⁹ CARNEIRO, P. Cooperativismo..., p. 65-66.

⁸⁰ OWEN, R. *Apud* CARNEIRO, P. Cooperativismo..., p. 65.

⁸¹ RECH, Daniel. Economia Solidária, condições de vida, dignidade e autonomia. **Proposta**, n. 98, set/nov de 2003. p. 37. Disponível em: <<http://www.fase.org.br/projetos/vitrine/admin/Upload/1/File/Proposta98/danielrech98.pdf>>. Acesso em: 04.06.2014.

⁸² RECH, D. Cooperativas..., p. 44.

⁸³ RECH, D. Economia Solidária..., p. 45.

⁸⁴ RECH, D. Economia Solidária..., p. 44.

Francisco Quintanilha também aponta para o cooperativismo centrado no trabalho e dedica sua pesquisa ao problema do desvirtuamento do cooperativismo de trabalho, que se revela em fraude às garantias sociais trabalhistas por meio da constituição de ‘coopergatos’, que mascaram a relação trabalhista através da terceirização das atividades, realizada pela cooperativa. Para o autor, a questão a fraude deve ser fiscalizada e combatida, entretanto, sem desestimular o *verdadeiro* cooperativismo, centrado no trabalho⁸⁵.

Ainda em uma linha crítica quanto ao tratamento do cooperativismo, a leitura apresentada por Marcos Gonçalves⁸⁶ se constrói a partir dos pressupostos da filosofia da libertação refletindo sobre a temática do trabalho no interior das cooperativas, mais propriamente a absoluta negação do trabalho assalariado. Também Ricardo Pazello⁸⁷, embora não tenha o cooperativismo como temática central, perpassa a questão apresentando uma leitura crítica quanto às possibilidades (e impossibilidades) de libertação nesse contexto.

Essa linha, não tradicional e crítica (na qual tem-se a pretensão de inserir o este trabalho), empenha o esforço em evidenciar os elementos essenciais das contradições impostas pelo atual sistema econômico, que gera a exclusão e a exploração através da extração da mais-valia. A organização do trabalho, que acaba por determinar os papéis sociais, está centrada na figura do assalariamento. Este deveria ser banido da forma cooperativa e também da Economia Solidária, ao menos em suas vertentes críticas. Teoricamente, encontramos menção expressa de Singer quanto ao tema. Ao comentar sobre a ‘emergência’ do cooperativismo no formato popular, a partir do contexto de reestruturação produtiva, Singer afirma: “O que distingue este ‘novo cooperativismo’ é a volta aos princípios⁸⁸, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento.”⁸⁹ Embora exista a referência teórica nessa defesa, a realidade não transparece tal preocupação.

⁸⁵ VERAS NETO, Q. Cooperativismo..., p. 242.

⁸⁶ GONÇALVES, Marcos Rafael G. **A utopia cooperativista regulada pelo direito**: crítica para uma filosofia jurídica transmoderna. Curitiba, 2006. 205 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

⁸⁷ PAZELLO, Ricardo Prestes. **A produção da vida e o poder dual do pluralismo jurídico insurgente**: ensaio para uma teoria de libertação dos movimentos populares no choro-canção latino-americano. Florianópolis, 2010. 401f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina.

⁸⁸ Tema a ser comentado no item 3.2.

⁸⁹ SINGER, P. Introdução..., p. 111.

Inicialmente, é importante anotar a ausência de dados quanto à taxa de contratação de empregados pelos empreendimentos de Economia Solidária. Uma lacuna não justificável diante das palavras tão contundentes de Singer, representante máximo da SENAES. A questão do trabalho assalariado é de primeira ordem à discussão de vertentes que se propõe como *outra economia*. Nesse elemento reside genuinamente uma proposta de alteração da lógica capitalista.

A manutenção da organização social entre empregados e patrões, como um selo das racionalidades capitalistas, novamente corroboram a identificar as grandes empresas cooperativas como capitalistas. Os representantes dos 'sistema OCB' são os primeiros a alardearem o fator "número de empregados" como índice de sucesso do empreendimento.

É realmente impressionante a quantidade de pessoas que trabalham em cooperativas sem que delas sejam sócias, rompendo com o elemento primordial do cooperativismo que é o tratamento igualitário.

Outra leitura diferenciada, com aportes na filosofia da libertação, é apresentada por Euclides André Mance⁹⁰, que se utiliza do paradigma da complexidade para a construção de sua crítica. Em suas formulações articula a necessidade do exercício dialógico, apoiado em valores éticos de afirmação do bem-viver a todos, defende a auto-organização a partir da cooperação solidária, da proximidade humana e a consideração de infinitas conexões entre as pessoas⁹¹. A Economia Solidária, na visão do autor, seria uma economia de libertação, que contribui para a expansão das liberdades públicas e privadas, em condições concretas do seu exercício, consideradas as dimensões: material, tanto ecológicas, quanto econômicas; exercício de poder, na micropolítica – em nível pessoal – e também na micropolítica – em âmbito público; educação e informação, considerando as questões do acesso e também da diversidade interpretativa; e a ética, requerida para a livre realização do bem-viver⁹². Em conjunto essas dimensões são o que permitem o bem-viver, categoria fundamental para a Economia Solidária.

⁹⁰ MANCE, Euclides André. **Constelação Solidarius**: as fendas do capitalismo e sua superação sistêmica. Passo Fundo: IFIBE; IFIL, 2008.

⁹¹ MANCE, Euclides André. **A revolução das redes**: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 55.

⁹² MANCE, Euclides André. Entrevista. **Camponesa**. Revista da Associação de Apoio às Comunidades do Campo do RN - AACC/RN. Março/2013. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1787&Itemid=99999999>. Acesso em: 04.06.2014.

Para que a Economia Solidária apresente condições de alternativa sistêmica frente ao capitalismo, é essencial a organização no que o autor denomina *colaboração solidária*, que consiste na:

(...) estratégia para organização de uma sociedade pós-capitalista, baseada na implantação de redes que conectam unidades de produção e de consumo, em um movimento recíproco de realimentação, permitindo a geração de emprego e renda, o fortalecimento da economia e do poder locais, bem como uma transformação cultural das sociedades em que se implanta, com a afirmação de uma ética e de uma visão de mundo antagônicas não apenas ao neoliberalismo mas ao próprio capitalismo.⁹³

Isoladas, as experiências de Economia Solidária não tem o condão de se apresentarem como alternativa sistêmica, ao contrário, segundo o autor, isoladas, o que fazem é reproduzir o capitalismo.

Se o empreendimento solidário, com seus fluxos econômicos, permanece isolado de outros empreendimentos de economia solidária, mas continua conectado a empreendimentos capitalistas, seus valores econômicos vão alimentar a concentração capitalista e não a distribuição dos valores no setor da economia solidária.⁹⁴

A conexão entre os empreendimentos deve ser dar através da organização de *redes colaborativas solidárias*, criando laços de retroalimentação entre o consumo, a distribuição e a produção utilizando-se sempre de empreendimentos solidários.

Muito embora Mance faça a advertência quanto à necessidade de integrar as atividades da economia solidária em rede, essa proposição ainda está muito longe de ser a realidade.

Os números mais recentes levantados pela SENAES, em parceria com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), são relativos às regiões Norte e Sul do Brasil. Considerando as informações relativas à região Sul, divulgadas em Cartilha Informativa elaborada pela Unisinos⁹⁵, percebe-se a fragilidade dos laços de

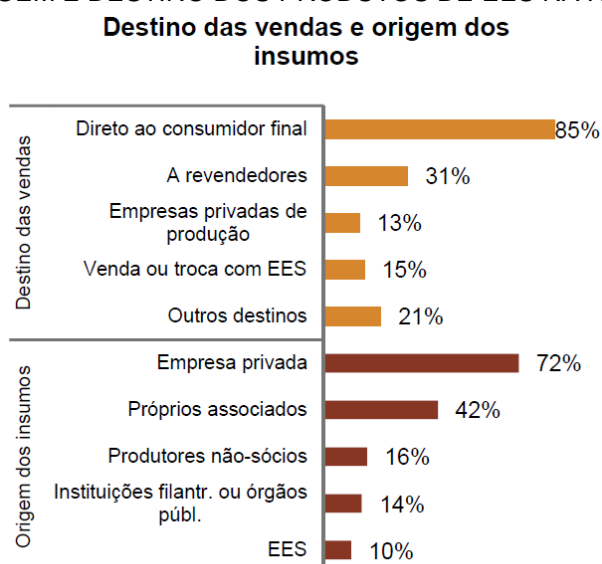
⁹³ MANCE, E. A revolução..., p. 203.

⁹⁴ MANCE, Euclides André. **Redes de Colaboração Solidária** - Aspectos Econômico-Filosóficos: Complexidade e Libertação. Petrópolis: Ed. Vozes, 1 ed. 2002. p. 56.

⁹⁵ As informações disponibilizadas na Cartilha sofram obtidas da base de dados provenientes de entrevistas realizadas com o apoio da Universidade, resultado do Convênio celebrado com a SENAES/MTE. A cartilha apresenta informações mais completas do que os informativos da SENAES, anteriormente citados. (KUYVEN, Patrícia Sorgatto; KAPPES, Sylvio Antonio. **II Mapeamento da Economia Solidária – Região Sul**. Cartilha Informativa. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2013. p. 7.)

cooperação entre os empreendimentos de Economia Solidária. O gráfico 5, abaixo, refere-se a empreendimentos de produção (reunidos grupos informais – 51%; associações – 34%, cooperativas de produção – 13%, e sociedades mercantis – 2%⁹⁶).

GRÁFICO 5 - ORIGEM E DESTINO DOS PRODUTOS DE EES NA REGIÃO SUL - 2013



Obs.: questões com resp. múltiplas.

Fonte: II Mapeamento da Economia Solidária – Região Sul – Cartilha informativa
Elaboração: UNISINOS/SENAES

Chama a atenção o incentivo dos empreendimentos ao sistema capitalista, pois, para seu funcionamento, fazem a compra dos insumos diretamente de empresas. Assim, a Economia Solidária, no lugar de se contrapor ao capitalismo, acaba por reproduzir seu sistema.

Outra interpretação muito particular sobre o elemento político da Economia Solidária foi apresentada por Paul Singer⁹⁷: possibilidade de questionamento (e até de superação) do modo de produção capitalista, em razão de seus postulados básicos serem diferenciado da lógica capitalista:

O capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual.
(...)

⁹⁶ KUYVEN, P.; KAPPES, S. II Mapeamento..., p. 23.

⁹⁷ SINGER, Paul. **Uma utopia Militante**: repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998; SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 5ª reimpressão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual.⁹⁸

Assim, a Economia Solidária seria mais que uma resposta à incapacidade de o capitalismo integrar todos os membros da sociedade em sua economia. A proposta apresentada seria uma alternativa *superior* ao capitalismo⁹⁹.

Ainda que inserida na realidade capitalista, o espaço privilegiado criado no interior dos empreendimentos solidários (e cooperativos), que permite a vivência democrática e solidária, seria parte de um processo transformador das estruturas capitalistas, atuando em espaços marginais do sistema.

Entretanto, para ganhar visibilidade e potencial transformador, os empreendimentos de Economia Solidária teriam que alcançar eficiência e efetividade competindo diretamente com as empresas capitalistas, sob as condições e regras de mercado.

Em outras palavras, para que a economia solidária se transforme de paliativo dos males do capitalismo em competidor do mesmo, ela terá de alcançar níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias comparáveis aos da economia capitalista e de outros modos de produção, mediante o apoio de serviços financeiros e científico-tecnológicos solidários.¹⁰⁰

Este posicionamento é duramente criticado¹⁰¹.

Inicialmente, é preciso problematizar a factibilidade da concorrência entre as empresas capitalistas e os empreendimentos de Economia Solidária. Grande parte dos empreendimentos solidários tem seus quadros compostos por pessoas de baixa escolaridade, reduzidos conhecimentos técnicos, em geral partilham um histórico de precárias condições materiais e grande subserviência, um alto número de

⁹⁸ SINGER, P. Introdução..., p. 10.

⁹⁹ SINGER, P. Introdução..., p. 114.

¹⁰⁰ SINGER, P. Introdução..., p. 120.

¹⁰¹ Várias indicações bibliográficas poderiam ser mencionadas desde diferentes aportes teóricos, inclusive com o propósito de afirmação neoliberal. A título exemplificativo, citam-se alguns autores que se dedicam pesquisas voltadas ao questionamento do atual modelo de mundialização capitalista: CARLEIAL, Liana Maria da Frota; PAULISTA, Adriane. Economia Solidária: utopia transformadora ou política pública de controle social? In GEDIEL, José Antônio Peres (org.). **Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania**. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, n. 2 (2008). p. 9-4; GERMER, Claus. As Dimensões do Cooperativismo no Capitalismo e no Socialismo. In GEDIEL, José Antônio Peres (org.). **Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania**. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, n. 4 (2011). p. 257-277; WELLEN, Henrique. **Para a crítica da "Economia Solidária"**. São Paulo: Outras Expressões, 2012; CIPOLLA, Francisco Paulo. **Notas para uma crítica da economia solidária**. Curitiba: UFPR, 2005.

empreendimentos é informal, o que impede o acesso a financiamentos¹⁰². Essas questões exemplificam a complexidade e desigualdade de condições para que os empreendimentos solidários concorram e, ainda mais, superem as empresas capitalistas.

O postulado de instaurar uma luta econômica a partir da competição com as empresas capitalistas é apresentado por Henrique Wellen como discurso mistificador, porque desconsidera o papel específico de luta da classe trabalhadora diante da estrutura produtiva e das suas conseqüentes contradições¹⁰³.

(...) a reforma social vislumbrada por essa perspectiva [da Economia Solidária] não contempla uma transformação social revolucionária que destrua as causas das contradições sociais, e nem sequer toca no ponto estrutural do modo de produção capitalista.¹⁰⁴

A Economia Solidária não pode se constituir como um modo de produção capaz de superar o capitalismo porque não questiona a forma como a sociedade organiza a produção, pois desconsidera a centralidade da exploração do trabalho como fonte das contradições sociais¹⁰⁵.

Em uma linha de raciocínio similar, a leitura crítica apresentada pela professora Liana Carleial visualiza nos pressupostos e nas práticas da Economia Solidária a aproximação com uma política de controle social da pobreza mais do que uma possibilidade utópica de transformação das estruturas sociais:

(...) a economia solidária não oferece elementos significativos para uma melhor compreensão dos passos para a transição para além do capital (...) Tal como se faz a prática da política pública, no Brasil, a economia solidária se aproxima mais de uma política de controle social que mantém os mais pobres envolvidos na busca de sua precária sobrevivência material por meio de cooperativas e(ou) associações, ensaiando práticas de cooperação e sinergias, porém afastados do que interessa sob o capital, o conflito.¹⁰⁶

Carlos Vainer propõe críticas semelhantes, apontando a impossibilidade de construir projetos alternativos ao capitalismo dentro dos marcos da sua própria

¹⁰² BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Contexto, 2003. p. 151.

¹⁰³ WELLEN, H. Para a crítica..., p. 141; 134.

¹⁰⁴ WELLEN, H. Para a crítica..., p. 139-140.

¹⁰⁵ WELLEN, H. Para a crítica..., p. 140.

¹⁰⁶ CARLEIAL, L; PAULISTA, A. Economia solidária..., p. 13-14.

economia. Para o autor, as propostas de ‘Economia Solidária’ seriam ideologias destinadas ao controle político dos miseráveis¹⁰⁷.

Com uma crítica a partir da teoria marxista, Claus Germer refuta a afirmação de Singer de que a Economia Solidária seria “uma criação em processo contínuo de trabalhadores contra o capitalismo”¹⁰⁸. Para Germer, a Economia Solidária não é capaz de catalisar um processo significativo de mudança social dirigido pela classe trabalhadora¹⁰⁹. Suas críticas recaem à construção da Economia Solidária com aportes nos moldes socialistas. Singer afirma, por exemplo, ser a cooperativa autogerida um embrião ou um ‘implante socialista’¹¹⁰ instaurado nos espaços marginais do capitalismo. Germer, por sua vez, rebate a característica socialista dos empreendimentos:

Na medida que o socialismo é um projeto do proletariado como classe e em oposição ao capitalismo como projeto da classe capitalista, o socialismo só pode ser concebido como um sistema não-capitalista. Com efeito, na formulação marxista o socialismo baseia-se na propriedade social, ou coletiva, ou comum dos meios de produção, como o oposto da propriedade privada, e no planejamento integrado da economia como o oposto do mercado. Na medida que a concepção de ‘economia solidária’, formulada por Singer, se opõe explicitamente a estes dois pilares do socialismo, deve-se forçosamente concluir que a ‘economia solidária’ não é um projeto socialista e não reflete, portanto, os interesses do proletariado como classe.¹¹¹

No que se refere ao mercado, a construção teórica de Singer abre espaço às críticas apontadas por Germer, seja pela apresentação confusa (e até contraditória) de seus fundamentos, seja por apostar nessa estrutura, bem como no apoio estatal, como caminho para a hegemonia a ser alcançada pelos empreendimentos solidários, em competição com as empresas capitalistas. Em um texto curto, de caráter didático, direcionado à formação dos quadros do Partido dos Trabalhadores (PT), Singer apresenta os dois posicionamentos. Em um primeiro momento contrário

¹⁰⁷ VAINER, Carlos. Controle político dos miseráveis ou utopia experimental? **Unitrabalho Informa**, São Paulo, Rede Unitrabalho, v. 3, n. 10, jan. 2000, p. 10-11.

¹⁰⁸ SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 13.

¹⁰⁹ GEMER, Claus. A “Economia Solidária”: uma crítica marxista. In: GEDIEL, José Antônio Peres (org.). **Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania**. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, n. 1 (2007). p. 59.

¹¹⁰ SINGER, Paul. Economia Socialista. In: SINGER, Paul; MACHADO, João. **Economia socialista: socialismo em discussão**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. (coleção Socialismo em Discussão) p. 47.

¹¹¹ GERMER, C. A “Economia Solidária”..., p. 62.

à economia de mercado: “(...) um planejamento geral de uma economia nacional não pode ser a generalização dos planejamentos empresariais, cuja harmonização se faz em mercados” e defende a “invenção de um sistema de planejamento que não pode ser a mera generalização do planejamento empresarial capitalista, pois este pressupõe o mercado e a anarquia da produção social”.¹¹² No correr do texto, entretanto, afirma: “(...) precisamos de mercados porque é a forma de interação que conhecemos, que permite manter as diversas burocracias separadas, evitando que um poder total se aposses da economia”¹¹³. Muito embora o texto não tenha a pretensão teórica de análise do tema, a contradição não pode ser justificada.

Sem dúvidas, as propostas de Economia Solidária inserem-se em um âmbito de crítica das condições desumanizantes atuais. Porém, no lugar de possuir um projeto de ruptura e superação do modo de produção capitalista, os críticos da Economia Solidária alertam para o efeito contrário produzido, ou seja, de desvirtuamento, encobrimento das reais situações concretas (como uma ‘cortina de fumaça’¹¹⁴) e cooptação das energias reativas. Referindo-se à Economia Solidária, Wellen é enfático em afirmar:

Trata-se de uma crítica social, mas que objetiva resultados extremamente limitados que, além disso, quando relacionados com a totalidade do sistema social vigente, possuem não somente uma essência inócua de transformação, mas uma grande influência no estabelecimento da ordem e na manutenção da estrutura social. Nesse sentido, essas nuances da “economia solidária”, seja referente à reforma moral positivista, ou ao novo evangelho social, no lugar de servirem para abrir veredas para a emancipação dos trabalhadores, possuem uma função social oposta: escamotear as reais contradições sociais e desvirtuar o sentido das lutas de classes. Situando os valores sociais como independentes da estrutura produtiva e rogando por uma solidariedade entre todas as pessoas, independentemente de sua classe social, essas experiências promovem uma regressão na análise da sociedade e encaminham uma inflexão mistificadora para a transformação social.¹¹⁵

Os pontos centrais sobre os quais se estrutura o modo de produção capitalista articulam a propriedade privada dos meios de produção destinados à produção de mercadorias por meio da utilização da força de trabalho, organizada em uma específica divisão social que diferencia estruturalmente os proprietários dos não

¹¹² SINGER, P. Economia Socialista..., p. 17.

¹¹³ SINGER, P. Economia Socialista..., p. 34.

¹¹⁴ CARLEIAL, L.; PAULISTA, A. Economia Solidária..., p. 38.

¹¹⁵ WELLEN, H. Para a crítica..., p. 140.

proprietários, destinando àqueles a obtenção do lucro, resultante da extração da mais valia da força de trabalho destes.

Tais questões (propriedade privada; exploração da força de trabalho) não são tomadas como tema central para reflexão de grande parte dos teóricos da Economia Solidária¹¹⁶. O argumento utilizado por Singer, quanto à lógica interna diferenciada da Economia Solidária (e de seu protótipo, a cooperativa de produção) é enfrentado por Germer que, referindo-se ao cooperativismo, porém em uma crítica dirigida a toda Economia Solidária, afirma que, por sua própria natureza e em razão de estarem inseridos na realidade macro capitalista, os empreendimentos estão impedidos de romper ou mesmo questionar o pressuposto da propriedade privada, valor que impera e os atingem desde a exterioridade:

(...) internamente [as cooperativas] constituem propriedade coletiva dos associados, mas externamente são propriedade privada destes em relação a todo o restante a sociedade e a todo o restante da própria classe trabalhadora, que não tem participação alguma nelas.¹¹⁷

No lugar do questionamento dos elementos essenciais do capitalismo, seria presente no projeto da Economia Solidária “a harmonização social de um sistema contraditório baseado na propriedade privada.”¹¹⁸

Outro elemento, essencial à tradição marxista, para superação do capitalismo refere-se à tomada do poder estatal pelos trabalhadores, fator decisivo para a transformação do real, na leitura marxista¹¹⁹.

Depreende-se do exposto que a proposição da Economia Solidária como novo modo de produção, capaz de superar o capitalismo, encontra fortes críticas. Ademais, não se trata de formulação que possua adesão consensual entre os autores da Economia Solidária. Até mesmo Singer, principal expositor dessa interpretação da Economia Solidária, pode ser questionado quando à manutenção dessa ideologia diante das práticas verificadas pela SENAES, órgão dirigido diretamente pelo autor, que ocupa o cargo máximo na sua representação. Para refletir sobre um possível enquadramento das atuais práticas governamentais sobre

¹¹⁶ Esta constatação é um dos elementos a justificar a caracterização da Economia Solidária como uma proposta colonializada, conforme estudos de SILVA, Eduardo Faria da. **Economia Solidária e o Direito: da utopia à colonialidade**. Curitiba, 2011.199 f. Tese (Doutorado em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná. O tema encontrará espaço no item 3.2.

¹¹⁷ GERMER, C. As dimensões..., p. 266.

¹¹⁸ WELLEN, H. Para a crítica..., p. 138.

¹¹⁹ GERMER, Claus. A ‘Economia Solidária’..., p. 57.

Economia Solidária, é oportuno primeiramente fazer referência mais uma interpretação dessa proposta.

Em um posicionamento que transparece passar ao largo do questionamento do modo de produção capitalista, é válida a referência aos fundamentos difundidos por autores como França Filho e Laville, referências bastante usuais na literatura brasileira da Economia Solidária.

Em obra conjunta, França Filho e Laville expõem a visão a respeito das formas de economia, que assumiriam quatro formas: *economia mercantil*, cujo princípio regulador é do mercado autorregulado, no qual as relações são estabelecidas com impessoalidade e equivalência monetária, sob a supremacia do valor do bem trocado; *economia não-mercantil*, cujo princípio é o da redistribuição, garantida e realizada por meio da ação do Estado, ator central dessa economia que estabelece relações verticais com base na obrigatoriedade de pagamento de taxas e tributos; *economia não monetária*, cujo princípio é o da reciprocidade, estabelecendo relações horizontais, consolidadas por lações sociais¹²⁰.

Partindo dessa caracterização, os autores ressaltam que o sistema econômico difundido como único (a partir da modernidade capitalista) leva a naturalização da crença que as trocas mercantis são a exclusiva forma econômica. Em sentido diverso, os autores afirmam:

O que dizer, então das outras formas de produzir e distribuir riqueza construída pelos circuitos não-mercantis da economia? Uma delas seria em torno da ação do Estado, que se baseia num princípio econômico que poderíamos chamar de redistribuição e outras são as variadas formas de reciprocidade, que alimentam relações econômicas não-monetarizadas e permitem a sobrevivência de largas parcelas das populações em diferentes partes do mundo.¹²¹

A partir dessas considerações os autores apresentam sua concepção quanto à Economia Solidária. Não como uma nova forma de economia que viria a acrescentar às formas dominantes de economia¹²², mas sim como rearticulação das três espécies anteriormente citadas:

¹²⁰ FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **A economia solidária numa perspectiva internacional**. Porto Alegre. UFRGS. 2004. p. 43.

¹²¹ FRANÇA FILHO, G.; LAVILLE, J. A economia..., p. 117.

¹²² FRANÇA FILHO, G.; LAVILLE, J. A economia..., p. 107.

Pensamos, dessa forma, que a economia solidária constitui muito mais uma tentativa de articulação inédita entre economias mercantil, não-mercantil e não-monetária, ao invés de uma nova forma de economia que viria a se acrescentar às formas dominantes de economia, no sentido de uma eventual substituição. Este conceito de economia solidária nos aparece, então, como uma projeção ao nível micro ou mesossocial deste conceito macrosocial de economia plural: ele designa efetivamente realidades micro e mesossociais, que constituem formas híbridas das economias mercantil, não-mercantil e não-monetária, e não se deixa apreender pela figura única do “puro” mercado, conhecido apenas pelos economistas ortodoxos.¹²³

A noção esboçada pelos autores é bastante próxima à concepção de “Economia Social”, pontuada por Jacques Dofurny:

Uma definição suméria de economia social remete àquelas atividades econômicas concernindo à sociedade de pessoas que busquem democracia econômica associada à utilidade social. Ampliando-se o escopo de significados, pode-se agregar a essa definição o conceito de solidariedade e, concretamente, a hibridação de recursos mercantis, não-mercantis, e não-monetários.¹²⁴

A discussão sobre a Economia Social é bastante presente no debate europeu, sendo poucos os teóricos brasileiros dedicados à caracterização ou reflexão sobre o instituto¹²⁵. O (res)surgimento¹²⁶ das discussões em torno da Economia Social, principalmente na França, mas também em outros países europeus e até mesmo no Canadá, corresponde às configurações estabelecidas na modernidade, especialmente com a centralidade e primazia da racionalidade econômica em todos os aspectos da vida social.

Os empreendimentos mais tradicionais refletem uma articulação muito próxima aos poderes públicos, situação marcada pelo contexto de crise econômica e aumento do desemprego, pós Segunda Guerra Mundial¹²⁷. A situação revelou uma gradual transferência de ações sociais para a reponsabilidade privada, com o enfraquecimento do Estado de Bem-estar Social.

¹²³ FRANÇA FILHO, G.; LAVILLE, J. A economia..., p. 187.

¹²⁴ DEFOURNY, Jacques. Economia Social. In CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro (coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo; Coimbra: Almedina, 2009. p. 156.

¹²⁵ OLIVEIRA, Luciana Vargas Netto. Os diferentes significados histórico-políticos das concepções de “Economia Social” e “Economia Solidária”. In GEDIEL, José Antônio Peres (org.). **Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania**. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, 2005. p. 83.

¹²⁶ Autores apontam as origens da Economia Social estaria relacionada ao contexto medieval ou até ao mundo antigo. Sem adentrar na discussão crítica quanto às vicissitudes de cada período histórico específico, registra-se a referência: DEFOURNY, J. Economia..., p. 156; MOTCHANE, Jean-Loup. Economia social e economia solidária: álbi ou alternativa ao liberalismo? Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=45>>. Acesso em: 06.06.2014.

¹²⁷ MOTCHANE, J. Economia Social...

De outro lado, o êxito e o crescimento da Economia Social “engendraram uma necessidade maior de institucionalização, questionando algumas vezes, mas nem sempre os princípios fundadores.”¹²⁸

De acordo com Anne Marie Wautier, a Economia Social, especialmente na sua vertente francesa, assenta-se prioritariamente sob os princípios de livre adesão, democracia interna, lucratividade limitada (que significa o reinvestimento dos excedentes na ação social e não-lucratividade individual dos associados, valorização do humano e da solidariedade. Essencialmente utiliza-se um critério jurídico para identificar os atores da Economia Social: as cooperativas, as mutualidades e as associações¹²⁹. Esta seria uma primeira diferenciação com a Economia Solidária, que possui (inclusive em âmbito europeu) uma pluralidade de formas de atividade econômica.

A Economia Solidária, nesse contexto europeu, consiste em um movimento mais recente, por vezes designado como uma nova geração da Economia Social, que apresenta inovações organizativas e atuação destinada principalmente, embora não exclusivamente, a populações carentes ou excluídas. Frequentemente essa ‘nova economia social’ apresenta a tendência de se opor às grandes e tradicionais organizações, fortemente institucionalizadas¹³⁰. Em razão disso, a chamada Economia Solidária europeia (ainda que seja um braço da Economia Social) é apontada como uma retomada da autenticidade da ação solidária e “uma reação à ‘banalização’ da ação de organizações que às vezes se aproximam demais da economia capitalista e entram no ciclo da concorrência.”¹³¹

Para concluir a exposição quanto à Economia Social, embora o tema seja retomado no item 3.2, vale a referência de que não há uma proposta de superação do capitalismo, mesmo considerando-se a diversidade de ‘gerações’ da Economia Social¹³².

¹²⁸ DEFOURNY, J. Economia..., p. 159.

¹²⁹ WAUTIER, Anne Marie. Economia social na França. In CATTANI, Antonio David (org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 109.

¹³⁰ DEFOURNY, J. Economia..., p. 159.

¹³¹ WAUTIER, A. Economia..., p. 110.

¹³² CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Subdesenvolvimento e Mercado de Trabalho no Brasil. In Colóquio Internacional sobre Mercado de Trabalho, Trabalhador Pobre, Proteção Social e Enfrentamento da Pobreza nos contextos do Brasil e Canadá. Fortaleza: Faculdade de Economia – UFC, 2012. Disponível em: <<http://www.gireps.org/sites/default/files/Frota%20Carleial,%20Subdesenvolvimento,%20formacao%20do%20mercado.pdf>>. Acesso em: 06.06.2014.

Outras peças que se juntam a esse mosaico de interpretações quanto à *Outra Economia* dizem respeito à Economia do Trabalho, com destaque para as contribuições de José Luis Coraggio¹³³, e à Economia Popular, com escritos de Luis Razeto¹³⁴ e Lia Tiriba¹³⁵.

A Economia do Trabalho é apresentada como uma forma diferenciada de organização da produção, que considera prioritariamente a lógica reprodutiva da vida. A compreensão dessa proposta é facilitada pelo contraponto com a Economia de Capital. Assim, enquanto o que prevalece na proposta alternativa é a qualidade da vida, na Economia do Capital é a lucratividade. Nesse objetivo produz a mercantilização do trabalho, separando a pessoa e a sua capacidade de trabalho, transformando esta última em mercadoria fictícia, que é comprada e vendida em um mercado. A Economia do Trabalho questiona tal alienação e busca a realização efetiva do potencial dos trabalhadores, considerando-os em sua subjetividade e não como objeto, ‘recurso humano’ ou ‘capital humano’, considera-se a essencialidade qualitativa do que possa ser a qualidade de vida e não a exclusiva lógica quantitativa de lucratividade e eficiência. A economia que se centra no trabalho pretende satisfazer as necessidades legítimas de todos, mediada pelo mercado regulado, porém também por relações solidariedade e justiça¹³⁶.

Para além da busca pela recuperação do pleno emprego como garantia de renda e consumo na sociedade capitalista, Coraggio propõe:

(...) reconhecer, recuperar, potencializar, inventar e desenvolver de outras formas de motivação e coordenação das atividades humanas, para que se alcancem outros produtos e resultados desejáveis e para que se possa desfrutar plenamente a vida cotidiana, a qual também inclui trabalho como experiência de deleite e fraternidade.¹³⁷

Segundo o autor, seria possível a coexistência das formas de organização econômica (capital e trabalho), desde que reguladas, possuindo um planejamento estratégico e efetiva representação dos interesses de cada qual. O Estado, como

¹³³ CORAGGIO, José Luis. **Economía Social y Solidaria**. El trabajo antes que el capital. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2011.

¹³⁴ RAZETO, Luis. **Empresas de trabajadores y economía de mercado**. Santiago de Chile: Programa de Economía del Trabajo – PET, 1991.

¹³⁵ TIRIBA, Lia. **Economia popular e cultura do trabalho**: pedagogia(s) da produção associada. Ijuí: Unijuí, 2001.

¹³⁶ CORAGGIO, J. Economía Social..., p. 131-132.

¹³⁷ CORAGGIO, J. Economia do Trabalho. In CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro (coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo; Coimbra: Almedina, 2009. p. 122.

parte da economia pública¹³⁸, teria papel importante nessa harmonização, juntamente como outras formas de poder coletivo (sindicatos, movimentos sociais, associações, etc.)¹³⁹.

Enquanto a forma elementar da Economia do Capital é a empresa de capital, a Economia do Trabalho congrega uma diversidade de formas, desde processos autogestionados pelos trabalhadores, trabalhos domésticos e comunitários, como também o próprio trabalho assalariado, sem descurar da tensão relativa à busca por autonomia e emancipação dos trabalhadores sob a direção do capital¹⁴⁰. As diversas formas de organização da Economia do Trabalho são designadas Unidade doméstica (UD), que, em conjuntos, conformam o que é chamado de Economia Popular¹⁴¹.

A par da grande proximidade com a Economia do Trabalho, Economia Popular se diferencia no absoluto repúdio da quanto à instrumentalização da força de trabalho como mercadoria¹⁴², padrão de produção da riqueza na economia capitalista. Os atores desse movimento são aqueles que não vivam da exploração da força de trabalho alheio e nem da riqueza acumulada nestas condições, “sua única riqueza é a força de trabalho e – sobretudo – a ânsia de viver”¹⁴³.

Assim, a Economia Popular pode ser considerada como um conjunto de atividades, que podem ser econômicas e sociais, desenvolvidas por pessoas pertencentes dos setores populares (desempregadas ou subempregadas) com o objetivo de assegurar a reprodução da vida social, com a satisfação das necessidades humanas materiais e imateriais, mediante a utilização da própria força de trabalho¹⁴⁴. Além das práticas sociais, cujo objetivo imediato é a obtenção de ganhos monetários, estão inseridos nos objetivos da Economia Popular ações de solidariedade, o que gera a aproximação direta com a Economia Solidária, chegando

¹³⁸ Para o autor, a economia estaria subdividida em três subsistemas: além da economia do capital e da economia do trabalho, a economia pública corresponde à empresa estatal e à burocracia estatal (esta não orientada para o lucro). (CORAGGIO, J. Economía Social..., p. 134)

¹³⁹ CORAGGIO, J. Economía do Trabalho..., p. 123.

¹⁴⁰ CORAGGIO, J. Economía Social..., p. 126; 132-133.

¹⁴¹ CORAGGIO, J. Economía do Trabalho..., p. 122.

¹⁴² ICAZA, Ana Mercedes Sarria; TIRIBA, Lia. Economía Popular. In CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro (coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo; Coimbra: Almedina, 2009. p. 153; 150; 151.

¹⁴³ RAZETO, Luis. Economía de solidariedade e organização popular. In GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (org.). **Educación comunitária e economía popular**. São Paulo: Cortez, 1993. p. 31.

¹⁴⁴ ICAZA, A.; TIRIBA, L. Economía Popular..., p. 150.

a ser designada por Razeto de ‘Economia Popular Solidária’¹⁴⁵. Incluem-se nesta perspectiva diversas práticas, tais como ações coletivas organizadas em comunidade para a manutenção e melhoria da unidade doméstica e da qualidade de vida, redes de convivência, grupos de produção comunitários, associados ou cooperativos, atividades assistenciais e até atividades ilegais (como pequenos delitos e prostituição)¹⁴⁶.

Vale pontuar, a exemplo do anteriormente feito, a importância das discussões propiciadas pelas duas últimas vertentes expostas, que em comum, dedicam-se teórica e praticamente a processos de valorização do trabalho. Colocar acento nas questões que são centrais ao conflito a que estão expostos os componentes mais frágeis da sociedade, aqueles que possuem unicamente sua força de trabalho como forma de garantir sua sobrevivência (quando não de uma família).

Não é objetivo deste trabalho estabelecer uma sistematização dos marcos teóricos da Economia Solidária. A exposição feita pretende tão somente evidenciar que as leituras a respeito desse tema são variadas. Essa característica abre espaço para críticas no sentido de que a Economia Solidária é uma proposta com fundamentos e conteúdos apresentados de forma pouco analítica, marcada pela falta de consenso teórico, metodológico e político¹⁴⁷.

A falta de consenso e multiplicidade de interpretações e construções teóricas sobre a Economia Solidária é assumida e ressaltada pelos próprios autores desse tema, como é exemplo a anotação de Gainger:

(...) quando falamos de *economia solidária* (...) não podemos perder de vista que o conceito recobre uma realidade diversa, feita de motivações e iniciativas com origens e natureza distintas, próprias a cada lugar e circunstância, sem que comportem, necessariamente, uma expectativa ou compromisso prévio com a construção de uma nova totalidade social. O conceito, como toda abstração, enfatiza alguns traços da realidade, entre outros que se poderia registrar.¹⁴⁸

Todas essas visões permeiam as construções teóricas do cooperativismo, especialmente em sua vertente popular.

¹⁴⁵ RAZETO, L. Economia de solidariedade..., p. 27.

¹⁴⁶ ICAZA, A.; TIRIBA, L. Economia Popular..., p. 150; 152.

¹⁴⁷ WELLEN, H. Para a crítica..., p. 24; 111.

¹⁴⁸ GAINGER, Luiz Inácio. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In SINGER; Paul; SOUZA, André Ricardo de (orgs.). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000. (Coleção economia). p. 269.

Portanto, o que se buscou até o presente momento foi apresentar a vastidão e complexidade do tema tratado. Determinar a especificidade do cooperativismo, imerso nesse cenário é uma difícil tarefa, diante de tamanha variação entre os posicionamentos, metodologias e interpretações políticas que revelam confrontos inclusive internamente a determinadas vertentes e até no posicionamento de um único autor.

Ainda, é necessário ressaltar que as inconciliáveis posições sobre o cooperativismo popular e a Economia Solidária estão em disputa inclusive sobre serem estas propostas viáveis, mesmo considerando autores entusiastas da crítica ao atual sistema econômico-social.

Tais críticas são extremamente oportunas se for considerado que o cooperativismo tem sido proposto por setores opostos e em conflito dentro da sociedade capitalista:

(...) o cooperativismo tem sido proposto tanto por governos e indivíduos de direita – reacionários, conservadores – como pela esquerda – pelos progressistas, por aqueles que lutam por sociedades mais justas (...) o cooperativismo tanto pode ser um instrumento de emancipação dos trabalhadores como pode ser usado para tornar, para esses mesmos trabalhadores, mais desvantajosas as relações de trabalho.¹⁴⁹

Assim, questiona-se se há garantias de que ao afirmar o cooperativismo se está afirmando uma proposta que proteja e defenda os interesses dos setores sociais que suportam as mazelas do atual sistema econômico.

Agradecendo ao leitor por ter acompanhado a exposição de variadas leituras, é preciso pontuar que o objetivo foi tão somente delinear a realidade em que se insere o cooperativismo.

É impossível falar em cooperativismo, na atualidade brasileira, sem considerar os três âmbitos apresentados: a noção de cooperativismo empresarial, o cooperativismo popular, que se insere nas discussões sobre a Economia Solidária, porém, esse último âmbito é bastante mais amplo e não é possível desconsiderar suas nuances sob o risco de obstar a compreensão das implicações ao

¹⁴⁹ VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. **Cooperativismo**: uma revolução pacífica em ação. Rio de Janeiro: DP & A, Fase, 2001 (col. economia solidária). p. 13;14.

cooperativismo, seja quanto às relações concretas ou sua reprodução institucional e legal¹⁵⁰.

A descrição das múltiplas vertentes, embora se tenha realizado uma análise exaustiva de cada autor, apresentou-se de forma não sistematizada (e por isso o agradecimento ao empenho na leitura).

A falta de sistematização na exposição não foi proposital, mas reflete a complexidade do tema, quer nas formulações teóricas, quer na representação quantitativa da realidade.

Os referenciais teóricos, sumariamente expostos, são por vezes opostos, por vezes de semelhança tal que leva ao questionamento quanto à necessidade de diferenciações em nomenclaturas e posicionamentos.

Entretanto, colocar relevo nas distinções, por mais sutis que pareçam, demonstra o empenho desta pesquisa em atribuir cor a cada um dos matizes, tentando aproximar-se ao máximo da aquarela que constitui o real concreto.

De forma complementar, a apresentação dos números, pesquisas e tabelas constituem um valioso material empírico, uma fonte rica para a reflexão e delineamento da realidade, muito embora em razão dos métodos e metodologias diferenciados (cuja análise não foi objeto de problematização neste trabalho) gerarem entraves substanciais para uma análise comparativa.

A impossibilidade de comparação entre as fontes de dados numéricos (MTE, OCB, SENAES) deixa um hiato (número de cooperativas assim declaradas no MTE é muito superior à soma dos números apresentados pela OCB e números de cooperativas cadastradas nas SENAES).

A reunião desses dados não permite a caracterização com exatidão das formas cooperativas existentes.

Diante desse quadro, caótico e complexo, que se propõe avançar a reflexão, buscando, em um próximo passo, extrair as determinações essenciais do que seja o cooperativismo na atualidade, para então retornar a atenção à realidade com o objetivo de melhor compreendê-la.

¹⁵⁰ Registra-se, antecipando temas a serem expostos, que o movimento da Economia Solidária tem reivindicado um marco legal próprio, que – em ocorrendo – irá considerar e terá implicações diretas sobre o cooperativismo.

Antes, entretanto, é necessário fazer breves anotações sobre o histórico do tema, bem como a exposição panorâmica da consequente institucionalização e regulação no Brasil.

1.3. Influências históricas e a institucionalização do cooperativismo

Um significativo número de teóricos¹⁵¹, ao definir o que seja a cooperativa, apresenta seus aportes nos princípios extraídos da experiência de Rochdale e, especialmente, na leitura cristalizada pela ACI, conforme anteriormente exposto. Tais postulados possuem uma força fática, força de algo já estabelecido. Entretanto, rompendo com uma visão tecnicista e dogmática, é preciso questionar em que medida essas determinações possuem aplicação (e caráter explicativo) para a multiplicidade do real do cooperativismo. Conforme anteriormente registrado, historicamente apresentam-se dúvidas quanto à abrangência dos princípios formulados em âmbito internacional.

Um dos autores mais conservadores do direito cooperativo, Walmor Franke¹⁵², chega a reconhecer a dificuldade da definição do cooperativismo em termos gerais:

(...) a noção de “cooperativa” é de conteúdo complexo, pois, na realidade, nenhum dos elementos que lhe compõem a fisionomia, é por si só, suficiente para caracterizá-la (...) [Seus] aspectos tornam difícil, quando não impossível, distinguir as cooperativas por uma nota ou característica que lhe seja exclusiva e que, por si só, permita a sua tipificação (...). É difícil colocar todo esse conteúdo, matizado de aspectos objetivos e subjetivos, econômicos e psicológicos ao mesmo tempo, no invólucro de uma definição jurídica que o traduza, de modo perfeito, em toda a sua densidade e extensão.¹⁵³

¹⁵¹ FRANKE, W. Direito..., p. 116; PINHO, Divas Benevides. **Cooperativas e Desenvolvimento Econômico**: o cooperativismo na promoção do desenvolvimento econômico do Brasil. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP: São Paulo, 1963. p. 49; BULGARELLI, Waldírio. **Elaboração do Direito Cooperativo** (um ensaio de autônima). São Paulo: Editora Atlas, 1967. p. 21.

¹⁵² Walmor Franke acompanhou ativamente a formulação e aprovação da Lei 5.764/71 (Lei do Cooperativismo), ainda em vigor, que institui a política nacional do cooperativismo.

¹⁵³ FRANKE, W. Direito..., p. 74.

Entretanto, reconhecer a dificuldade e, nas palavras do autor, até mesmo a impossibilidade de definição do cooperativismo, não significou que o autor tomasse para si suas próprias considerações. Ao contrário, é também um dos autores que reforça a experiência de Rochdale e a autoridade da ACI na definição de cooperativa. Ignorando o que havia dito poucas páginas antes (acima transcrito), o autor faz afirma, de forma absoluta, sobre o que seria a 'autêntica' cooperativa:

O tipo cooperativo ideal seria o que preenchesse todos os requisitos teoricamente enunciados pela organização mundial das cooperativas, a ACI. Quando esses requisitos se verificam no caso concreto, a tipicidade da cooperativa se torna inquestionável.¹⁵⁴

Por certo, a impossibilidade anteriormente referida pelo autor não deve ser empecilho ao estudo, nem mesmo a adoção pura e simples de considerações que se impõe por razões puramente fáticas. Neste trabalho, segue-se em outra trilha: pelo que seria a essencialidade da cooperativa e, por extensão, do cooperativismo, que será visto no capítulo seguinte.

1.3.1. A força histórica do cooperativismo: 'utópicos' e Rochdale

A exposição proposta para este tópico não traduz um apego à explicação histórica. A razão para os apontamentos que seguem está relacionada a um uso constante (e, por vezes, indiscriminado) de argumentos históricos nos discursos sobre o cooperativismo (em suas diversas vertentes), como também na Economia Solidária.

Nas lições de Marx, referidas no momento inaugural deste capítulo, as elaborações teóricas sobre a realidade podem partir de dois caminhos: o desenvolvimento histórico ou o lógico (que considera os elementos essenciais que constituem a realidade). O autor ressaltou que apenas o segundo seria

¹⁵⁴ FRANKE, W. Direito..., p. 116.

autenticamente científico¹⁵⁵. E, por valorizar suas reflexões, esta pesquisa intentou o desafio de buscar a essencialidade do tema.

Porém, as anotações a seguir têm por objetivo trazer a tona que a forma corriqueira de utilização da história, para justificação de posicionamentos no que se refere às vertentes do cooperativismo e da Economia Solidária, pode tomar feições de um discurso legitimador das propostas atuais. Apelando para o peso da história, algumas formulações se utilizam de argumentos como ‘desde os mais remotos tempos se procede de tal maneira...’ ou ‘desde as mais antigas civilizações já existia determinado comportamento ou pensamento...’. Tal discurso, que assume as mais variadas formas, pretende justificar o que é, em verdade, uma eleição do próprio autor como se fosse algo autêntico, ‘natural’, consensual e imune ao tempo. Constrói uma ‘ponte de chegada’ ao presente, desconsiderando múltiplas determinações e os sentidos alterados dos institutos quando submetidos a contextos diferenciados.

Neste sentido, são lúdicas as orientações de Hespanha quanto à correta abordagem historiográfica, que liberta o passado da leitura escravizante feita pelos olhos do presente:

(...) [o passado] deixa de ser um precursor do presente, um ensaiador de soluções que vieram a ter um completo desenvolvimento no presente. E, com isto, deixa de ter que ser lido na perspectiva do que veio depois. O passado é libertado do presente. A sua lógica e as suas categorias ganham espessura e autonomia. A sua diferença emerge majestosamente. Esta emergência da diferença, dessa estranha experiência que nos vem do passado, reforça decisivamente o olhar distanciado e crítico sobre os nossos dias (...), treinando-nos, além disso, pra ver coisas diferentes na aparente monotonia do nosso tempo.¹⁵⁶

É – também – atentando a esse cuidado metodológico, necessário à utilização da história, que os temas abordados neste momento não foram colocados como inaugurais (procedimento corriqueiro em diversos trabalhos, cujo primeiro capítulo destina-se a uma espécie de ‘escorço histórico’ dos institutos...).

A intenção aqui trabalhada é radicalmente diferenciada. Os encadeamentos históricos não são utilizados para a explicação e compreensão do real vivenciado atualmente.

¹⁵⁵ MARX, K. Grundrisse..., p. 54.

¹⁵⁶ HESPANHA, Antônio Manuel. **Cultura jurídica europeia: Síntese de um milênio**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005. p. 43.

Feitas essas ressalvas introdutórias, passa-se ao relato, ainda que breve, de alguns dos elementos históricos marcantes e constantemente revividos nas formulações teóricas quanto ao cooperativismo e Economia Solidária.

Antecipa-se que a leitura normalmente realizada sobre o cooperativismo a partir de eventos históricos, apresenta-se em dois horizontes: com aportes em fundamentos teóricos vinculados a autores como Owen, Fourier, Saint-Simon e Proudhon, reunidos em uma única e abrangente ‘categoria’ de ‘socialistas utópicos’; de outro lado, a institucionalização das primeiras cooperativas modernas, cujo principal ‘marco’ é a Cooperativa de Rochdale.

Em uma ou em outra abordagem, o cooperativismo é apresentado como movimento que surge da reação ao contexto de exploração e exclusão engendrado pelo capitalismo industrial. Condições que correspondiam, sinteticamente, a absoluta precariedade de moradia, alimentação e mínimas condições de manutenção e reprodução da vida. Sem direitos sociais ou trabalhistas, a jornada de trabalho chegava a 16 horas diárias, os salários miseráveis. Situação ainda mais drástica era imposta a mulheres e crianças, obrigadas a trabalhar com remunerações ainda mais simbólicas¹⁵⁷. Nesse contexto que surgem alguns movimentos cooperativos, como reação a tais condições.

O primeiro registro de formação cooperativa dada de 1760, com a reunião de trabalhadores dos estaleiros de Woolwich e Chatham, que fundaram moinhos de cereais na tentativa de fugir do monopólio local dos moleiros e seus altos preços¹⁵⁸. Na Europa do final do século XVIII os produtos de primeira necessidade tiveram os preços extremamente elevados¹⁵⁹. O aumento brutal no preço do trigo impulsionou a criação de moinhos e padarias cooperativas¹⁶⁰. Em 1769, tem-se o registro da cooperativa de consumo fundada por tecelões de Fenwick, na Inglaterra. Outra cooperativa de consumo foi registrada em 1777 na Escócia, a Govan Victualling

¹⁵⁷ As reações a esse contexto marcaram a chamada Revolução Industrial, como resultado da combinação de inúmeros fatores, dentre os quais o liberalismo econômico, a acumulação de capital e, em grande medida, as inovações científicas. Iniciada na Inglaterra na metade do século XVIII. Consistiu numa radical transformação na vida humana, marcada pela mudança do processo produtivo, que teve desdobramentos econômicos e também culturais, políticos e principalmente sociais.

¹⁵⁸ SINGER, P. Uma utopia..., p. 40.

¹⁵⁹ Uma das razões para escassez e elevação dos preços dos alimentos foi a intensidade de conflitos e guerras no período, que congregaram as chamadas ‘Revoluções Burguesas’, entre as quais estavam: o período das conquistas napoleônicas, a independência das colônias norte-americanas, em 1776 e a Revolução Francesa, que estourou em 1789.

¹⁶⁰ VERAS NETO, F. Cooperativismo..., p. 50.

Society. Em 1795, na Inglaterra, registrou-se a cooperativa de consumo Oldham Co-operative Supply Company¹⁶¹. Cada um desses casos cooperativos, por certo, tem sua própria história e vicissitudes. A pretensão, no entanto, é apenas a de fazer o registro de suas existências.

Além das formas cooperativas, outras associações comunitárias marcaram o período. A exemplo das 'Aldeias Cooperativas' inglesas, que consistiam em acomodações adquiridas para grupos viverem em comunidade, cada qual com o exercício de seus ofícios destinados ao benefício comum. Em 1821 e 1822, como fruto dessa experiência, circulou o primeiro jornal cooperativo (The Economist). A Irlanda foi palco da Ralahine Co-operative Community, comunidade de base associativista estabelecida entre 1831 e 1833¹⁶². Essas e outras experiências foram influenciadas pelo pensamento de Robert Owen¹⁶³, que dedicou pessoal incentivo à causa do associativismo.

Como grande industrial que era, Owen tinha um grande número de trabalhadores em sua fábrica. As condições eram as mesmas do contexto do período industrial, já citado. Entretanto, Owen sensibilizou-se com a causa dos trabalhadores e conferiu-lhes tratamento diferenciado¹⁶⁴. Suas ações foram além da filantropia, dedicando sua vivência e fortuna ao projeto que ficou conhecido como 'Aldeias Cooperativas'. Local onde pessoas que não tinham proventos (e eram subsidiadas por paróquias) poderiam viver em comunidade e produzir em comum, consumindo seus próprios produtos e trocando os excedentes com outras Aldeias¹⁶⁵. O projeto era regido por valores da associação produtiva, com bens coletivos, direção comum e autogestão democrática. Pelos valores que propagava e

¹⁶¹ SINGER, P. Uma utopia..., p. 40.

¹⁶² SINGER, P. Uma utopia..., p. 40.

¹⁶³ Robert OWEN (1771-1858) foi um grande industrial, proprietário e condutor da grande empresa têxtil New Lanark. As condições nas quais funcionava sua indústria eram semelhantes a outras da época: às margens de corrente d'água, responsáveis pela energia hidráulica da fábrica, e longe dos centros comerciais, de forma que o dono da empresa era também proprietário das residências em que moravam os trabalhadores e das vendas que os abastecia. (SINGER, P. Uma utopia..., p. 31.)

¹⁶⁴ Ao contrário do que se via à época, Owen buscava romper com a exploração dos trabalhadores e lhes demonstrava preocupação. Neste sentido, teve o cuidado de preparar o ambiente que disponibilizou aos trabalhadores: "adquiriu a casa e as terras em que viveu Lord Braxfield, abriu a área aos trabalhadores, construiu novas casas e reformou as velhas, abriu uma escola, inaugurou uma loja em que artigos não adulterados podiam ser adquiridos a preços baixos, reduziu a jornada de trabalho e aumentou os salários." Owen manteve o pagamento dos salários mesmo em um determinado momento em que a fábrica teve sua produção suspensa por causa de guerra (situação que normalmente levaria à demissão dos trabalhadores). Tais ações renderam-lhe a fama de filantropo. (SINGER, P. Uma utopia..., p. 31.)

¹⁶⁵ SINGER, P. Uma utopia..., p. 32.

acreditando no exemplo concreto, Owen ficou conhecido como ‘pai do cooperativismo’¹⁶⁶.

Na França, o movimento associativista foi impulsionado pelas considerações de Saint-Simon, Charles Fourier e Pierre-Joseph Proudhon.

Considerado por Engels como o autor mais completo dentre os utópicos¹⁶⁷, Saint-Simon¹⁶⁸ trazia em sua ampla visão germes das ideias que nortearam os socialistas posteriores, utilizando-se de elementos não estritamente econômicos. No desenvolvimento de suas ideias o conceito de trabalho é cada vez mais claramente formulado e explicitado ao ponto de ser classificado como uma ‘filosofia do trabalho’. A crítica de Saint-Simon recaía na estrutura social injusta, que dividia a sociedade em duas classes: uma maioria explorada e uma minoria de aristocratas, proprietários rentistas e eclesiásticos, a quem eram atribuídos privilégios. Na visão do autor, parasitas e ociosos se beneficiavam da produção. Assim, propunha uma estrutura de Estado, composto por ‘homens úteis’ e centrado na produção industrial, cuja mediação permite a satisfação das necessidades humanas (materiais e sociais)¹⁶⁹.

Com a influência das ideias associacionistas saint-simonistas, surge outro nome relevante ao movimento cooperativista: Philippe Buchez¹⁷⁰. As ideias desse autor, que criticam a estrutura social dividida entre classe possuidora dos instrumentos de trabalho e classe que “não possui nada”¹⁷¹, apostavam na associação operária de produção¹⁷², como o “meio de melhorar a condição dos assalariados da cidades”¹⁷³. O autor considerou o trabalho como força existencial-social, a dimensão prioritária da associação proposta. Assim, a produção, e por tanto o trabalho, é o constitutivo do capital. Como consequência da centralidade do capital

¹⁶⁶ CARNEIRO, P. Cooperativismo..., p. 64.

¹⁶⁷ ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Trad. Ubiracy Cintra. São Paulo: Moraes, s.d. p. 36.

¹⁶⁸ Claude Henri de Rouvroy, conhecido como conde de SAINT-SIMON (1760-1825) foi economista e filósofo, precursor do socialismo moderno e teórico do socialismo utópico. (RUSS, Jaqueline. **O socialismo utópico**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 91.)

¹⁶⁹ RUSS, J. **O socialismo**..., p. 91; 95-96.

¹⁷⁰ Philippe BUCHEZ (1796-1865) médico humanista, dissidente do movimento saint-simonista e socialista cristão. (CARNEIRO, P. Cooperativismo..., p. 89-90).

Robert OWEN (1771-1858) foi um grande industrial, proprietário e condutor da grande empresa têxtil New Lanark. As condições nas quais funcionava sua indústria eram semelhantes a outras da época: às margens de corrente d’água, responsáveis pela energia hidráulica da fábrica, e longe dos centros comerciais, de forma que o dono da empresa era também proprietário das residências em que moravam os trabalhadores e das vendas que os abastecia. (SINGER, P. Uma Utopia... p. 76.)

¹⁷¹ *Apud* RUSS, J. **O socialismo**..., p. 123.

¹⁷² O termo cooperativismo não fazia parte do vocabulário de Buchez. (CARNEIRO, P. Cooperativismo..., p. 94.)

¹⁷³ *Apud* CARNEIRO, P. Cooperativismo..., p. 29.

social, Buchez propôs, de forma inovadora, o retorno dos benefícios obtidos pela associação pro-rata ao trabalho realizado¹⁷⁴.

Historicamente também são relevantes as experiências dos Falanstérios, idealizados por Charles Fourier¹⁷⁵, cuja associação implicaria na participação e posse coletiva¹⁷⁶, lugar em que cada participante poderia desempenhar a atividade que lhe garantisse satisfação, de forma que todas as paixões ali estariam representadas¹⁷⁷. Sua proposição revela a importância que o autor dava à livre associação e a transformação do trabalho em prazer.

Outra influência referida pelos autores do cooperativismo brasileiro é Proudhon¹⁷⁸ e sua defesa na propriedade coletiva dos meios de produção pelos trabalhadores.

As vivências e reflexões trazidas por esses autores, chamados indistintamente de socialistas utópicos, são válidas às reflexões do cooperativismo brasileiro, segundo Singer, porque “foram abrindo seus próprios caminhos, pelo único método disponível no laboratório da história: o da tentativa e erro.”¹⁷⁹

Em bases muito diferentes das expostas acima, outra formulação bastante apontada como influência ao cooperativismo é atribuída a Charles Guide¹⁸⁰, especialmente em âmbito institucional internacional. O autor é apontado por Carneiro como um “cooperativista liberal” porque suas proposições em nada contradizem a economia capitalista¹⁸¹. Para corroborar sua interpretação, Carneiro cita as palavras de Gide:

¹⁷⁴ *Apud* CARNEIRO, P. Cooperativismo..., p. 96-97; 94; 92.

¹⁷⁵ Charles FOURIER (1772-1837) entendia que o trabalho deveria ser um ato prazeroso. Essa concepção estava na base da sua formulação de unir os homens para a ação conjunta. Esforçou-se para demonstrar o desperdício da concorrência capitalista, as agruras dos trabalhadores e as possibilidades da cooperação. (RUSS, J. O socialismo..., p. 103-104.)

¹⁷⁶ RUSS, J. O socialismo..., p. 112.

¹⁷⁷ THIAGO, Raquel S. **Fourier**: Utopia e esperança na península do Saí. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995. p. 29-30.

¹⁷⁸ Pierre-Joseph PROUDHON (1809-1865). Severo crítico francês de grande influência, anarquista e sindicalista de origem proletária. Desenvolveu a ideia do tempo de trabalho como uma medida para o valor. Entendia que a alienação era causada pela crença em Deus, no Estado e na propriedade. Neste sentido, opôs-se à propriedade privada, a qual considerava raiz do mal e tornava necessário o governo e a autoridade. Foi fortemente criticado por Marx na obra *Miséria da Filosofia*. (RUSS, J. O Socialismo..., p. 125-146.)

¹⁷⁹ SINGER, *Introdução*..., p. 38.

¹⁸⁰ Charle GUIDE (1847-1932) economista francês, professor e autor de diversas obras. Maior expoente do cooperativismo de consumo. Destacava-se na oratória, na cátedra e teve grande liderança nos congressos de cooperativismo franceses e internacionais. (CARNEIRO, P. Cooperativismo..., p. 108.)

¹⁸¹ CARNEIRO, P. Cooperativismo..., p. 108; 111.

Se os economistas da escola liberal não gostam dos cooperativistas, a recíproca não é verdadeira. Nós pensamos dela muito bem. É uma grande página histórica econômica a escola liberal. Mau grado [sic] todas as críticas que ela nos dirige, nós lhe rendemos homenagem. (...) A escola cooperativa tem o mesmo fim, em suma, que a escola clássica liberal: a abundância de riquezas, o mercado farto, todos os meios próprios a dar a cada indivíduo o máximo de satisfação.¹⁸²

Para Gide, o cooperativismo de consumo deveria se sobrepôr ao de produção. A descrença do autor quanto ao retorno financeiro pelo critério do trabalho, levou-o a afirmar a valorização do retorno sobre as vendas, interpretação que influenciou a política econômica do cooperativismo em âmbito internacional.

Com aportes nas formulações de Gide se estruturou a institucionalização do cooperativismo em âmbito internacional, através da Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Entretanto, antes de avançar nesse tema, é necessário registrar o segundo horizonte histórico utilizado nos discursos do cooperativismo, a experiência de Rochdale, cuja apropriação histórica é intimamente ligada ao cooperativismo internacional.

A experiência cooperativa mais propalada apenas recebeu a designação de “Cooperativa de Rochdale” em 1852¹⁸³. Sob a designação de Sociedade dos Probos (ou Equitáveis) Pioneiros de Rochdale, foi fundada em 1844 com o estabelecimento de um armazém para abastecer seus cooperados, pretendendo reduzir os preços com a eliminação de intermediários. Posteriormente, construíram moradias para os associados, buscaram ocupação para aqueles que estavam desempregados, manufaturando artigos. Compraram ou arrendaram terras com a finalidade de criar uma comunidade autossustentada pelo trabalho de seus membros¹⁸⁴. O número de associados aumentou exponencialmente em poucos anos. Sob a direção de Rochdale, foram fundadas cooperativas de produção, fábricas de tecelagem e fiação.

O objetivo inicial dos pioneiros era a formação de um cooperativismo integral, conforme consta do primeiro item de “Leis e Objetivos”, estipulada pela pioneiros, em 1844¹⁸⁵. Entretanto, o projeto “iria se desvirtuar.” O ano de 1962 foi um

¹⁸² GIDE, Charles. *Apud* CARNEIRO, P. Cooperativismo..., p. 111.

¹⁸³ Em razão da promulgação da Lei Industrial foi procedida a alteração de nomenclatura da sociedade. (CARNEIRO, P. Cooperativismo..., p. 35.)

¹⁸⁴ SINGER, Uma utopia..., p. 45.

¹⁸⁵ “a primeira ideia proposta pelos pioneiros baseava-se no cooperativismo integral, onde o consumo se completava na produção.” Adiante o autor transcreve em termos: “O Artigo (01) dos ‘Estratos de Leis e Objetivos da Sociedade dos Equitativos Pioneiros de Rochdale’, em 1844, destacava,

marco para o cooperativismo de Rochdale¹⁸⁶ que se transformou “em uma sociedade lucrativa a ponto de seus cooperados serem chamados de ‘pequenos capitalistas’. (...) A partir daí, Rochdale tinha seu caminho interrompido quanto à linha mestra do cooperativismo.”¹⁸⁷

De acordo com Carneiro, considerando-se o projeto clássico, dos pioneiros de Rochdale, a associação possuía uma inspiração dos chamados socialistas utópicos, especialmente Owen e Buchez, considerando o cooperativismo de produção e de consumo integrados como passos para o objetivo maior, do cooperativismo integral¹⁸⁸.

De fato, o resultado da experiência não se converteu na valorização dos trabalhadores ou no questionamento do sistema capitalista.

Em outra leitura, a experiência de Rochdale, por todo o seu conjunto, revelaria exclusivamente a intenção de seus associados restrita a melhor suas próprias condições de vida. Como consequência, a experiência é por vezes identificada como ideal reformador¹⁸⁹, buscando apenas atenuar as contradições históricas em que viviam no período da Revolução Industrial. Às cooperativas caberia um papel corretivo dos defeitos do sistema capitalista¹⁹⁰.

Independente da interpretação, de fato as regras estabelecidas para Rochdale ganharam *status* de principiologia internacional ao cooperativismo, sendo inclusive ratificada nas leis brasileiras.

Em congressos internacionais que reuniam cooperativistas, teóricos e entusiastas, a questão da definição de princípios norteadores da identificação de genuínas cooperativas gerava debates. Rivalizavam interpretações quanto ao que era central ao cooperativismo: o consumo ou o trabalho, este na forma de cooperativa de produção. Tal discussão revela-se de extrema importância, pois os

preliminarmente: ‘... 1 – Que tão breve seja viável, esta Sociedade deverá proceder para organizar os meios de produção, distribuição, educação e governo, ou em outras palavras, estabelecer um próprio suporte de colônia doméstica de interesses unidos, ou construir outras sociedades em estabelecimentos, tais como colônias.’ (CARNEIRO, P. Cooperativismo..., p. 27).

¹⁸⁶ Trata-se da ocorrência de disputas quanto à participação dos trabalhadores e dos acionistas nos rendimentos da cooperativa manufatureira controlada pela Cooperativa de Rochdale, abrindo os caminhos para a transformação da cooperativa de produção em uma grande empresa capitalista, a CWS. Tema explorado com maior rigor no item 3.2.1, ao tratar da crítica ao cooperativismo, em uma leitura quanto à colonialidade, utilizando-se aportes da filosofia latino-americana, ainda por ser apresentada.

¹⁸⁷ CARNEIRO, P. Cooperativismo..., p. 47.

¹⁸⁸ CARNEIRO, P. Cooperativismo..., p. 27; 45.

¹⁸⁹ VERAS NETO, F. Cooperativismo..., p. 78.

¹⁹⁰ RECH, D. Cooperativas..., p. 17.

posicionamentos políticos em disputa buscavam espaços de afirmação, que, em última instância, eram espaços de poder e acabaram por definir a hegemonia política de determinada compreensão sobre o cooperativismo, notadamente o cooperativismo de consumo.

Desde o Congresso Britânico de 1869, que intentava a criação de uma organização internacional, há registros de que o cooperativismo de produção tinha expressão no cenário mundial. Tal evidência ainda é percebida no Congresso realizado em Rochdale, em 1892, no qual restou aprovada a resolução: “que a reunião aprove o princípio de uma aliança cooperativa internacional dos amigos da produção, sobre a base da participação dos trabalhadores nos benefícios”¹⁹¹.

Desde o congresso de sua fundação, em 1895, a questão sobre definições de princípios ao cooperativismo tomou conta da Aliança Cooperativista Internacional (ACI), porém ainda persistia a disputa entre os posicionamentos. No Congresso realizado no ano seguinte, 1896, a divisão operária conseguiu aprovar a seguinte resolução: “(...) todo sistema autêntico de cooperação ou de co-gestão procura, com espírito de justiça, repartir o valor dos produtos do trabalho, proporcionalmente ao concurso aportado pelos diversos fatores na obra da produção (...)”¹⁹².

Diversos foram os congressos em que o tema foi debatido, considerando o “problema de interpretação de Rochdale, para um modelo de princípios cooperativistas onde as ideias das cooperativas de serviço não chocassem com aquelas dos produtores.”¹⁹³ No Congresso de 1930 ficou definido a necessidade de formar uma comissão para pesquisar as condições de aplicação dos princípios dos Pioneiros de Rochdale e esclarecer algum deles, caso necessário. Os resultados foram apresentados no Congresso de Paris, em 1937, que possui especial importância histórica, pois foi a ocasião em que foram instituídos os princípios cooperativistas, nos moldes rochdaleano, seguindo-se o relatório conclusivo da comissão designada.

Além de recomendar a adoção das regras dos pioneiros como orientações principiológicas, o relatório fez uma ressalva, recomendando que era “preciso expressar o princípio do ‘retorno sobre as vendas’ sob uma forma generalizada,

¹⁹¹ CARNEIRO, P. Cooperativismo..., p. 53.

¹⁹² CARNEIRO, P. Cooperativismo..., p. 53-54.

¹⁹³ CARNEIRO, P. Cooperativismo..., p. 56.

mais de acordo com a variedade de atividades às quais se esforça por aplicar.”¹⁹⁴ Apesar da recomendação da comissão, nos congressos seguintes, especialmente em Viena, em 1966, as regras dos pioneiros foram ratificadas e o cooperativismo de trabalho não teve reconhecida sua reivindicação quanto ao retorno basear-se no trabalho despendido.

Sem alterações substanciais nos princípios instituídos em 1937 e ratificados em 1966, atualmente a ACI propaga mundialmente os seguintes princípios: (i) adesão voluntária e livre; (ii) gestão democrática pelos membros; (iii) participação econômica dos membros; (iv) autonomia e independência; (v) educação, formação e informação; (vi) intercooperação e, (vii) interesse pela comunidade¹⁹⁵.

Hegemonia internacional que foi recepcionada no Brasil. As formulações da ACI foram ratificadas e instituídas a através de ação governamental, na década de 70, instituindo uma organização que, mesmo sendo privada, deteria a monopólio de representação do que viria a ser denominado como “sistema cooperativista brasileiro”, organizado nacionalmente sob a estrutura da OCB, já referida anteriormente, e conjugando organizações estaduais, que reproduzem suas diretrizes. Para este tema, de institucionalização do cooperativismo no Brasil, dedica-se o próximo tópico.

Como conclusão desse levantamento histórico, importante pontuar que, historicamente, a experiência de Rochdale possuiu uma riqueza de determinações que não foram repassadas no recontar de sua história.

O que maciçamente se perpetua é aquilo que os olhos dos pesquisadores do presente reconhecem e recortam. Dessa crítica, também a leitura acima apresentada não está isenta. Porém, buscou-se pontuar a não unicidade da experiência de Rochdale, apaticamente repetida nos corriqueiros estudos sobre o cooperativismo.

Rochdale não foi apenas (ou inicialmente) uma cooperativa de consumo. No transcurso dos seus acontecimentos, grandes embates foram travados (o tema será retomado criticamente no item 3.2.1), avanços e retrocessos marcam uma transformação que resultou na sobreposição da defesa pelo consumo.

¹⁹⁴ CARNEIRO, P. Cooperativismo..., p. 58.

¹⁹⁵ ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL. Disponível em: <<http://www.ica.coop/ica/pt>> Acesso em: 25/05/2004.

Quando essa história é contada pelo único viés, o ‘vencedor’, a utilização da ferramenta histórica se desvirtua e se torna instrumento de legitimação.

1.3.2. A institucionalização do cooperativismo no Brasil e sua atual regulação jurídica

O termo institucionalização aqui aplicado não se refere ao sentido amplo de incorporação de determinados elementos a uma cultura, ao senso comum. Pretende-se central a descrição na constituição de instituições organizativas, políticas e jurídicas que regulam o cooperativismo.

O objetivo não é uma descrição detalhada do histórico de constituição dessas organizações ou da conseqüente história da regulação da jurídica, pois isto desviaria o tema central proposto para o trabalho. Sinteticamente, a intenção é a apresentação dos institutos, de modo a delinear o pano de fundo sobre o qual se assentam as formulações adiante propostas.

A institucionalização do cooperativismo brasileiro ocorreu por elites políticas e econômicas voltadas à economia agroexportadora. Longe de ser um movimento contestatório, efetivou-se como ação governamental de controle e intervenção social¹⁹⁶. A promoção realizada formatou o cooperativismo tradicional, apresentado nas primeiras páginas deste trabalho.

Inicialmente localizado no meio rural, o cooperativismo foi implantado como meio para a ‘modernização conservadora’¹⁹⁷ agrícola. Essa orientação teórica engendrou a edição da Lei 5.764/71¹⁹⁸, chamada Lei do Cooperativismo, que define a política nacional do cooperativismo e, embora reconhecidamente obsoleta, ainda

¹⁹⁶ RIOS, G. O que é..., p. 26-27.

¹⁹⁷ Processo de transformações nas estruturas rurais, com a introdução de tecnologias (tais como maquinário, insumos, adubos), gerando a subordinação da agricultura à indústria, através da introdução de novos modelos de consumo (LOUREIRO, Maria Rita Garcia. Cooperativismo e Reprodução Camponesa. In LOUREIRO, Maria Rita Garcia (org.). **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981. p.136.). Como resultado da chamada ‘Revolução Verde’, deu-se a “formação ou consolidação de uma burguesia agrária e a proletarização de camponeses” (SANTOS, Milton. **Economia Espacial – Críticas e Alternativas**, São Paulo: USP, 2003. p. 31).

¹⁹⁸ BRASIL. **Lei Federal n. 5.764**, de 16 de fevereiro de 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5764.htm>. Acesso em: 03.06.2014.

constitui o principal marco legal¹⁹⁹ regulador das experiências cooperativas em âmbito nacional. Esta vertente do cooperativismo, que tem suporte no sistema jurídico-formal-burocrático, embora não seja a única, é hegemônica.

A lei citada, ainda em vigor a matriz regulatória, é resultado do período ditatorial brasileiro. Foi promulgada no período de maior rigor autoritário, em que o país esteve sob o comando de Emílio Médici.

A aparente contradição na edição de um marco jurídico associativo no período da ditadura não pode levar a enganos.

O direito, como sistema de controle das subjetividades e efetivação do poder, foi um instrumental utilizado para demarcar a limitação nas associações.

Regulou-se para controlar, para estabelecer qual o tipo de organização era permitida: o modelo alinhado à modernização conservadora da economia, que legitimou a apropriação e exploração da terra no formato latifundiário e elitista.

Neste contexto, a OCB (existente desde 1969) foi alçada à máxima e exclusiva representação das organizações cooperativas. A organização, assumidamente vinculada com interesses das classes dominantes, foi coroada de legitimidade formal pela Lei 5.764/71²⁰⁰.

Com a autoridade legal, a OCB se estabeleceu e seguiu articulando os interesses que defendia de forma dominante pelas décadas seguintes. Suas energias foram renovadas com as alterações macroeconômicas neoliberais, mantendo a centralidade da OCB até os dias atuais.

O processo de redemocratização, com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, trouxe novas determinações à cooperativa, especialmente quanto

¹⁹⁹ Acrescidas das determinações implementadas com a aprovação da Lei 12.960/12, que trata sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de trabalho (ainda pendente de regulamentação), que será objeto de análise no correr da pesquisa.

²⁰⁰ Art. 105. A representação do sistema cooperativista nacional cabe à Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, sociedade civil, com sede na Capital Federal, órgão técnico-consultivo do Governo, estruturada nos termos desta Lei, sem finalidade lucrativa, competindo-lhe precipuamente (...).

Art. 107. As cooperativas são obrigadas, para seu funcionamento, a registrar-se na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, mediante apresentação dos estatutos sociais e suas alterações posteriores.

Parágrafo único. Por ocasião do registro, a cooperativa pagará 10% (dez por cento) do maior salário mínimo vigente, se a soma do respectivo capital integralizado e fundos não exceder de 250 (duzentos e cinquenta) salários mínimos, e 50% (cinquenta por cento) se aquele montante for superior.

(BRASIL. **Lei Federal n. 5.764**, de 16 de fevereiro de 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5764.htm>. Acesso em: 03.06.2014.)

à liberdade associativa, com independência (artigo 5º, XVIII/CF)²⁰¹. Entretanto, recepcionou a Lei 5.764/71, nas disposições compatíveis com as novas determinações democráticas constitucionais.

A obrigatoriedade de registro das cooperativas à OCB passou a ser questionada e precisou de medidas judiciais para ser afastada, pois formalmente continuam em vigor as disposições específicas da Lei do Cooperativismo.

Mesmo com o processo de redemocratização, a OCB continua a exercer influência determinante. A centralidade dessa instituição permaneceu ainda que não tenha mais as atribuições referentes ao registro e fiscalização das cooperativas. Com a Constituição Federal (art. 5º, XVIII), tais funções passaram a ser restritivas de órgãos públicos²⁰².

A partir de então a OCB passou a exercer a função de representação patronal das cooperativas filiadas. Porém, permaneceu com o poder de definir as políticas públicas que beneficiam seu “sistema cooperativo”, assim, a pluralidade de experiências cooperativas que não possuem identidade com a OCB e suas unidades nos Estados, acabam prejudicadas²⁰³.

Ademais, esse instituto mantém a tradição de definir e propagar o que denomina “doutrina cooperativista”²⁰⁴. Esta ‘doutrina’ difunde hegemonicamente um discurso a cerca do cooperativismo, que evidencia a cisão entre projetos. De um lado a ‘doutrina cooperativa’, de outro, muitas experiências que não encontram representação.

Em razão disso, buscando marcar o contraponto à ideia unitária da ‘doutrina cooperativista’, que traduz o cooperativismo empresarial (com sustentação legal), o

²⁰¹ Art. 5º/CF: Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar; XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento (...). (BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 20.05.2014.)

²⁰² Constituição Federal, Artigo 5º, XVIII: “a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;”

²⁰³ GEDIEL, José Antônio Peres; SILVA, Eduardo Faria. Parecer. In GEDIEL, José Antônio Peres (Org.). **Estudos de direito cooperativo e cidadania**. Curitiba: UFPR, 2005. p. 141.

²⁰⁴ “A ‘doutrina cooperativa’ é habitualmente apresentada como ‘teoria’. (...) [entretanto] A teoria deriva da prática, dela se enriquece, com ela se modifica e se transforma. [enquanto que] uma ‘doutrina’ é exatamente o oposto disso, pois, não deriva da observação sistemática da prática, se impõe a ela. (...) Apensar disso é conveniente apresentar-se a ‘doutrina cooperativa’ como ‘teoria’, pois isso justifica e enobrece a prática ou as práticas do cooperativismo. (RIOS, G. O que é..., p. 51.)

presente estudo opta pela referência a ‘movimento cooperativista’ ou ‘movimento cooperativo’, buscando ressaltar a pluralidade de experiências cooperativas.

Muito embora o avanço democrático tenha valorizado a pluralidade do cooperativismo, institucionalmente e politicamente o cooperativismo tradicional seguiu com sua hegemonia, inclusive frente à articulação estatal.

A evidência está na política de fomento adotada. Em 1998, foi editada a Medida Provisória 1.715, que disciplinou o ‘Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuárias’ (RECOOP). No mesmo ato, foi autorizada a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), controlado e gerido pela OCB.

Essa política de fomento direcionada unicamente o cooperativismo empresarial, pois maior será o montante disponibilizado quanto maior for o número de trabalhadores subordinados (empregados) existentes na cooperativa²⁰⁵.

A promoção do cooperativismo brasileiro é, portanto, marcado pelas opções agrícola, na política de modernização do campo, e, posteriormente, neoliberal, valorizando as cooperativas empresariais, notadamente agrícolas. É muito distante de formas alternativas ou contestatórias das explorações geradas. Essa tônica é refletida nas políticas estatais de fomento do cooperativismo ainda vigentes.

Na década de 90, a extrema exploração da classe trabalhadora resultante das políticas neoliberais impulsionou outro tipo de cooperativismo, contraposto ao ‘cooperativismo dos ricos’, surge o ‘cooperativismo dos pobres’²⁰⁶.

Entretanto, esse mesmo cenário, de reestruturação produtiva²⁰⁷ e momento do surgimento do cooperativismo popular brasileiro, viu surgir também a absoluta

²⁰⁵ ANÁLISE comparativa dos Marcos Jurídicos do Cooperativismo Brasileiro e a experiência de Mondragón. Relatório de Pesquisa EZAI/NDCC-UFPR. In GEDIEL, José Antônio Peres (org.) Estudos de direito cooperativo e cidadania. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, n. esp. (2010). p. 81; 114-116.

²⁰⁶ RIOS, G. O que é..., p. 10.

²⁰⁷ A ideia de ‘reestruturação produtiva’ é abrangente e de difícil objetivação, em razão da pluralidade de elementos que concorreram para tal resultado. Pode-se ser traduzida na ideia (simplificada) de alterações na estrutura dos componentes econômicos, constituição das empresas, relacionamento entre elas e em seu interior (aplicação de inovações tecnológicas que remodelaram a forma de organização produtiva, bem como a gestão da mão de obra), promovidas em razão da difusão de inovações tecnológicas e organizacionais a partir da década de 70. As empresas tornaram-se ‘enxutas’, cortando gastos e postos de trabalho, ganhou força a ideologia de terceirização dos serviços e flexibilização da relação trabalhista e dos direitos sociais dela decorrente. Em âmbito estrutural verificou-se a concentração, na forma de fusão patrimonial, nas figuras de monopólios e oligopólios, bem como a tendência à privatização em todas as áreas econômico-sociais. (p. 66; 88.) POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001. p. 42-43).

precarização do trabalho, sob a forma fraudulenta de cooperativas de trabalho. Trata-se de modelos distintos, embora congregados sob a mesma designação.

De um lado a associação engendrada pelos próprios trabalhadores, excluídos do mercado de trabalho, objetivando criar possibilidades de geração de renda em razão do desemprego estrutural.

De outro lado, a organização dos trabalhadores feita pelo capitalista²⁰⁸, com o objetivo de diminuir os custos sociais do trabalho. O segundo modelo, por burlar regulamentações trabalhistas, foi combatido no âmbito judiciário e acadêmico²⁰⁹.

Em 2003, durante o governo federal do Partido dos Trabalhadores, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), com a promessa de incentivo e promoção de formas alternativas de produção, dentre elas o cooperativismo popular. Porém, o reduzido orçamento, a falta de incentivo e de políticas públicas mantém a Economia Solidária como uma promessa por se realizar. Passados 11 anos de sua criação, pode-se constatar que os interesses hegemônicos do cooperativismo tradicional continuam a ter mais promoção e incentivo estatal que as experiências alternativas, ainda que estas institucionalmente tenham sido recepcionadas na estrutura formal do Estado.

A promoção e incentivo efetivo aos empreendimentos de Economia Solidária e de cooperativismo popular encontram efetividade legislativa esparsa em âmbitos Estaduais e Municipais.

Em nível nacional há disputa entre proposições de projetos de lei diante da necessidade de novos marcos regulatórios frente à pluralidade de cooperativismos, bem como defasagem da Lei 5.764/71.

Essa disputa acirrou recentemente com a promulgação da Lei 12.690/12, que pretendeu definir o cooperativismo de trabalho e estabelecer sua organização e funcionamento nacional. Muitas de suas disposições carecem de regulamentação e por isso seguem os embates quanto à interpretação do possa ser o cooperativismo.

As diversidades no campo jurídico são espelho das lutas entre diferentes posições práticas e teóricas. A complexidade desse cenário abre espaço à reflexão

²⁰⁸ Tornou-se comum a demissão de muitos funcionários, que continuaram a exercer as mesmas atividades, na mesma empresa, porém contratados através das regras do direito civil, através de cooperativas que foram impelidos a constituir.

²⁰⁹ Diante deste cenário, o cooperativismo popular precisou marcar sua essencialidade frente à fraude (esta comumente designada '*cooperfraude*' ou '*coopergato*') e vencer vários obstáculos diante de uma generalizada desconfiança quanto a sua validade.

filosófica na busca por explicitar os sentidos atribuídos ao conceito de cooperativismo. A esse objetivo dedica-se o próximo capítulo.

CAPÍTULO 2. COMPREENSÃO CRÍTICA DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO: a essência da cooperação autogestionária

A exposição feita no capítulo anterior pretendeu traçar contornos quanto ao cooperativismo, com a apresentação de referenciais teóricos (evitando-se classificações) e levantamento de dados de fontes variadas. Nesse primeiro momento, buscou-se a exposição do que se apresenta como cooperativismo no real concreto. Neste momento, pretende-se colocar em relevo as articulações interiores e próprias do cooperativismo.

Como substrato do relato feito, a apreensão da realidade mostrou-se caótica. Uma verdadeira disputa entre interpretações e estatísticas que pretendem melhor caracterizar o que venha a ser o cooperativismo.

Entretanto, a complexidade não reside na captação imediata, aparente e caótica da realidade, mas sim na necessária decomposição dessa realidade em suas determinações e, mais especificamente, na tarefa de identificar quais dessas determinações são essenciais²¹⁰, ou seja, quais determinações tem participação fundamental para formar a singularidade do que seja o cooperativismo. Esse reconhecimento não é possível ao nível da aparência do fenômeno.

A essa complexidade dedica-se o esforço do presente capítulo.

Aspira-se a captação de determinações do interior da realidade do cooperativismo, por meio da abstração analítica, com a pretensão de traduzi-las em conceitos que, retornados à mesma realidade, tenham capacidade explicativa.

Com o propósito de clarificar os passos a seguir, antecipam-se algumas conclusões: como determinações essenciais, serão extraídas as características da específica cooperação econômica ético-crítica e autogestionária e, dialeticamente articuladas, serão fundamentos para retornar aos elementos expostos do capítulo anterior, concluindo pela compreensão explicativa e crítica daquela realidade.

Adiante se propõe a análise da cooperativa como um 'simples-abstrato', ou seja, análise da cooperativa em si, em suas próprias determinações, sem a

²¹⁰ RANIERI, Jesus J. Notas a respeito da concepção marxiana de método presente nos *Grundrisse. Perspectivas*, São Paulo, v. 20-21, p. 151-169, 1997/1998. p. 156. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2064/1691>>. Acesso em: 10.06.2014.

interação com determinações outras. Simples porque uma parte do concreto (a cooperativa) é extraída do seu conjunto e é considerada em si; essa única parte é tomada como um todo; não será considerada a inter-relação com outras determinações (outras partes) que compõe a totalidade concreta do real. Abstrato porque foi retirado do real concreto, pelo processo de abstração, para ser pensado. A cooperativa, como algo abstraído, possibilita a capacidade intelectual de compreensão (a reprodução ‘no pensar do cérebro’). O que segue neste texto (item 2.1), portanto, é um ato de abstração analítico, no sentido que será separado da ‘representação plena’ um dos múltiplos conteúdos que a compõe²¹¹.

Somente depois da análise (separação um a um dos conteúdos do concreto) é possível realizar o movimento de retorno (item 2.2), que é a ‘elevação dialética do simples ao concreto’. Esse concreto é ainda o ‘concreto pensado’, ou seja, é a reconstrução, no pensamento, da interação entre várias determinações existentes no real. Essa interação marca a dialeticidade entre as partes. É concreto porque é a soma de várias determinações, porém ainda é abstrato em relação à realidade, pois ainda é uma reconstrução de partes que se codeterminam em um processo intelectual, no pensamento, e não na historicidade concreta. Por isso, o concreto pensado é concreto porque reúne várias determinações (partes), mas ainda é abstrato em relação à totalidade histórica concreta.

Ao compreender a cooperativa como simples-abstrato, busca-se conhecer as determinações que lhe são essenciais, que definem a ‘cooperativa como cooperativa’, para então realizar o processo de retorno e possibilitar a compreensão e classificação do real concreto do cooperativismo (item 2.2), ainda que esta concretude não seja histórica, e sim, do concreto pensado (ainda em um nível de abstração).

A proposta deste capítulo apresenta-se, ainda, com criticidade, ou seja, ao retornar a análise ao real concreto, agora com instrumento conceitual para sua compreensão, pretende-se um posicionamento frente ao que está estabelecido.

Em outras palavras, pretende-se não apenas a descrição do que está afirmado, não apenas mostrar aquilo que se realiza, mas apontar a insuficiência do que está posto.

²¹¹ Seguindo a orientação quanto ao método marxiano, orientado por Dussel. (cf. DUSSEL, E. A produção..., p. 50-52.

Ressaltar elementos que escapam às formas amplamente divulgadas e promovidas.

2.1. A essencialidade da cooperação na cooperativa

A essência, nas lições metódicas de Marx, refere-se às determinações comuns, é a abstração que destaca e fixa o elemento comum em diversas experiências que são semelhantes. “A essência apara Marx consiste nas determinações comuns a todas as coisas que são consideradas as mesmas.”²¹² Utilizando as palavras de Marx, quando se refere à produção, temos que:

(...) todas as épocas da produção têm certas características em comum, determinações em comum. A *produção em geral* é uma abstração, mas uma abstração razoável, na medida em que efetivamente destaca e fixa o elemento comum, poupando-nos assim da repetição.²¹³

Explicando a concepção marxiana de essência, são didáticas as palavras de Dussel: “são determinações essenciais aquelas comuns a todas as coisas que se dizem ser as mesmas – ou das quais se diz que são o mesmo.” O autor ainda esclarece: “Momento essencial ou determinação comum ou geral (p.ex., o capital ‘em geral’) são idênticos.”²¹⁴

O que se busca, portanto, é analisar a cooperativa por sua essência, o ‘em geral’ do cooperativismo, as determinações que se repetem capazes que fixar e destacar o elemento comum às demais experiência que são cooperativas. Em sentido oposto (mas complementar), é localizar as determinações que as diferenciam de outras formas ou figuras que não se apresentam como ‘cooperativa’.

Por oportuno, ressalta-se que a identificação de determinantes que ‘se repetem’ em diversas experiências não significa fazer tábula rasa das realidades históricas. Obviamente Marx (que inaugurou uma tradição crítica de leitura da história por sua materialidade) faz essa ressalva, como se pode verificar no próprio

²¹² LUDWIG, Celso Luiz. **Para uma Filosofia Jurídica da Libertação**: Paradigmas da Filosofia, Filosofia da Libertação e Direito Alternativo. Florianópolis: Conceito Editorial, 2006. p. 156.

²¹³ MARX, K. Grundrisse..., p. 41.

²¹⁴ DUSSEL, E. A produção..., p. 34; 35.

trecho citado acima ('todas as épocas têm certas características em comum'). As determinantes são atravessadas pelas condições específicas de cada período histórico, podendo ou não ser comuns em épocas diferenciadas²¹⁵. Não se trata, portanto, de um determinismo.

Assim, buscar na cooperativa pelas determinações essenciais significa verificar aquilo que é comum a tudo que seja designado 'cooperativa'.

Os dados são de extrema relevância, entretanto, para acessar a essência não basta o acúmulo e a reflexão sobre esses fatos. É necessária uma atitude compreensiva sobre a realidade. Também é necessário acessar a dimensão subjetiva, ou seja, a leitura de teóricos e dos próprios associados. Portanto, nesse encontro de sentidos, buscar uma síntese²¹⁶.

Diante da ampla experiência sensível, pode-se afirmar que a cooperativa é a união de pessoas, cujo objetivo em comum é econômico. Essa ideia, embora aplicável à cooperativa, não é capaz de diferenciá-la de uma empresa tipicamente capitalista. Portanto, é necessário aprofundar a compreensão quanto à razão econômica que gera a união dessas pessoas, trata-se de, num primeiro momento analisar, a que se refere a ação (operação) em conjunto: a co-operação.

2.1.1. A cooperação econômica: a ética-crítica específica da cooperativa

Ao conceituar a cooperativa, o elemento da cooperação é uma constante nos diversos posicionamentos, inclusive nas vertentes mais radicalmente opostas, anteriormente apresentadas.

Ao adentrar na análise da cooperação, é necessário inicialmente marcar a ruptura com leituras sobre a cooperação ou o associativismo (ou seja, uma certa característica agregaria do homem) como se fosse um elemento natural, existente

²¹⁵ Nas palavras de Marx: "Algumas determinações pertencem a todas as épocas; outras são comuns apenas a algumas. [Certas] determinações serão comuns à época mais moderna e à mais antiga." (MARX, K. Grundrisse..., p. 41.)

²¹⁶ KRUEGER, Guilherme. O que identifica uma união de pessoas como cooperativa? **Cadernos da EMARF**, Fenomenologia e Direito, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 65-86, out.2008/mar.2009. p. 74. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/~sfjp/revista/downloads/o-que-identifica-uma-uniao-de-pessoas-como-cooperativa.pdf>>. Acesso em: 06.06.2014.

desde sempre (e também a diferença com a natureza das abelhas...). Homem é produtor de cultura. Sua história, a cultura construída de acordo com os elementos históricos, caracteriza momentos e dá contornos muito particulares a formas específicas de interação. A característica política do homem, de se relacionar com seus semelhantes (mediados pela natureza), não leva a uma conclusão imediata de que a cooperação é algo inevitável e imutável ao longo do tempo e das vicissitudes históricas.

Com essa preocupação, o recorte proposto é o da cooperação moderna, imersa nas relações capitalistas de produção, isto porque o capitalismo, por suas essencialidades, reformulou, de maneira muito própria, todas as relações socioeconômicas.

Outra ressalva essencial recai à pluralidade de ‘cooperações’ existentes nesse contexto. Pura e simplesmente afirmar que a união de pessoas em cooperativas se dá pelo objetivo de ‘cooperar em âmbito econômico’, não restringe a análise ao cooperativismo, pois também a atividade empresarial capitalista se apoia nessa concepção de cooperação para sua garantir sua existência.

O conceito de cooperação para Marx deixa claro que não há incompatibilidade entre a cooperação e o desenvolvimento das formas empresariais capitalistas: “A forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos, chama-se cooperação.”²¹⁷ Para o autor a multiplicidades de formas de cooperar está relacionada a determinadas formas de produzir a vida:

(...) a produção da vida (...) parece já se mostrar desde logo na condição de relação dupla – de um lado, como uma relação natural, e de outro como uma relação social –, social no sentido de que por ela se entende a cooperação de diversos indivíduos, quaisquer que sejam suas condições, de qualquer modo e para qualquer fim. Disso se pode deduzir que um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão sempre unidos a um determinado modo de cooperação ou a um determinado estágio social – modo de cooperação que é, por sua vez, uma “força produtiva” – que a soma das forças de produção acessíveis ao homem condiciona o estado social²¹⁸

²¹⁷ MARX, K. O capital..., p. 442.

²¹⁸ MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia..., p. 52.

Assim, é também objetivo do presente estudo qualificar a cooperação econômica específica da cooperativa a partir de elementos que lhe sejam essenciais e, portanto, diferenciadores. Nessa empreita, inicia-se pela diferenciação do que não seja a cooperação cooperativa, ou seja, explica-se a cooperação inerente à empresa capitalista, seguindo com Marx.

A cooperação que impulsiona a empresa capitalista está relacionada à razão de ser da associação no capitalismo: a obtenção de lucro. Opta-se pelo 'trabalhador coletivo' para ampliar as taxas de rentabilidade, ou seja, a extração de mais-valia.

A reunião dos trabalhadores, operando conjuntamente de acordo com um planejamento imposto pelo capitalista, gera um barateamento das condições de produção da mercadoria, em razão da reunião dos meios de produção. Ademais, essa reunião não enseja um simples aumento na força individual produtiva, mas sim a criação de uma força de massas:

Do mesmo modo que a força de ataque de um esquadrão de cavalaria ou a força de resistência de um regimento de infantaria difere essencialmente da soma das forças de ataque e resistência desenvolvidas individualmente por cada cavaleiro e infante, a soma mecânica das forças de trabalhadores individuais difere da potência social de forças que se desenvolve quando muitas mãos agem simultaneamente na mesma operação indivisa (...). O efeito do trabalho combinado não poderia neste caso ser produzido ao todo pelo trabalho individual ou apenas em períodos de tempo muito mais longos ou somente em ínfima escala. Não se trata aqui apenas do aumento da força produtiva individual por meio da cooperação, mas da criação de uma força produtiva que tem de ser, em si e para si, uma força de massas.²¹⁹

Portanto, a utilização da noção de trabalhador combinado ou coletivo aumenta a quantidade de valor produzido em tempo necessário para o trabalho reduzido.

Essa opção, atraente e rentável ao capitalismo, tornou-se a forma por excelência da organização do trabalho, de maneira que os trabalhadores associam-se uns aos outros por uma inclinação que se apresenta como 'natural', ou seja, não há uma reflexão ou questionamento quanto à formação do trabalho conjunto. Em razão disso, Marx irá classificar essa associação de trabalhadores como espontânea, mas não voluntária:

(...) a força de produção multiplicada, que nasce por obra da cooperação dos diferentes indivíduos sob a ação da divisão do trabalho, aparece a estes

²¹⁹ MARX, K. O capital..., p. 442-443.

indivíduos, por não se tratar de uma cooperação voluntária, mas sim espontânea, não como um poder próprio, associado, mas sim como um poder alheio.²²⁰

Outra característica importante da cooperação na empresa capitalista é a questão da organização do trabalho. A reunião de trabalhadores não gera um vínculo entre eles, mas sim entre cada trabalhador e do patrão, pois é este que tem a função de dirigir o trabalho, com autoridade de ordenar as atividades.

As conexões entre as funções que exercem e a unidade que formam no organismo produtivo estão fora deles, no capital que os põem juntos e os mantêm juntos. A conexão entre seus trabalhos aparece-lhes idealmente como plano, e praticamente como autoridade do capitalista, como o poder de uma vontade alheia que subordina a um objetivo próprio a ação dos assalariados.²²¹

Aponta-se, portanto, ao menos dois sentidos da cooperação econômica que é própria da empresa capitalista: a união dos trabalhadores de forma espontânea (e não voluntária), cujo vínculo dá-se entre os trabalhadores e o capitalista (não entre os próprios trabalhadores); e um determinado sentido ético à associação (não necessariamente dos trabalhadores e não necessariamente consciente por parte desses mesmos trabalhadores). Esse sentido, que justifica a união dos trabalhadores a formarem o ‘trabalhador coletivo’, é a extração majorada da mais-valia, no sentido de obter a máxima eficiência de sua atuação no mercado.

A cooperação econômica engendrada no cooperativismo, para se diferenciar da cooperação econômica capitalista, precisa apresentar-se de forma própria nesses dois sentidos apontados, portanto, uma ética diferenciada e uma atuação dos trabalhadores não determinada pelo empregador.

Inicialmente, para afirmar uma cooperação própria da cooperativa, é necessário que se distinga da ética de empresa capitalista. Seguindo as observações de Amartya Sen, pode-se dizer há um certo empobrecimento da questão ética às entidades econômicas atuais, em razão da ênfase em valores auto interessados (ou seja, cada indivíduo perseguiria apenas seus interesses privados) e do reducionismo a considerações e análises técnicas e econométricas²²². Entretanto, embora se possa constatar o empobrecimento, não se pode afirmar a

²²⁰ MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã..., p. 57.

²²¹ MARX, K. O capital..., p. 380.

²²² SEN, Amartya Kumar. **Sobre ética e economia**. trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 17.

ausência de valores éticos. De acordo com Dussel, referindo-se à teoria econômica de Hayek²²³, há sim um critério ético fundamental ao neoliberalismo (e por extensão às empresas capitalistas, como seus protótipos): o mercado²²⁴. O postulado inicial dessa ética consistiria no dever de proteger empiricamente o máximo de liberdade no exercício da competência do mercado.

Para marcar a ruptura com a ética empresarial, o objetivo daqueles que se associam em cooperativas não pode ser a eficiência econômica, pura e simplesmente (valor essencial ao cooperativismo empresarial, por exemplo).

Sem dúvidas que a associação de pessoas - reunidas como cooperativa – não pode ser esvaziada de pretensão econômica (característica que a distingue de agremiações com fins altruístas, religiosos, esportivos, políticos, entre tantos outros). Pessoas reúnem-se em cooperativas buscando melhoria nas condições de vida através de um exercício econômico. O elemento econômico é de suma importância ao cooperativismo. Embora relevante, não é exclusivo.

O tipo de associação que diferencia a cooperativa (inclusive em termos dogmáticos jurídicos) é ser – também – associação de pessoas. Essa característica é primordial à busca do lucro. Evidência disso é a forma de participação do cooperado na associação, que não se dá em razão do capital investido, mas sim pelo elemento humano. Ser parte da cooperativa lhe garante participar dela e em condições de igualdade a outro cooperado, independente dos capitais individuais.

Se a necessidade de manutenção da vida humana, no atual sistema, exige a materialidade da renda econômica, essa exigência é repassada à organização cooperativa. Entretanto, a reunião em cooperativa se diferencia quando os objetivos consideram esse âmbito (por isso a cooperação é econômica), porém vão além, dedicando-se à primazia do elemento humano²²⁵. Não apenas com a prevalência da participação individual sobre o critério do capital. Diferencia-se da lógica da empresa capitalista quando a valorização do humano é amplamente considerada: produção, reprodução e manutenção da vida humana concreta em comunidade, tomando emprestadas as palavras de Dussel²²⁶.

²²³ Marco teórico das formulações neoliberais.

²²⁴ DUSSEL, Enrique. **16 Tesis de Economía política**. Interpretación filosófica. México: Siglo XXI Editores, 2014. p. 199; 198.

²²⁵ Tomando-se um exemplo, ainda que abstrato, entre o aumento da taxa de lucro (ou retorno, nos termos cooperativistas) e a manutenção das atividades, garantindo o bem-estar a todos (ainda que reduzindo o retorno financeiro), a segunda hipótese seria a desejada.

²²⁶ DUSSEL, E. Ética da Libertação..., p. 93.

O conteúdo dessa ética é a conservação da vida humana. Registre-se que a ideia de *vida humana* não é um conceito, nem princípio, nem mesmo um critério. Consiste no *modo de realidade* do ser humano²²⁷, que significa “considerar a vida humana como ela se apresenta a nós, nas situações concretas do mundo”²²⁸. Este conteúdo (vida humana concreta) é o fato original e originante de todo o campo e de todos os sistemas²²⁹. É o ponto de partida e de chegada de toda reflexão e toda a ação, em todos os campos:

Neste sentido, a vida humana como critério-fonte orienta as ações em geral, razão pela qual nenhum outro campo, sistema ou subsistema (como é o caso do subsistema direito) pode deixar de ter como conteúdo a própria vida humana concreta de cada sujeito.²³⁰

De tal forma, esse conteúdo também se impõe como referência ao agir cooperativo, já que anuncia sua especificidade na valorização do humano frente ao capital.

A materialidade do modo de realidade do ser vivente, tratado por Dussel, está amparada nas formulações marxianas. Trata-se do:

(...) ser humano real, corporal, de pé no chão... o ser humano é imediatamente *ser natural*. Como *ser natural*, e como *ser natural vivo*, é, por um lado, dotado de forças naturais, de forças vitais... como impulsos; por outro lado, como *ser natural*, com corporalidade, sensível, objetivo, é, como o animal e a planta, um ser vulnerável, condicionado e limitado; isto é, os objetos de seus impulsos existem fora dele.²³¹

Essa materialidade confere o conteúdo da ética, que é, em última instância, a totalidade da vida humana.

Assim, a cooperação econômica diferenciada da cooperativa, que propõe valorizar o humano em detrimento do capital, é ética.

Complementarmente, a cooperação econômica ética apresenta-se como crítica quando questiona a existência de negatividades, ou seja, a falta da satisfação de alguma necessidade que atinge o ser vivente.

Essa cooperação (econômica ético-crítica) se expressa ao criar um espaço de interação e de produção, ou seja, exercer o âmbito econômico, conjuntamente

²²⁷ DUSSEL, E. 16 tesis..., p. 20.

²²⁸ LUDWIG, C. Para uma filosofia..., p. 183.

²²⁹ DUSSEL, E. 16 tesis..., p. 20.

²³⁰ LUDWIG, C. Para uma filosofia..., p. 184-185.

²³¹ MARX, K. *Apud* DUSSEL, E. Ética..., p. 132.

com a afirmação do trabalho como mediação útil e necessária à realização pessoal, bem como ambiente propício ao relacionamento e vínculo com outro ser humano. Ressalta-se que o conteúdo ético é comunitário e não solipsista²³². Assim, a cooperação da cooperativa considera seu espaço para dar lugar ao vínculo dos trabalhadores entre si, diferenciando-se da estrutura empresarial, cujo vínculo se dá estritamente trabalhador-patrão e em que a demanda e forma de execução do trabalho não considera a subjetividade e intencionalidade (ou mesmo felicidade) do trabalhador.

A valorização do ser humano, afirmada na razão de ser da cooperativa, envolve a manutenção concreta dessa vida, no nível da corporalidade, mas não apenas. O âmbito material da vida envolve também uma noção ampliada a respeito do trabalho, visto como o meio pelo qual o ser vivente pode desenvolver sua subjetividade e suas capacidades. Assim, a defesa da vida significa também ressaltar esse outro âmbito do trabalho, que vai além da mera necessidade de gerar produtos para suprir as necessidades. O trabalho é fonte de realização pessoal, de relacionamento e vínculo com outro ser humano.

No lugar do contrato de trabalho, há uma relativa possibilidade de escolha quanto às pessoas a quem se juntar. É nesse sentido que Singer afirma “a chave da proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais.”²³³

Priorizar o humano diante do capital é motivação específica da reunião de pessoas em cooperativa. Entretanto, a afirmação da vida envolve ainda a dimensão crítica. Quando essa vida é negada, em qualquer dos aspectos que a compõe, surge a necessidade de uma ética-crítica, que subsume os postulados acima referidos quanto ao conteúdo e questiona os valores afirmados no sistema estabelecido denunciando a existência de negações.

A cooperação econômica da cooperativa, em seu elemento diferenciador ético-crítico, busca uma forma alternativa de produção que não envolva, como horizonte último, a obtenção de lucros a partir da exploração do trabalho de outrem.

Portanto, uma noção central para a forma específica de produzir que valorize e defenda amplamente a vida é o conceito de *trabalho vivo*. Essa ideia é central para o modo de cooperação diferenciado da empresa capitalista²³⁴.

²³² DUSSEL, E. Ética..., p. 133.

²³³ SINGER, P. Introdução..., p. 9.

²³⁴ PAZELLO, R. A produção..., p. 59.

O trabalho vivo é “o trabalho como atividade da subjetividade humano-viva, corporalidade, rosto e mãos sensíveis”²³⁵. É o trabalho ainda não subsumido pela totalidade do capital. O trabalho não-objetivado. É o trabalho existente na exterioridade²³⁶, ou seja, para além da totalidade. Nas palavras de Dussel:

El “trabajo vivo”, en cuanto trabajo humano, actualidad de la persona y manifestación de su dignidad, se sitúa en cuanto tal *fuera, más allá, trascendiendo* o, como lo hemos llamado en otras obras, en la *exterioridad* del capital. El “trabajo vivo” *no-es* el “trabajo objetivado”. El primero es el hombre mismo, la actividad, la subjetividad, la “fuente creadora de todo valor”; lo segundo es la cosa, el producto, el valor producido.²³⁷

O trecho acima citado da obra de Dussel coloca relevo na característica *positiva* do trabalho não objetivado, ou seja, do trabalho vivo. É o trabalho não como objeto, mas como atividade, como existência subjetiva do próprio trabalho²³⁸. Nesse sentido, por estar fora da totalidade do capital, o trabalho vivo não é valor. É, antes, a fonte originária de todo valor:

(...) el “trabajo vivo” nunca tendrá valor; por ello no podría determinarse su no-valor; no tendrá precio ni podrá recibir salario... porque es la “fuente creadora de valor”.²³⁹

Esse elemento, chamado positivo, do trabalho vivo é essencial, pois revela que a totalidade do capital, cujo elemento fundamente é o valor, apoia-se na exterioridade: “A totalidade-capital só é possível desde e a partir da existência da ‘exterioridade’ do trabalho vivo, do qual provém o valor, essência do capital.”²⁴⁰

De outro lado, por estar na exterioridade, em relação à totalidade do capital, o trabalho vivo também possui uma dimensão *negativa*, em razão de não ser reconhecido pelo capital. Pois ao não ser valor, não ser matéria-prima, não ser instrumento de trabalho, o trabalho vivo é a “pobreza absoluta”, no sentido de ser “exclusão plena da riqueza objetiva.”²⁴¹

²³⁵ DUSSEL, E. A produção..., p. 140.

²³⁶ Esta categoria será retomada no correr do texto (item 4.1). Neste momento, vale a referência à Dussel, que lhe atribui um “sentido espacial (o caráter de algo ‘estar *fora* de’), mas também “um sentido metafísico – se por metafísico se entende o que se situa *mais além* do horizonte ontológico de um sistema: por exemplo, do capitalismo *como totalidade*.” (DUSSEL, E. A produção..., p. 320.)

²³⁷ DUSSEL, Enrique. **Hacia un Marx desconocido**. Un comentario de los Manuscritos del 61-63. Iztapalapa: Siglo XXI, 1988. p.293.

²³⁸ MARX, K. *Apud* DUSSEL, E. A produção..., p. 137.

²³⁹ DUSSEL, E. Hacia..., p. 67.

²⁴⁰ LUDWIG, C. Para uma filosofia, 163.

²⁴¹ MARX, K. *Apud* DUSSEL, E. A produção..., p. 136-137.

A subjetividade do trabalho se torna objetivada, ou seja, trabalho vivo se torna trabalho morto, quando se subsume ao capital. Essa transição se dá mediante o contrato de trabalho. A capacidade de trabalho se torna força de trabalho e é vendida ao capitalista. Este passa a ser o dono (porque a trocou por dinheiro – salário). É quando ocorre a separação do trabalho, enquanto capacidade, da pessoa do trabalhador. Essa separação é a maior perversidade ética do capital, mas palavras de Dussel:

La perversidad ética del capital se consuma en este momento, aun antes de la efectivización de esta compra, alienación. Um hombre otro, libre, consciente, autónomo, es transformado en una cosa, un instrumento, una mediación del capital. Desde este momento, la categoría de *totalidad* comienza a cumplir su función hermenéutica, pero no antes, y *nunca* será la categoría originaria ni radical de Marx.²⁴²

O contrato de compra-venda que faz do trabalho mercadoria e lhe transfere a propriedade, transforma o trabalho (de trabalho como trabalho) em uma das determinações do capital (trabalho como capital)²⁴³. Este é um ato ontológico porque transforma o trabalho vivo, antes existente na exterioridade, em ente da totalidade do capital, como trabalho assalariado. Nega-se a exterioridade do trabalho vivo e se passa a afirmá-lo como mais uma das determinações do capital: “Juridicamente, a capacidade de trabalho muda de ente: passa a ser do proprietário do dinheiro (como capital).”²⁴⁴

A perversidade, citada por Dussel, reside em separar o trabalhador do produto do trabalho que realiza, deslocando a propriedade da riqueza ao capitalista: o trabalhador, subsumido no capital como assalariado, “é ‘a possibilidade universal da riqueza como sujeito e como atividade’ – mas não para ser gozada pelo trabalhador e sim pelo capital.”²⁴⁵ Desta forma se dá a *alienação*. Nas palavras de Marx:

(...) a força criadora do seu trabalho [do trabalhador], como força do capital, ergue-se *diante dele* como um poder alheio. Aliena (entäussert) seu trabalho como força produtiva da riqueza; dele o capital se apropria como tal. Por consequência, neste ato de intercâmbio está posta a separação

²⁴² DUSSEL, E. Hacia..., p. 69.

²⁴³ DUSSEL, E. A produção..., p. 143.

²⁴⁴ LUDWIG, C. Para uma filosofia..., p. 166.

²⁴⁵ DUSSEL, E. A produção..., p. 144.

entre trabalho e propriedade no produto do trabalho, entre trabalho e riqueza.²⁴⁶

A alienação consiste, portanto, na separação do trabalhador quanto ao produto do seu trabalho, o não reconhecimento do produto que criou, no estranhamento do trabalhador com o produto final. Nas palavras de Dussel, a alienação do trabalho equivale a 'ser para outro'²⁴⁷, ou seja, transformar-se em mediação.

A alienação é uma injustiça ética, denunciada por Marx na perversidade da ruptura do vínculo do trabalho como o ser humano que o produz.

Retornando à reflexão proposta, se é questionado o conteúdo ético da cooperação, que em última instância afirma amplamente a vida humana, a partir das reflexões marxianas, o trabalho vivo compõe esse conteúdo²⁴⁸.

Como consequência, o cooperativismo como instrumento de defesa e afirmação do trabalho vivo se opõe, de forma absoluta, ao trabalho assalariado no interior da cooperativa²⁴⁹.

Com os aportes referidos, o modo de cooperação econômico diferenciado para a cooperativa é, portanto, ético-crítico, cujo conteúdo afirma a materialidade da vida e é atenta e contrária a negações em qualquer nível do produzir, reproduzir e manter a vida do ser vivente. Porém, outro elemento deve ser adicionado a essa compreensão, que envolve a diferenciação quanto à forma de gestão de um empreendimento cooperativo.

2.1.2. A cooperação autogestionária

A especificidade da cooperação, aliada à prática autogestionária, conferem às cooperativas seu modo de ser diferenciado das empresas capitalistas. Essa afirmação é corroborada por vários autores, a exemplo, citam-se as palavras de

²⁴⁶ MARX, K. *Apud* DUSSEL, E. A produção..., p. 150.

²⁴⁷ DUSSEL, E. A produção..., p. 333.

²⁴⁸ GONÇALVES, M. A utopia..., p. 48-49.

²⁴⁹ A centralidade do trabalho vivo à cooperativa não corresponde ao tema central da presente tese. O trabalho realizado por Marcos Gonçalves, anteriormente citado, dedica-se ao tema.

Gaiger: “as práticas de autogestão e cooperação dão a esses empreendimentos uma natureza singular, pois modificam o princípio e a finalidade da extração do trabalho excedente.”²⁵⁰

Para que se diferencie da cooperação própria da empresa capitalista, o agir no interior da cooperativa não pode reproduzir a alienação da divisão social do trabalho. Em sentido oposto, permite reforçar laços entre os próprios trabalhadores, considerados em pé de igualdade. A forma de gerir o empreendimento, portanto, é coletivista, o que confere a característica autogestionária à organização.

A autogestão qualifica a cooperação, tornando-a diferenciada em razão da valorização do trabalho associado, compartilhamento dos conhecimentos e do poder decisório. Por meio a autogestão, estabelece-se um vínculo direto entre os trabalhadores. Este é o sentido de co-operar (operar em conjunto) do cooperativismo.

No âmbito das relações sociais engendradas pelo capitalismo, a comunicação entre os indivíduos se dá através da mercadoria. Dussel, realizando a leitura de Marx, esclarece que “os indivíduos solitários só se comunicam na medida em que cada um produz uma mercadoria para o mercado e a troca por outra mercadoria que outrem produziu para o mesmo mercado”. O autor prossegue: “Não há um ‘frente a frente’ entre os trabalhadores (...), mas uma relação coisificada no mercado, entre as coisas. Neste sentido, o ‘dinheiro é uma relação social’²⁵¹.”

Da mesma forma se dá a relação de trabalho na empresa capitalista: não há um ‘frente a frente’ entre os trabalhadores, mas sim uma relação entre cada um deles e o empregador, mediados pelo contrato de compra e venda da força de trabalho pelo dinheiro, realizado na forma de salário.

A autogestão, de forma diferenciada, estabelece o vínculo entre os trabalhadores, ao controlarem conjuntamente e comunitariamente todos os processos ocorridos no interior da cooperativa.

A organização do trabalho nas empresas capitalistas tem por elementos a divisão social do trabalho e a hierarquização dessas relações. Tais características marcam a forma heterogestionária de administração da empresa, ou seja, estabelece o controle verticalizado.

²⁵⁰ GAIGER, Luiz Inácio G. A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.ufpa.br/itcpes/documentos/eco_sol_mod_cap.pdf>. Acesso em: 15.05.2014.

²⁵¹ DUSSEL, E. A produção..., p. 88.

A divisão do trabalho atribui papéis distintos aos que são dirigentes e aos que são dirigidos. Os primeiros encarregam ser da parte intelectualizada da atividade. Conhecem, controlam e aplicam atividades de planejamento. Aos dirigidos cabem as atividades de execução.

Nesta composição, a estrutura capitalista, além de separar o homem do produto do seu trabalho, realiza a dominação política por meio do controle da subjetividade do trabalhador. A forma de gestão capitalista, a heterogestão, revela-se uma forma eficiente de exercício do poder.

Nas palavras de Fernando Motta, esse poder, exercido como forma de dominação, é realizado cotidianamente pela burocracia empresarial, na “radical separação, nos processos decisórios, entre dirigentes e dirigidos”, hierarquia rígida que controla as informações. Para o autor, a “burocracia é uma estrutura social na qual a direção das atividades coletivas fica a cargo de um aparelho impessoal hierarquicamente organizado”²⁵². Assim, o exercício do poder pela heterogestão é um processo de exclusão dos dirigidos das instâncias decisórias do empreendimento. Ressalta-se que as pontuais inclusões (tais como em cargos de gerência ou supervisão) são resultado de um acordo cujo principal elemento é a não garantia de permanência.

Como poder institucionalizado, a burocracia – estrutura utilizada pela heterogestão – “é conservadora, apropriadora e alienante”. A ideia de alienação trabalha pelo autor retoma a noção de separação que foi anteriormente pontuada ao tratar da questão do trabalho. São palavras de Fernando Motta:

No nível da organização, a alienação social é provocada por inúmeros mecanismos de separação e de divisão. O imaginário social e o recalamento operam no sentido dessa alienação e isto pode ser claramente visto nos níveis do trabalho, da palavra e da heterogestão, isto é, da relação dirigente-dirigido.²⁵³

Várias *separações* são geradas pela divisão técnica do trabalho além da separação do agente produtor com relação ao produto que produziu. Segundo Motta “cada membro da organização é separado dos demais na medida em que deve se concentrar em sua tarefa e não se ocupar da dos demais.” O autor ainda acrescenta

²⁵² MOTTA, Fernando C. Prestes. **O que é burocracia**. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993. p. 15; 37.

²⁵³ MOTTA, Fernando C. Prestes. **Burocracia e autogestão**: a proposta de Proudhon. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. p. 36.

que o trabalhador é separado da possibilidade criativa de sua atividade, pois a atividade a ser realizada “permanece submetida a uma descrição de funções.” E ainda inclui uma separação quanto ao tempo: “na medida em que este [o tempo] se torna o regulador da conduta.”²⁵⁴

A divisão do trabalho faz com que o trabalhador conheça, compreenda e domine apenas uma parte – insignificante – de todo o processo produtivo. Desta forma, é o capitalista que realiza o controle do processo e do produto final. A organização hierárquica da heterogestão gera outra instância importante de controle que é sobre o próprio trabalhador: “É evidente que a hierarquia está voltada para o controle e a vigilância. Com ela o capitalista consegue impor disciplina e garantir submissão. Essa disciplina orienta-se para o aumento da produção e a diminuição de custos.”²⁵⁵

Como contraponto à hierarquia autoritária da burocracia heterogestionária, o autor defende a autogestão: “A autogestão é a negação da burocracia e de sua heterogestão, que separa artificialmente uma categoria de dirigentes de uma categoria de dirigidos.”²⁵⁶

Entretanto, a hegemonia da heterogestão, da organização hierárquica e burocratizada, gera *naturalização* da proposta, que se apresenta como única forma de organizar o trabalho. Assim, qualquer proposta diferenciada de gestão mostra-se como arriscada e tem o desafio de ser convincente. Porém, as razões que levam à defesa da autogestão, como forma diferente de administrar um empreendimento, não são valorizadas por quem pretende a manutenção da exploração capitalista.

A potencialidade da autogestão não está vinculada à busca pela máxima da eficiência econômica, motor dos empreendimentos capitalistas. Assim, as possibilidades de convencer – como uma técnica adequada frente às Teorias da Administração – são limitadas (ou inexistentes). Apenas quando outros valores estão no horizonte do empreendimento, tais como a promoção máxima do ser humano, é possível compreender a potencialidade autogestionária.

A autogestão, em si, propõe a superação do dualismo patrão x empregado, colocando todos os participantes como atuantes e responsáveis pela organização. Por consequência, questiona e combate a cultura da subordinação, hegemônica na

²⁵⁴ MOTTA, F. Burocracia..., p. 36.

²⁵⁵ MOTTA, F. O que é..., p. 38.

²⁵⁶ MOTTA, F. Burocracia..., p. 166.

sociedade capitalista. Outra dualidade enfrentada pela autogestão é a superação da separação entre trabalho intelectual x trabalho manual.

A proposta da autogestão é horizontalizar a administração do empreendimento, que passa a ser realizada pelos próprios cooperados. Diferencia-se da heterogestão por criticar o distanciamento que esta impõe entre os núcleos deliberativos e os setores executores. Na autogestão “As ordens e instruções devem fluir de baixo para cima e as demandas e informações de cima para baixo. Os níveis mais altos, na autogestão, são delegados pelos mais baixos e responsáveis perante os mesmos.”²⁵⁷

A cooperação própria do cooperativismo enseja a autogestão, pois a ideia básica da cooperativa está assentada na equidade entre os participantes e em razão dessa condição: ser participante (não em razão do capital investido, como ocorre na gestão heterônoma capitalista). Assim, a autogestão compõe a lógica diferenciada em relação à empresa capitalista. É um elemento necessário, ainda que não suficiente, pois é perpassada pela materialidade do elemento ético-crítico, anteriormente referido.

Ademais, é possível encontrar experiências de autogestão em empresas capitalistas. Registra-se que algumas técnicas de gestão tem se utilizado da organização do trabalho em coletivos, com mobilidade e abertura aos trabalhadores, aproveitando os conhecimentos daqueles que executam as atividades e aumentando uma (falsa) sensação de pertencimento à empresa. Estratégia que tem se mostrado eficaz aos princípios neoliberais com a expansão da criatividade produtiva, a correção dos defeitos no processo de produção, bem como o aumento da produtividade. Por certo que a autogestão não é aplicada na administração capitalista de forma ampliada, mas na medida em que for conveniente.

Nas empresas capitalistas, os principais argumentos a favor das ‘novas’ formas de organização do trabalho, intituladas ‘autogestão’, neutralizam seu caráter de crítica radical porque são apresentadas apenas como mais uma técnica gerencial que possibilita reduzir defeitos de produção e aumentar a produtividade.²⁵⁸

Um exemplo de como o sistema capitalista aproveita-se de energias contrárias para sua própria promoção.

²⁵⁷ SINGER, P. Introdução..., p. 18.

²⁵⁸ ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto. Autogestão. In CATTANI, Antonio David (org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 23.

Portanto, para que se possa afirmar uma lógica diferenciada à autogestão cooperativista, a defesa da autogestão deve ser radical, em todas as instâncias da organização e de efetiva participação de todos os cooperados.

Assim, cabe desde já anunciar que o conceito de autogestão é mais amplo do que a menção corriqueira à ‘forma democrática’ (ideia que será retomada ao analisar o marco jurídico do cooperativo, que se utilizou dessa forma para registrar a necessidade da autogestão – item 3.2.2). Autogestão vai além da gestão participativa, pois se trata de um processo de auto-organização profundo.

Se, de um lado, a autogestão excepcionalmente pode ser apropriada pela empresa capitalista (cuja forma hegemônica é a heterogestão), de outro, ao cooperativismo é afirmada como uma das suas condicionantes de autenticidade.

Para Singer, a perda do elemento autogestionário descaracteriza a cooperativa²⁵⁹, tornando-a empresa capitalista. A autogestão é, para o autor, um dos elementos – “talvez o principal” – diferenciadores entre essas organizações²⁶⁰. Muitos outros autores fazem afirmações nesse sentido. A título exemplificativo, cita-se: França Filho e Laville²⁶¹, Luiz Inácio Gaiger²⁶², Marilena Nakano²⁶³, José Odelso Schneider²⁶⁴, Henrique Novaes²⁶⁵. Em documento divulgado pela SENAES, Claudio Nascimento, referindo-se ao movimento do cooperativismo popular (‘novo cooperativismo’), com expressão a partir da década de 70, afirma: “O que distingue esse ‘novo cooperativismo’ é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento.”²⁶⁶

²⁵⁹ SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In SANTOS, Boaventura de Sousa (org). **Produzir para viver**. Os Caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.85.

²⁶⁰ SINGER, P. Introdução..., p. 16; 18.

²⁶¹ FRANÇA FILHO, G; LAVILLE, J. A economia..., p. 17.

²⁶² GAIGER, L. A Economia Solidária diante..., p. 181-211.

²⁶³ NAKANO, Marilena. Anteag: a autogestão com marca. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (org). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 67.

²⁶⁴ SCHNEIDER, José Odelso. Democracia, participação e autonomia cooperativa. 2ª ed. São Leopoldo: Unisinos, 1999. p. 173.

²⁶⁵ NOVAES, Henrique T. **O Fetiche da Tecnologia: a experiência das fábricas recuperadas**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 151.

²⁶⁶ NASCIMENTO, Claudio. A autogestão e o ‘novo cooperativismo’. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF8F95EF1C50/prog_autogestaocooperativismo.pdf>. Acesso em: 15.05.2014.

A ideia de autogestão acompanha a história do cooperativismo²⁶⁷, porém esse fato não tornou o tema menos complexo, nem mesmo evitou que fosse muitas vezes negligenciado, quer na teoria como também em sua prática.

É necessário pontuar que o termo ‘autogestão’ envolve compreensões diversas, permitindo inclusive que se aponte a cooperativa, por exemplo, apenas com características autogestionárias (autogestão parcial ou restrita), mas sem a capacidade de possibilitar a autogestão plena, vez que esta apenas poderia ser concebida no plano macrossocial, não se realizando no interior do modo de produção capitalista. Nesta visão, a autogestão seria, em si, um modo de produção próprio²⁶⁸.

Autogestão, em um sentido amplo, consiste em um “projeto de organização democrática que privilegia a democracia direta”, sistema em que, voluntariamente, gratuitamente e sem intermediários “os cidadãos debatem todas as questões importantes”²⁶⁹.

Daniel Mothé apresenta âmbitos diferenciados à concepção da autogestão, classificando seus adeptos em duas correntes: os políticos e os alternativos. Os militantes políticos subordinam a possibilidade de concretização da autogestão à conquista política do poder. Ainda que existam subdivisões entre revolucionários e reformistas, há convergência na ideia de que “a ação política é a chave para a passagem a uma sociedade autogerida.” De outro lado, os chamados alternativos são aqueles que buscam “materializar espaços de autogestão limitados e circunscritos, aqui e agora, na produção, no consumo, na cultura, na educação, na inserção, nos bairros, na habitação, etc.”²⁷⁰

Na proposição feita neste trabalho, considera-se que os dois âmbitos mencionados acima são, por certo, diferenciados, porém não contraditórios. Competem a níveis diferenciados. Neste momento da pesquisa, propõe-se a discussão da autogestão em espaços localizados dentro do atual sistema capitalista (a cooperativa), ou seja, utiliza-se a noção de autogestão como característica. Não

²⁶⁷ Conforme apontamentos históricos, especialmente vinculados à tradição proudhoniana, referidos no item 1.3.2.

²⁶⁸ FÁRIA, José Henrique de. As organizações coletivistas de produção associada e a autogestão social. In GEDIEL, José Antônio Peres (Org.). **Estudos de direito cooperativo e cidadania**. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, n. 4 (2011). p.138; 168.

²⁶⁹ MOTHÉ, Daniel. Autogestão. In CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro (coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo; Coimbra: Almedina, 2009. p. 26.

²⁷⁰ MOTHÉ, D. Autogestão..., p. 27.

por desconsiderar a importância política da proposta no plano social, mas por entender que, no plano atual, são necessárias algumas mediações à implantação do que poderia ser esse ‘novo modo de produção’. Essa temática será retomada no último capítulo deste trabalho, ainda que de forma tangencial, no que se refere especificamente à instituição de uma sociedade radicalmente autogestionária.

De acordo com Rios, a cooperativa é “um modelo de associação com as seguintes características: propriedade cooperativa, gestão cooperativa e repartição cooperativa.”²⁷¹ Esses três elementos refletem a aplicação da autogestão. Segundo o autor, tais características marcam a diferença da cooperativa com a empresa capitalista: a primeira transparece ao se determinar a cooperativa como uma associação de pessoas – e não de capital; a segunda, gestão cooperativa, confere poder de decisão aos cooperados; enquanto que a terceira, repartição, respeita a participação do cooperado nas atividades da cooperativa²⁷².

Desta forma, considerando-se uma cooperativa de produção, a autogestão se expande a três âmbitos do empreendimento: participação dos cooperados na gestão, no controle dos processos produtivos e na apropriação coletiva dos resultados do trabalho²⁷³.

Assume-se, portanto, a autogestão como uma característica, que confere especificidade à cooperação da organização cooperativa. A característica autogestionária se realiza em uma específica forma de gestão, que radicaliza a participação de todos os cooperados em todos os âmbitos da organização.

O elemento de simetria entre os participantes é condição para que a autogestão possa se estabelecer.

Singer, referindo-se aos marcos da economia solidária, afirma que a cooperativa só pode se realizar se for “organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar”²⁷⁴. Assim, o cooperativismo tem por base a propriedade solidária e a associação econômica entre iguais²⁷⁵.

Esse processo de ser protagonista da sua atividade de trabalho gera mudanças no trabalhador, seja na relação subjetiva com sua própria atividade

²⁷¹ RIOS, G. O que é..., p. 13.

²⁷² RIOS, G. O que é..., p. 13-14.

²⁷³ FARIA, José Ricardo Vargas de. Autogestão. In GEDIEL, José Antônio Peres (Org.). **Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania**. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, 2005. p. 122.

²⁷⁴ SINGER, P. Introdução..., p. 09.

²⁷⁵ SANTOS, B.; RODRÍGUEZ, C. Introdução..., p. 32-33.

laborativa, seja em relação aos vínculos firmados com outros cooperados, que passam a se encontrar, discutir e decidir conjuntamente.

Nas palavras de Fischer e Tiriba, na perspectiva da autogestão surge uma nova cultura do trabalho, que gera:

(...) a ressignificação e reconstrução dos elementos materiais (instrumentos, métodos, técnicas etc.) e simbólicos (atitudes, ideias, crenças, hábitos, representações, costumes) que, até então, sob a lógica do capital, regulavam as ações e os comportamentos dos trabalhadores.²⁷⁶

Com a efetiva participação dos cooperados nos processos de produção, bem como as relações estabelecidas diretamente com o outro cooperado, a autogestão contribui para romper com a alienação citada por Motta²⁷⁷, no que se refere às separações do trabalhador enquanto membro de uma coletividade e quanto às possibilidades criativas de sua atividade.

De outro lado, no que se refere à alienação no sentido marxiano anteriormente exposto, ou seja, separação do trabalhador do produto que produziu, é preciso problematizar as conclusões.

Sem dúvidas, o resultado do trabalho produzido em cooperativa não é apropriado pelo patrão, em razão de inexistir essa figura (quando se trata de empreendimento autogestionário). Nesse sentido, pode-se afirmar a ruptura da alienação no processo de trabalho, concordando com Lia Tiriba que o trabalhador se torna 'senhor do seu próprio trabalho'²⁷⁸. Isto porque ao conhecer e participar do processo de produção (opinando, modificando, criando, executando) o trabalhador se aproxima do produto gerado e pode se reconhecer no que produz. Ademais, por ser resultado do trabalho conjunto (mesmo que a participação de todos se dê apenas no planejamento, discussão, etc., e não propriamente na execução), essa contribuição coletiva torna o resultado social: concebido por todos, pertencente a todos. Com esses elementos, a forma de organização do trabalho na cooperativa pode romper com um nível de estranheza: a do processo produtivo.

²⁷⁶ FISCHER, Maria Clara Bueno; TIRIBA, Lia. De olho no conhecimento “encarnado” sobre trabalho associado e autogestão. **Revista Educação Unisinos**, v. 13, n. 3, 201-210, setembro/dezembro 2009. p. 205 Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/4947>>. Acesso em: 14.06.2014.

²⁷⁷ MOTTA, F. Burocracia..., p. 36.

²⁷⁸ TIRIBA, L. Economia popular..., p. 260.

Também rompe com relação social estabelecida no capitalismo, que é mediada pela mercadoria. O trabalho coletivo articula os trabalhadores entre si, intersubjetivamente, produzindo uma relação entre eles, diretamente (não se está emitindo um juízo de valor a essa relação, porém efetivamente há o estabelecimento de vínculos diretos). O trabalho cooperado ajuda a desvelar o caráter social do trabalho, não mais tomado como mercadoria, mas sim como instrumento para as relações entre as pessoas.

Corroborando a leitura das transformações positivas geradas pela organização do trabalho autogestionário, são válidas as palavras de Gaiger:

A autogestão e a cooperação são acompanhadas por uma reconciliação entre o trabalhador e as forças produtivas que ele detém e utiliza. Não sendo mais um elemento descartável e não estando mais separado do produto do seu trabalho, agora sob seu domínio, o trabalhador recupera as condições necessárias, mesmo se insuficientes, para uma experiência integral de vida laboral e ascende a um novo patamar de satisfação, de atendimento a aspirações não apenas materiais ou monetárias. Por conseguinte, as relações de produção dos empreendimentos solidários não são apenas atípicas para o modo de produção capitalista, mas contrárias à forma social de produção assalariada: nesta, o capital emprega o trabalho; naqueles, os trabalhadores empregam o capital.²⁷⁹

Entretanto, por mais salutar que tais elementos se revelem, questiona-se a capacidade dessas relações romperem com a alienação capitalista. Muito embora não exista a figura do capitalista para apropriar-se do produto diretamente na relação interna da cooperativa, a organização está submetida à entrega do produto ao mercado capitalista. De outro lado, também é refém das suas regras (tais como o preço que será pago). Assim, a coordenação das atividades de trabalho (ainda que resultantes de acordos intersubjetivos) é, em última medida, determinada pelo mercado. Ressalte-se que nem mesmo se rompe com a extração da mais-valia, alheamente apropriada, em razão de os preços serem determinados externamente. Ainda que um dos níveis de alienação possa ser superado, não há superação da alienação gerada por todo o sistema capitalista.

Apoiando-se nas formulações marxianas, a reflexão de Alain Guillerme e Yvon Bourdet condiciona as possibilidades transformatórias do cooperativismo ao

²⁷⁹ GAIGER, L. A Economia Solidária diante..., p. 181-211.

pressuposto da generalização²⁸⁰. As palavras de Marx, citadas pelos autores, indicam esse caminho:

Por excelente que seja em seus princípios, e por mais útil que se mostre na prática, a cooperativa dos trabalhadores, se circunscrita a um círculo estreito (...), então essa cooperação jamais será capaz de deter os monopólios que crescem em progressão geométrica; não será capaz de libertar as massas, sequer de aliviar de maneira perceptível o fado de sua miséria. Para que as massas trabalhadoras sejam alforriadas, a cooperação deveria adquirir amplitude nacional²⁸¹

A ampliação (necessária) do cooperativismo levaria à expansão da autogestão, na visão dos autores essa prática sim teria a capacidade de gerar uma mudança radical. Porém, circunscritas a pequenas experiências cooperativas não conseguem romper com o domínio do capital: “não pode haver ilhotas de autogestão no seio de um sistema capitalista, submetidas ‘a leis anárquicas’ de concorrência que não impedem ‘acordos’ com vistas a estrangular os mais fracos.”²⁸²

A organização do trabalho na cooperativa, diferenciada e oposta à ética empresarial capitalista, consegue estabelecer uma particular forma de agir e de interagir no interior da cooperativa. Porém, circunscrita ao interior do empreendimento, não tem o condão de alterar o sistema.

Outra leitura possível diante das características peculiares da cooperação autogestionária é a articulação de fundamentos trabalhados por Dussel: o material (a cooperação econômica ético-crítica) e o formal (a autogestão).

A ética de conteúdo pressupõe uma comunidade ‘de vida’; a pragmática uma comunidade ‘de comunicação’ (esta última é uma dimensão relevante que se desenrola a partir de sua condição absoluta: a vida do sujeito falante; um sujeito morto não fala).²⁸³

A intenção de marcar a essencialidades dessas características é obter categorias capazes de orientar e explicar o real concreto do cooperativismo, análise a ser exposta no próximo item. Antes, entretanto, é oportuno colocar em destaque que a autogestão como elemento formal, ou seja, método para obtenção do consenso coletivo no interior da cooperativa. Este procedimento tem a pretensão de

²⁸⁰ GUILLERM, Alain; BOURDET, Yvon. **Autogestão**: uma mudança radical. Trad. Hélio Pólvora. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. p. 28.

²⁸¹ MARX, K. *Apud* GUILLERM, A.; BOURDET, Y. Autogestão..., p. 28-29.

²⁸² GUILLERM, A.; BOURDET, Y. Autogestão..., p. 30.

²⁸³ DUSSEL, E. Ética da libertação..., p. 166.

conferir validade intersubjetiva ao acordo estabelecido. Questão esta que se reveste de particular importância para o presente trabalho, em razão de constituir o pano de fundo para as discussões propostas no capítulo final, que pretende analisar esse acordo intersubjetivo, possibilitado pela autogestão, com características metódicas para a emergência de novas possibilidades para a transformação social, ou seja, para além do empreendimento cooperativo. Neste momento, entretanto, a explanação se restringe aos limites internos da organização.

Se, por um lado, afirmou-se a materialidade da cooperação específica da cooperativa, cujo conteúdo é ligado à defesa ampla do humano, agora, já articulada a noção autogestionária, afirma-se a necessidade da validade formal do consenso obtido internamente à cooperativa. Estes dois níveis, material e formal, são articulados dialeticamente. Não basta à cooperativa apenas buscar pela afirmação da vida: tais práticas precisam ser resultantes de um acordo intersubjetivo, ou seja, devem resultar da decisão coletiva dos participantes. Sem a ‘validade’ coletiva, as decisões poderiam ser fruto de egoísmo, solipsismo ou mesmo autoritarismo violento²⁸⁴. O sentido inverso também é aplicado: não basta que sejam obtidos consensos válidos a partir da participação legítima dos cooperados, as decisões são atravessadas pelo conteúdo material. Como isso, pretende-se afirmar que não é qualquer consenso que torna a prática cooperativa. Deve-se considerar o conteúdo desse acordo, a partir do critério anteriormente trabalhado: em última instância é a concretude da vida humana em comunidade.

Situando a autogestão na arquitetônica proposta por Dussel, sua configuração é de critério procedimental ou formal por excelência, porque tem a pretensão de alcançar, validamente, o acordo intersubjetivo em uma comunidade²⁸⁵ (*in casu*, a cooperativa).

A racionalidade exercida para obter a validade é a discursiva (que se refere à intersubjetividade). Por sua vez, essa racionalidade discursiva pressupõe o reconhecimento do outro como igual. Ou seja, antes considerar o outro como parte da comunidade intersubjetiva (como um argumentante), ele deve ser re-conhecido como um sujeito autônomo e de igual dignidade. Esse reconhecimento (prévio e evidente – pois só argumenta aquele que, antes, é um ser humano) do outro como

²⁸⁴ DUSSEL, E. Ética da libertação..., p. 203.

²⁸⁵ DUSSEL, E. Ética da libertação..., p. 208.

igual a si revela a exigência de simetria entre os participantes e permite que participem na argumentação co-solidariamente²⁸⁶.

Em obra recente²⁸⁷, Dussel propõe uma leitura de mútua determinação entre a comunidade de trabalho e comunidade de comunicação²⁸⁸. Essa relação, já intuída nos debates havidos com Apel, foi pela primeira vez exposta. O autor esclarece que, até então:

Pareciera que nada tuviera que ver con la economía la cuestión de la legitimidad de una decisión, acción o institución, con convicción subjetiva de los participantes en una comunidad económica (en este caso no ya en el campo político o cultural) y cumpliendo con exigências objetivas o institucionales de simetría.²⁸⁹

Resguardada a dimensão da reflexão dusseliana, que se propõe a discutir no âmbito da totalidade e utilizando um raciocínio por analogia, entendemos o modelo de cooperativismo compatível ao que o autor discorre, ainda que resguardado o contexto microdimensional da análise aqui aplicada. A relação se dá em razão de a cooperativa reunir em si uma comunidade de trabalhadores que também é uma comunidade comunicativa.

A denominada *comunidade econômica mista* é composta pelos aspectos material e formal. No que se refere ao aspecto material, a comunidade econômica consiste na comunidade *de necessidade e de trabalho*, é a que produz satisfatores para suprir essas necessidades da vida humana. De outro lado, a comunidade econômica, sob o aspecto formal, consiste na comunidade em que todos os membros devem chegar simetricamente a consensos racionais válidos, porém não se tratam de decisões políticas, mas estritamente econômicas, determinando a respeito da organização e das atividades relativas à produção, distribuição, intercambio, consumo dos produtos²⁹⁰.

Remetendo aos elementos anteriormente expostos, a cooperativa, por meio de uma específica cooperação ético-crítica autogestionária, encaixa-se na tipificação dusseliana de *comunidade econômica mista*. O próprio autor cita o exemplo

²⁸⁶ DUSSEL, E. *Ética da libertação...*, p. 212-213; 215.

²⁸⁷ Publicada no momento em que esta tese estava em fase final de redação: DUSSEL, Enrique. **16 Tesis de Economía política**. Interpretación filosófica. México: Siglo XXI Editores, 2014.

²⁸⁸ DUSSEL, E. 16 Tesis..., p. 244.

²⁸⁹ DUSSEL, E. 16 Tesis..., p. 245.

²⁹⁰ DUSSEL, E. 16 Tesis..., p. 144-145.

cooperativo, referindo-se ao exercício da economia solidária²⁹¹. Reconhece a valorosa conquista no que se refere à propriedade dos meios de produção, dos recursos e produtos gerados (que não é privada, nem estatal, mas sim comum). Entretanto, ressalta a ambiguidade da forma cooperativa, em razão de manter-se articulada sistematicamente ao mercado capitalista.

Para Dussel, uma autêntica comunidade de comunicação econômica é a que considere simetricamente todos os atores da empresa como participantes nas decisões de todos os tipos²⁹².

A proposição do autor reafirma a impossibilidade do trabalho assalariado no interior da cooperativa. Todos os participantes, sendo cooperados, garantem a simetria necessária à radical democracia da gestão econômica.

Outro posicionamento que corrobora a explanação anteriormente feita remete-se à centralidade do elemento autogestionário, embora este termo não tenha sido utilizado e em seu lugar 'gestão comunitária':

Sin embargo, el momento esencial no es tanto la propiedad de esos medios de producción (que son condición y garantía de igualdad, de la simetría en la participación), sino el derecho a la plena gestión comunitaria, discursiva, en la que puede dar razones en condiciones simétricas, para alcanzar decisiones consensuales que se imponen por la fuerza de la validez, con la vinculación vinculante creada por la argumentación, sin violencia ni corrupción.²⁹³

Aos elementos citados, que garantem a gestão comunitária, quais sejam: participação de todos; simetria nessa participação; com liberdade (sem violência ou corrupção); acrescenta-se o necessário acesso às informações da organização. Ressaltando que não basta a mera disponibilização de dados, precisam ser inteligíveis. Esse elemento é de suma importância para garantir a participação 'racional' dos cooperados, principalmente quando se considera os quadros comuns no cooperativismo popular: baixa instrução formal e técnica, idade avançada, entre outros.

A reflexão de Dussel também aponta a alteração nas relações sociais: se, no sistema capitalista em geral, a relação entre as pessoas se dá mediada pela mercadoria (como anteriormente problematizado), a relação interpessoal dos

²⁹¹ DUSSEL, E. 16 Tesis..., p. 262.

²⁹² DUSSEL, E. 16 Tesis..., p. 248.

²⁹³ DUSSEL, E. 16 Tesis..., p. 253.

membros de uma comunidade produtiva permite estabelecer uma relação comunitária qualitativamente nova. Essa possibilidade qualifica inclusive o uso da razão discursiva:

Ese crecimiento cualitativo del carácter comunitario del trabajo (y de los participantes) es fruto de un mejor uso cualitativo de la razón práctica discursiva, en la que cada miembro de la nueva empresa productiva es siempre participante activo de una comunidad de comunicación.²⁹⁴

Apesar das potencialidades apontadas (e aqui ressaltadas), Dussel não defende que a indefinida multiplicação das experiências citadas corresponda a uma transformação do atual sistema. Ao contrário, ressaltta que o tema carece de construção teórica para uma melhor reflexão sobre as experiências²⁹⁵.

Também faz apontamentos críticos, levantando questões problemáticas nas experiências constadas em diversos países periféricos. No que se refere ao Brasil, o autor registra um perigo que consiste no *aburguesamento* dos participantes, que acabam se desviando da racionalidade diferenciada e agindo como ‘empresários cooperativistas’²⁹⁶. Para compreender o questionamento feito por Dussel, é oportuno pontuar que, em outro texto, o autor aponta a cultura burguesa vinculada à lei de aumento quantitativo do lucro. A busca pelo dinheiro como um ‘deus’ que pode se transformar em qualquer coisa²⁹⁷.

Dussel dedica poucas páginas ao tema e em uma obra que tem caráter introdutório, destinada aos jovens que iniciam na vida produtiva ou na reflexão sobre ela²⁹⁸. Ainda assim, são contribuições importantes à reflexão aqui proposta. Também por apresentar pistas que coincidem com alguns dos passos dados neste trabalho²⁹⁹, o que incentiva seu prosseguimento.

Com o contexto aberto pela leitura dusseliana, é oportuno neste momento delinear a pretensão futura deste trabalho. O presente item dedicou-se à reflexão de determinações essenciais ao cooperativismo, capazes de identifica-lo como tal. Um dos elementos apontados foi o autogestionário, que é exercido através da razão

²⁹⁴ DUSSEL, E. 16 Tesis..., p. 252.

²⁹⁵ DUSSEL, E. 16 Tesis..., p. 261.

²⁹⁶ DUSSEL, E. 16 Tesis..., p. 262.

²⁹⁷ DUSSEL, Enrique. **La Pedagogía Latinoamericana**. La Paz: Instituto de Estudios Bolivianos – IEB; ASDI, 2009. p. 279.

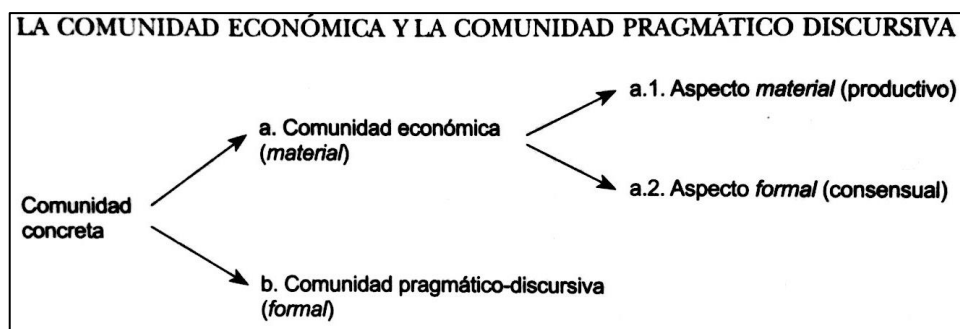
²⁹⁸ DUSSEL, E. 16 Tesis..., p. 08. Ressalta-se de a obra é resultado de um dos cursos ministrados por Dussel (cada tese correspondeu a uma das aulas dadas).

²⁹⁹ A exemplo da leitura feita quanto aos elementos materiais e formais existentes dentro da cooperativa que, em última instancia é uma organização econômica.

discursiva, estabelecendo regras e critérios para a participação de todos os membros da cooperativa, com simetria. O tema da autogestão será retomado no capítulo final do trabalho, porém os objetivos serão diferenciados.

Aproveitando um dos esquemas apresentados por Dussel, a pretensão deste trabalho será mais evidente:

FIGURA 2 - A COMUNIDADE ECONÔMICA E A COMUNIDADE PRAGMÁTICO DISCURSIVA



Fonte: DUSSEL, E. 16 Tesis de Economía Política..., p. 244

Elaboração: Enrique Dussel

A sociedade, como um todo ('Comunidad concreta', no esquema), é atravessada por diversos campos, dentre os quais o econômico (formado por diversas comunidades do tipo 'a.') e o político (comunidades do tipo 'b').

Ao tratarmos especificamente da forma econômica cooperativa, identificamos a existência, em seu interior, de dois âmbitos que a constitui: a cooperação econômica (que é diferenciada da empresa capitalista em razão da sua ética-crítica) constitui o aspecto material ('a.1'); a característica autogestionária constitui o aspecto formal ('a.2').

Feita essa antecipação quanto à pretensão geral deste trabalho, retoma-se a linha argumentativa iniciada, que consiste na compreensão do real concreto do cooperativismo (exposto no Capítulo 1), utilizando-se para tanto as determinações essenciais da cooperação, que acabou de ser analisada.

2.2. A compreensão crítica do cooperativismo: afirmação e negação do sistema capitalista

Gilvando Rios salienta que não é uma ‘etiqueta’ que transforma a cooperativa em ‘cooperativa’:

Isto é, não se deve confundir o continente com o conteúdo. Não se deve considerar “cooperativa” uma instituição, apenas pelo simples fato de esta estar enquadrada nos requisitos definidos em lei. A “casca” jurídica pode esconder uma ilusão sob as aparências dos registros burocráticos.³⁰⁰

Atento ao alerta acima transcrito, o presente trabalho, antes de analisar da ‘captação’ jurídica do fenômeno, ressalta a necessidade de se ter clareza quanto à constituição do instituto, ou seja, conhecer os elementos essenciais que o define.

Rios se refere à ‘etiqueta’ jurídica, porém rótulos podem decorrer dos mais variados contornos: ideológicos, institucionais, ‘doutrinários’ ou teóricos, entre tantos outros. A questão consiste na conceituação ao cooperativismo. Ao desafio desse tema foi dedicado o item anterior e o atual. Neste, pretende-se encaminhar conclusões.

De acordo com a interpretação de Daniel Pansarelli, o cooperativismo apresenta usos diferentes do conceito de cooperativa (o procurou mostrar o Capítulo 1 deste trabalho). São considerações distintas que se expressam pela mesma palavra: cooperativa. Como consequência, tem-se o favorecimento da mais absoluta confusão, ou até, distorção propositada, que gera o mau uso político, inclusive, desse conceito. Por ser o conjunto de sentidos e ideias reunidas em uma palavra, o conceito precisa ser determinado com cuidado. Essa preocupação é característica da Filosofia, com o uso da linguagem, busca-se constantemente a coerência e a pureza conceitual. Assim, explicitar o conceito, em contextos confusos, é o trabalho e o espaço por excelência da atuação filosófica³⁰¹.

No intento de explicitar o conceito, lança-se mão da filosofia metódica, com Marx e Dussel, busca-se o esclarecimento: ainda que a mesma palavra seja empregada, os sentidos são diferenciados.

³⁰⁰ RIOS, G. O que é..., p. 63.

³⁰¹ PANSARELLI, Daniel. Apontamentos em banca de qualificação da presente tese. UFPR, Setor de Ciências Jurídicas, Curitiba, 24 fev. 2014. Comunicação verbal.

O espaço nebuloso de aplicação dos vários sentidos do termo cooperativa é o capital. Neste âmbito as várias concepções se enfrentam. Pensar o cooperativismo na estrutura do capital requer agora o emprego do instrumental teórico construído no item anterior (2.1), com o objetivo de interpretar a realidade exposta.

Frente ao capital, a cooperação (determinação essencial da cooperativa) pode assumir a feição de afirmação ou negação do sistema já dado.

A afirmação significa contribuir para a manutenção e reprodução das estruturas vigentes. É afirmar a totalidade do atual sistema. Em oposição, a negação significa a crítica à estrutura estabelecida. A articulação dos elementos abstraídos tornam-se instrumentos explicativos às constituições, afirmativas e negativas, na composição da cooperativa.

2.2.1. A 'cooperativa como cooperativa' e 'cooperativa como capital'

A análise do simples-abstrato 'cooperativa', desvelou suas determinações essenciais e possibilitou os conceitos: cooperação ético-crítica e autogestionária. Quando se realiza nessas bases, temos a 'cooperativa como cooperativa'³⁰², ou seja, uma categoria que permite voltar os olhos à realidade história e compreendê-la.

O termo “como” ('cooperativa *como* cooperativa') designa o sentido que é assumido (sinônimo de “enquanto que”). O sentido, por sua vez, indica o lugar articulado que um ente ocupa em uma totalidade (no 'mundo')³⁰³. Portanto, 'cooperativa como cooperativa' é indicativo do seu sentido próprio, constitutivo, essencial. Na proposta apresentada, significa que pressupõe a cooperação ético-crítica e autogestionária.

Tomado em si, um determinado objeto é considerado por sua essencialidade. Entretanto, como parte de uma totalidade maior, passa a refletir o fundamento essencial desse contexto maior. Ao 'funcionar' dentro de uma totalidade,

³⁰² Por analogia à explicação de Dussel sobre o dinheiro, a mercadoria, o trabalho, o produto, etc. (DUSSEL, E. A produção..., p. 120.)

³⁰³ DUSSEL, E. A produção..., p. 119.

o objeto é subsumido na lógica exterior. No caso da cooperativa, ao ser subsumida³⁰⁴ à lógica da totalidade do capital, ocorre a transmutação, a cooperativa deixa de ser em si e se torna uma parte de outro nível.

Pretende-se fazer uma leitura do cooperativismo seguindo, por analogia, alguns dos passos indicados por Marx. Em seu estudo sobre o capital, Marx parte das determinações mais simples até chegar ao concreto, ou seja, inicia sua construção analisando partes do todo em si (tomadas como um todo). É assim que vai compreender inicialmente o dinheiro, por exemplo. O ‘dinheiro como dinheiro’ é considerado por suas determinações essenciais, porém, “O dinheiro *como capital* (...) é algo novo, distinto, diferente da sua existência *como dinheiro*.”³⁰⁵.

Assim, aplicado à cooperativa, tem-se que a ‘Cooperativa como cooperativa’ era algo em si; a ‘cooperativa como capital’ se torna uma determinação outra, no caso, parte integrante do capital (totalidade do sistema atual).

Quando a cooperativa perde suas determinações essenciais e passa a reproduzir a lógica capitalista, transforma-se em um ente subsumido. O elemento subsumido “passa a ser uma determinação interna do capital”³⁰⁶. Como parte, ou como uma mediação, do capitalismo a cooperativa contribui e corrobora com a (ir)racionalidade expropriatória do sistema. Deixa de ser ‘cooperativa como cooperativa’ e se torna ‘cooperativa como capital’, ou seja, aquela que decorre do processo de subsunção, sendo incorporada à essência do capital como uma de suas determinações. Como mediação ou incorporação do capital, a cooperativa serve ao fundamento daquela totalidade.

Importante ressaltar que a configuração da cooperativa como subsumida ao capital ou, o seu contrário, contestatória, não se apresenta de forma estanque ou até evidente. Ao se desviar dos elementos constitutivos, a cooperativa se desvirtua. Transforma-se em algo diferenciado, componente de uma estrutura mais ampla. Permanece como ‘cooperativa’ apenas em aparência, pois passa a refletir o fundamento (a essência) do sistema ao qual se integrou.

Utilizando os conceitos obtidos da *análise* das determinações essenciais da cooperativa (cooperação específica e autogestionária), bem como das categorias

³⁰⁴ A subsunção é o processo “no qual a forma ou determinação inferior é assumida e elevada, subsumida pela superior, é (...) o ato ontológico pelo qual o ente de um nível inferior passa a formar parte de uma nova ordem superior”. (DUSSEL, E. A produção..., p. 119-120.)

³⁰⁵ DUSSEL, E. A produção..., p. 120.

³⁰⁶ LUDWIG, C. Para uma filosofia..., p. 163.

explicativas de ‘cooperativa como cooperativa’ e ‘cooperativa como capital’ (resultantes da co-implicação das determinações abstraídas com a determinação essencial do capital), pode-se retornar o olhar à totalidade concreta histórica (atualidade do cooperativismo no Brasil) para explicá-la.

Passa a ser compreensível a transmutação nas cooperativas empresariais, também designadas cooperativas tradicionais. Dentre as quais as mais expressivas são as do agronegócio. A forma de organização desses empreendimentos as afasta dos dois elementos essenciais da cooperativa (‘como cooperativa’).

De um lado, pautam-se pela obtenção de resultados econômicos (com números impressionantes na balança comercial de exportação – conforme tabela 02), considerados em valores absolutos e não em termos de melhoria da condição de vida do cooperado. De outro lado, a autogestão é negligenciada de várias formas: na adoção da participação representativa, que distancia o cooperado da gestão e do próprio empreendimento, comprometendo inclusive a sensação de pertencimento; na permissão e incentivo da contratação de empregados, procedimento que é considerado como fator a revelar a importância (social!) e o sucesso do empreendimento; a cooperativa não apenas contrata empregados para desenvolverem atividades não inerentes ao objetivo principal (“atividades-meio”), as contratações invadem todos os setores e, seguindo a ‘tendência de modernização’, a própria gestão da cooperativa é repassada a administradores *capacitados*, detentores de conhecimentos não *disponíveis* ao cooperado.

A profissionalização da gestão seria condição para atuação no mercado competitivo agroexportador:

O crescimento das estruturas cooperativas é seguido pelo aumento da complexidade de sua gestão, típica das grandes corporações. (...) as cooperativas demandam gerentes qualificados para tratar dos complexos problemas do *agribusiness* (...).³⁰⁷

A transferência da gestão retira do cooperado a oportunidade de obter os benefícios da autogestão: a socialização das relações de trabalho (o frente a frente entre os trabalhadores), como também nega ao cooperado a incorporação de saberes conferidos pela cultura do trabalho.

³⁰⁷ ZYLBERSZTAJN, Decio. **Caminhos da Agricultura Brasileira**. São Paulo: ATLAS, 2011. p. 78.

Essa organização da gestão, longe de preocupar-se com o desafio de efetivar a plena participação de todos os cooperados, pauta-se pela profissionalização com objetivo de garantir a eficiência econômica, ou seja, voltada à execução da ética econômica capitalista:

As **empresas** cooperativas, necessariamente, tem que começar a tomar suas decisões de acordo com as tendências de mercado em nível global e a principal estratégia de ação empresarial. Deste modo, conceitos como eficiência, coordenação, diversificação, diferenciação, devem estar sempre presentes no processo de gestão da empresa.³⁰⁸ (sem grifo no original)

Tal estrutura é pautada na lógica de mercado. Mercado, por sua vez, é o fundamento da ética econômica do capitalismo³⁰⁹. Em oposição, o conteúdo ético próprio da cooperação específica da cooperativa deveria afirmar e promover o trabalho vivo, como anteriormente pontuado. Entretanto, todas as cooperativas – não só apenas de agronegócio – que empregam trabalhadores desvirtuam sua lógica própria e se transformam em reprodutoras (mediações) do sistema de exploração do trabalho, que o transforma em mercadoria, alienado mediante contrato. É a concretização da alienação do trabalhador e da transferência do valor (mais valor) ao capitalista.

Ademais, como os empregados não são sócios da cooperativa, não participam das decisões (por mais formalistas que sejam). A ruptura na simetria entre os trabalhadores é fatal à autogestão.

O que se tem, portanto, não é cooperativa ('como cooperativa'), pois nenhuma das determinações essenciais se configura. A autogestão se revela como um problema a ser superado, pois a gestão pelo cooperado seria ineficiente economicamente.

Se por um lado o conteúdo ético desse 'cooperativismo' não se presta à defesa ampla da produção, reprodução e manutenção da vida humana em comunidade, de outro lado, menos ainda não se apresenta como crítico, pois é insensível ao fato do atual sistema econômico gerar vítimas. De subsumida, essa vertente torna-se cúmplice do sistema ao ter como objetivo ético garantir sua parcela de exploração e com a maior eficiência possível. Por certo, não são sensíveis às vítimas geradas, pois estas são consideradas parte da engrenagem que não pode

³⁰⁸ BIALOSKORSKI NETO, S. Agronegócio..., p. 723.

³⁰⁹ Referida no item 2.1.1 (cf. DUSSEL, E. 16 Tesis..., p. 198.)

parar. Nas palavras de Dussel: “Para a consciência cúmplice do sistema, as vítimas são um *momento* necessário, inevitável, um aspecto funcional ou ‘natural’”.³¹⁰

Com maior ou menor grau, essas características se repetem nas cooperativas tradicionais, afiliadas ao ‘sistema OCB’. Isso não se dá ao acaso, já que as entidades que compõe esse sistema promovem, incentivam e capacitam os cooperados e ‘administradores’ das cooperativas ressaltando esses valores. Valores que em nada destoam da empresa capitalista. A diferenciação entre essas duas organizações é resultante, unicamente, de um enquadramento jurídico, ou seja, um elemento meramente formal. Nada existente na essência desse tipo de cooperativa é capaz de particularizá-la frente a uma empresa capitalista.

Esse cooperativismo do capital é cotidianamente pauta midiática, que ressalta os grandes resultados econômicos, apresenta-o como fundamental para a economia, especialmente paranaense, bem como para a sociedade, como exemplo de sucesso a ser incentivado e reproduzido.

Tais informações não são falsas, ou seja, têm correspondência com os fatos aparentes da realidade. Entretanto, é uma leitura feita desde a aparição fenomênica do cooperativismo e não sua essência. Esconde o verdadeiro insucesso da proposta (com relação às determinações essenciais) e o mostra como seu contrário.

A reflexão quanto à factibilidade das propostas é instrumento que auxilia para essa constatação, articulado com os elementos materiais e formais³¹¹ anteriormente pontuados.

Para uma consideração sobre a realização empírica de uma microestrutura ou instituição, devem ser verificadas a eficácia e a retidão na sua realização. Os efeitos obtidos precisam ser submetidos à consideração: se reproduzem o que é desejado em termos de conteúdo (materialidade) e da maneira adequada de proceder (formalidade).

A divulgação midiática e as análises deslumbradas com os resultados econômicos do cooperativismo empresarial revelam uma análise parcial, que considera apenas o que é empiricamente realizável. O âmbito do que se *pode fazer* é, entretanto, orientado em dois sentidos do termo *poder*. É possibilidade, em termos tecnológicos e econômicos, ou seja, há condições concretas que tornam factíveis – realizáveis – tais ações. Porém, *poder* também significa a permissão, a autorização

³¹⁰ DUSSEL, E. Ética da Libertação..., p. 302-303.

³¹¹ DUSSEL, E. Ética da libertação..., p. 237.

a uma ação. Não meramente porque há condições concretas para a execução de determinados atos, eles devem ser praticados.

O cooperativismo empresarial é analisado unicamente no âmbito da factibilidade empírica, no nível da razão estratégico-instrumental, considerada como a racionalidade que articula estratégias (projetos, ações, ideias) visando promover a relação meios e fins. Estes fins, na lição de Dussel, devem ser ordenados material e formalmente³¹². Assim, na análise da factibilidade da cooperativa devem ser consideradas as determinações essenciais anteriormente citadas.

Os âmbitos material (conteúdo: cooperação ético-crítica) e formal (discursivo: autogestão) são desprezados pela cooperativa subsumida à lógica do capital ('cooperativa como capital'). Assim, a realidade é analisada de forma incompleta.

Quando apenas se considera o último momento (da factibilidade no sentido meramente empírico), o sistema, a microestrutura ou instituição se torna auto referencial. Não possui outros postulados a condicioná-la. Tudo passa a ser permitido unicamente considerando se há condições concretas para sua realização. Dussel esclarece:

Sem a razão ético-discursiva [momento material aliado ao formal], a razão estratégico-instrumental cai na perversidade dos sistemas formais auto-referentes fetichizados (que absolutizam a racionalidade meio-fim, a factibilidade eficaz que pode voltar-se contra a vida do sujeito humano ou contra sua necessária participação livre).³¹³

O que aqui se propõe é clarificar a nebulosidade do tema, questionando a cooperativa frente ao sistema estabelecido. As cooperativas tradicionais se encaixam, sem esforços interpretativos, na função de afirmação do presente estado das coisas. O que já está dado é mantido e reproduzido pela forma da 'cooperativa como capital'.

A qualificação desse tipo de experiência é de suma importância para combater a confusão que provocam no real concreto. Retomando as lições de Rios, "não se deve confundir a comum identidade jurídica das cooperativas com suas mais diversas inserções econômicas e sociológicas."³¹⁴ Acrescenta-se a inserção político-ideológica, pois tais cooperativas são designadas tradicionais em razão de

³¹² DUSSEL, E. *Ética da Libertação...*, p. 237-238.

³¹³ DUSSEL, E. *Ética da libertação...*, p. 270.

³¹⁴ RIOS, G. *O que é...*, p. 15.

ocuparem, historicamente, um posicionamento privilegiado nas estruturas legal-institucionais, ditando – em seu benefício – os marcos regulatórios para o tema.

Com as características delineadas, o chamado cooperativismo tradicional não consiste em ‘cooperativa como cooperativa’, mas sim ‘como capital’.

Outra noção de política foi utilizada no primeiro capítulo para apresentar múltiplas concepções do cooperativismo popular e da economia solidária. A noção voltava-se ao âmbito interno do empreendimento. Uma marca de diferenciação ao cooperativismo tradicional, que compreende a cooperativa ou exclusivamente pelo aspecto comercial ou na conjunção entre o comercial e o civil.

Olhar para a cooperativa ressaltando o elemento político em seu interior, significa assinalar possibilidades contestatórias nessas experiências. Possibilidades críticas ao sistema de exclusão e exploração do sistema capitalista. Em razão desse elemento, o cooperativismo popular é, frequentemente, associado como o ‘cooperativismo dos pobres’ (enquanto o tradicional seria o ‘cooperativismo dos ricos’).

Simples seria a construção do estudo proposto se as formas cooperativas se enquadrassem ou na feição ‘subsumida ao capital’, cuja função – como parte ou mediação desse sistema – é sua afirmação; ou na feição crítica, assumindo uma postura contestatória, de negação do sistema estabelecido, em razão das negações que gera, as mais diversas e profundas. Entretanto, esse dualismo não dá conta da realidade.

Este é um momento delicado da pesquisa, pois como proposições críticas, estariam reunidos: o cooperativismo popular (produção, serviços, crédito...); a economia solidária, nas suas incontáveis apresentações (associações, clubes de troca, fundos rotativos, feiras de consumo solidário...); empresas recuperadas por trabalhadores; organizações relacionadas ao MST; a ‘Economia Social’; a ‘Economia Popular’; a ‘Economia do Trabalho’ e variações outras, que por vezes conferem a uma única experiência uma formatação muito particular.

Tal enquadramento precisa ser problematizado. Ainda que todas essas propostas se apresentem como críticas e ainda que realmente possuam elementos contestatórios, há distâncias consideráveis entre algumas proposições.

A dificuldade é ainda majorada pela produção teórica segmentada, confusa, quando não contraditória. Enfim, faltam abordagens mais completas sobre o tema.

Nos limites propostos para esta pesquisa, não é possível analisar o estatuto crítico de cada uma das vertentes acima citadas, nem mesmo é o objetivo do trabalho. Ainda que circunscrito ao recorte proposto, a cooperativa, a configuração é complexa.

Portanto, neste momento, os apontamentos se restringem a marcar a diferenciação contestatória dessas propostas, e dedica-se o tópico seguinte para anotações quanto à possibilidade da crítica proposta pelas cooperativistas populares e, em determinado aspecto, também da Economia Solidária (enquanto reúne cooperativas dentre seus empreendimentos e por afirmar ser a cooperativa de produção o protótipo de EES).

Por enquanto, tentou-se demonstrar que a vivência da efetiva cooperação econômica ético-crítica em bases autogestionárias significa estabelecer no interior da cooperativa um ambiente absolutamente contraditório à lógica externa. Tomando-se a experiência de forma abstrata, se a cooperativa apresenta-se ‘como cooperativa’ sua atuação é pautada por outro fundamento que não o mercado, ou seja, uma racionalidade diversa daquela do fundamento do sistema hegemônico.

A factibilidade desta constituição será retomada no item seguinte, mas pressupõe que seja concluída a exposição iniciada quanto ao último movimento do método dialético: o que foi chamado por Marx de ‘a viagem de retorno’. Significa o momento do descenso, que é propriamente dialético, porque situa a parte no todo³¹⁵. Esse retorno é explicativo, ou seja, torna a realidade conhecida, explicada (ainda que o real concreto seja sempre mais amplo do que a realidade conhecida).

A noção do cooperativismo ‘como capital’ é uma categoria explicativa que, quando retornada à totalidade concreta (Brasil em 2014), torna a realidade conhecida, ou seja, torna-a inteligível. Como consequência permite explicar a hegemonia alcançada pelas cooperativas tradicionais. Isto se dá em razão de reproduzirem o fundamento do sistema.

Pela mesma razão, o espaço reservado à cooperativa ‘como cooperativa’ é um posicionamento marginal no que se refere às forças que movem a totalidade, por exemplo, frente ao Estado e ao Direito. Este cooperativismo é um não-ser perante o

³¹⁵ De acordo com Dussel: “O método dialético consiste em situar a ‘parte’ no ‘todo’, como ato inverso ao efetuado pela abstração analítica. A abstração parte da representação (todo pleno) e chega à determinação abstrata (clara, mas simples). O ato dialético parte da determinação abstrata e constrói sinteticamente uma totalidade – concreta em relação à determinação, abstrata em relação à ‘totalidade concreta explicada’.” (DUSSEL, E. A produção..., p. 53.)

capital, ou seja, é não considerado. A relação com o sistema se tornará mais evidente com a análise dos marcos legais (no próximo capítulo), mas desde já se antecipa que nenhuma preocupação que favoreça essa vertente do cooperativismo é regulada. Ao contrário. Há a apropriação da energia que se mostra como contrária à totalidade. Apropriação que se converte em promoção do próprio sistema (se torna um igual, um 'mesmo' do sistema, sua continuação).

Entendemos que a edição de uma lei (um ato, uma instituição, etc.) que prejudique a 'cooperativa como cooperativa', mais do que evidenciar que o cooperativismo 'incomoda', ou seja, que o sistema estaria preocupado com essa forma de expressão, revela uma oportunidade para a promoção da própria lógica capitalista. Isto porque o fundamento (aquilo que há de mais essencial) no capitalismo não compreende, não reconhece uma lógica diferenciada de si. Por não considerar outra lógica, quando o sistema do capital olha para o cooperativismo apenas vê refletir sua própria essência. Torna-o mais uma de suas determinações. Torna-o 'o mesmo' de si. Interrompe-se essa linha argumentativa por ainda carecer de elementos que serão fornecidos por uma leitura da filosofia crítica.

Antes de prosseguir, entretanto, aproveita-se para ressaltar uma conclusão obtida até o presente momento e anunciar uma consequência dela decorrente. Cooperativa é a organização que manifesta em seu interior as determinações essenciais de cooperação econômica ético-crítica e autogestionária. O cooperativismo tradicional ou empresarial, por desconsiderar esses âmbitos essenciais, apresenta-se como mecanismo de falseamento e encobrimento de fundamentos. Conclui-se, portanto, que essas experiências não são cooperativas, pois a forma jurídica não é capaz de alterar o conteúdo material. Assim, como consequência, o presente trabalho abandona o termo 'cooperativismo popular'³¹⁶, até agora utilizado e necessário para marcar a diferença entre o chamado cooperativismo tradicional.

Deste momento a diante, apenas será feita a referência à 'cooperativa', pressupondo tratar-se de experiência que congrega os elementos essenciais.

³¹⁶ Tal designação é de extrema importância por situar, de maneira clara, o lugar de onde se fala. Entretanto, mesmo diante da necessidade de marcar as bases sobre as quais se trabalha, acreditamos importante seguir afirmando 'o' cooperativismo como o movimento genuinamente contestatório ao sistema de exploração capitalista. Manter-se no embate, requerendo a esse movimento a exclusividade da designação, é importante no sentido de combater o desvirtuamento dos sentidos do 'cooperativismo'.

2.2.2. As proposições contra hegemônica na totalidade concreta

O que se propõe neste momento é analisar a realização empírica das propostas de cooperativismo que se apresentam como contestatórias ao sistema estabelecido.

Essa consideração exige a articulação da factibilidade (no sentido mais amplo, de ser realizável) com os âmbitos material e formal das propostas, retomando as conclusões do item 2.1, ou seja, sem perder de vista as determinações que são essenciais à cooperativa.

Do exposto no primeiro capítulo, constata-se a existência de propostas de cooperativismo que pretendem a melhoria da condição de vida dos atores sociais em um sentido emancipatório. Ou seja, questiona-se a exclusão dos seres negados pelo sistema, porém, buscam-se mecanismos capazes de estender a essas pessoas os benefícios anunciados, mas não cumpridos a todos. Tais propostas apresentam o cooperativismo (e a Economia Solidária) como possibilidade de geração de trabalho e renda ao cooperado.

Inicialmente, é necessário considerar a adequação dessas propostas à cooperação específica da cooperativa. Sem dúvidas, as propostas são críticas, pois seu inconformismo parte da defesa daqueles que são negados na estrutura do capital.

Entretanto, o objetivo puro e simples de obtenção de renda ou de inclusão ao sistema capitalista está muito aquém da ampla noção de vida humana.

Em razão do válido elemento crítico das propostas, é salutar observá-las de forma mais atenta antes de sua absoluta recusa.

Buscando a compreensão do cooperativismo inserido nessas vertentes, serão consideradas as informações articuladas pela Economia Solidária, fazendo a ressalva que esse ambiente é mais amplo do que o recorte aqui proposto.

No que se refere aos objetivos das experiências de Economia Solidária, a SENAES anuncia:

A economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora **alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social**. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de

cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário.³¹⁷ (sem grifos no original)

A atuação em busca dos objetivos de inclusão e renda guia as ações e reflexões da Economia Solidária na busca por firmar seu espaço no interior e em articulação com os modelos existentes na economia capitalista.

A solidariedade estaria na democratização da economia³¹⁸, ou seja, uma ampliação das possibilidades econômicas, questionando a redução da economia ao mercado, incluindo-se articuladamente a essa estrutura (mercantilista) a economia não-mercantil, que “corresponde à economia cuja distribuição de bens e serviços é confiada à redistribuição.”³¹⁹ A promoção dessa economia não-mercantil (solidária) aconteceria mediante institucionalização vinculada ao Estado, porém, com características sociais.

Quer pela recente institucionalização estatal da Economia Solidária, pela defesa à redistribuição dos bens em âmbito social ou pela aposta na ampliação e democratização dos espaços econômicos que *inclua* a Economia Solidária, a proposta se assemelha às formulações de Economia Social, cuja matriz é europeia e foi anteriormente citada.

Anotações quanto a essa aproximação serão pontuadas adiante (item 3.2), depois de apresentados os marcos da filosofia latino-americana, cujos instrumentais são indispensáveis para as considerações críticas.

A proposta brasileira, a par da francesa, é colocar a nova racionalidade (economia solidária) ao lado da já existente (mercantil). Nesta concepção, as mudanças sociais “se fazem e se farão por meio de processos de construção de grupos e de instituições novas *ao lado* e acima das antigas.”³²⁰ Trata-se da inclusão da Economia Solidária entre modelos mercantis e monetários.

A Economia Solidária (e o cooperativismo inserido nessa proposta) apresenta-se como forma de remediar a economia capitalista. Característica

³¹⁷ O que é Economia Solidária. Disponível em: <http://www2.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp>. Acesso em: 19.05.2014.

³¹⁸ LAVILLE, Jean-Louis. Solidariedade. In CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro (coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo; Coimbra: Almedina, 2009. p. 310.

³¹⁹ LAVILLE, Jean-Louis. Economia Plural. In CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro (coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo; Coimbra: Almedina, 2009. p. 146.

³²⁰ LAVILLE, J. Economia Plural..., p. 148.

reconhecida pelos próprios solidaristas: “hoje, a economia solidária pode, em parte, atenuar os efeitos devastadores para a democracia de uma mercantilização e de uma abstração das relações sociais.”³²¹

A proposta é sensível à situação de exclusão daqueles que são negados pelo sistema. Apresenta-se como resistência a esse estado de coisas.

Porém, ao buscar remediar os efeitos perversos por meio da inclusão desses sujeitos na própria estrutura que continua gerando exclusões, a crítica proposta deixa de centrar-se nos fundamentos que constituem o sistema capitalista. Com o objetivo de conciliar a Economia Solidária com a economia capitalista, utilizando espaços marginais, as possibilidades de transformação da sociedade, em nível estrutural, são limitadas.

Independente das anotações teóricas, não se pode desconsiderar a falta de efetividade da Economia Solidária e do cooperativismo por ela promovido como alternativa de trabalho e, principalmente, de renda.

Os últimos números divulgados pela SENAES sobre o faturamento dos empreendimentos solidários datam de 2007 e fazem parte do I Mapeamento da Economia Solidária. O II Mapeamento já foi concluído³²².

Porém, os poucos dados já divulgados (incluídos neste trabalho ao longo do primeiro capítulo) não se referem ao aproveitamento econômico para o associado. Os números são fortes indicativos da falta de resultado econômico para os participantes.

Em âmbito nacional, 15% dos empreendimentos (do total de 21.859) tiveram déficit e outros 34% tiveram faturamento suficiente apenas para cobrir as despesas operacionais e 38%, ou seja, 8.306 empreendimentos conseguiram gerar sobras que foram partilhadas aos associados³²³.

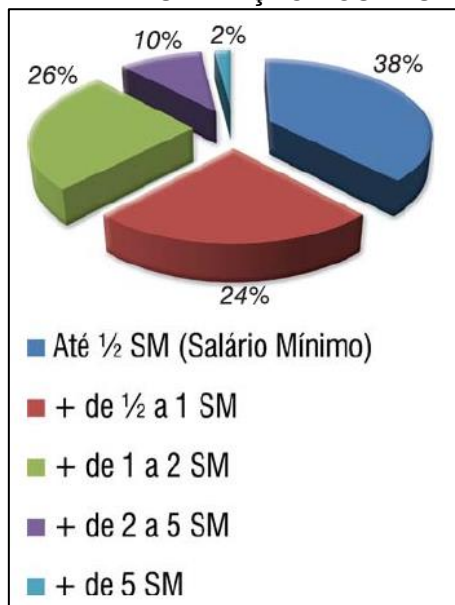
³²¹ FRANÇA FILHO, G. LAVILLE, J. Economia Solidária..., p. 93.

³²² A divulgação preliminar de parte dos dados coletados ocorreu em 11.05.2014, durante o Seminário Nacional de Divulgação e Avaliação de resultado dos Dados do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES). A pesquisadora estabeleceu contato com a SENAES e com o SIES para obtenção da base de dados completa ou complementar às informações já divulgadas, porém até a finalização deste trabalho não houve o envio do material.

³²³ Registre-se que 13% dos empreendimentos ou não informaram o faturamento ou não são organizados para obtenção de resultados financeiros. Dados extraídos do I Mapeamento Nacional da Economia Solidária. (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e Participação Acionária – ANTEAG (org). **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007**. São Paulo: Todos os Bichos, 2009. p. 34. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812C318C92012C371B016F5ED8/sies_Atlas_da_Economia_Solidaria_Completo\[1\].zip](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812C318C92012C371B016F5ED8/sies_Atlas_da_Economia_Solidaria_Completo[1].zip)>. Acesso em: 03.06.2014.)

Quando houve sobras, ou seja, em 8.306 empreendimentos, o retorno individual à grande maioria dos participantes foi menor ou até um salário mínimo:

GRÁFICO 6 - FAIXA DE REMUNERAÇÃO DOS EES NO BRASIL – 2007



Fonte: Atlas da Economia Solidária 2009/2007
Elaboração: SIES/SENAES

Em números absolutos, significa que os participantes de 12.494 empreendimentos, considerados entre todos no Brasil (21.859), não receberam qualquer remuneração ou esta ficou abaixo mínimo estabelecido como remuneração básica (salário mínimo).

Por todos os elementos apontados as críticas às formulações de Economia Solidária e ao cooperativismo incluído nas mesmas bases surgem de variados lugares³²⁴ e especialmente apontam para a mera reprodução da força de trabalho, que é conveniente (ou indiferente) ao capital.

Os apontamentos críticos são relevantes, fundamentados e não podem ser desconsiderados. Diante da inquietação que geram, o presente trabalho propõe-se a questionar se restam potencialidades a serem afirmadas nas experiências cooperativas.

Ainda que tais experiências e formulações teóricas não proponham a (ou não tenham a clareza de) questionar e alterar as estruturas fundamentais do

³²⁴ Conforme referências feitas na exposição ao longo do primeiro capítulo, a exemplo das leituras que caracterizam a Economia Solidária e o cooperativismo como meramente reformatórias; que desviam as energias críticas, atenuando a evidência do conflito capital x trabalho; 'controle social da pobreza' ou 'controle político dos miseráveis'.

capitalismo³²⁵, entende-se que são espaços, ainda que mínimos, permitem a reflexão quanto aos efeitos danosos da atual estrutura de sociedade. Falta a assertividade quanto ao foco adequado para a crítica.

De fato, são questionáveis as propostas que se desvirtuam quanto aos reais elementos que devem ser criticados, perdendo-se em garantir a mera subsistência no dia-a-dia ou apenas a reprodução do trabalho para criação do valor (alheamente apropriado). Contudo, se não existirem espaços alternativos, menores serão as possibilidades para esses sujeitos experimentarem (e descobrirem que existem) formas diferenciadas de relacionamento com o outro; formas que permitam criar, desenvolver, executar, sendo partícipe dos processos, descobrindo-se a si próprio como capaz.

Deve-se considerar que o acesso ao fundamento do sistema não é facilitado. Está oculto e é mascarado. Mostra-se em uma aparência intencionalmente falsa. Assim, é plenamente escusável que o trabalhador não tenha a clareza de sua luta. É plenamente compreensível que busque a solução mais imediata para sua sobrevivência. Escusa que não pode ser estendida à reflexão teórica.

Entretanto, a reunião dos trabalhadores em um formato diferenciado, de base comunitária e autogestionária, é possibilidade (e não garantia) de despertar uma cultura diferenciada, pois realmente não será no ambiente subsumido do trabalho sob o capital que tal oportunidade surgirá. Se as chances de compreensão do trabalhador quanto às reais causas da sua exploração são difíceis, mínimas e não garantidas por essas experiências, menos ainda o trabalho assalariado o permitirá.

Porém, antes de afirmar alguma viabilidade emancipatória no cooperativismo que opera na lógica assinalada pela Economia Solidária, tais experiências precisam alcançar a factibilidade de suas propostas. Precisam efetivamente garantir trabalho e renda. Para tanto, resta desenvolver a razão estratégico-instrumental, ou seja, a racionalidade que articula meios e fins. A carência no desenvolvimento quanto aos meios e método táticos eficientes à realização das finalidades apontadas definitivamente compromete o incentivo a essa vertente.

Um dos caminhos apontados, ainda não consolidados, é a projeção como política pública. A efetiva institucionalização. A SENAES ainda precisa realizar seus

³²⁵ A defesa do trabalho vivo, como origem de todo o valor e do mais-valor, maquiado de produto do capitalista e não do trabalhador.

objetivos para que minimamente se constitua opção de renda aos que não possuem (e não irão encontrar) lugar no mercado formal de trabalho.

Faz parte da problematização do contexto a ser vencido o diminuído orçamento destinado à SENAES, bem como a dificuldade resultante da falta de projetos políticos de longa duração, facilmente interrompidos com a alteração das forças a frente das instituições políticas.

O levantamento de dados através dos Mapeamentos Nacionais são de suma importância por fornecerem elementos a clarificar o sentido prático para as políticas públicas no setor (embora não se sobreponham aos outros elementos que devem ser articulados – material; formal). Justamente pela grande relevância do mapeamento, algumas questões podem ser aprimoradas, especialmente quanto à divulgação e disponibilização da base de dados e não apenas estatísticas e gráficos produzidos pela SENAES. O acesso à base completa poderia permitir uma análise vinculada aos setores específicos da Economia Solidária, tal como é a pretensão desse estudo de voltar a análise apenas às cooperativas participantes das pesquisas. Permitiria delinear melhor a realidade do cooperativismo, que corresponde a apenas 9% dos empreendimentos analisados. De outro lado, as formas associativas (61%)³²⁶, na realidade prática muitas vezes correspondem à cooperativa, cuja formalização burocrática foi obstada por diversos motivos alheios à vontade dos associados. Portanto, os elementos quantitativos precisam ser considerados, porém em articulação com análises qualitativas.

Análises particularizadas podem ressaltar a melhoria da qualidade de vida do cooperado não expressa unicamente na geração de renda auferida no empreendimento, sem, no entanto, retirar a importância das condições materiais (econômicas) mínimas para o cooperado.

Ainda que o posicionamento contra a exclusão dos sujeitos vitimados pelo sistema seja considerado elemento político, na cooperativa a política por excelência se exercer no cotidiano da autogestão. A centralidade e importância dessa determinação faz com que alguns autores afirmem que este seja 'o' elemento diferenciador do cooperativismo. Entretanto, a realização prática da autogestão deve ser atravessada pelo elemento ético. Não é qualquer acordo intersubjetivo que deve ser executado, ainda que apresente todos os requisitos formais a garantir sua

³²⁶ Percentuais que correspondem ao I Mapeamento. (ANTEAG, Atlas..., p. 28.)

legitimidade. A condicionante quanto ao conteúdo direciona os acordos discursivos obtidos por meio da autogestão a uma avaliação ética, que é em última instância de alteridade na defesa da vida humana em comunidade.

Em dimensões proporcionais à importância e grandeza da autogestão à cooperativa são as dificuldades em efetivá-la. Trata-se de estabelecer uma forma de agir radicalmente diferenciada do que os atores foram acostumados durante toda a sua vida, desde os bancos escolares (para aqueles que os frequentaram) até o 'adestramento' técnico profissionalizante, passando pelas relações familiares e políticas. A submissão é o aprendizado imposto. Romper com essa lógica não se mostra tarefa fácil. Porém dificuldade não é sinônimo de impossibilidade.

A autogestão é revestida dos requisitos da factibilidade teórica, em termos lógicos, técnicos, econômicos e éticos. Da mesma forma, encontra respaldo na factibilidade empírica.

Para que efetivamente se realize, precisa superar inicialmente (e talvez o mais difícil) a já mencionada cultura da submissão. Deste desafio, outros decorrem.

Autonomia interna da cooperativa precisa ser garantida frente às necessidades de aportes externos, constituídos de apoios técnicos ou financeiros.

De outro lado, também a interação entre os cooperados, internamente, precisa ser garantida. Protagonismos individuais ou autoritarismos de alguns sócios enfraquecem a simetria entre os participantes, comprometendo o desenvolvimento autogestionário. É frequente que um cooperado, intencionalmente ou não, acabe desenvolvendo o papel de 'líder' do grupo, chegando a condicionar, quando não tolher, a participação dos demais, quer pela confiança que depositam na figura proeminente do colega, quer pela restrição imposta. Na atual sociedade, deve-se aprender a autogerir e isto se faz praticando.

Nessa aprendizagem tem lugar profícuo as atividades desenvolvidas pelas entidades de fomento. Incubadoras, organismos estatais, fóruns, consultorias técnicas, entre outros. A consolidação da autonomia interna do empreendimento é desafio também para essas entidades, que precisam desenvolver a medida exata de fomento evitando a indução ou determinação de decisões e ações. Os agentes envolvidos no processo de incubagem ou desenvolvimento técnico precisam de formação específica e domínio de técnicas que permitam que o necessário crescimento se dê pelo próprio grupo.

Portanto, a competência técnica nos órgãos apoiadores das cooperativas autogestionária é condição essencial para o sucesso do acompanhamento:

A competência decisiva dos agentes externos consiste em acionar instrumentos pedagógicos e materiais que impulsionem as experiências populares a transitar de uma lógica de preservação e defesa das condições já dadas de existência, orientadas pela recomposição das formas de vida conhecidas, para uma lógica de emancipação social e econômica, que implica rupturas progressivas com a condição de subalternidade. Tal processo comporta uma remodelação gradual das aspirações, dos padrões materiais de subsistência e da lógica econômica de reprodução simples³²⁷

A remodelação da cultura de subalternidade referida demanda tempo e persistência de todos os atores envolvidos. Com esses elementos, salta à vista a existência paradoxal da cooperativa: sua lógica interna é conflitante (e contrária) à lógica externa, na qual estão inseridos os cooperados em todas as demais instâncias de suas vidas.

No elemento autogestionário reside a verdadeira potencialidade cooperativa. Quando este caráter não se efetiva, os empreendimentos estão fadados à cooptação, não oferecendo qualquer benefício à causa contestatória dos efeitos excludentes e exploratórios do capitalismo.

Diante da multiplicidade de experiências autodenominadas ou legalmente classificadas como cooperativa, a autogestão é uma guia segura a indicar pistas da essencialidade do empreendimento.

Sem dúvidas, ser autogestionário significa radicalizar a experiência democrática no interior da cooperativa. Entretanto, é necessário pontuar que a autogestão vai além da participação democrática, que muitas vezes transparece em sua formalidade e representatividade. Autogestão não se restringe à participação – com voto – em assembleias³²⁸. Não se trata de representação e sim da efetiva atuação, em todos os níveis da organização, de maneira responsável e decorrente do amplo acesso à informação (que pressupõe sua compreensão).

Contrariando a noção mercadológica, que domina o cooperativismo empresarial, o processo autogestionário é complexo e não imediato. Demanda

³²⁷ GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28º, n. 82, São Paulo, Jun.2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092013000200013>>. Acesso em: 19.05.2014.

³²⁸ Que, em cooperativas de grande porte, no modelo agroexportador, são reuniões que objetivam ratificar atos e decisões já tomadas por uma cúpula que se reveza na administração da *empresa*.

empenho e persistência. Porém, como uma construção orgânica e coletiva, revela-se “um processo pedagógico de democracia”.³²⁹

Assim, o processo engendrado pela autogestão, ao promover a discussão, a participação, a responsabilidade pelas decisões tomadas coletivamente, constitui um espaço que é, em última análise, político.

A potencialidade da cooperativa é, portanto, ser um lugar para o efetivo exercício autogestionário, processo que incentiva a transformação de subjetividades. Se a cooperativa pode ser esse lugar é tão somente em razão do procedimento que congrega: a autogestão. Este elemento é o que efetivamente faz frente a todas as críticas dirigidas à cooperativa (e também à economia solidária) e justifica a manutenção desse ideário como possibilidade de transformação da sociedade. Não em si, mas por abrir espaço ao encontro dos atores sociais, conhecedores de si e do *outro*, possibilitando-se, nessa interação – mediada pelo mundo em que estão inseridos e atuando – o surgimento do novo, a ser criado e desenvolvido. Assim, a cooperativa – que tem a autogestão em todos os âmbitos (produção, execução, partilha) – mostra-se mais que o produto conveniente à realidade externa, pois favorece a construção de novos conhecimentos e novos valores, desde a sua constituição interna.

É nesse sentido que o capítulo final deste trabalho centra sua análise na autogestão, com os aportes metódicos da filosofia dusseliana, será questionado se essa prática pode se revelar um método, um caminho, que possibilite a libertação.

Para que essa proposição possa ser apresentada com todas as suas mediações, faz-se necessário apresentar os elementos teóricos que são propostos como instrumentais nessa articulação. Portanto, passa-se à configuração da filosofia a partir da qual emergem as discussões críticas propostas neste trabalho.

³²⁹ MAURO, Gilmar. **Sindicato, cooperativas e socialismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 95.

PARTE II. O COOPERATIVISMO COMO ‘O OUTRO’ DO CAPITAL: POSSIBILIDADES PARA A LIBERTAÇÃO?

Esta parte é dedicada ao esforço da crítica.

O cooperativismo, a partir dos elementos apresentados, será submetido à análise quanto a suas negações e os efeitos delas decorrentes. Para tanto, o aporte é filosófico, em uma leitura particular: latino-americana descolonial e de libertação.

Segue-se intentando os passos metódicos apresentados por Marx: na primeira parte desta pesquisa a análise do cooperativismo ‘elevou-se’ da representação plena, ou seja, da aparência caótica da realidade social, para a compreensão em uma totalidade mais concreta. O cooperativismo foi tomado em si (retirado do todo, a parte tornou-se o todo em si), para a compreensão da autogestão como seu elemento essencial. Distinguindo a ‘cooperativa como cooperativa’ (autogestionária) da ‘cooperativa como capital’ (que reproduz o próprio fundamento do sistema), parte-se para o questionamento da totalidade frente à exterioridade. Esta é a pretensão da segunda parte da pesquisa: propor a leitura do cooperativismo como “o outro” do capital. Dando sequência ao método de Marx, sob a leitura que Enrique Dussel expõe, ao compreender o fundamento do sistema, cabe à reflexão crítica retornar à totalidade com um elemento adicional (e central): o que é negado pela totalidade; aquilo que está além do fundamento. A proposição crítica feita nesta pesquisa é baseada na existência da exterioridade negada, ou seja, trata-se de um recorte filosófico específico. Não será qualquer crítica a interessar à pesquisa.

Tal leitura, essencialmente latino-americana (justificada por se situar na periferia mundial), exige inicialmente a reflexão quanto à colonialidade (do poder, do saber e do ser). Nessa perspectiva, o cooperativismo será criticamente inserido. Seus marcos regulatórios serão retomados, porém não sob o viés dissertativo. Pretende-se demonstrar a apropriação do fenômeno, que passa a reproduzir (com aporte jurídico) o fundamento da totalidade.

Apenas com a compreensão alerta quanto à dominação colonial, passa-se à discussão quanto às possibilidades descoloniais e à necessidade da libertação.

Muitas das proposições filosóficas aqui propostas exigem o esforço de adentrar em um universo conceitual próprio. Será necessário acompanhar o desenvolvimento do argumento em todas as suas mediações. Assim, antecipadamente, pede-se a compreensão e paciência do leitor para a exposição detalhada do pensamento dos autores manejados. Sem esta dedicação, poderia-se correr o risco de alcançar conclusões apressadas.

A observação feita se faz necessária especialmente para um trabalho como o presente, pois aventura-se em um campo do conhecimento (filosofia) que não lhe é próprio, já que resulta da (de)formação jurídica.

Por certo que separações entre os campos do conhecimento são heranças a serem combatidas. Ganharam peso com a hegemonia da epistemologia moderna, a ser enfrentada, especialmente quando se propõe um referencial descolonial. O intento a seguir proposto segue nesta orientação, buscando a conexão entre a filosofia e o direito.

CAPÍTULO 3. REFLEXÃO FILOSÓFICA SOBRE A UTOPIA: a filosofia descolonial

Desde uma realidade que valoriza de sobremaneira a pragmática e, especialmente em estudos jurídicos, a técnica, faz-se cada vez mais necessária a reflexão filosófica.

Filosofia, na lição platônica, refere-se ao uso do saber em proveito do homem³³⁰. Nesta esteira, a presente pesquisa pretende a articulação de conhecimentos, bem como a reflexão quanto à utilização desse instrumental teórico em benefício dos seres.

Diante de um infinito horizonte, delineado por inúmeros encaminhamentos filosóficos possíveis, o recorte metodológico para o trabalho será pela filosofia latino-americana. Trata-se da eleição por uma epistemologia específica, alternativa à filosofia tradicional, ocidental e hegemônica.

A reflexão filosófica sobre a questão latino-americana, brasileira também, exige a consideração dos elementos que lhes são próprios: nossa história e nossa realidade; questões que são exclusivamente nossas.

Países da América Latina, como é o caso do Brasil, ocupam a posição de periferia diante do sistema mundial. Tal afirmação não possui qualquer referência a elementos de justificadores a partir de características de inferioridade, em seu lugar, trata-se de um juízo fático. As filosofias latino-americanas descoloniais defendem que as reflexões filosóficas partam dessa consideração e, nesse sentido, a reflexão unicamente da filosofia tradicional é insuficiente. Seus teóricos refletem sobre a própria realidade e, quando se debruçam para além de seu mundo, também interpretam sobre a periferia a partir das considerações do 'centro'.

As palavras de Dussel são bastante claras a ressaltar a insuficiência da filosofia tradicional europeia à realidade latino-americana:

A filosofia clássica de todos os tempos é o acabamento e a realização teórica da opressão prática das periferias. Por isso a filosofia, como o centro da hegemonia ideológica das classes dominantes, quando é filosofia da

³³⁰ ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Trad. Alfredo Bosi. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 442.

dominação, desempenha um papel essencial na história europeia. Pelo contrário, dificilmente se poderia encontrar em toda essa história o pensamento crítico que seja, de alguma forma, filosofia da libertação, enquanto se articula à formação ideológica das classes dominadas. (...) **Os filósofos modernos europeus pensam a realidade que se lhes apresenta: a partir do centro interpretam a periferia. Mas os filósofos coloniais da periferia repetem uma visão que lhes é estranha, que não lhes é própria (...).**³³¹ (sem grifos no original)

Não se está defendendo a existência de uma filosofia verdadeira, ou a prevalência de uma sobre a outra. Em seu lugar, propõem-se um ponto de partida diferenciado que, sem dúvida, gera diferentes considerações. O questionamento irreduzível que se coloca à filosofia latino-americana é ir além da mera repetição, pois, de acordo com a lição acima, nesse papel estariam repetindo uma concepção de mundo da qual não pertencem.

Cabe aos filósofos da América Latina refletir sobre a periferia a partir desse lugar. Seguir fazendo repetições ou aprofundamentos exclusivamente baseados em construções erigidas em marcos que não são nossa realidade (formulações da filosofia tradicional) não contribui para compreender o porquê e o como da situação real concreta em que estão inseridos os países periféricos. Principalmente: não permite a reflexão quanto ao que são os reais problemas contemporâneos, o que limita, quando não impossibilita, a busca por suas soluções.

A filosofia descolonial, própria da América Latina, considera a filosofia tradicional (europeia e, hoje, norte americana). Não se trata de uma proposta de inaugurar as formas de pensar ou de produzir conhecimento. A proposta dessa filosofia contra hegemônica é, considerando a filosofia tradicional, ir além, em termos usados por Dussel, subsumir e superar tal construção teórica³³².

Para tanto, primeiramente, deve-se descortinar a historicidade da América Latina, considerando o processo para a configuração de sua dependência geopolítica. A reflexão não pode olvidar sua constituição dentro no processo colonial moderno. A América Latina, criada como tal, foi integrada em um padrão de poder histórico-estrutural, que, de um lado a colocou em posição de dependência e, no mesmo movimento, constituiu a Europa ocidental como centro mundial do controle

³³¹ DUSSEL, Enrique. **Filosofia da Libertação**. Trad. Luiz João Gaio, São Paulo-Piracicaba: Loyola-Unimep, 1977. p. 11-12; 18.

³³² LOCALIZAR FONTE

de tal poder³³³. Esse padrão de poder, que define elementos materiais e subjetivos, é a colonialidade, herança histórica que permanece internalizada, mantendo-se para tempos muito além do período colonial³³⁴. Essa continuidade, velada e explícita, é possibilitada por relações de poder que reproduzem a colonialidade no saber e na subjetividade.

A percepção desses elementos e a compreensão da relevância desses pressupostos para a reflexão traduzem a noção cunhada como 'giro descolonial'³³⁵.

3.1. A reflexão latino-americana

Desde a década de 60 a preocupação com a produção teórica enraizada nas questões latino-americanas ganhou espaço na reflexão crítica. São evidências da importância crescente do tema os debates estabelecidos por pensadores em diversos campos do conhecimento (tais como economia, sociologia, filosofia, pedagogia), que teorizaram sobre a situação geopolítica de dependência e as consequências exploratórias, injustas e desumanizantes dela decorrentes. Para citar alguns nomes, sem pretensão exaustiva, vale a referência aos escritos de Gunder Frank, Franz Hinkelammert, Ruy Mauro Marini, Leopoldo Zea, Augusto Salazar Bondy, Enrique Dussel, Horacio Cerutti Guldberg, Gustavo Gutiérrez, Hugo Assmann, Leonardo Boff e Paulo Freire.

³³³ QUIJANO, Aníbal. Os fantasmas da América Latina. In: NOVAES, Adauto (org.). **Oito visões da América Latina**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006. p. 49.

³³⁴ A noção de 'colonialidade', a ser trabalhada, é distinta da noção de 'colonial' e 'colonialismo'. Estes se referem à dominação política formal direta e explícita exercida por uma determinada população sobre povos conquistados, detendo o controle dos recursos, da produção e do trabalho, bem como do âmbito social e cultural. (QUIJANO, Aníbal. "Colonialidad y Modernidad-Racionalidad" In BONILLA, Heraclio (compilador). **Los Conquistados**. 1492 y la población indígena de las Américas. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO, 1992. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/70586547/Quijano-Colonialidad-y-Modernidad-1992>>. Acesso em: 22.04.2014. p. 437.)

³³⁵ Noção que resultou da fissura entre o pensamento pós-colonial e do Grupo Latino Americano de estudos subalternos, com ênfase na noção estruturalista e de desconstrução MIGNOLO2006...) "El concepto de giro des-colonial en su expresión más básica busca poner en el centro del debate la cuestión de la colonización como componente constitutivo de la modernidad, y la descolonización como un sinnúmero indefinido de estrategias y formas contestatarias que plantean un cambio radical en las formas hegemónicas actuales de poder, ser, y conocer." (MALDONADO-TORRES, Nelson. "La descolonización y el giro des-colonial". **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 61-27, julio-diciembre/2008, ISSN 1794-2489. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39600905>>. Acesso em: 16.03.2014.)

Seja pelo viés da Teoria da dependência, da teologia ou da filosofia da libertação³³⁶, mesmo com grande diversidade conceitual e posicionamentos variados, em alguma medida esses autores questionaram a alienação resultante do colonialismo por meio de: crítica ao subdesenvolvimento condicionado pela assimetria Centro/Periferia (Norte/Sul); à divisão social do trabalho; às formas eurocêntricas de produção do conhecimento e controle da subjetividade; às hierarquias sociais, bem como à desigualdade de classe, gênero e raça; aos processos ideológicos que perpetuam a dependência geopolítica da periférica mundial e, também, crítica às possibilidades e variedade das práxis de libertação.

A afirmação da existência de uma filosofia genuinamente latino-americana já se tornou clássica, historicamente evidenciada pelo debate entre Augusto Salazar Bondy³³⁷ e Leopoldo Zea³³⁸, que problematizaram a possibilidade/necessidade de uma produção filosófica original, autêntica e/ou peculiar³³⁹.

A partir de então, viu-se o frutificar de genuínas, criativas e críticas reflexões em várias regiões da América Latina, que, mesmo não sendo homogêneas, apontam

³³⁶ A leitura de Walter Mignolo corrobora com a interpretação de que as teorizações da corrente da Teoria da dependência, bem como da teologia e filosofia da libertação demarcam pensamentos com a perspectiva descolonial, pois questionaram o colonialismo do movimento liberal desenvolvimentista na segunda metade do século XX. Nas palavras do autor: “Se durante a Guerra Fria o conceito liberal de “desenvolvimento” corporificou a reorganização da lógica da colonialidade como foi liderada pelos EUA, e encontrou a Teoria da Dependência e a Teologia/Filosofia da Libertação como seu oponente, após o fim da Guerra Fria, novos projetos desenvolvimentistas (nesse momento em termos de Acordo de Livre Comércio [FTA] ou outro tipo diferente) encontraram uma resistência violenta pelos projetos políticos e econômicos emanados das Nações Indígenas, principalmente na região andina da América do Sul.” (MIGNOLO, Walter D. “Desobediência Epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política”. In **Cadernos de Letras da UFF** – Dossiê: Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: <<http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/traducao.pdf>>. Acesso em: 03.01.2014.)

³³⁷ BONDY, Augusto Salazar. **Existe una filosofía de nuestra América?** 10ª ed. México: Siglo XXI Editores, 1986.

³³⁸ ZEA, Leopoldo. **La filosofía americana como filosofía sin más.** 14ª ed. México: Siglo XXI Editores, 1992.

³³⁹ Este debate é classificado por muitos autores como momento originário da atual filosofia latino-americana. Registre-se, por oportuno, a concepção dusseliana a aportar três etapas à reflexão tipicamente de libertação: (1) as formulações críticas ante a conquista europeia ao continente americano (1510-1553), representada especialmente por Bartolomeu de Las Casas e também por Francisco de Vitória e José de Acosta; (2) a filosofia da emancipação colonial (1750-1830), chamada de primeira emancipação, que se situa no contexto das ‘independências’ políticas das colônias espanholas e portuguesas, refletindo neste continente o pensamento burguês iluminista europeu, porém dentro de uma problemática diversa do contexto que lhe deu origem; (3) a filosofia da libertação ante a segunda emancipação (desde 1959 – referência à Revolução Cubana), que dá o tom da atual filosofia da libertação e coincide com os elementos carregados no texto. (DUSSEL, Enrique. “Desafios atuais à filosofia da libertação”. In ZIMMERMANN, Roque. **América Latina – o não-ser**; uma abordagem filosófica a partir de Enrique Dussel. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 217-221.)

para o questionar filosoficamente a situação histórica de marginalização do continente:

(...) um expressivo grupo de filósofos argentinos que produziu criativamente, na primeira metade dos anos 70, um valioso conjunto de elaborações sob diversas inspirações teóricas e sobre variados temas que, de algum modo, articulavam-se, segundo os próprios autores, à práxis de resistência à dominação e de libertação em distintas esferas e contextos. Do mesmo modo, autores brasileiros, chilenos, uruguaios, cubanos, venezuelanos, colombianos, costa-riquenhos e de outros países contribuíram significativamente na emergência deste pensamento.³⁴⁰

Teve importância significativa, a dar visibilidade e espaço para reflexão latino-americana, o que ficou conhecido como “Proyecto latino/latinoamericano modernidad/colonialidad”³⁴¹. Trata-se de uma rede que congrega pensadores de diversas perspectivas (por vezes com diferenças profundas e talvez por isso demonstre sua riqueza³⁴²), promove reuniões, encontros e debates, bem como procede à publicação de vários de trabalhos com a perspectiva da modernidade/colonialidade.

A atual filosofia descolonial é resultante desse movimento plural e segue congregando uma variedade de pensadores, posicionamentos e escritos. Para os objetivos desta tese, foram privilegiadas as reflexões sob o enfoque político, portanto serão consideradas as ponderações relativas ao poder e à dominação, tendo lugar o questionamento sobre o controle da subjetividade e a produção de conhecimentos, bem como reflexões quanto à libertação.

Ainda com uma preocupação introdutória é necessário pontuar, mesmo que rapidamente, algumas questões terminológicas. Neste trabalho, preferiu-se

³⁴⁰ MANCE, Euclides André. Uma Introdução Conceitual às Filosofias de Libertação. **Revista Libertação-Liberación / Nova Fase**, Curitiba, IFIL, Ano 1, N.1, 2000, p. 49-50. Disponível em <<http://solidarius.com.br/mance/biblioteca/umaint.htm>>. Acesso em: 29.06.2013.

³⁴¹ Para uma breve exposição sobre a trajetória dessa rede, indica-se: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón. “Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico”. In CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (compiladores). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. Disponível em: <<http://www.lapetus.uchile.cl/lapetus/archivos/1307460584CastroGomezSantiago-ElGiroDecolonial.pdf>>. Acesso em: 20.04.2014.

³⁴² Participaram das atividades, encontros e publicações promovidas por essa rede autores como Dussel, Quijano e Mignolo, que possuem construções muito próprias (a seguir exploradas), embora sejam todos críticos do eurocentrismo e combatam a reprodução do colonialismo.

referência ao termo descolonial (no lugar de decolonial), por consideração meramente de estilo de linguagem³⁴³.

É necessário, ainda, fazer menção à noção pós-colonial. Embora também se apresente como uma formulação questionadora e de proposição alternativa à modernidade eurocêntrica, difere da concepção descolonial porque recorre a referenciais teóricos eurocêntricos como fundamento de suas reflexões, o que acaba por limitar a radicalidade da sua crítica ao eurocentrismo³⁴⁴. Ainda que exista diálogo entre as correntes, elas não se confundem. Além do referencial teórico da Teoria Crítica (sobretudo Foucault e Derrida, entre outros), Mignolo localiza as reflexões pós-coloniais em experiências da elite intelectual nas ex-colônias inglesas na Ásia e África do Norte³⁴⁵.

3.1.1. Pressuposto à filosofia descolonial: a pluralidade de modernidades

Um dos elementos essenciais para se pensar a América Latina a partir da sua configuração própria é a questão da ‘modernidade’. Nas palavras de Quijano, a modernidade é o processo histórico que definiu a dependência histórico-estrutural da América Latina e, no mesmo movimento, deu lugar à constituição da Europa ocidental como centro mundial de controle do poder³⁴⁶.

³⁴³ A presente pesquisa não partilha de uma distinção na acepção entre os termos decolonial (também grafado de-colonial) e descolonial (ou des-colonial), muito embora exista uma indicação de diferenciação de sentido, conforme alude Walter Mignolo quanto à sugestão feita por Catherine Walsh. Nessa proposição, o termo decolonial estaria relacionado propriamente às reflexões propostas pelo grupo modernidad/colonialidad (antes referido) e o termo descolonial teria referência à noção anticolonialista havida durante a Guerra Fria. Essa última noção está contida no sentido empregado no presente estudo, porém não contém integralmente os significados atribuídos à descolonialidade, que retrocede também aos sentidos tomados na reflexão quanto às ações e consequências do período colonial (século XV). Sobre a distinção, indica-se: MIGNOLO, Walter D. “La opción decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto y un caso”. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 8, p. 243-281, enero-junio/2008, ISSN 1794-2489. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39600813>>. Acesso em: 20.04.2014.

³⁴⁴ GROSGUÉL. Ramón. “Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”. In SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 457.

³⁴⁵ MIGNOLO, W. La opción..., p. 246.

³⁴⁶ QUIJANO, A. Os fantasmas..., p. 49.

No lugar de falar em ‘modernidade’, como um conceito único, os autores da filosofia descolonial referem-se a versões da modernidade.

Dussel identifica dois paradigmas da modernidade: (1) *paradigma eurocêntrico*, constituído a partir de um horizonte europeu, o fenómeno é visto como exclusivamente europeu: características internas, próprias da Europa, permitiram a superação das outras culturas³⁴⁷. Essa forma de compreensão, que é hegemônica, corriqueiramente é colocada como única a explicar a modernidade:

Este processo ocorreria na Europa, essencialmente no século XVIII. O tempo e o espaço deste fenómeno são descritos por Hegel e comentados por Habermas (1988:27) em sua conhecida obra sobre o tema - e são unanimemente aceitos por toda a tradição europeia atual: Os acontecimentos históricos essenciais para a implantação do princípio da subjetividade [moderna] são a Reforma, a Ilustração e a Revolução Francesa. (...) quase sempre se aceita também o Renascimento Italiano, a Reforma e a Ilustração alemãs e a Revolução Francesa.³⁴⁸

Na concepção do paradigma eurocêntrico, a modernidade é compreendida e exposta apenas com elementos que seriam intrinsecamente europeus e explicariam o desenvolvimento e transformações culturais desde a Idade Média, colocando a Europa sempre com centralidade nas explicações da realidade. A partir desse paradigma o ‘descobrimento’ da América é relatado como consequência ‘natural’ do desenvolvimento tecnológico conquistado pela Europa.

Contraposta a essa interpretação, Dussel apresenta o (2) *paradigma mundial*, que justifica a centralidade conquistada pela Europa como consequência de elementos exteriores à própria Europa; considera o horizonte mundial como modo explicativo. Assim, a modernidade europeia não seria um sistema autorreferente, independente autopoietico³⁴⁹. É uma parte de um sistema mundial, entretanto, não uma parte qualquer, pois é o centro, mas ainda assim é uma parte e não o todo. A centralidade europeia apenas foi possibilitada com o descobrimento, conquista, exploração e colonização da Ameríndia. Portanto a centralidade europeia não se deve a uma condição própria, excepcional, ontológica ou epistemológica.

³⁴⁷ DUSSEL, E. Filosofia da Libertação... p. 50.

³⁴⁸ DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Colección Sur Sur). Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>>. Acesso em: 18.09.2013. p. 27.

³⁴⁹ DUSSEL, E. Ética da Libertação..., p. 51.

A partir dessa segunda ‘versão’ da modernidade (paradigma mundial) se configuram dois momentos do processo da modernidade: a primeira e a segunda modernidade.

A *primeira modernidade* considera a situação da Europa como periferia de um sistema inter-regional que tivera Bagdá como seu centro (de 762 a 1258)³⁵⁰. A Europa latina estava “sitiada pelo mundo muçulmano, [sendo] periférica e secundária no extremo ocidental do continente euro-afro-asiático.”³⁵¹ A transformação desse sistema regional no primeiro ‘sistema-mundo’, que irá gerar a inversão da posição europeia (passando de periferia regional ao centro do sistema mundial) se desenvolverá entre os séculos XIII e XV e tem a ‘descoberta’ da Ameríndia como condição essencial para tal resultado.

As nações europeias (não obstante serem detentoras das maiores porções de terras) constituíam a periferia em relação aos centros produtivos e de comercialização (região das Índias), com incipiente consolidação frente ao mundo muçulmano e sem estrutura bélica ou política para enfrentar a China³⁵². Por uma questão geopolítica, a Espanha se lançou à aventura de atravessar o atlântico. Não em razão de uma superioridade tecnológica, mas por estar longe dos centros de conexão comerciais (região hoje da Tunísia e Síria) e mais longe ainda do centro produtivo (Índias)³⁵³. A Europa ocidental, como periferia do mundo muçulmano, saiu ao mar a oeste em razão de estar situada “no extremo ocidental do continente asiático-afro-europeu, com total desvantagem comercial com respeito às áreas ‘centrais’ muçulmanas”³⁵⁴. Foi pela falta de outras opções que se deu à navegação ao ocidente: o alto custo da expedição por terra (dificuldades do terreno acidentado; ocorrência de conflitos e saques; longo tempo de viagem), bem como o alto custo da expedição pelo mediterrâneo, controlado por muçulmanos (em razão das taxas lícitas e ilícitas e falta de segurança à mercadoria)³⁵⁵. Como Portugal detinha direitos de exclusividade da navegação pelo Atlântico Sul (costa da África ocidental), os Espanhóis lançaram-se rumo à Índia pela única oportunidade que tinham: ao

³⁵⁰ DUSSEL, E. *Ética da Libertação...*, p. 53.

³⁵¹ DUSSEL, E. *Europa...*, p. 26.

³⁵² PANSARELLI, Daniel. **Filosofia Latino-Americana a partir de Enrique Dussel**. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2013. p. 71.

³⁵³ PANSARELLI, *Filosofia Latino-Americana...*, p. 49.

³⁵⁴ DUSSEL, E. *Ética da Libertação...*, p. 42.

³⁵⁵ PANSARELLI, D. *Filosofia Latino-Americana...*, p. 49-50.

atravessar o Oceano Atlântico a oeste. Nesse projeto, ‘tropeçam’ na Ameríndia, ‘encontrando-a sem procurar’³⁵⁶.

O ‘descobrimento’ da Ameríndia é o acontecimento que possibilitou o lento deslocamento do ‘centro’ do sistema inter-regional à configuração de um sistema mundial. A conquista, colonização e exploração da Ameríndia conferiu à Europa a vantagem decisiva sobre o mundo otomano-muçulmano, sobre a Índia e a China³⁵⁷.

Portanto, as filosofias descoloniais, de um modo geral, sustentam a tese inafastável de que a modernidade europeia é consequência do acontecimento histórico ‘conquista da Ameríndia’ e não o contrário³⁵⁸. Segundo Aníbal Quijano, “[a América Latina] foi (...) partícipe ativa no processo de produção da modernidade.”³⁵⁹. Nas palavras de Dussel: “a Ameríndia constitui a estrutura fundamental da *primeira modernidade*.”³⁶⁰ Em outra obra, o autor segue com a tese:

Para nós, a “centralidade” da Europa Latina na História Mundial é o *determinante fundamental da Modernidade*. Os demais determinantes vão correndo em torno dele (a subjetividade constituinte, a propriedade privada, a liberdade contratual, etc.) são o resultado de um século e meio de “Modernidade”: são efeito, e não ponto de partida.³⁶¹

Da exploração colonial se possibilitou a vantagem (vinda do ouro, prata, mercadorias e trabalho gratuito, ou seja, da riqueza acumulada, bem como dos conhecimentos e experiências) que garantiu a lenta e irreversível alteração no sistema regional, levando à hegemonia pelo sistema-mundo moderno, com o centro europeu e o capitalismo na economia³⁶².

A *segunda modernidade* se refere à expansão do domínio europeu a consolidar sua posição de centro do sistema-mundo. Trata-se do fenômeno que vai se mundializando:

(...) começa pela constituição *simultânea* da Espanha com referência à sua periferia (a primeira de todas, propriamente falando, a Ameríndia: o Caribe, o México e o Peru). *Simultaneamente*, a Europa (...) irá se *transformando* no

³⁵⁶ DUSSEL, E. *Ética da Libertação...*, p. 56.

³⁵⁷ DUSSEL, E. *Ética da Libertação...*, p. 57; 52. “As minas de prata de Potosi e Zacatecas (descobertas em 1545-1546) permitem o acúmulo de riqueza monetária suficiente para vencer os turcos em Lepanto vinte e cinco anos depois de tal descoberta (1571).” (DUSSEL, *Europa...*, p. 27.)

³⁵⁸ QUIJANO, A. *Os Fantasmas...*, p. 49; DUSSEL, *Ética...*, p. 52; MIGNOLO, *Desobediência...*, p. 47.

³⁵⁹ QUIJANO, Aníbal. **Modernidad, identidad y utopia en América Latina**. Lima: Ediciones Sociedad y Política, 1988. p. 46-47 (tradução livre).

³⁶⁰ DUSSEL, E. *Ética da Libertação...*, p. 58 (grifos no original).

³⁶¹ DUSSEL, E. *Europa...*, p. 27 (grifos no original).

³⁶² DUSSEL, E. *Ética da Libertação...*, p. 56.

'centro' (com um poder super-hegemônico que, da Espanha, passa para Holanda, Inglaterra e França...) sobre uma 'periferia' crescente (Ameríndia, Brasil e as costas africanas de escravos, Polônia, no século XVI; afiançamento de América Latina, América do Norte, o Caribe, as costas da África e da Ásia e a Europa oriental, no século XVII; o Império Otomano, Rússia, alguns reinos da Índia, Sudeste Asiático e primeira penetração na África continental, até à primeira metade do século XIX)³⁶³.

A marca da segunda modernidade está relacionada ao domínio ideológico, que, ao final desse processo, produziu a racionalidade moderna europeia (expressa pela filosofia moderna tradicional) e a alçou à condição de única modernidade.

Essa segunda fase da modernidade, na visão do paradigma mundial, coincide com a noção de 'Modernidade', hegemonicamente alardeada como única, do paradigma eurocêntrico.

Esse é o momento da apropriação teórica e conceitual procedida pela Europa, agora em condições materiais e objetivas de ascender ao centro do mundo³⁶⁴.

Tal fase, quando apresentada como única 'Modernidade' (paradigma eurocêntrico), identifica suas formulações iniciais com Galileu, Bacon e Descartes (séc. XVII); considera a Reforma, a Ilustração, a Revolução Industrial e a Francesa. Porém, deixa de lado toda a construção portuguesa e espanhola, resultante da experiência hispano-americana, "(...) que na opinião unânime dos especialistas nada tem a ver com a 'Modernidade' - e sim, talvez, com o fim da Idade Média"³⁶⁵.

Entretanto, as construções teóricas realizadas a partir do século XVII são resultantes dos séculos anteriores:

A segunda etapa da 'Modernidade', a da Revolução Industrial do século XVIII e da Ilustração, aprofundam e ampliam o horizonte cujo início está no século XV. (...) A América Latina entra na Modernidade (muito antes que a América do Norte) como a 'outra face', dominada, explorada, encoberta.³⁶⁶

A segunda fase da modernidade, dentro da visão mundial, é decorrente da primeira. Seu antecedente histórico necessário foi a 'invasão' da Ameríndia. A hegemonia da racionalidade europeia moderna, expressada na filosofia cartesiana do 'eu penso' é precedida, necessariamente, pelo 'eu conquisto':

³⁶³ DUSSEL, E. *Ética da Libertação...*, p. 52 (grifos no original).

³⁶⁴ PANSARELLI, D. *Filosofia Latino-Americana...*, p. 73.

³⁶⁵ DUSSEL, E. *Europa...*, p. 28.

³⁶⁶ DUSSEL, E. *Europa...*, p. 27.

O *ego cogito* moderno foi antecedido em mais de um século pelo *ego conquiro* (eu conquisto) prático do luso-hispano que impôs sua vontade (a primeira “Vontade-de-poder” moderna) sobre o índio americano. A conquista do México foi o primeiro âmbito do *ego* moderno.³⁶⁷

A mundialização da racionalidade moderna, consolidada pela expansão da dominação da Europa pelos territórios da sua incipiente periferia (Ameríndia), bem como no sistema inter-regional do qual antes era periferia, levou a uma simplificação redutora da realidade.

A constituição de um centro de elaboração intelectual gerou a imposição do *ethos* europeu em desconSIDERAÇÃO às manifestações de alteridades dos povos com que se deparava³⁶⁸. Tal imposição consistiu em meio para a ‘gestão’ da centralidade do primeiro sistema mundial. Para ‘gerenciar’ o enorme ‘sistema-mundo’ (do qual tornou-se o centro), foi necessário fazer uma *abstração*, deixando de fora muitas variáveis válidas: variedades culturais, antropológicas, éticas, políticas, religiosas³⁶⁹.

Esta *simplificação* da complexidade abarca a totalidade do mundo da vida, da relação com a natureza (nova posição ecológica e tecnológica, não ideológica e a partir de uma razão instrumental), diante da própria subjetividade (nova autocompreensão da subjetividade consciente), diante da comunidade (a individualidade como nova relação intersubjetiva e política) e, como síntese, nova atitude econômica (a posição prático-produtiva do capital).³⁷⁰

Portanto, para a superação da modernidade é necessário reconsiderar todas as simplificações efetivadas³⁷¹. E é nesse sentido que Dussel, entre outros autores da filosofia descolonial, propõe a noção de ‘transmodernidade’ como um projeto mundial que ‘des-cobre’ a ‘outra-face’ ocultada, negada e vitimada pela noção eurocêntrica de modernidade: a periferia colonial³⁷², co-essencial à ‘Modernidade’. A razão moderna deve ser transcendida pela razão libertadora, ou seja, trata-se da negação da razão eurocêntrica, que é violenta à alteridade.

Sobre o projeto da transmodernidade são as palavras de Dussel:

³⁶⁷ DUSSEL, E. Europa..., p. 28 (grifos no original).

³⁶⁸ PANSARELLI, D. Filosofia Latino-Americana..., p. 73.

³⁶⁹ DUSSEL, E. Ética da Libertação..., p. 59-60.

³⁷⁰ DUSSEL, E. Ética da Libertação..., p. 60 (grifos no original).

³⁷¹ Dentre as simplificações produzidas, as mais importantes a serem criticadas seriam a subjetividade solipsista sem comunidade e a negação da corporalidade da subjetividade, ou seja, a afirmação da vida humana como última instância. (DUSSEL, E. Ética da Libertação..., p. 63).

³⁷² “o índio sacrificado, o negro escravizado, a mulher oprimida, a criança e a cultura popular alienadas, etc.” (DUSSEL, Europa..., p. 29.)

De maneira que não se trata de um projeto pré-moderno, como afirmação folclórica do passado, nem um projeto antimoderno de grupos conservadores, de direita, de grupos nazistas ou fascistas ou populistas, nem de um projeto pós-moderno como negação da Modernidade como crítica de toda razão para cair num irracionalismo niilista. Deve ser um projeto “trans-moderno” (e seria então uma “Trans-Modernidade”) por *subsunção real* do caráter emancipador racional da Modernidade e de sua Alteridade negada (o Outro) da Modernidade, por negação de seu caráter *mítico* (que justifica a inocência da Modernidade sobre suas vítimas e que por isso se torna contraditoriamente irracional).³⁷³

Portanto, temos que a transmodernidade se insere em uma reflexão crítica à colonialidade, pois, não rejeitando a razão em geral, nega a razão específica moderna, a eurocêntrica, que pretensamente se coloca como geral e única. Nesse argumento, marca-se também a ruptura com o projeto crítico proposto pela pós-modernidade.

Descartado o pressuposto essencial de que a noção hegemônica de modernidade é, em verdade, uma parte de todo o processo histórico que deu condições para a constituição do fenômeno, compreende-se as palavras de Quijano sobre o conceito de modernidade ser uma *mentira*, pois “a partir da América um novo espaço/tempo se constitui, material e subjetivamente”³⁷⁴.

A hegemonia histórica conseguida em decorrência da primeira modernidade foi o que permitiu à Europa

(...) elaborar sua própria versão da modernidade e da racionalidade e apropriar-se com exclusividade da identidade greco-romana, a qual, não obstante, havia sido muito antes e por muito tempo preservada e trabalhada como parte do Mediterrâneo muçulmano-judaico.³⁷⁵

Essa concepção se impôs tanto em âmbito europeu e norte-americano como também no universo intelectual periférico e gera a propagação ideológica e deformante da história em sua divisão em eras Antiga, Medieval e Moderna encobrindo o fato de que “A cronologia tem a sua geopolítica.”³⁷⁶

A perspectiva eurocêntrica sobre o conceito de modernidade, quando assumida pelo pensamento filosófico periférico, revela elementos da própria

³⁷³ DUSSEL, E. Europa..., p. 29.

³⁷⁴ QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Colección Sur Sur). Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>>. Acesso em: 18.09.2013. p. 114.

³⁷⁵ QUIJANO, A. Os Fantasmas..., p. 55.

³⁷⁶ DUSSEL, E. Ética da Libertação..., p. 52.

colonialidade, pois distorce e faz parecer como única a versão que é, em verdade, hegemônica. O que este conceito faz é esconder a importância da questão do espaço (da geopolítica). Faz parecer que autonomamente a Europa se fez o 'centro'. Porém, a América Latina surgiu do processo da modernidade (considerando-se a visão de paradigma mundial): "a América Latina foi tanto o espaço original como o tempo inaugural do período histórico e do mundo que ainda habitamos"³⁷⁷.

Portanto, reflexão filosófica que parte da América Latina deve considerar – desde si; desde a periferia – a sua própria constituição no processo colonial moderno, ver-se como condição co-essencial para a formação da modernidade.

Para que se possa fazer uma filosofia descolonial, a medida premente é descolonizar a própria filosofia, parafraseando Dussel, para quem a reflexão de 'filosofia da libertação' exige a libertação da filosofia, que se faz ao "refletir sobre a implantação geopolítica da própria filosofia, à medida que se encontra situado no 'centro' ou na 'periferia'".³⁷⁸

É a pretensão que se impõe ao presente trabalho: lançar mão da reflexão filosófica, com o objetivo de melhoria da realidade, especificamente no que se refere ao campo do cooperativismo, sem olvidar que o lugar geopolítico das formulações interfere nas conclusões produzidas.

Para tanto, nesse capítulo serão expostas as principais ideias do pensamento descolonial, que serão utilizadas como guia para a análise das produções e reproduções dos autores que se dedicam ao tema do cooperativismo.

3.1.2. A 'Face oculta' da modernidade: a Colonialidade

A colonialidade é o modo mais geral de dominação no mundo atual. Para Quijano, a colonialidade é um padrão de poder, originado no modelo do colonialismo, que continua a se reproduzir a partir dos mesmos fundamentos.

O poder, na consideração, é:

³⁷⁷ QUIJANO, A. Os Fantasmas..., p. 49.

³⁷⁸ DUSSEL, E. Ética da Libertação..., p. 67.

(...) o espaço é uma malha de relações sociais de exploração/dominação/conflito articuladas, basicamente, em função e em torno da disputa pelo controle dos seguintes meios de existência social: 1) o trabalho e os seus produtos; 2) dependente do anterior, a 'natureza' e os seus recursos de produção; 3) o sexo, os seus produtos e a reprodução da espécie; 4) a subjetividade e os seus produtos, materiais e intersubjetivos, incluindo o conhecimento; 5) a autoridade e os seus instrumentos, de coerção em particular, para assegurar a reprodução desse padrão de relações sociais e regular as suas mudanças.

As relações sociais estabelecidas no período do colonialismo constituíram e possibilitaram o surgimento de uma nova configuração no que se refere ao controle dos elementos acima citados. Interesses e necessidades sociais são criados e se desenvolvem dentro da experiência da colonialidade do poder, ordenada pela relação de raça e de exploração capitalista, prioritariamente.

Essa forma de 'ler' o processo histórico no período da conquista se insere no paradigma mundial de interpretação da modernidade. Para Quijano, a modernidade foi o resultado do processo histórico de criação de um local e de um tempo novos³⁷⁹. Tanto para Europa, quanto para América Latina. Momento de reconfiguração dos papéis e dos lugares na disputa pelo controle da subjetividade, do trabalho, da autoridade, etc.

Com o processo colonial novas configurações são determinadas: de um lado por meio da destruição de elementos existentes e, de outro lado, pela criação de novas categorias.

Para o estabelecimento de um novo padrão de poder, as estruturas de civilização de vários povos autóctones foram desintegradas, perdendo-se para sempre muito dos elementos de algumas das mais avançadas experiências históricas. O extermínio físico, pela violência da conquista, por doenças e pelas condições desumanas do trabalho servil, gerou a destruição de populações inteiras³⁸⁰. Quando não atingiu a totalidade da civilização, a eliminação física recaiu estrategicamente aos produtores da cultura daqueles povos. A destruição gerada pelo processo colonial se perpetuou na repressão sistemática aos sobreviventes, mitigando suas crenças, conhecimentos, imagens e símbolos até o desaparecimento dos valores que não eram compatíveis com a dominação. A repressão material e

³⁷⁹ A referência à 'invenção' da América Latina no processo colonial não destitui a historicidade, a cultura e filosofia próprias existentes anteriormente à conquista europeia.

³⁸⁰ Segundo anota Quijano, a escala do extermínio foi tão absurda que gerou uma catástrofe demográfica: "(...) entre el área azteca-maya-caribe y el área tawantinsuyana fueron exterminados alrededor de 35 millones de habitantes en um período menor de 50 años" (QUIJANO, Colonialidad..., p. 439.)

subjetiva disseminada pelos séculos seguintes subjugou a cultura dos povos indígenas, classificando-a como iletrada e subalterna³⁸¹.

Como a outra face de uma moeda, a destruição deu lugar a criações: surge a colonialidade como novo padrão de poder. Para se constituir, a colonialidade apoiou-se fundamentalmente em dois processos históricos: a invenção da ideia de raça e as formas de controle do trabalho voltadas ao capitalismo³⁸². Novos elementos foram introduzidos na relação colonial como forma de garantir a dominação e a exploração.

A classificação social no colonialismo foi instrumentalizada a partir da criação da 'raça'. De acordo com o autor, esta é uma construção mental moderna³⁸³, que não possui correspondência com a materialidade. A racialização da população não está vinculada a atributos biológicos: a cor da pele, do cabelo, dos olhos ou o tamanho do nariz não interferem nas capacidades históricas das pessoas. A opção por esse elemento, esta sim é histórica: "As diferenças fenotípicas entre vencedores e vencidos foram usadas como justificação da produção da categoria 'raça', embora se trate, antes do mais, de uma elaboração das relações de dominação como tais."³⁸⁴

A criação dessa classificação social serviu de instrumento estratégico para a naturalização das novas relações sociais de dominação entre colonizadores e colonizados: "(...) os dominados são o que são, não como vítimas de um conflito de poder, mas sim como inferiores em sua natureza material e, por isso, em sua capacidade de produção histórico-cultural."³⁸⁵

³⁸¹ QUIJANO, A. Os Fantasmas..., p. 60-61.

³⁸² QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo..., p. 107. Como demonstra a citação transcrita anteriormente, a noção de poder para o autor articula outros âmbitos da relação social. No texto agora citado, há referência específica quanto ao eurocentrismo e ao Estado-Nação como alguns dos elementos principais para a constituição desse novo padrão de dominação (colonialidade). Sobre o eurocentrismo falaremos adiante. Para análise do Estado-Nação como sistema de controle da autoridade coletiva, indica-se: QUIJANO, Aníbal. "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina". In LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Colección Sur Sur). Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>>. Acesso em: 18.09.2013. p. 118-126.

³⁸³ "A criação da categoria 'raça' a partir do fenótipo é relativamente recente e sua plena incorporação na classificação dos indivíduos nas relações de poder tem apenas 500 anos, começa com a América e a mundialização do padrão de poder capitalista" (QUIJANO, Aníbal. "Colonialidade do poder e classificação social". In SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 119.)

³⁸⁴ QUIJANO, Colonialidade do poder e classificação..., p. 119.

³⁸⁵ QUIJANO, A. Os Fantasmas..., p. 62.

Surgem novas identidades: ‘índios’; ‘negros’; ‘mestiços’³⁸⁶. Outras já existentes são resignificadas: ‘português’ não mais se refere à procedência geográfica, mas traz implícita uma conotação racial.

A criação e redefinição de identidades estão associadas às hierarquias, lugares e papéis próprios: os ‘brancos’/‘europeus’ assumem a posição de dominadores e, nesse processo, auto identificam-se a partir dos colonizados.

Ainda que essa criação mental tenha se tornado dominante e naturalizada, inclusive gerando categorias com pretensão científica e objetiva, sua origem como produto da história do poder se revela:

(...) é impossível não ver que a vasta maioria dos explorados, dos dominados, dos discriminados são exatamente os membros das “raças”, das “etnias”, ou das “nações” em que foram categorizadas as populações colonizadas, no processo de formação desse poder mundial, da conquista da América em diante.³⁸⁷

De outro lado, é também inegável que nova identidade geocultural do europeu, como centro do sistema-mundo que se construía, foi construída sobre as formas de exploração do trabalho, sobretudo na escravidão ‘negra’ e servidão ‘índia’.

Categorizar a população por meio de elementos raciais também foi instrumento que possibilitou a dominação utilizando-se do trabalho, ou seja, a divisão social do trabalho também refletiu a classificação racial: à ‘raça’ dos indígenas coube o trabalho servil; à ‘raça’ negra, o trabalho escravo; reservando-se assim o trabalho assalariado à ‘raça’ branca³⁸⁸. O trabalho não pago era destinado às raças dominadas, expressando a naturalização da relação de superioridade/inferioridade.

O controle do trabalho, de seus recursos e produtos – na forma engendrada pela colonialidade – foi decisivo ao capitalismo, que se estabeleceu como novo sistema de exploração social, extraíndo das populações colonizadas tudo o que tivesse resultado para o capitalismo.

³⁸⁶ Termos coloniais que mascaram e englobam numerosa diversidade de identidades históricas.

³⁸⁷ QUIJANO, Colonialidad..., p. 37.

³⁸⁸ Além da divisão social por ‘raças’; distribuição das formas de trabalho com esse mesmo critério, o autor chama a atenção para a dominação também no que se refere ao gênero. Três linhas diferentes, embora articuladas, são utilizadas na modernidade colonial para classificação social: raça, trabalho e gênero. “a liberdade sexual dos homens (...) foi, em todo o mundo eurocentrado, a contrapartida do ‘livre’ (...) acesso sexual dos homens ‘brancos’ às mulheres ‘negras’ e ‘índias’, na América, ‘negras’, em África, e de outras ‘cores’ no resto do mundo submetido.” (QUIJANO, Colonialidade e classificação..., p. 23.)

Conforme anteriormente pontuado, a conquista, dominação e exploração da Ameríndia foi o fator supremo a viabilizar que os ‘brancos’ ‘europeus’ disputassem o controle do comércio mundial, por meio do controle da extração da prata e ouro, a produção de mercadorias (tais como tabaco, cacau), o trabalho gratuito, bem como a localização privilegiada da América no Atlântico a favorecer o trânsito mercantil.

De outro lado, a colonialidade, como padrão de poder, apoia-se inevitavelmente nas subjetividades, em seu domínio. Surge o eurocentrismo como modo eficaz de produção e controle do imaginário, símbolo, signos, imagens e conhecimentos. A repressão ao universo simbólico autóctone foi acompanhada pela introjeção de elementos culturais ‘brancos’, na medida em que estes convergiam à dominação (língua; religião).

Ao colonizar o imaginário, a dominação se interioriza e se torna parte constitutiva daquele ser. Trata-se da simplificação referida por Dussel, exposta em momento anterior. O eurocentrismo, como racionalidade específica da modernidade, levou à imposição do *ethos* europeu sobre a diversidade cultural dos povos colonizados:

Se se entende que a “Modernidade” da Europa será a operação das possibilidades que se abrem por sua “centralidade” na História Mundial, e a constituição de todas as outras culturas como sua “periferia”, poder-se-á compreender que, ainda que toda cultura seja etnocêntrica, o etnocentrismo europeu moderno é o único que pode pretender identificar-se com a “universalidade-mundialidade”. O “eurocentrismo” da Modernidade é exatamente a confusão entre a universalidade abstrata com a mundialidade concreta hegemonizada pela Europa como “centro”.³⁸⁹

A universalização da cultura europeia como o padrão a ser exportado e imposto, desqualificou a cultura de povos diferenciados. A diferença na configuração étnica, cor da pele, formas de vida, línguas faladas, rotinas e rituais que praticados levou à consideração de que seriam seres ‘humanamente’ deficientes com respeito a um ideal de humanidade que surge no renascimento europeu (por exemplo, o homem vitruviano de Leonardo da Vinci)³⁹⁰.

Com o poder de sua centralidade, a civilização europeia se autodescreve como superior e mais desenvolvida, sustentando, portanto, uma posição

³⁸⁹ DUSSEL, Europa..., p. 30.

³⁹⁰ MIGNOLO, Walter D. **Hermenéutica de la Democracia: el Pensamiento de los Límites y la Diferencia Colonial**. Comunicação apresentada XVI Congreso de la Academia de la Latinidad. Lima-Peru, 5 de novembro de 2007. Disponível em: <http://www.alati.com.br/pdf/2007/democracia_profunda/pdf199.pdf>. Acesso em 26.04.2014.

eurocêntrica. Esse discurso se mostrou (e ainda se mostra) extremamente sedutor. A cultura europeia, propagada como a 'superior', passa a ser desejada e, ainda, revela-se como caminho para acesso ao poder:

Os colonizadores impuseram também uma imagem mistificada de seus próprios padrões de produção de conhecimentos e significações. Os colocaram primeiro longe do acesso dos dominados. Mais tarde, os ensinaram de modo parcial e seletivo, para cooptar alguns dominados em algumas instâncias do poder dos dominadores. Então a cultura europeia se converteu, além do mais, em uma sedução; dava acesso ao poder. Depois de tudo, mais além da repressão, o instrumento principal de todo poder é sua sedução. A europeização cultural se converteu em uma aspiração.³⁹¹

As criações e inversões que o eurocentrismo provoca na subjetividade interessam à presente pesquisa não em razão de um ressentimento histórico pelos horrores gestados na conquista, dominação e exploração da América Latina, mas sim pelo poder de distorção da compreensão da realidade. Efeito que se mostrou mais duradouro e estável que o próprio processo de colonização³⁹².

Ao questionar o padrão de poder que se apoia no controle da subjetividade desvela um elemento essencial: imagens, signos, perspectivas, pensamentos e posicionamentos são assumidos no pensar latino-americano como próprios, quando em realidade são produtos, velados ou explícitos, de elementos e valores eurocêtricos. Trata-se de um bloqueio na visão:

Por sua natureza, a perspectiva eurocentrista distorce, quando não bloqueia, a percepção de nossa experiência histórico-social, enquanto leva, ao mesmo tempo, a admiti-la como verdadeira. (...) Em consequência, nossos problemas também não podem ser percebidos senão desse modo distorcido...³⁹³

Tem lugar, portanto, a necessidade por desvelar as influências que unicamente reproduzem o padrão de dominação/dependência ainda vigente entre centro/periferia em âmbito mundial. Esse primeiro passo é de extrema importância e também dificuldade, pois exige enxergar o que não está visível. É o esforço e responsabilidade pela descolonização. No presente trabalho, terá lugar o intento de analisar o pensamento teórico do cooperativismo questionando-se por possíveis colonialismos.

³⁹¹ QUIJANO, Colonialidad..., p. 17.

³⁹² QUIJANO, A. Colonialidade..., p. 107.

³⁹³ QUIJANO, A. Os Fantasmas..., p. 57-58.

Além do desvelar, é preciso ir além, buscar produzir e reproduzir um pensar e criticar genuinamente latino-americano. Apenas essa visão possibilita que a percepção dos nossos problemas não seja obstada por tal bloqueio de visão.

Na presente pesquisa, a busca pelo novo, genuíno e autêntico, encontrará lugar no capítulo final, momento em que serão articuladas as ideias carreadas desde o questionar do cooperativismo juntamente com os aportes filosóficos descoloniais.

Antes, entretanto, é necessário pontuar que a noção quanto à colonialidade do poder está conjugada com a discussão sobre a colonialidade do saber, pois a separação entre saber e poder é meramente didática, apenas tem o objetivo de contribuir para a melhor apreensão dos fenômenos.

Colonialidade do saber e do poder mutuamente se condicionam, já que um projeto de poder é legitimado em determinadas bases de saber.

A colonialidade do saber encobre o legado epistemológico que condiciona a compreensão do mundo no qual se está inserido. Trata-se da subalternização de conhecimentos próprios frente a uma epistemologia hegemônica.

A epistemologia, noção derivada do termo grego, refere-se à ciência do conhecimento (à Teoria do Conhecimento) e consiste no ramo filosófico destinado a verificar os elementos do processo de produção do conhecimento, bem como os requisitos para validação do conhecimento produzido. A epistemologia moderna (hegemônica) confere a 'chancela' de validade ao conhecimento produzido sob as determinações científicas. Exige explicação lógico-racional, sistematicidade, controlabilidade e objetividade. Com tais exigências, acaba-se por considerar válido apenas determinado campo do conhecimento, relegando outros saberes ao descrédito. Trata-se de um 'epistemicídio'³⁹⁴, por suprimir práticas sociais de produção de conhecimento que não seguem a padronização científica, moderna, ainda que tais determinações sejam de uma racionalidade externa e diferenciada dos saberes que classifica. Trata-se de uma prática de colonialização, que gera a homogeneização do conhecimento, elegendo como padrão a racionalidade europeia moderna.

Diante dessa constatação, Boaventura de Sousa Santos propõe o que chamou de 'epistemologias do sul', que consiste em um conjunto de intervenções

³⁹⁴ Termo utilizado por Boaventura para referir à supressão dos conhecimentos locais perpetrada por um conhecimento alienígena. (SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula. "Introdução" *In* SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p.15.)

epistemológicas que, valorizando “os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos”, denunciam o colonialismo, que conduz “à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e/ou noções colonizados”³⁹⁵. O diálogo horizontal entre saberes é chamado de ‘ecologias de saberes’.

Desde o pensamento latino-americano, várias são as formulações a denunciar os efeitos predatórios do colonialismo a limitar e controlar a produção dos conhecimentos.

Walter Mignolo é enfático ao afirmar que, apesar de os gregos terem gestado determinado pensamento filosófico, o *pensamento* não fica a isso adstrito. Pensamento, conhecimento está em todos os lugares e em diferentes povos³⁹⁶. Há tantas epistemes quanto tantos povos diferenciados existirem.

Entretanto, o processo de constituição da modernidade instituiu princípios cognoscitivos e epistemológicos que construíram uma ‘diferença colonial’: uma pressuposição assentada em pré-conceitos, tais como

Que fora das heranças greco-latinas na história da Europa (os seis países mediterrânicos e atlânticos), os legados de línguas e pensamentos não europeus (desde o mandarim até o aymara; desde o hindi ao quéchua; desde o russo ao árabe), etc., são de alguma maneira deficiente. A suposição é que pessoas que falam ou são educadas nessas línguas são de alguma maneira ‘epistemicamente deficiente’. A diferença colonial (e assim racial) epistêmica entra aqui em vigência; (...) ³⁹⁷

A diferença colonial institui, portanto, uma relação antagônica, que institucionaliza o conhecimento epistemológico e hermenêutico, silenciando outras formas de saber. É a subalternização de saberes que “transforma diferenças em valores”³⁹⁸. Como parte da ordem universal hegemônica, a diferença colonial, tida como natural, sequer é percebida.

Essa naturalização de uma percepção deformada da realidade converge com as formulações de Aníbal Quijano, vistas anteriormente. Ademais, para este autor, a instituição da racionalidade moderna como paradigma universal de conhecimento foi instrumento de dominação cultural (colonialização) essencial para a obtenção do resultado de centralidade do eurocentrismo, em sua razão ilustrada. Nas palavras do

³⁹⁵ SANTOS, B.; MENESES, M. Introdução..., p. 19.

³⁹⁶ MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/Projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 41.

³⁹⁷ MIGNOLO, Hermenêutica..., p. 131.

³⁹⁸ MIGNOLO, W. Histórias locais..., p. 37.

autor, não há mera coincidência entre os processos de colonialidade e a hegemonia da racionalidade moderna:

Durante o mesmo período em que se consolidava a dominação cultural europeia foi sendo constituído o complexo cultural conhecido como racionalidade/modernidade europeia, o qual foi estabelecido como um paradigma universal de conhecimento e de relação entre a humanidade e o resto do mundo. Tal concomitância entre a colonialidade e a elaboração da racionalidade/modernidade não foi, de modo algum, acidental, como o revela o modo mesmo em que se elaborou o paradigma europeu do conhecimento racional. Na realidade, teve implicações decisivas na constituição do paradigma, associada ao processo de emergência das relações sociais urbanas e capitalistas, as quais, por (441) sua vez, não poderiam ser plenamente explicadas à margem do colonialismo, sobre a América Latina em particular.³⁹⁹

Descortinar a existência da ‘diferença colonial’ é essencial para a produção e promoção de conhecimentos diferenciados. São vozes, línguas, culturas, significados, histórias relegados à subalternidade. Esses *outros* saberes constituem o que o autor chama de ‘pensamento liminar’ ou ‘fronteiriço’, aqueles produzidos nas e a partir das margens:

Defino o pensamento liminar como os momentos de fissura no imaginário do sistema mundial colonial/moderno. O “pensamento liminar” situa-se ainda dentro do imaginário do sistema mundial moderno, mas reprimido pelo domínio da hermenêutica e da epistemologia enquanto palavras-chave que controlam a conceitualização do saber.⁴⁰⁰

Como reação à diferença colonial⁴⁰¹, o exercício do pensamento liminar, pode gerar uma ruptura epistemológica, por se construir no diálogo entre saber hegemônico e subalternizados.

O ‘pensamento liminar’ é uma trilha a ser seguida para a superação da diferença colonial e, portanto, da colonialidade do saber:

(...) somente se pode transcender a diferença colonial da perspectiva da subalternidade, da descolonização e, portanto, de um novo terreno epistemológico que o pensamento liminar está descortinando. (...) O pensamento liminar, na perspectiva da subalternidade, é uma máquina para a descolonização intelectual, e, portanto, para a descolonização política e econômica.⁴⁰²

³⁹⁹ QUIJANO, Colonialidad..., p. 440-441.

⁴⁰⁰ MIGNOLO, Histórias..., p. 49.

⁴⁰¹ MIGNOLO, Histórias..., p. 11.

⁴⁰² MIGNOLO, Histórias..., p. 76.

Ao questionar as cosmologias hegemônicas abre-se espaço à ‘hermenêutica pluritópica’: a produção de sentidos viria da interação entre epistemes, hegemônica e subalternizadas, cujo encontro se dá nos conflitos gerados pela colonialidade, entretanto, o resultado produzido não contemplaria tais diferenças.

Nesse sentido o autor apresenta a ideia de ‘gnose liminar’, que consiste na consideração de novos *lócus* de enunciação de significados, agora plural e dialógico:

A gnose liminar, enquanto conhecimento em uma perspectiva subalterna, é o conhecimento concebido das margens externas do sistema mundial colonial/moderno; gnosiologia marginal, enquanto discurso sobre o saber colonial, concebe-se na intercessão conflituosa de conhecimento produzido na perspectiva dos colonialismos modernos (retórica, filosofia, ciência) e do conhecimento produzido na perspectiva das modernidades coloniais na Ásia, África, nas Américas e no Caribe. A gnosiologia liminar é uma reflexão crítica sobre a produção do conhecimento, a partir tanto das margens internas do sistema mundial colonial/moderno (conflitos imperiais, línguas hegemônicas, direcionalidade de traduções etc), quanto das margens externas (conflitos imperiais com culturas que estão sendo colonizadas, bem como as etapas subsequentes de independência ou descolonização).⁴⁰³

Da crítica ao conhecimento puramente hegemônico, no sentido trabalhado por Mignolo, descortinada a colonialidade intelectual do centro mundial (ainda que reproduzida na periferia e por seus próprios pensadores), surge uma nova geopolítica para o conhecimento, que valoriza nos *lócus* de enunciação.

Nesse sentido são oportunas as palavras de Grosfoguel a trazer às claras o que se oculta no discurso epistemológico eurocêntrico:

O essencial aqui é o *locus* da enunciação, ou seja, o lugar geopolítico e corpo-político do sujeito que fala. Na filosofia e nas ciências ocidentais, aquele que fala está sempre escondido, oculto, apagado da análise. A “geopolítica do conhecimento” da filosofia ocidental sempre privilegiou o mito de um “Ego” não situado. O lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero e o sujeito enunciador encontram-se, sempre, desvinculados. Ao quebrar a ligação entre o sujeito da enunciação e o lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero, a filosofia e as ciências ocidentais conseguem gerar um mito sobre um conhecimento universal Verdadeiro que encobre, isto é, que oculta não só aquele que fala como também o lugar epistêmico geopolítico e corpo-político das estruturas de poder/conhecimento colonial, a partir do qual o sujeito se pronuncia.⁴⁰⁴

Assim, de novos lugares surgem saberes que são validados, saberes que são produzidos em “perspectiva/cosmologias/visões de pensadores críticos do Sul Global,

⁴⁰³ MIGNOLO, Histórias..., p. 34.

⁴⁰⁴ GROSGOUEL, Para descolonizar..., p. 459.

que pensam com e a partir de corpos e lugares étnico-raciais/sexuais subalternizados.”⁴⁰⁵

A geopolítica do conhecimento é, portanto, elemento a “evitar a crítica eurocêntrica do eurocentrismo e para legitimar as epistemologias liminares que emergem das feridas das histórias, memórias e experiências coloniais.”⁴⁰⁶

Colocando em relevo essa importância dos lugares plurais, evidenciando que esses acabam por determinar o conteúdo do saber produzido, as histórias locais revelam-se essenciais e condição para a superação da diferença colonial epistemológica.

3.2. A colonialidade em questão: reflexões teóricas do cooperativismo e economia solidária

Neste momento da pesquisa serão analisados os referenciais teóricos do cooperativismo e da Economia Solidária indistintamente. Tal ação é possível em razão das aproximações evidenciadas anteriormente (Capítulo 1), que permitem uma análise unitária, fazendo com que as críticas a serem apontadas sejam aproveitadas nos dois âmbitos.

Pretende-se uma metarreflexão quanto ao que tem sido produzido (seja quanto a experiências cooperativas ou de Economia Solidária) na defesa da democracia interna, fomento à cultura democrática e ao espírito coletivo, bem como a geração de renda que favoreça a conscientização quanto à exploração capitalista do trabalho. Tais elementos, em íntima conexão nos dois universos teóricos (cooperativismo e ES), permitem a unicidade do presente questionamento, que utilizará aportes da reflexão sobre a colonialidade, acima referidos.

A análise busca pontuar a importância de reflexões que partam da realidade latino-americana. Deste lugar, arrisca-se no esforço por identificar em que medida as formulações do cooperativismo e da Economia Solidária não se apresentam

⁴⁰⁵ GROSGOUEL, Para descolonizar..., p. 457.

⁴⁰⁶ MIGNOLO, Histórias..., p. 66.

distorcidas pela reprodução (explícita e implícita) do padrão de poder originado pela força da colonialidade.

Entre os diversos caminhos que podem ser percorridos para uma análise crítica do cooperativismo, duas frentes guiarão o questionamento: de um lado elementos que se sobressaíram no momento histórico de instituição das políticas cooperativas, especialmente na eleição da forma consumerista e do modelo empresarial, que aposta nas potencialidades do modo de produção capitalista; e de outro lado, as formulações e práticas de resistência, que sugerem um novo modo de produção pela via associativa e solidária, ao mesmo tempo em que apostam na capacidade distributiva do Estado.

3.2.1. Histórico e a institucionalização do cooperativismo de consumo

Retomando os elementos da instituição do cooperativismo nas terras para além da Europa, verifica-se a absoluta concordância entre autores ao apontar a ‘origem’ histórica do cooperativismo vinculada à experiência dos tecelões de Rochdale, cujo modelo de cooperativa que acabou preconizando era o de consumo.

Mesmo nas vertentes mais opostas do pensamento cooperativista é possível encontrar a mesma inclinação de configurar o cooperativismo rochdaliano, na sua vertente de consumo, como ‘o’ marco do surgimento do movimento cooperativo, bem como o modelo propulsor dessa atividade.

Extraí-se das formulações de Diva Benevides Pinho o seguinte excerto:

O aparecimento do primeiro modelo de cooperativas como instituição de fins econômicos e sociais, verificou-se na Inglaterra, com a obra dos *Pioneiros de Rochdale*, em 1844, data considerada a do “nascimento oficial do cooperativismo”.⁴⁰⁷

Embora os autores que se apresentam como pensadores críticos não devam estima pela autora citada, que compõe o quadro mais conservador do cooperativismo, as palavras proferidas sobre esse tema são extremamente

⁴⁰⁷ PINHO, Diva Benevides. **Que é cooperativismo?** São Paulo: Buri, 1966. p. 17.

próximas, ainda que façam parecer que exista uma grande distância concreta entre seus posicionamentos⁴⁰⁸.

Singer é enfático ao afirmar o papel central e decisivo da experiência de Rochdale para a formação do cooperativismo moderno:

Em 1844, Rochdale, cidade industrial perto de Manchester, assistiu à fundação de uma sociedade cooperativa, a *Society os Equitable Pioneers*, que à primeira vista seria apenas mais uma entre as muitas formadas nas décadas precedentes. Mas, esta cooperativa estava predestinada não só a perdurar e crescer mas a se tornar a matriz de todas as cooperativas modernas.

A eleição desse modelo como a referência mais adequada à instituição do cooperativismo faz com que outras experiências, concomitantes àquela, apareçam como subalternas, ou como apenas ‘mais uma’. Experiências como a Comuna de Paris ou o movimento campesino russo, apesar de serem mencionadas por Singer e outros autores, o são de forma prévia e experimental. Não se tratam de experiências capazes de marcar a ascendência do movimento cooperativista⁴⁰⁹.

Ressalta-se que nem todos os autores críticos do cooperativismo aderem ao ‘mito originário’ de Rochdale. A classificação proposta por Gilvando Rios identifica o surgimento do cooperativismo europeu em duas perspectivas: uma ascendente e outra descendente. Esta última é a que corriqueiramente é ressaltada, vinculando-se o cooperativismo ao formato consumerista de Rochdale. Entretanto, é a primeira perspectiva que Rios enaltece:

(...) experiências que, partindo de uma comunidade agrícola e passando pelo beneficiamento da produção, pretendiam atingir o setor de serviços, a educação inclusive. Nesta categoria, identifico o pensamento do socialista utópico Robert Owen, o qual, além de ter lutado pela multiplicação de cooperativas operárias de produção e de consumo, militou também a favor de um movimento sindical único.⁴¹⁰

É importante anotar que as experiências de Owen (que inclusive são anteriores) são registradas nas formulações de Singer, porém, são referidas como ‘precursoras’ e não como ‘o’ marco inaugural, designação que reserva à Rochdale. O desenvolvimento das ideias do autor deixa transparecer que as experiências dos

⁴⁰⁸ DIEHL, Diego Augusto. Para uma economia política da Economia Solidária. In GEDIEL, José Antônio Peres (org.). **Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania**. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, n. 2 (2008). p. 54.

⁴⁰⁹ DIEHL, D.; PAZELLO, R. Para uma..., p. 53.

⁴¹⁰ RIOS, o que é..., p. 25.

‘utópicos’ seriam como uma preparação, experimentação de algo que ainda estaria por se concretizar. O autor se rende ao elemento sistemático e organizacional ao não reconhecer as experiências anteriores como cooperativistas, em razão de carecerem de uma maior formalidade.

Ao apresentar “As bases ideológicas da Economia Solidária”⁴¹¹, Singer inicia a explanação salientando as ‘contribuições decisivas’ para a economia solidária vindas de “grandes autores socialistas denominados ‘utópicos’ da primeira metade do século XIX (Owen, Fourier, Buchez, Proudhon, etc.)”⁴¹². Segundo o autor, seria fundamental considerar a crítica operária e socialista ao capitalismo para compreender a lógica da Economia Solidária, que se constrói como uma das principais formas de luta contra o capitalismo⁴¹³. Entretanto, apesar de pontuar de maneira tão contundente a crítica na qual se insere seu pensamento (crítico ao capitalismo), o autor toma os socialistas utópicos ou associativistas como “predecessores que algo mais organizado, sistemático, racionalizado”, apenas inspiração para Rochdale⁴¹⁴. Singer, portanto, engrossa o coro a entoar a experiência dos ‘probos tecelões’ como ‘o começo claro’ do cooperativismo:

(...) o cooperativismo de consumo, que desempenhou importante papel na difusão do cooperativismo pela Europa a partir de meados do século XIX, teve um começo claro: a famosa cooperativa dos Pioneiros Equitativos de **Rochdale, considerada a mãe de todas as cooperativas.**⁴¹⁵ (sem grifo no original)

Muito embora Singer ressalte que a crítica feita pela Economia Solidária recai em elementos constitutivos do capitalismo (tais como o trabalho assalariado, divisão social do trabalho e repartição equitativa dos lucros), outros exemplos de experiências seriam mais efetivos como fundamentos ‘ideológicos’ históricos.

Considerados por Singer como uma única ‘categoria’, os ‘socialistas utópicos’ apresentaram críticas contundentes ao assalariamento, à apropriação dos lucros pelos capitalistas, bem como a necessidade de transformação do Estado. Porém, para Singer, são referências – ainda que importantes – tomadas apenas como precedentes⁴¹⁶. A ‘inauguração’ da crítica se concretizaria com os tecelões.

⁴¹¹ SINGER, Economia solidária..., p.13.

⁴¹² SINGER, Economia solidária..., p.13.

⁴¹³ SINGER, Economia solidária..., p.14; 15.

⁴¹⁴ PAZELLO, R. A produção..., p. 79-80.

⁴¹⁵ SINGER, Introdução..., p. 39.

⁴¹⁶ PAZELLO, R. A produção..., p. 79-80.

Esta noção corriqueira desconsidera as experiências dos ‘utópicos’ em razão da falta de formalidades ou de sistematicidade. Tais elementos teriam sido pontualmente desenvolvidos por Rochdale nas formulações do que ficou para a história como ‘os princípios cooperativos’. Como afirma Cole, as ideias contidas nos princípios rochdaleanos eram originais. Todas haviam sido aplicadas em experiências anteriores. A inovação dos pioneiros foi redigi-las em um conjunto, dando visibilidade⁴¹⁷. Esse conjunto, que conforme salienta Carneiro não tinha característica principiológica aos pioneiros, foi posteriormente lido com normatividade.

Quanto à menção ao ‘socialismo utópico’, apesar de ser corriqueira a utilização do termo englobando diferentes correntes, é importante pontuar a análise distintiva feita por Marx e Engels no ‘Manifesto’. A designação de ‘socialismo ou comunismo crítico-utópico’ é reservada a uma vertente da literatura socialista e comunista no contexto do século XIX. Sob a insígnia estão reunidos os sistemas pensados por autores como Santi-Simon, Fourier e Owen (com a exclusão de Proudhon), que sofrem pesadas críticas por colocarem condições fantásticas no lugar das condições históricas ao não reconhecerem a iniciativa e a força histórica do proletariado, bem como por rejeitarem a ação política e revolucionária, apostando em meios pacíficos, pela força do exemplo com pequenos experimentos. A causa de terem falhado seria necessariamente decorrente “tanto da forma pouco desenvolvida do próprio proletariado, como da ausência das condições materiais de sua emancipação, condições que são precisamente o produto da época burguesa.”⁴¹⁸ Apesar das críticas, são reconhecidos como “literatura revolucionária” que defendeu os interesses da classe operária, “fornecendo valioso material para o esclarecimentos dos operários”⁴¹⁹.

A vertente teórica que relaciona o surgimento do cooperativismo com experiências plurais, assistemáticas, de expressão do movimento operário, como reação às condições de exploração extremas do capitalismo industrial na transição entre os séculos XVIII e XIX perderam terreno. Isso ocorreu inclusive na interpretação histórica de Rochdale (o passado é olhado com os olhos de quem conta a história, no presente).

⁴¹⁷ COLE, G. A Century..., p. 75-76.

⁴¹⁸ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004. p. 76.

⁴¹⁹ MARX; ENGELS, Manifesto..., p. 76; 78.

O projeto inicial da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale⁴²⁰ era fortemente inspirado pelos valores owenistas. Ao menos metade dos 28 pioneiros havia participado daquele movimento⁴²¹ e as formulações estabelecidas inicialmente em Rochdale procuravam resumir, entre outras conjugações, as conclusões Owen sobre uma sociedade onde o trabalho em cooperação procurava substituir a competição pelo lucro⁴²².

A proposta inicial era a formação de um cooperativismo integral, o consumo se completaria na produção⁴²³. Da carga owenista, não haveria separação entre produtores e consumidores. O consumo e produção seriam âmbitos que integrariam economicamente o próprio cooperativismo.

Desde o cooperativismo de consumo, almejava-se o cooperativismo de produção e, nesse sentido, dentre os objetivos da sociedade foi estabelecido:

O Artigo (01) dos “Extratos de Leis e Objetivos da Sociedade dos Equitativos Pioneiros de Rochdale”, em 1844, destacava, preliminarmente: “... 1 - Que tão breve seja viável, esta Sociedade deverá proceder para organizar os meios de produção, distribuição, educação e governo, ou em outras palavras, estabelecer um próprio suporte de colônia doméstica de interesses unidos, ou construir outras sociedades em estabelecimentos, tais como colônias”.⁴²⁴

Buscando a implementação dos projetos iniciais, em 1850 foi criada uma sociedade para moagem de milho, a Rochdale Co-operative Corn Mill, que, embora não fosse propriamente uma cooperativa de produção consistiu em importante passo a reafirmar os propósitos pioneiros, com a repartição dos lucros proporcionalmente à participação dos membros na sociedade. Em 1854 outro passo em direção ao ideal do cooperativismo integral se deu com a fábrica de tecelagem e fiação, a Rochdale Cooperative Manufacturing Society⁴²⁵ (Sociedade Cooperativa Manufatureira de Rochdale).

Entretanto, a inclinação inicial owenista de construção comunitária, indistinção entre produtores e consumidores e busca pelo cooperativismo integral

⁴²⁰ Com a promulgação da lei que disciplinava sobre sociedades industriais, em 1852, a Sociedade passou a ser designada Cooperativa de Rochdale. (CARNEIRO, P. Cooperativismo..., p. 35.)

⁴²¹ COLE, G. A Century..., p. 59.

⁴²² CARNEIRO, P. Cooperativismo..., p. 26.

⁴²³ CARNEIRO, P. Cooperativismo..., p. 27.

⁴²⁴ *Apud* CARNEIRO, P. Cooperativismo..., p. 27.

⁴²⁵ COLE, G. A Century..., p. 84; 88.

acabou por se desvirtuar. As ideias precursoras foram sendo modificadas por uma série de influências.

A formalização da cooperativa manufatureira (de tecelagem) era independente da Cooperativa de Rochdale (assim designada a partir de 1852), que se tornou acionista na fábrica de tecelagem, juntamente com investimentos particulares. Com o tempo, a separação formal também se revelou em distinção no modo de gestão. O propósito pioneiro de uma sociedade democrática, transformou-se cogestão. A administração da Rochdale Cooperative Manufacturing Society era compartilhada entre membros que trabalhavam na cooperativa e membros que atuavam como acionistas, sem exercer trabalho produtivo. Essa forma de gestão tornou-se conflituosa em razão de divergências entre os interesses dos trabalhadores e dos acionistas.

Uma importante divergência marcaria os caminhos futuros trilhados pela cooperativa. Como forma diferenciada de remunerar o trabalho empenhado na cooperativa, os trabalhadores tinham participação nos resultados, por meio de um bônus, que ficou conhecido como ‘recompensa pelo trabalho’. Entre as décadas de 50 e 60, trabalhadores e acionistas travaram um embate quanto à manutenção/supressão desse bônus, que correspondia ao dobro do que os acionistas recebiam pelo capital investido. Diante da crise 1857/1858, os 10% de retorno para os investidores, passou para 5%, enquanto que o bônus dos trabalhadores permaneceu em 20%. Em 1860, quando a matéria foi posta em votação, 571 votos foram a favor de abolir a ‘recompensa pelo trabalho’ e 277 contra. Não atingindo os 2/3 majoritários, exigidos pelas determinações estatutárias, o bônus permaneceu. Entretanto, diante de nova crise, outra votação ocorreu em 1862 e, nessa oportunidade, o número votos necessários à supressão do bônus foi conseguida⁴²⁶.

Assim, tem-se que além das alterações na forma de gestão (de democrática para cogestionária), a experiência com a sociedade de manufatura de tecelagem também foi crucial no desvirtuamento das propostas pioneiras de Rochdale no que se refere à valorização do trabalho. Tendo os trabalhadores perdido a participação privilegiada que possuíam nos resultados da sociedade, a “The Rochdale Co-

⁴²⁶ COLE, G. A Century..., p. 89-90.

operative Manufacturing Society” tornou-se uma empresa de ações tipicamente capitalista. Nas palavras de Cole:

A Sociedade Cooperativa Manufatureira foi então convertida em um interesse ordinário de obtenção de lucros; e é um fato significativo que no momento em que a alteração foi feita apenas cerca de cinquenta dos seus 500 funcionários eram realmente os acionistas.⁴²⁷

A nova estrutura vivenciada na sociedade inseriu – com sucesso – a cooperativa manufatureira no mercado capitalista da época, transformando-se na poderosa cooperativa atacadista CWS (Cooperative Wholesale Society). O cooperativismo integral, de inspiração inicial, sucumbiu frente à opção pelo cooperativismo de consumo.

A partir daí, Rochdale tinha seu caminho interrompido quanto à linha mestra do cooperativismo. O grupo ligado às denominadas cooperativas de serviços incentivou a criação de novas cooperativas da mesma linha econômica, até o poderoso grupo de consumo fundado em 1863 e denominado “Cooperative Wholesale Society (CWS)”⁴²⁸.

Distante do projeto inicial, vinculado a insurgências proletárias e à busca por estratégias de sobrevivência, Rochdale se transformou em “uma sociedade lucrativa a ponto de seus cooperados serem chamados de ‘pequenos capitalistas’”⁴²⁹.

O abandono quanto às propostas dos Pioneiros foi reconhecido e anunciado por um dos seus fundadores, John Brerley, em 1867:

Em 1855 se estabeleceu, nesta cidade uma cooperativa de produção... seu propósito era entregar parte das utilidades obtidas ao capital e parte ao trabalho. Esta sociedade teve muito êxito em seus primeiros anos mas, os sócios capitalistas pensaram que os trabalhadores iriam receber demasiados benefícios. Resolveram, então, suprimir a parte reservada ao trabalho. Esperamos ver, dentro em pouco, restabelecido este direito e os princípios de cooperação completamente desenvolvidos, pois estamos convencidos que encerram incalculáveis vantagens para o povo.⁴³⁰

O discurso uníssono quanto à experiência de Rochdale ser o ‘mito originário’ do cooperativismo é entusiasmado pelo ‘sucesso’ alcançou, bem como pela

⁴²⁷ COLE, G. A Century..., p. 90 (tradução livre). No original: “The Co-operative Manufacturing Society was thus converted into an ordinary profit-making concern; and it is a significant fact that at the time when the change was made only about fifty of its 500 employees were actually shareholders”.

⁴²⁸ P. Cooperativismo..., p.47-49.

⁴²⁹ CARNEIRO, P. Cooperativismo..., p. 47.

⁴³⁰ *Apud* HOLYOAKE, George J. História de los Pioneiros de Rochdale. Buenos Ayres: INTERCOOP, 1969. p. 89.

influência que produziu nas demais sociedades a partir de então. O propagado sucesso é mensurado pela ampliação do quadro de cooperados, bem como pelo montante financeiro acumulado.

Dos 28 tecelões de 1844, com 28 libras totais, em 1848 a cooperativa contava com 140 membros e no ano seguinte, em razão da falência do banco da região, passou para 390 membros e o capital para 1.194 libras. Doze anos depois da criação, em 1860, Rochdale registrava impressionantes 3.450 membros, totalizando um volume de negócios superior a 152.000 libras⁴³¹.

Tais números, apresentados como demonstrativos do sucesso e viabilidade do cooperativismo de Rochdale, são, em verdade, resultado do abandono da opção não-mercantil⁴³².

Como experiência histórica que foi, a constituição de Rochdale passou por vicissitudes, desafios e conflitos. O projeto clássico acabou sendo substituído pela política do cooperativismo de consumo. Entretanto, tal fato histórico é omitido pela leitura linear tradicional de muitos teóricos, que apresentam a Rochdale como uma experiência que nasceu pronta.

De acordo com a crítica de Fals-Borda, essa leitura retira Rochdale de seu contexto e culta a história, bem como se esquece que o ocorrido em 1862 foi o verdadeiro fracasso da experiência. Esta forma de ‘contar’ a história é decantada, pois ocorre:

(...) una sustracción de elementos inconvenientes, que son incongruentes com el orden político y económico existente. Siendo que el médio en que se traslada es capitalista e individualista, en el caso del cooperativismo se echa tierra a la verdadera historia de Rochdale y se olvida su fracaso de 1862 cundo dejó de ser cooperativa para llegar a ser empresa; se sepulta la evidencia del origen comunalista de la idea cooperativa, e se elimina casi toda referencia al aporte que los socialistas antiguos y modernos han hecho a la concepción de las cooperativas, así em el viejo como em el nuevo mundo.⁴³³

Como mito, a experiência de Rochdale tem função fetichizadora: toma a aparência de algo ‘natural’. O consumo é apresentado como sendo a essência própria, natural, do cooperativismo, quando na verdade essa leitura é resultado de

⁴³¹ COLE, G. A Century..., p. 79.

⁴³² DIEHL, D.; PAZELLO, R. Para uma economia..., p. 56.

⁴³³ FALS-BORDA, Orlando. **Antología**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2010. p. 142. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=tyXJnL0kvoQC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 11.05.2014.

relações e forças sociais. É fetichizadora pois permite que uma aparência exerça influência (e controle) ao se reproduzir (há mais de um século!). O fetiche, nas palavras de Tom Bottomore, é uma apresentação *disfarçada*, enquanto a realidade fica oculta:

A ilusão do fetichismo brota da fusão da característica social com as suas configurações materiais (...). Assim, as propriedades conferidas aos objetos (...), verdadeiras forças que sujeitam as pessoas ao domínio deste processo, são como que uma espécie de máscara para as relações sociais (...). Isso dá lugar às ilusões quanto à origem natural dessas forças.⁴³⁴

Tentando desvelar as forças sociais que constituíram essa ‘máscara’ consumerista ao cooperativismo, Carneiro ressalta as vicissitudes no período rochdaliano e suas leituras:

Se verificarmos os fatos históricos que precederam e sucederam a Sociedade de 1844, não é difícil concluir que, se suas intenções de constituir uma cooperativa de trabalho ou de produção não passaram à história, não foi porque se omitiram, pelo contrário, as mesmas forças que desvirtualizaram o cooperativismo de trabalho – ou produção – na Inglaterra, atuaram, através da economia política do próprio cooperativismo, em todo o mundo.⁴³⁵

O histórico do cooperativismo mundial, que é ‘vendido’ também no Brasil, transformou Rochdale no modelo a ser seguido (inclusive e – talvez – principalmente na normatização principiológica internacional, ratificada nacionalmente⁴³⁶). Entretanto, o modelo é apresentado como tendo unicamente a fase consumeirista, aquela de ‘sucesso’, com altíssimo nível de arrecadação.

Seguindo as inquietações de Mignolo, pode-se questionar como e porque uma teoria produzida para dar conta de uma realidade histórica particular, em uma localização geopolítica determinada dentro de uma história local, viaja a outros contextos? E também: essas teorias ‘viajantes’, nos lugares para onde migram, conservam o mesmo significado ou função que possuem no lugar de onde surgiram?⁴³⁷ Tais questionamentos são extremamente oportunos para guiar a

⁴³⁴ BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p. 221.

⁴³⁵ CARNEIRO, P. Cooperativismo..., p. 46.

⁴³⁶ Conforme referido na apresentação do histórico e institucionalização do cooperativismo (item 1.3), a ser problematizado no item seguinte.

⁴³⁷ MIGNOLO, Walter D. *Historias locales/diseños globales. Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Akal, 2003. p. 246; 255.

reflexão sobre o “histórico do cooperativismo” brasileiro. A transmutação da realidade europeia, privilegiando aspectos determinados da experiência da cooperativa de Rochdale, aponta para a colonialidade do conhecimento como resposta para as questões formuladas. A consequência é tornar subalternos os conhecimentos produzidos no próprio local, legando a capacidade de teorização como privilégio aos ‘iluminados’, estrategicamente localizados nos centros geopolíticos do sistema-mundo.

A propagação de um evento histórico, de forma mal difundida, foi o que transformou Rochdale em uma lenda: “O fato de não divulgar-se as condições sociais inglesas nem os detalhes históricos e transformações ocorridas com a Cooperativa de Rochdale é que a transformam num mito.”⁴³⁸

A reverência ao criado ‘mito de origem’ do cooperativismo pode ser enquadrada como uma forma de colonialidade, tanto pela visão deslumbrada da história europeia (como anteriormente referido, a sedução eurocêntrica é um dos elementos a efetivar a colonialidade intelectual e epistemológica), como também, e especialmente, pelo efetivo mecanismo de manipulação social.

A eleição de Rochdale, como o marco inaugural do cooperativismo mundial, revela a adoção de critérios que conferem ‘validade’ à realidade a partir da epistemologia tradicional moderna: trata-se de considerar a experiência que teve uma forma institucionalizada, a primeira cooperativa formalmente reconhecida.

Questionando o porquê da eleição de Rochdale tornar-se o marco histórico do cooperativismo moderno, Carneiro evidencia a transformação dos objetivos internos dos pioneiros em estatuto axiológico, tornando-se regras de conduta⁴³⁹.

Pode-se verificar a adesão de Singer à tese formulada por Carneiro. Singer afirma que “os Pioneiros inovaram ao adotar 8 regras que evitaram fragilidades causadoras do fracasso de inúmeras tentativas anteriores”⁴⁴⁰. A inovação estaria na sistematização dessas regras que, em si, não eram exatamente novas. Ratificando as palavras de Cole, Singer afirma:

⁴³⁸ KEIL, Ivete Manetzeder; MONTEIRO, Silvio Tavares. **Os Pioneiros de Rochdale e as Distorções do Cooperativismo na América Latina**. São Leopoldo: [s.n.], 1982. p. 9. Disponível em: <<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/Publicacoes.aspx?IdRegistro=7102>>. Acesso em: 16.12.2013.

⁴³⁹ CARNEIRO, P. Cooperativismo..., p. 49-51; 35.

⁴⁴⁰ SINGER, P. Uma utopia..., p. 100.

De acordo com Cole (1944, cap. IV) nenhuma destas regras em si é original; todas elas já tinham sido inventadas e aplicadas por diferentes cooperativas antes dos Pioneiros. Mas, nenhuma cooperativa tinha se regido pelo conjunto das oito e nisso está a inovação que separa o cooperativismo moderno do antigo.⁴⁴¹

Ao privilegiar a formalidade e legalidade como requisito para o efetivo reconhecimento do ‘início’ do cooperativismo, o que se tem é a reprodução de marcos da colonialidade: aceitação e introjeção de elementos reconhecidos e estabelecidos pela lógica epistêmica, a liberal-moderna-dominadora. A mesma lógica que Singer defende que estaria sendo criticada por um projeto socialista da cooperativa⁴⁴².

O que se tem, portanto, é que a introdução – prática e teórica – do cooperativismo (estendo a análise também à Economia Solidária, em razão das formulações do seu principal expoente teórico, acima citado) seguiu os padrões ditados pela modernidade eurocêntrica, desconsiderando os corpos e os lugares onde tais visões foram implantadas, reforçando e reproduzindo a geopolítica excludente do conhecimento.

A diferença colonial, revelada pelo modelo de cooperativismo implantado (seguindo os padrões da epistemologia eurocêntrica moderna), subalternizou, ou seja, deixou de ouvir, os conhecimentos locais, fortemente existentes no momento de implantação do cooperativismo em terras brasileiras.

O esquecimento das experiências comunitárias dos povos indígenas⁴⁴³ é um exemplo patente da dominação epistemológica. A lógica do ‘bem-viver’ indígena é construída em bases diversas do consumismo capitalista, por esta razão poderiam servir com mais adequação à base do cooperativismo. Nas palavras de Mariátegui: “(...) nos centros indígenas camponeses, as tradições comunitárias oferecem os elementos de um cooperativismo integral.”⁴⁴⁴ Entretanto, no lugar de construir a epistemologia apoiada nessas formulações, tem-se a desclassificação da cultura

⁴⁴¹ SINGER, P. Uma utopia..., p. 102.

⁴⁴² Nas palavras de Singer: “É que o conjunto [da 8 regras do Pioneiros] assegura (...) a autenticidade socialista da cooperativa (...)”. (SINGER, P. Uma utopia..., p. 102).

⁴⁴³ Sobre a especificidade da cooperação indígena, indica-se a leitura de BOHN, Cláudia Fernanda Rivera. As sociedades pré-colombianas: dimensão cultural, econômica, político-social e jurídica. In WOLKMER, Antonio Carlos (org). **Direito e justiça na América Indígena**: da conquista à colonização. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

⁴⁴⁴ MARIÁTEGUI, José Carlos. O porvir das cooperativas. Trad. Ricardo Prestes Pazello. In GEDIEL, José Antônio Peres (org.). **Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania**. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, n. 3 (2008). p. 158.

autóctone como iletrada, subalterna, predominantemente chamada de pré-modernidade, que lhe confere a etiqueta de pré-história.

Essas culturas assassinadas e esquecidas muito têm a contribuir para a formação de uma concepção diferenciada da lógica capitalista, porque ressaltam a possibilidade de vínculos entre as pessoas a partir de outros valores:

Por esto, en las aldeas indígenas donde se agrupan familias entre las cuales se han extinguido los vínculos del patrimonio y del trabajo comunitario, subsisten aún, robustos y tenaces, hábitos de cooperación y solidaridad que son la expresión empírica de un espíritu comunista. La “comunidad” corresponde a este espíritu. Es su órgano. Cuando la expropiación y el reparto parecen liquidar la “comunidad”, el socialismo indígena encuentra siempre el medio de rehacerla, mantenerla o subrogarla.⁴⁴⁵

Vale a referência à leitura diferenciada que é feita por Vergílio Périus, vinculando a origem do cooperativismo brasileiro a experiências de reduções jesuítas. Dedicando estudo aos trabalhos do Padre Rafael Carbonell de Masy, Périus identifica orientações semelhantes àquelas que foram mitificadas de Rochdale em uma redução jesuítica de índios Guaranis, denominada Encarnación de Itapúa, em 1627⁴⁴⁶. O autor também menciona a experiência ocorrida aqui no interior do Paraná, que ficou conhecida como colônia Tereza Cristina, como experiência histórica organizada em bases cooperativas, sob a influência das ideias de Fourier⁴⁴⁷.

O desprezo quanto ao específico contexto histórico-cultural da realidade brasileira, revela a colonialidade dos teóricos mais tradicionais do cooperativismo ao fazerem a transposição de um modelo essencialmente europeu e, em sua parcialidade. Nas palavras de Givanildo Rios, esse tipo de produção teórica é uma caricatura:

O cooperativismo “decalcado”, copiado do figurino formal europeu, não é exatamente uma cópia, como toda imitação, é uma caricatura. Este cooperativismo de “macaqueação” compreende um aspecto aparentemente inofensivo e inócuo, folclórico mesmo: a chamada “doutrina”.⁴⁴⁸

⁴⁴⁵ MARIÁTEGUI, José Carlos. 7 ensayos de interpretación de la realidad peruana. 3ª ed. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007. p. 67. Disponível em: <www.bibliotecayacucho.info/downloads/dscript.php?fname=069.pdf>. Acesso em: 24.05.14

⁴⁴⁶ PERIUS, Vergílio Frederico. **Cooperativismo e lei**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001. p. 17.

⁴⁴⁷ SCHMIDT, Derli; PERIUS, Vergílio. Cooperativismo e cooperativa. In CATTANI, Antonio David (org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 64.

⁴⁴⁸ RIOS, G. O que..., p. 47.

Do cooperativismo europeu, claramente se destacam duas vertentes, como o próprio autor classifica, uma descendente e outra ascendente. A primeira fulcrada nos valores do trabalho e da produção, a segunda (tomada como única pela ‘doutrina’) que aposta no cooperativismo de consumo e de serviços como capaz de garantir a rentabilidade e fortalecer os trabalhadores.

A aposta brasileira no segundo tipo de cooperativismo revela outro elemento de colonialidade: a crença na circulação como a fonte de produção da riqueza.

Sendo o cooperado ‘usuário’ ou ‘cliente’, nas formas do cooperativismo de consumo e de serviços, respectivamente, o que se pretende é a promover sua inserção na sociedade de consumo.

Como cópia (mal feita) do modelo europeu o cooperativismo é instituído no Brasil nos seguintes termos:

A doutrina cooperativista propõe-se a corrigir as injustiças sociais, os males do ambiente econômico social, através da associação dos consumidores em cooperativas.

O consumidor é o objetivo último da doutrina cooperativista e, também, o instrumento de reforma da sociedade. De fato, enquanto o capitalismo dá primazia ao capitalista e o socialismo ao proletariado, o cooperativismo coloca o consumidor como fim de toda a atividade econômica, afirmando que assim como na ordem política a economia pertence ao cidadão, na ordem cooperativa a hegemonia cabe ao consumidor.⁴⁴⁹

Apresentando a cooperativa como uma terceira via, entre o capitalismo e o socialismo, a ‘doutrina cooperativista’ não toca no problema central da acumulação capitalista e sua inerente consequência excludente e expropriatória. O cooperativismo, pela via do consumo, parte da mercadoria já constituída, sem se perguntar sobre as condições que a fizeram como tal, ou seja, deixa de questionar o elemento central do sistema capitalista. De outro lado, também continua a reproduzindo a lógica capitalista da acumulação da riqueza de forma individual.

Nas palavras de Waldírio Bulgarelli, o cooperativismo pretende atingir todas as camadas sociais, para isso “deixa de ser um movimento exclusivo de trabalhadores ou produtores” e visa “antes de tudo, o homem *como consumidor*”. O autor prossegue:

⁴⁴⁹ PINHO, **Que é...**, p. 31. (sem grifos no original)

Daí a sua divisa de que o consumidor não sendo nada, deve ser tudo. Trata-se, pois, de uma verdadeira revolução nos conceitos tradicionais da economia liberal, passando o controle da economia das mãos dos produtores para a dos consumidores. Esse chamado *reino do consumidor* seria alcançado através da reunião dos consumidores em cooperativas, que acabariam por absorver todas as atividades econômicas (...).⁴⁵⁰

A vertente dominante do cooperativismo, delineada nos autores citados, credita no cooperativismo, com foco no consumo e serviços, a busca pela supressão do lucro, em razão da eliminação dos intermediários, que encarecem os bens e serviços. Filiando-se à visão difundida por Gide, Bulgarelli afirma:

Para Gide, a essência do cooperativismo está justamente na abolição do lucro, o que correlaciona com a obtenção do *justo preço*. Este seria o preço despido de todos os elementos artificiais que encarecem os bens e serviços; e as cooperativas por representarem os consumidores de um lado e os produtores do outro, obtêm-no, pois elimina o intermediário que acrescia o preço com o lucro – substituindo-o nessa atividade sem a intenção do ganho.⁴⁵¹

Ao propor o cooperativismo nessa visão distorcida das estruturas político-econômicas, no lugar que gerar qualquer fratura no sistema capitalista, acaba por promovê-lo (intencionalmente ou não), pois qualquer possível crítica – ainda que fosse bem intencionada – não toca no ponto fundamental do sistema capitalista ao se deter no nível da circulação. Assim, não é capaz de abalar os alicerces do sistema econômico, ao contrário, complementa-o:

Não podemos esquecer que a transferência do mito de Rochdale para o nosso continente ocorre quando o cooperativismo dos Pioneiros já foi devidamente deputado de seus aspectos contestatórios e, *transformando-se num cooperativismo de serviço, não ameaça a economia capitalista liberal, pelo contrário, a complementa*.⁴⁵²

A desconfiança quanto a ser o nível da circulação a origem da riqueza não é teorização inovadora. As formulações dos chamados economistas políticos clássicos (Quesnay, Adam Smith e David Ricardo), ao formularem a Teoria do Valor⁴⁵³, já

⁴⁵⁰ BULGARELLI, Waldírio. **Elaboração do Direito Cooperativo** (um ensaio de autônima). São Paulo: Editora Atlas, 1967. p. 19-20.

⁴⁵¹ BULGARELLI, Elaboração..., p. 57.

⁴⁵² KEIL, I.; MONTEIRO, S. Os Pioneiros..., p. 11. (sem grifos no original)

⁴⁵³ Smith, ao investigar o motivo pelo qual as nações crescem e enriquecem, partiu da contribuição de Quesnay, identificando a geração de excedentes na produção e não na circulação como até então se apontava (SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. Trad. Luiz João Baraúna. 2a. ed. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985).

apontavam para a existência de uma ‘troca desigual’ entre trabalhador e capitalista, entretanto não conseguiram identificá-la precisamente.

Foram as formulações de Karl Marx que, subsumindo muito do referencial teórico construído, superou as formulações clássicas ao sistematizar a Teoria do Valor-Trabalho.

Por não conseguir retratar a amplitude do real concreto que observava, a Economia Política Clássica entrou em crise, ensejando o surgimento de novas correntes interpretativas: de um lado a chamada Teoria Neoclássica ou Teoria do Valor Utilidade, e de outro lado a Teoria Marxista, centrada no estatuto do trabalho sob o capital⁴⁵⁴.

A leitura do cooperativismo pelo viés do consumo revela a adesão à Teoria Econômica Neoclássica. Por um lado, porque essa teoria propõe uma análise restrita aos fatos econômicos, tornando-a dissociada da política, ou seja, com uma pretensa neutralidade, que também é imposta ao cooperativismo, pela visão hegemônica de sua doutrina. A opção pela cientificidade da análise econômica justifica a desconsideração do trabalho, que deixa de ser a origem do valor e perde sua historicidade.

De forma mais contundente, a ‘doutrina cooperativista’ parece associada à Teoria Econômica Neoclássica principalmente em razão de transferir a origem do valor na economia capitalista para os bens, não porque são produzidos pelo homem, mas pela utilidade que conferem aos seus detentores. O trabalho, juntamente com a terra e o capital, é fator de produção. Esse entendimento compreende a sociedade como estruturada entre consumidores e produtores⁴⁵⁵. Rompendo com a Teoria Econômica Clássica, volta-se à lógica da circulação: o valor pressupõe a circulação de dinheiro como capital.

As observações de Marx, entretanto, consideram a completude do real. Desprezando os estudos restritos apenas a uma parte do existente, que pretendem uma análise exclusivamente econômica, Marx situa a parte no todo.

⁴⁵⁴ CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Ciência Econômica e Trabalho. In **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, v. 36, 2001. ISSN: 0104-3315 p. 78-79. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs-2.2.4/index.php/direito/article/view/1783>>. Acesso em: 27.01.2003.

⁴⁵⁵ CARLEIAL, L. Ciência Econômica..., p. 79.

A Teoria Marxista busca a compreensão da realidade a partir de uma metodologia específica que consiste em “elevant-se (...) do abstrato ao concreto”⁴⁵⁶, parte do fenômeno rumo à essência; da aparência ao fundamento.

Nessa metodologia, o lugar que a circulação ocupa é do imediatamente existente na superfície da sociedade: “Seu ser imediato (...) é, pois, pura aparência (...). É o fenômeno de um processo que acontece por detrás dela.” Deixando a superfície, ou a aparência do fenômeno, é “a produção que cria e põe valores (...)”⁴⁵⁷

A análise, que parte do real concreto em seu nível mais abstrato, é iniciada pela mercadoria. Esta, ao se desenvolver, revela todas as grandes contradições da relação capital-trabalho. A mercadoria é algo produzido para outro⁴⁵⁸ e vendido na esfera pública. É formada por uma unidade do valor-de-uso (porque tem utilidade) e de valor de troca (porque tem uma capacidade de troca). A mercadoria assume a forma *valor* e essa forma assumem todas as mercadorias que resultam do trabalho humano.

Um valor-de-uso ou um bem só possui, portanto, valor, porque nele está corporificado, materializado, trabalho humano abstrato. [medido] Por meio da quantidade da ‘substância criadora de valor’ nele contida, o trabalho.⁴⁵⁹

Portanto, o valor é obtido como resultado de um trabalho diretamente equivalente, que permite o estabelecimento de proporções de troca.

A mais-valia que o capitalista obtém ao fim do processo de produção (...) significa (...) que o tempo de trabalho (...) objetivado no produto é maior que o existente nos componentes originários do capital⁴⁶⁰

Cada mercadoria possui em si uma parte de trabalho que pode caracterizar uma proporção equivalente na troca por um valor-de-uso de outra espécie. É o trabalho abstrato que permite sejam estabelecidas essas proporções de troca. Trata-se de um trabalho médio, chamado socialmente necessário.

⁴⁵⁶ MARX, K. Grundrisse..., p. 54.

⁴⁵⁷ MARX, K Grundrisse..., p. 194. dussel A produção p. 128

⁴⁵⁸ Assim dando origem ao valor-de-uso social. MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. Trad. Reginaldo Sant’Anna.- 1a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 63.

⁴⁵⁹ MARX, O Capital..., p. 60.

⁴⁶⁰ MARX, Grundrisse..., p. 262.

O que determina a grandeza do valor, portanto, é a quantidade de trabalho socialmente necessária ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor-de-uso.⁴⁶¹

Em um processo de troca, em essência está se trocando o produto do trabalho de quem produziu aquelas mercadorias a serem trocadas. Não se troca o bem em si e sim o produto do trabalho humano. Entretanto, este não é percebido, isto porque está personificado na mercadoria. O trabalhador vai ao mercado por meio da própria mercadoria que produziu, entretanto, não é percebido. Essa desatenção não é aleatória, mas produzida pelo capital. Não mais se identifica o trabalho humano e sim o conjunto das mercadorias.

Marx identificou que o 'caráter misterioso' que o produto do trabalho humano apresenta ao assumir a forma de mercadoria não se refere ao seu valor-de-uso, nem aos fatores determinantes do valor. Advém da não identificação da igualdade dos trabalhos humanos, que é disfarçado pela igualdade dos produtos do trabalho como valores⁴⁶².

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho, por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles.⁴⁶³

As trocas são realizadas entre mercadorias, mediadas pelo dinheiro, com o intermédio deste outras mercadorias são adquiridas. Esta forma - o dinheiro - foi considerada por Marx como a que realmente dissimula o caráter social dos trabalhos privados⁴⁶⁴.

Esse caráter dissimulador ou, como Marx denominou fetichista, é um elemento da Teoria do Valor marxista presente na realidade contemporânea. É facilmente verificado, por exemplo, ao escamotear as condições em que as mercadorias são produzidas, ou as condições em que se trabalha. Visão partilhada pela vertente que define o cooperativismo de consumo como protótipo que, ao privilegiar o âmbito da circulação de mercadorias como central, pretendendo com

⁴⁶¹ MARX, O Capital..., p. 61.

⁴⁶² MARX, K. O Capital..., p. 93-94.

⁴⁶³ MARX, K. O Capital..., p. 94.

⁴⁶⁴ MARX, K. O Capital..., p. 97.

isso “corrigir as injustiças sociais” e “os males do ambiente econômico social”⁴⁶⁵, escamoteia a própria natureza do capital.

No lugar do consumo, é com o cooperativismo de produção que se poderia chegar mais perto de uma crítica à estrutura capitalista, pois o fundamento desse sistema econômico está na produção.

Nas palavras de Dussel, sobre os escritos de Marx:

Para a economia clássica, este nível [da circulação] é o essencial da economia. Para Marx, este é o nível acidental – o essencial se encontra encoberto, por detrás, na profundidade invisível para a consciência cotidiana.⁴⁶⁶

Se o que busca com o cooperativismo, em sua vertente dominante, é a abolição do lucro, são essenciais as elucidações feitas por Marx de que este se localiza na mais-valia que é apropriada pelo capitalista. O foco, portanto, está no trabalho, no âmbito da produção e não da circulação.

Não desvelar o elemento oculto do sistema econômico, o seu fundamento, causa a distorção na visão, que bloqueia a compreensão do real concreto. . É o que faz a ‘doutrina cooperativista’ quando credita ao consumo a capacidade de “reformular a sociedade”⁴⁶⁷. Trata-se de uma visão colonializada, pois não reflete sobre o fundamento do capitalismo, que permanecendo velado, perpetua sua dominação.

Como sistema de exploração social utilizando-se do controle do trabalho, de seus recursos e produtos, o capitalismo articula formas históricas exploração para a produção de mercadorias para o mercado mundial, em torno da hegemonia do capital⁴⁶⁸.

Essa leitura histórica e institucional do cooperativismo pela via do consumo é o marco assumido para a regulação do tema. Assim, os marcos legais do cooperativismo também revelam essa colonialidade, como será mostrado no item seguinte.

Porém, antes de avançar à análise da colonialidade aparente na regulação jurídica do cooperativismo, é válida a referência quanto à neutralidade como orientação normativa à cooperativa.

⁴⁶⁵ PINHO, D. Que é..., p. 31.

⁴⁶⁶ DUSSEL, E. A Produção..., p. 129.

⁴⁶⁷ PINHO, D. Que é..., p. 31.

⁴⁶⁸ QUIJANO, A. Os Fantasmas..., p. 49.

No que se refere à Rochdale, reiterando que a normatização de seus objetivos, elevados ao *status* de princípios internacionais, não fazia parte do plano axiológico dos Pioneiros, é importante trazer às claras o contexto histórico e a razão de ser da oitava regra, que determinava que a Sociedade seria neutra política e religiosamente.

Naquele contexto, a preocupação dos Pioneiros estava circunscrita ao âmbito interno da sociedade, pois viviam em um período de grande efervescência entre correntes teóricas e posicionamentos religiosos que podiam ser hostis frente a posições ideológicas não apreciadas.

Entretanto, essa específica noção de neutralidade, que pertence a uma experiência que precisa ser contextualizada, não contém o sentido que atual e corriqueiramente lhe é atribuído.

A preocupação com a neutralidade nas regras internas tinha por objetivo reunir, congregar membros de diversas orientações políticas, porém de uma vertente bastante definida: ligados aos interesses dos operários e trabalhadores. Para os Pioneiros, a neutralidade significava, na prática, a neutralidade entre grupos rivais, que eram, todavia, sensíveis às questões da classe trabalhadora. Um Pioneiro certamente não esperava ver um conservador juntando-se à sociedade⁴⁶⁹.

O projeto inicial para Rochdale era buscar alternativas para a sobrevivência, em uma realidade de crise, desemprego e exclusão. A cooperativa foi criada como forma de questionar e procurar por formas alternativas para lidar com os efeitos negativos do liberalismo econômico.

Sem dúvida, em âmbito externo, a Sociedade dos Pioneiros expressava um posicionamento que era, em última instância, de comprometimento político: de forte influência owenista, pretendiam atingir o cooperativismo integral, como forma não-monetária e não capitalista.

A divulgação de apoliticismo e neutralismo, fato que absolutamente não existia nas intenções dos Pioneiros, pois fundavam um movimento de alternativa e de resposta ao capitalismo e que propunham um neutralismo para uso interno da sociedade cooperativa, mas não absolutamente externo, pois compreendiam que seus inimigos estavam no regime capitalista envolvente.⁴⁷⁰

⁴⁶⁹ COLE, G. *A Century...*, p. 73.

⁴⁷⁰ KEIL, I.; MONTEIRO, S. *op. cit.*, p. 10.

Mesmo quando a proposta inicial se dissipou e em seu lugar foi favorecido o cooperativismo de consumo, havia um projeto político sendo implantado.

O que se tem, portanto, é uma determinação interna da Cooperativa de Rochdale que corresponde a nuances muito específicas de seu contexto. Descolada dessas condições, o significado para o que se pretende com neutralidade se esvazia e pode receber qualquer conteúdo que se queira. O problema da colonialidade ressurge quando esse conteúdo é resultante de uma escolha, porém no lugar de ser assumida, é embutida sob o manto de uma propalada experiência mitificada. Trata-se da distorção na visão daqueles reproduzem tal pensamento, reforçando contornos de uma realidade criada.

O sentido comumente atribuído ao dogma da neutralidade, projetando a cooperativa unicamente como organização econômica, dificulta a assunção do papel transformador da realidade que poderia ser desenvolvido pelo movimento. Entretanto, essa opção não é isenta de posicionamento também político, pois ao normatizar a não adesão a posicionamentos políticos, tem-se como resultado a manutenção do *status quo*. Assim, o incentivo estatal-legal conferido ao cooperativismo tradicional também se revela político.

A defesa da neutralidade, que se expande para o campo epistemológico, é conveniente ao status quo, é legitimadora das formas estabelecidas.

3.2.2. A colonialidade dos marcos regulatórios do cooperativismo

Pretende-se nesse momento realizar a leitura da dogmática legal, localizando os dispositivos que evidenciam a colonialidade acima explicada. Portanto, a apresentação da legislação será pontual, mas exemplificativa de como o Direito se traduz em instrumento privilegiado de reprodução e perpetuação da colonialidade do poder, nos termos de Quijano.

Inicialmente é necessário ressaltar que o modelo jurídico de regulação do cooperativismo no Brasil segue uma matriz única implantada na América Latina⁴⁷¹. O

⁴⁷¹ ANÁLISE comparativa dos Marcos Jurídicos do Cooperativismo Brasileiro e a experiência de Mondragón. Relatório de Pesquisa EZAI/NDCC-UFPR. In GEDIEL, José Antônio Peres (org.) Estudos

contexto em que surge a Lei do Cooperativismo brasileiro, na década de 70, coincidiu com o momento autoritário, intervencionista e imperialista que dominou o continente. Esse marco jurídico ainda está vigente⁴⁷², ainda que se imponha a necessária constitucionalização de sua leitura, conforme referido inicialmente (item 1.3.2).

A colonialidade do padrão legislativo implantado na América Latina é evidente pela importação do padrão europeu, normatizando os princípios atribuídos à Rochdale. A escolha de um modelo não construído a partir das considerações locais, particulares, da América Latina demonstra vários níveis de colonialidade, desde o deslumbramento com o que é produzido além-mar, como a reprodução de estruturas de poder que apenas perpetuam as condições de dominação e exploração.

Os princípios cooperativos, sob a leitura internacional firmada pela ACI, foram consignados na legislação brasileira, especialmente no artigo 4º, com a designação de ‘características’. Confirma-se, portanto, “o fato incontestado que a lei brasileira, transformou em características os princípios cooperativistas, que de doutrinários passaram a ser legais, positivados que foram pela norma jurídica”⁴⁷³.

As ‘características’ da cooperativa são elencadas nos incisos do artigo citado. O primeiro princípio de Rochdale/ACI, ‘adesão voluntária e livre’ está positivado no inciso I⁴⁷⁴, trata-se do comumente referido princípio da ‘porta aberta’.

O segundo princípio, questão central ao cooperativismo, pela leitura expressa neste trabalho, refere-se à gestão democrática pelos membros e foi consignado no inciso V⁴⁷⁵. A ‘singularidade de voto’ traduz a noção ‘um homem, um voto’. Também o inciso VI⁴⁷⁶ prioriza a participação individual, quando estabelece o

de direito cooperativo e cidadania. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, n. esp. (2010). p. 69.

⁴⁷² No Brasil e na Argentina tramitam projetos de lei para alteração desses marcos regulatórios. O Chile e o México já procederam a alterações em suas legislações, em 2002 e 2001, respectivamente. (Cf. ANÁLISE comparativa..., p. 70, nota 3; 89.)

⁴⁷³ BULGARELLI, Waldírio. **As sociedades cooperativas e a sua disciplina jurídica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1998. p. 57)

⁴⁷⁴ Lei 5.764/71, art. 4º: I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;

⁴⁷⁵ Lei 5.764/71, art. 4º: V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;

⁴⁷⁶ Lei 5.764/71, art. 4º: VI - quórum para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital;

que o quórum da Assembleia é definido pelo número de cooperados presentes e não pelo percentual do capital representado.

A participação econômica dos membros, terceiro princípio, é referida em momentos diversos ao longo da lei. Entretanto, os incisos II, III e IV⁴⁷⁷ fazem menção expressa ao elemento econômico e sua forma: a integralização (a forma de entrada do dinheiro) se dá pela unidade 'cota-parte', que é limitada para cada cooperado (salvo disposição diferenciada) e sem possibilidades de ser cedida a terceiros.

Quanto ao quarto princípio, de autonomia e independência, sua positivação é controversa. Não há menção expressa na lei quanto à importância da autonomia interna da cooperativa, questão extremamente relevante para que a gestão participativa efetivamente se realize. Pode-se dizer que a autonomia e independência que interessava à lei está registrada sob a forma do inciso IX⁴⁷⁸ e, não ao acaso, está direcionado à questão política, impondo a neutralidade. O tema já foi objeto de atenta reflexão (no item anterior, 3.2.1) a demonstrar uma leitura equivocada da concepção original de neutralidade em Rochdale. Sem repetir a argumentação anterior, vale a ressalva que a concepção de neutralidade aqui apropriada é conveniente ao período ditatorial em que a lei foi promulgada. De outro lado, o artigo 95⁴⁷⁹ da lei é expresso a assegurar a plena autonomia na orientação da política cooperativista ao extinto Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC), lugar assumido pela OCB, antes da releitura constitucional.

O quinto princípio, educação, formação e informação, é mencionado no inciso VIII⁴⁸⁰ sob a exigência de que parte dos valores arrecadados pela cooperativa sejam destinados a um fundo para assistência técnica educacional e social. Registre-se que a obrigatoriedade dessa reserva interfere na autonomia da

⁴⁷⁷ Lei 5.764/71, art. 4º: II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes; III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais; IV - intransmissibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;

⁴⁷⁸ Lei 5.764/71, art. 4º: IX - neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;

⁴⁷⁹ Lei 5.764/71, art. 95: "A orientação geral da política cooperativista nacional caberá ao Conselho Nacional de Cooperativismo - CNC, que passará a funcionar junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, com plena autonomia administrativa e financeira, na forma do artigo 172 do Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967, sob a presidência do Ministro da Agricultura e composto de 8 (oito) membros indicados pelos seguintes representados: (...) V - Organização das Cooperativas Brasileiras." (Única entidade que teve a autorização de participar com três representantes).

⁴⁸⁰ Lei 5.764/71, art. 4º: VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;

organização. Outras determinações seriam mais bem aproveitadas se se destinassem a garantir, por exemplo, a necessária informação aos cooperados (que vai além da transparência administrativa) e é elemento primordial à autogestão.

Não há menção expressa quanto aos princípios sexto e sétimo (intercooperação e interesse pela comunidade). A falta de referência quanto aos vínculos, quer com outras cooperativas, quer com a comunidade, pode ser bem compreendida na leitura do inciso X⁴⁸¹, pois a concepção legal considerar que a prestação de assistência aos associados apenas é devida quando expressamente prevista nos estatutos.

Ao definir o que são cooperativas, a Lei 5.764/71 assume seu posicionamento diante do embate histórico-internacional quanto à disputa entre o cooperativismo de consumo e o cooperativismo de produção, conferindo ao primeiro o *status* de único na realidade (criada) brasileira:

Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, **constituídas para prestar serviços aos associados**, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

(...)

VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às **operações** realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral;

(...)

Art. 7º As cooperativas singulares se caracterizam pela **prestação direta de serviços aos associados**.⁴⁸² (sem grifos no original)

Determinando-se o modelo único ao cooperativismo, a pluralidade de formas anteriormente referida passa ao largo da proteção legal. A definição imposta pela lei não possui referência com a realidade. Em seu lugar, transparece a eleição pelo cooperativismo de serviços e de consumo. Não há qualquer referência ao cooperativismo de produção⁴⁸³, que ademais não se enquadra no mecanismo de retorno apontado pelo inciso VII.

O conceito legal é reafirmado na doutrina sob a designação de “princípio da dupla qualidade do cooperado”, que se refere à característica de os cooperados

⁴⁸¹ Lei 5.764/71, art. 4º: X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;

⁴⁸² BRASIL. **Lei Federal n. 5.764**, de 16 de fevereiro de 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5764.htm>. Acesso em: 03.06.2014.

⁴⁸³ O cooperativismo de trabalho recentemente recebeu disciplina própria (Lei 12.690/12), que será referida a seguir.

serem ao mesmo tempo sócios e clientes (usuários). Tal formulação teórica é atribuída a Walmor Franke, jurista que influenciou diretamente essa concepção ao Direito Cooperativo, quer por sua atuação direta no processo elaboração da Lei de 1971, quer pela notoriedade que alcançou como teórico. O autor define:

É, pois, essencial ao próprio conceito de cooperativa, que as pessoas, que se associam, exerçam, simultaneamente, em relação a ela, o papel de “sócio” e “usuário” ou “cliente”. É o que, em direito cooperativo, se exprime pelo nome de “princípio de dupla qualidade”⁴⁸⁴.

Essa figura de usuário-sócio, formato adotado legalmente, é adequado ao tratamento das cooperativas empresariais, sobretudo as agrícolas, nas quais o ‘cooperado’ (o agricultor) entrega sua produção para que a cooperativa comercialize obtendo melhores resultados frente ao que se conseguiria em negociações isoladas de cada agricultor.

O próprio autor citado evidencia a aplicação (limitada) dessa característica (elevada ao status de conceito legal):

Nas **cooperativas de consumo**, por exemplo, a posição de sócio só tem razão de ser quando ele se associa para o fim de abastecer-se, nos armazéns da cooperativa, de bens necessários ao uso e consumo domésticos. Nas **agrícolas**, a filiação do produtor somente adquire sentido quando o seu ingresso se fez para permitir-lhe a entrega de seus produtos, a fim de que sejam vendidos, por intermédio da cooperativa, no mercado consumidor. É, pois, essencial ao próprio conceito de cooperativa, que as pessoas, que se associam, exerçam, simultaneamente, em relação a ela, o papel de “sócio” e “usuário” ou “cliente”.⁴⁸⁵ (sem grifos no original)

O cooperativismo tomado unicamente como relação de bens e serviços limita seu âmbito de análise e de importância. Definido de tal forma pela doutrina e pela lei não há qualquer reflexão quanto à origem desses bens “não importa, assim, se para a materialização desses bens e serviços o *trabalho objetivado*, assalariado, foi o principal fator de produção.”⁴⁸⁶ Não há qualquer preocupação quanto à promoção do trabalho vivo e combate à extração da mais valia na alienação do produto de seu produtor. Porém, esse posicionamento não é despropositado. Trata-se de palavras claras da lei assumindo seu papel na reprodução da colonialidade, que esconde as determinações essenciais do sistema capitalista.

⁴⁸⁴ FRANKE, W. Direito das sociedades..., p. 14.

⁴⁸⁵ FRANKE, W. Direito das sociedades..., p. 13-14.

⁴⁸⁶ GONÇALVES, M. A utopia..., p. 96.

Se, por um lado, desconsiderar que representa o trabalho na ordem capitalista demonstra a defesa da ordem estabelecida, por outro lado, a defesa do cooperativismo como serviços demonstra a fetichização da leitura legal e hegemônica do cooperativismo, pois acredita que o valor é gerado no âmbito da circulação. As palavras de Franke, novamente, demonstram o posicionamento equivocado:

É o que, em direito cooperativo, se exprime pelo nome de “princípio de dupla qualidade”, cuja realização prática importa, em regra, **a abolição da vantagem patrimonial chamada “lucro” que, não existisse a cooperativa, seria auferida pelo intermediário.**⁴⁸⁷ (sem grifos no original)

É a evidência do fundamento teórico assentado na crença de que a circulação é o processo que gera o valor. Trata-se de uma visão que atua na aparência do fenômeno e deixa intacto o elemento fundamental do sistema: apenas o trabalho coloca valor (e, portanto, mais-valor).

As limitações a esse modelo, legalmente assumido, estendem-se pela inexistência de qualquer relação entre os próprios produtores. As relações sociais continuam mediadas pela mercadoria.

A colonialidade da matriz legal do cooperativismo é instrumento à reprodução da exploração e alienação. Essa realidade não é sem propósitos, conforme ressalta Rios:

É fácil compreender que uma cooperativa de consumo não interfere com a propriedade da terra, com a organização do trabalho, com a oposição entre os patrões e empregados, etc. Isso já indica que as elites latino-americanas ao importarem (...) modelos de cooperativas fizeram uma seleção bem conveniente para seus interesses (...) O modelo cooperativista de serviços é o modelo escolhido por não interferir com a organização social da produção.⁴⁸⁸ (RIOS p. 51/52)

Outra questão central na análise desta lei é quanto à autorização – expressa – à contratação de empregados. O artigo 91 evidencia a vinculação desta lei com a promoção do sistema capitalista, no lugar de defender amplamente a vida humana (como exige a determinação essencial da cooperação que lhe é própria), impedindo a exploração mediante o contrato de trabalho. A autorização legal da figura do

⁴⁸⁷ FRANKE, W. Direito das sociedades..., p. 14.

⁴⁸⁸ RIOS, G. O que é..., p. 52.

empregado dentro da cooperativa fatalmente compromete a autogestão, quebrando a simetria trabalhador/voto.

Para finalizar a análise desse diploma legal, vale o registro que o artigo 6º, inciso I⁴⁸⁹, arbitrariamente estabelece um número mínimo de cooperados para a constituição da organização: vinte. Essa imposição demarca uma vez mais a qual cooperativismo a lei se destina, pois em sua racionalidade não há espaço a considerar pequenas experiências. Ao contrário, suas formulações são barreiras às experiências diferenciadas das cooperativas empresariais, quer pelos apontamentos feitos, quer pela burocratização imposta aos registros e formalidades exigidas para que a cooperativa alcance o *status* de pessoa jurídica e tenha o amparo (fictício) da lei.

Por todas as razões expostas, é que se afirma que essa lei

(...) tem como principais destinatárias as Cooperativas Agrícolas, orientadas por uma visão empresarial e agroexportadora, e baseadas na política internacional e nacional da década de 1960, que logrou impedir o desenvolvimento de propostas do cooperativismo agrícola popular e da reforma agrária.⁴⁹⁰

A lei geral do cooperativismo segue com sua legitimidade jurídica, ainda que não possua a necessária correspondência frente aos entes concretos que deveria regular. Consensualmente considerada obsoleta, vários projetos de lei são propostos e arrastados por anos em debates não profícuos, até o momento sem retirar a hegemonia do marco jurídico acima exposto.

Em âmbito nacional, desde 1999 tramitam dois principais projetos de lei tendentes à promulgação de uma nova lei geral do cooperativismo: o PLS n. 3/2007⁴⁹¹ (antigo PLS n. 171/99) e o Projeto de Lei do Senado (PLS) n. 157/2007⁴⁹² (antigo PLS n. 605/99).

⁴⁸⁹ Art. 6º: As sociedades cooperativas são consideradas: I - singulares, as constituídas pelo número mínimo de 20 (vinte) pessoas físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos; (...).

⁴⁹⁰ GEDIEL, José Antônio Peres. Cooperativas populares: a legislação como obstáculo. In MELLO, Sylvia Leser (org). **Economia solidária e autogestão**: encontros internacionais. São Paulo: NESOL; ITCP; USP, 2005. p. 60.

⁴⁹¹ PROJETOS e matérias legislativas. Projeto de Lei do Senado nº 3 de 2007. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=79846>. Acesso em: 21.05.2014.

⁴⁹² PROJETOS e matérias legislativas. Projeto de Lei do Senado nº 157 de 2007. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=80378>. Acesso em: 21.05.2014.

O PLS n. 3/2007, proposto pelo senador Osmar Dias (bancada ruralista), trata da renovação do cooperativismo agroindustrial, aliado à política econômica internacional de *commodities*. Para tanto, os principais pontos de alteração são quanto à ampliação do *ato cooperativo*, que atualmente afasta a incidência de tributação nas operações havidas entre cooperativa e cooperado; possibilidade de abertura do capital das cooperativas a não cooperados, que consiste na revogação do atual inciso IV do artigo 4º, anteriormente referido; bem como permitir a participação de pessoas jurídicas de qualquer natureza como associado da cooperativa⁴⁹³. As alterações propostas têm por objetivo conferir vantagem competitiva às cooperativas empresariais, especialmente as que operam com agronegócio, diante da concorrência capitalista que enfrentam. Trata-se de evidente usurpação do conceito de cooperativa por parte dessas organizações, que se enquadram plenamente no formato de empresa capitalista. Apostam e defendem ferrenhamente o sistema capitalista. Porém, valem-se da proteção estatal, mediante isenção tributária, para garantir sua competitividade. São as cooperativas que causam as maiores explorações ao trabalho humano, pois ostentam (orgulhosamente) os maiores índices de *empregabilidade*. De outro lado, a transferência do capital da cooperativa a terceiros não cooperados ou a autorização da participação de pessoas jurídicas nos quadros cooperados são afrontas diretas à noção central (e mais básica) de cooperativa. Ademais, registre-se que a transferência de cotas-parte a terceiros não tem o condão que autorizar sua participação nas decisões da cooperativa, em razão da forma personificada de atuação do cooperado, característica central dessas organizações. As medidas propostas comprometem diretamente a autogestão da cooperativa, bem como desvirtuam sua característica de associação de pessoas, tornando a cooperativa indistinta da forma empresarial. Se esta figura já existe, cabe às empresas se adequarem às suas exigências.

Em conjunto com o projeto acima referido, tramita o PLS n. 157/2007, proposto pelo senador Eduardo Suplicy. Embora representante de interesses opostos à bancada ruralista, o projeto apresentado não destoa das proposições do PLS n. 3/2007, como seria de se supor. Uma importante distinção diz respeito à

⁴⁹³ Maiores informações podem ser obtidas diretamente do projeto de lei, no link acima indicado, bem como na análise procedida pelo Núcleo de Estudos de Direito Cooperativo, vinculado à Universidade Federal do Paraná, sob a orientação do Prof. Dr. José Antônio Peres Gediell. (cf. ANÁLISE comparativa..., p. 88-93.)

alteração do número máximo para constituição da cooperativa, que passaria a ser de sete membros.

Em outra linha, organizações apoiadoras da Economia Solidária têm reivindicado uma regulamentação própria. A SENAES, através dos fóruns e iniciativas promovidas pela FBES, iniciou uma campanha de iniciativa popular, que se transformou no Projeto de Lei (PL) n. 4685/12⁴⁹⁴, que tramita na Câmara dos Deputados Federais.

De outro lado, também em um contexto de embate entre diversos projetos de lei⁴⁹⁵, foi promulgada a Lei 12.690/12, que institui a regulamentação nacional do cooperativismo de trabalho. Trata-se de um marco, histórico inclusive, pois desde 1971, período ditatorial, é a primeira regulação nacional aprovada. Questiona-se, entretanto, o que há para se comemorar?

Extremamente recente, a lei suscita polêmicas em suas interpretações. Paradoxalmente, organizações que defendem interesses opostos, coincidem em elogios ao novo regramento.

A nova lei foi recebida positivamente pela SENAES, entendendo que “Ela lança luz sobre os conflitos no mundo do trabalho brasileiro nas últimas décadas.”⁴⁹⁶ Por parte do sistema OCB foram registrados elogios mais eloquentes⁴⁹⁷.

Ao mesmo tempo, a edição do novo marco regulatório gerou notas de repúdio por parte da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) e do MNCR (Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis), entretanto por razões diversas⁴⁹⁸.

⁴⁹⁴ PROJETOS de lei e outras proposições. Projeto de Lei nº 4685/2012. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=559138>>. Acesso em: 21.05.2014.

⁴⁹⁵ A diversidade se refere ao número de proposições e não tanto à diferenças substanciais de matéria: PL 4.622/2004, PL 6.449/2005 e PL 7.009/2006.

⁴⁹⁶ SINGER, Paul. Vida nova para as cooperativas de trabalho. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 16 Jun. 2012. Caderno Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/54751-vida-nova-para-as-cooperativas-de-trabalho.shtml>>. Acesso em: 27.01.2014.

⁴⁹⁷ Comentando sobre a aprovação da Lei 12.690/12, o presidente da OCB, Márcio Lopes de Freitas, declara: “Esta é uma importante conquista para o movimento cooperativista. Esta lei será o instrumento jurídico preponderante para o funcionamento das cooperativas de trabalho, resgatando a legitimidade, o relacionamento de confiança, com um salto de qualidade e perenidade do negócio cooperativo”. (Cf. SANCIONADA lei que regulamenta o cooperativismo de trabalho. Disponível em <http://www.ocb.org.br/site/agencia_noticias/noticias_detalhes.asp?CodNoticia=12809>. Acesso em: 27.01.2014.)

⁴⁹⁸ Enquanto a CONTAG repudia a aprovação da lei por entendê-la como ato de flexibilização dos direitos trabalhistas, o MNCR a acusa de exigir pesadas providências e encargos aos trabalhadores organizados de forma associativa. Trata-se de realidades muito distintas. No campo, a luta é pela assunção dos trabalhadores assalariados, responsabilizando o empregador em garantir as conquistas trabalhistas que a cooperativa de trabalho não alcança, tais como: aviso prévio, FGTS, multa de 40%

As discussões promovidas pela edição na nova lei, que não revoga, mas adiciona determinações à lei geral do cooperativismo (Lei 5.764/71), ressalta, novamente, o cenário complexo em que está inserido o cooperativismo.

A complexidade é particularmente ressaltada no tema tratado pela lei: o cooperativismo de trabalho. Não há definições claras quanto ao que esteja englobado nessa tipologia. A dificuldade em estabelecer uma classificação dos tipos de cooperativa não é apenas da lei. A falta de consenso (e de clareza) atinge também a 'doutrina', estudiosos e teóricos do cooperativismo. Assim, refletindo a falta de critérios prévios e claros do que seja o cooperativismo de trabalho, a imposição legal se torna equivocada, arbitrária e gera um retrocesso no tratamento das questões que envolvem a proteção do trabalho.

Isto porque os motivos para criação da lei partem do combate à forma fraudulenta do cooperativismo de trabalho⁴⁹⁹. Tentando resolver o problema com

sobre o FGTS, 13º salário, hora *in itinere*, Férias, PIS, seguro desemprego, salário família, horas extraordinárias. Considerando as complexas relações no campo, os trabalhadores seriam reféns da obrigatoriedade de constituírem cooperativas (embora um de seus princípios seja a livre adesão): "...os trabalhadores e trabalhadoras serão obrigados a constituírem cooperativas, tendo em vista ser esta a única forma de garantir emprego (...) já que não há dúvidas que o patronato jamais contratará um empregado se tem a opção de contratar um cooperado, que lhe retira a obrigação de respeitar os direitos trabalhistas destes empregados." A CONTAG entende que a lei transfere aos trabalhadores responsabilidades trabalhistas, bem como a responsabilidade pelo risco do empreendimento. (Cf. NOTA de repúdio da CONTAG pela aprovação e sanção da lei federal que permite a criação de cooperativa de trabalho. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/imagens/f2214f1702notaderepudiodacontagcontraailequecriacooperativadetrabalho1.pdf>>. Acesso em: 27.01.2014.)

De outro lado, as razões do repúdio do MNCR não partem do caráter fraudulento ou flexibilizante ao cooperativismo de trabalho. Os catadores de materiais recicláveis entendem a cooperativa como forma legítima de geração de trabalho e renda (em oposição à CONTAG). Porém, seu descontentamento com a aprovação da lei recai no grande impacto que a nova regulamentação terá sobre suas organizações, impondo altos custos às associações que, muitas vezes, não possuem sequer sustentabilidade financeira. Referindo-se ao artigo 7º da Lei 12.690/12 (que determina, como direito do sócio: a retirada no valor do piso da categoria profissional; a jornada de trabalho nos patamares da legislação trabalhista; repouso semanal e anual remunerado; adicionais de insalubridade e periculosidade e seguro acidente), manifesta-se o MNCR: "...artigo 7º incisos de I a VII e de seus parágrafos de 1º a 6º, não são de competência natural dos empreendimentos cooperativos, e sim dos empreendimentos empresariais mercantis". Ressaltam que: "os empreendimentos populares solidários e da economia solidária, não podem ser transformados em empreendimentos meramente mercantis, conforme o entendimento prático desta lei. Pois garante aos cooperados direitos obrigatórios da relação empregatícia, tradicionalmente as mesmas do trabalhador subordinado ao capital, submetendo os cooperados a um pretensão dono do capital que deverá pagar as obrigações." (Cf. DECLARAÇÃO: posicionamento sobre a Lei 12.690/2012. Disponível em: <http://www.mnccr.org.br/box_1/notas-e-declaracoes/nota-sobre-a-nova-lei-de-cooperativas-de-trabalho>. Acesso em 27.01.2014.)

⁴⁹⁹ Consta da exposição de motivos para a proposição da lei: "6. A presente proposta visa a coibir as fraudes, vedando, terminantemente, a intermediação de mão-de-obra sob o subterfúgio das cooperativas de trabalho. Esta prática abusiva vem se revelando como meio degradante de prestação de trabalho, uma vez que o trabalhador presta serviços em condições próprias de emprego, privado dos direitos reconhecidos pela Constituição Federal e pela legislação trabalhista." (CÂMARA DOS DEPUTADOS. Exposição de motivos. Disponível em:

imposições legais, o que se gerou foram empecilhos intransponíveis ao próprio cooperativismo. A consequência é a mais absoluta legitimação da terceirização e precarização do trabalho sob a forma da cooperativa, ou seja, há uma distância abissal entre o discurso justificador para a proposição legal e o resultado obtido com a promulgação da lei.

A contradição entre a exposição de motivos para a aprovação da lei e os efeitos da promulgação da lei revela ou o equívoco na compreensão teórica da realidade (aparente e caótica) do cooperativismo ou a absoluta usurpação do poder político estrito para a promoção de interesses hegemônicos, totalitários e, principalmente, velados. Em um posicionamento ou noutro, o efeito gerado é o mesmo, ou seja, intencionais ou não as negações são institucionalizadas.

Que a OCB defenda, elogie e apresente a lei como uma conquista não gera qualquer espanto, pois, coerente com seus interesses, vê o Direito sendo utilizado para efetivar a precarização e flexibilização das relações de trabalho. Porém, quando declarações similares partem de organizações que lutam por interesses radicalmente opostos, a exemplo da SENAES e da UNISOL⁵⁰⁰, deve soar o alerta quanto às armadilhas do sistema.

Sem dúvidas, dentre os promotores e incentivadores dessa lei, há pessoas genuinamente preocupadas com a causa da emancipação humana. Porém, suas ações acabam por legitimar propostas que geram efeitos contrários às pautas defendidas. E é exatamente constatações como essas que revelam a importância da reflexão proposta neste trabalho.

Defende-se a necessária utilização do referencial filosófico como instrumento capaz de diminuir equívocos na compreensão do real, instrumental capaz de explicitar conteúdos, formas e estratégias para que o resultado obtido tenha – ao menos – coerência com as pretensões.

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=C95793EF9479C15F344856B7C7F56B3C.node2?codteor=394758&filename=Avulso+-PL+7009/2006>. Acesso em: 22.05.2014)

⁵⁰⁰ Posicionamento divulgado pela UNISOL no dia seguinte ao sancionamento da Lei 12.690/12, palavras de Maurício Mauad, assessor jurídico: “É motivo de grande alegria e otimismo. Nós da UNISOL Brasil temos muito que nos orgulhar, pois partiu dessa entidade a proposta negociada” (PRESIDENTA Dilma sanciona a Lei sobre Cooperativas de Trabalho. Disponível em: <<http://www.unisolbrasil.org.br/2012/07/20/presidenta-dilma-sanciona-a-lei-sobre-cooperativas-de-trabalho/>>. Acesso em: 22.05.2014.)

A constatação acima feita, quanto à defesa da Lei do cooperativismo de trabalho, é a explicitação fática dos argumentos teorizados nos itens anteriores: a evidência prática e atual da colonialidade.

Eis que o tema surge diante dos olhos de qualquer pessoa, com a clareza e materialidade das palavras da lei, a comprovar que a colonialidade não está enterrada em um passado longínquo do período colônia/metrópole. Reformulado (pois já se pontuou a diferença conceitual entre colonialismo e colonialidade), articula as questões que são centrais no atual sistema econômico, imposto por uma totalidade que nega e esconde a exterioridade.

A defesa da Lei do cooperativismo de trabalho é uma compreensão colonializada porque – cega pelo eurocentrismo – continua afirmando o modelo europeu, quer histórico (com a posituação literal dos inventados ‘princípios de Rochdale’⁵⁰¹), quer atual (na filiação ao modelo de Economia Social).

Compreensão colonializada porque – refém da crença no sistema capitalista – centra sua leitura na aparência do fenômeno e deixa de refletir os fundamentos do sistema. Desta forma contribui para (e legitima a) reprodução das relações de poder e dependência. Trata-se de colonialidade acreditar que o mero reconhecimento formal-legal irá garantir a alteração das relações estabelecidas socialmente.

Na fratura entre a intencionalidade e os efeitos gerados pelas ações é que o presente trabalho defende a utilização da estrutura proposta pela filosofia dusseliana como aporte estruturante ao questionamento de qualquer questão social. A clareza do que venha a ser o conteúdo material do objeto de estudo, a reflexão quanto às formalidades implicadas na obtenção dos consensos, bem como considerações quanto à possibilidade de realização das medidas (analisando a factibilidade da relação meios/fins) são condições (todas em co-determinação dialética) para que se possa exercer um juízo de valor quanto às ações efetivadas, ou seja, condições para que se possa ter a clareza para classificar sua retidão (julgar a ação como boa ou má).

Assim, a Lei 12.690/12 é um exemplo da face tangível do sistema, alardeada pelo direito, que reproduz as contradições inerentes à sociedade atual.

⁵⁰¹ Não há necessidade de cotejos, como feito em relação à Lei 5.764/71, pois as normativas da ACI são utilizadas em termos literais, nos incisos I ao VII do artigo 3º: “A Cooperativa de Trabalho rege-se pelos seguintes princípios e valores: I - adesão voluntária e livre; II - gestão democrática; III - participação econômica dos membros; IV - autonomia e independência; V - educação, formação e informação; VI - intercooperação; VII - interesse pela comunidade; (...)”.

Para questionar a inadequação do novo marco regulatório, inicialmente é necessário trazer ao debate a questão da amplitude da lei. A concepção do que seja o cooperativismo de trabalho envolve extensa problematização. Não sendo este o objetivo primordial da presente pesquisa, apenas será indicada a referências⁵⁰² ao tema, apontando suas conclusões.

Uma das dificuldades do tratamento legislativo sobre o cooperativismo é a aposta na forma unitária de tratamento do tema. A lei de cooperativas de trabalho, ao contrário do que possa parecer, segue a mesma orientação e se destina à regular uma grande variedade de tipos de organizações: cooperativas de produção de bens e serviços simples (que realizam a venda do produto que resulta da produção própria); mistas (que realizam a venda de produtos próprios e de terceiros); integrais (que produzem, prioritariamente, os produtos para seu próprio consumo); cooperativas sob o comando do capital (na qual os cooperados – capitalistas – se apropriam do resultado do trabalho de assalariados contratados pela cooperativa) e cooperativas sob o comando do trabalho precarizado (sem a propriedade dos meios de produção, os cooperados vendem a força de trabalho)⁵⁰³.

A partir da exposição de motivos e da interpretação do conjunto dos dispositivos dessa lei, pode-se afirmar que o destino certo seria o último tipo acima mencionado, ou seja, a cooperativa de trabalho precarizado. Nessas cooperativas, o trabalhador, privado dos meios de produção, apresenta-se com a única mercadoria que detém: sua força de trabalho. O trabalho é prestado no estabelecimento do contratante ou onde ele indicar (exatamente como faz referência o artigo 9º da lei⁵⁰⁴) e não se diferencia do trabalho que seria prestado por um funcionário, ou seja, é prestado nas mesmas condições e formas de execução. Trata-se, portanto, de uma forma de terceirização do trabalho, ou seja, entrega a terceiros uma atividade não essencial da empresa⁵⁰⁵. Esta é uma forma muito particular de cooperativismo (e alvo de muitas e pertinentes críticas).

⁵⁰² PERIUS, Vergílio (org). **Cooperativas de Trabalho**: Manual de Organização. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1999; MAUAD, Marcelo. **Cooperativas de trabalho**: sua relação com o direito do trabalho. 2 ed. rev. e atual. São Paulo: LTr, 2001; FARIA, José Henrique de. **Gestão Participativa**: Relações de Poder e de Trabalho nas Organizações. São Paulo: Atlas, 2009; OPUSZKA, Paulo Ricardo. **Cooperativismo popular**: análise jurídica e econômica. Curitiba: Juruá, 2012.

⁵⁰³ PONTES, D. Configurações..., p. 95-108.

⁵⁰⁴ Lei 12.690/12, Art. 9º - O contratante da Cooperativa de Trabalho prevista no inciso II do caput do art. 4º desta Lei responde solidariamente pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho quando os serviços forem prestados no seu estabelecimento ou em local por ele determinado.

⁵⁰⁵ MAUAD, M. Cooperativas..., p. 214.

Ainda que se possa extrair da exposição de motivos e dos dispositivos legais o direcionamento a esse tipo de cooperativa, a forma como a lei foi apresentada, atinge muitas outras organizações. Vale ressaltar o que anteriormente foi pontuado: o cooperativismo vai muito além da sua forma popular (que frequentemente se constitui como cooperativa de trabalho precarizado). O cooperativismo de produção, por exemplo, não se encaixa na figura de terceirização.

Contrariando a melhor técnica, a lei apresenta o cooperativismo de trabalho de forma genérica, assim, engloba realidades muito distintas. Cooperativas que terceirizam mão-de-obra e cooperativas que não terceirizam. Uma vez mais a especificidade múltipla das cooperativas é obstada pela leitura uniformizante da lei. Essa multiplicidade sofrerá as consequências diante de sua inadequação. Ainda que seja bastante cedo para estabelecer previsões, a tendência é de que inúmeras cooperativas (muitas populares, mas não apenas) não atinjam as determinações, restando como saída migrarem para outras formas societárias. Ainda que a lei tenha reduzido a burocracia para formalização de cooperativas (trâmites que realmente eram óbices para cooperativas populares), é provável que muitas retornem à informalidade ou optem pela forma de associação.

A questão mais grave suscitada pela lei: a omissão quanto a formas muito particulares de cooperativas de trabalho, faz com que fraudes passem incólumes e, mais, ganhem legitimidade.

A ‘falsa cooperativa’ (designadas *cooperfraude* ou *coopergato*) tem constituição muito similar às cooperativas de trabalho precarizado, embora com elas não se confunda. Daniele Pontes ressalta a distinção:

É importante salientar que existe uma diferença fundamental entre as cooperativas de trabalho e as cooperativas fraudulentas. No primeiro caso, existe de fato a organização de trabalhadores, sendo que estes se auto-agenciam vendendo a sua força de trabalho, mas existe, mesmo em grau muito pequeno, certa autonomia referente às decisões quanto à cooperativa.⁵⁰⁶

A cooperativa-fraude realiza a intermediação da mão de obra, beneficiando unicamente o capitalista, que se isenta das responsabilidades sociais do trabalho.

Radicalmente combatida pelos órgãos de proteção do trabalho, especialmente pelo Ministério Público do Trabalho, a manobra ganha ares de

⁵⁰⁶ PONTES, D. Configurações..., p. 107.

legalidade. Ressalte-se que também o Ministério Público é apoiador da nova regulamentação. A cooperativa volta a se apresentar como salvaguarda para burlar direitos trabalhistas. Porém, a questão retorna agravada, pois o conforto do capitalista é aumentado. Anteriormente, com a rígida atuação do Ministério Público (chegando a ser insensível a casos que caracterizavam a genuína reunião autônoma de trabalhadores), quando a cooperativa era identificada como fraude, o tomador do serviço era acionado para assumir as obrigações sonegadas. A responsabilidade foi transferida à cooperativa. Esse é o impacto real da Lei 12.690/12. Sua vinculação aos interesses do capitalismo é expressa em claras palavras no artigo 7º combinado com o citado artigo 9º.

Art. 7 A Cooperativa de Trabalho deve garantir aos sócios os seguintes direitos, além de outros que a Assembleia Geral venha a instituir:

I - retiradas não inferiores ao piso da categoria profissional e, na ausência deste, não inferiores ao salário mínimo, calculadas de forma proporcional às horas trabalhadas ou às atividades desenvolvidas;

II - duração do trabalho normal não superior a 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais, exceto quando a atividade, por sua natureza, demandar a prestação de trabalho por meio de plantões ou escalas, facultada a compensação de horários;

III - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

IV - repouso anual remunerado;

V - retirada para o trabalho noturno superior à do diurno;

VI - adicional sobre a retirada para as atividades insalubres ou perigosas;

VII - seguro de acidente de trabalho.⁵⁰⁷

Ao estabelecer direitos trabalhistas, estipula-se uma relação societária, gerando a subordinação do cooperado à cooperativa. Essa relação desvirtua o sentido da diferenciado da cooperação, desvirtua o sentimento de pertencimento à cooperativa e o árduo processo de romper com a cultura da subordinação, radicalizada em vários níveis sociais.

A suposta garantia de direitos trabalhistas ainda possui outros agravantes. São conferidos ‘direitos sociais mínimos’ (designação cunhada pelos promotores dessa ofensiva). O rol acima estabelecido fica aquém daqueles estipulados pela CLT. Resta clara a flexibilização dos direitos trabalhistas.

Precarização e flexibilização do trabalho são a tônica da economia (capitalista) global. É nessa linha que segue a regulamentação brasileira,

⁵⁰⁷ BRASIL. **Lei Federal n. 12.690**, de 19 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm>. Acesso em: 03.06.2014.

colonializada em promover as virtudes desse sistema (que é a exploração do trabalho – como evidencia a diminuição de direitos sociais).

Quando o trabalho em cooperativa não remunera o trabalhador nos patamares estabelecidos (salário mínimo e reflexos), não é em razão de sua vontade, mas porque estas são as condições concretas do mundo em que estão inseridos. Não há lógica em considerar que os trabalhadores, por sua vontade, reúnem-se para trabalhar com o objetivo de se auto explorarem. Ao contrário, baixam o valor do produto produzido ou do serviço prestado para conseguirem competir no mercado. A lógica é a do capitalismo, que impõe a insuficiência na remuneração. Essa situação revela a debilidade do sistema, incapaz (e sem a pretensão) de estender a todos a condição de plena remuneração, mas essa realidade (que é efeito da essência do capital) permanece oculta. Na aparência, critica-se a debilidade administrativa e a incapacidade dos cooperados e da cooperativa. E assim a perversidade da totalidade capitalista se mantém. O que a lei propõe para resolver a falta de remuneração aos cooperados não é capaz (intencionalmente ou não) de atingir o fundamento, a causa do problema.

Portanto, a realidade do cooperativismo, especialmente do cooperativismo de trabalho precarizado precisa ser vista com maior complexidade do que o proposto pela lei. Sem dúvidas, o trabalho precarizado precisa de garantias, porém essa responsabilidade é social e não privada (dos cooperados). É social porque, enquanto sociedade, continua-se apostando, promovendo e incentivando este sistema econômico. De fato, se tem alguém a quem não cabe tal responsabilidade é ao próprio trabalhador explorado.

Olhar a questão com maior complexidade envolve considerar que a existência do cooperativismo de trabalho não significa necessariamente precarização da relação trabalhista, porém também não significa que não possa haver. Assim, a lei deveria de fato ter revogado o parágrafo único do artigo 442 da CLT, como anuncia em seu preâmbulo. Esse dispositivo, que declara a inexistência de vínculo trabalhista entre o cooperado e o tomador de serviços, enfraquece ainda mais a relação capital x trabalho e reforça a falsa ideia de que basta a designação de 'cooperativa' para afastar a caracterização do vínculo empregatício. Em seu lugar, possibilita a distorção, que é cristalina nas palavras do Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, Luiz Alberto de Vargas, entusiasta da lei: “A nova lei consolida o entendimento de que o trabalho realizado nas

cooperativas de trabalho é autônomo e exclui as hipóteses de mera intermediação de mão-de-obra, que nada mais são do que fraude à legislação laboral.”⁵⁰⁸

Por certo, o tipo de relação estabelecida depende dos elementos que a constitui. Desta forma, a regulação do cooperativismo deveria ter como norte a essencialidade das determinações do próprio cooperativismo. De outro lado, incentivar as medidas fiscalizatórias, combinando as considerações já firmadas pelo Direito do Trabalho para caracterizar a relação de emprego, cujos elementos são: subordinação, não eventualidade, pessoalidade e onerosidade⁵⁰⁹.

Assim, tratar a fraude ao Direito do Trabalho como um problema de direitos a serem assegurados pelas próprias vítimas, é deslocar o problema e tratar o processo social do trabalho por sua fetichizada aparência.

No lugar de se colocar empenho em compreender e captar a essencialidade que fundamenta o real concreto, outra via foi escolhida. Utilizando-se de uma racionalidade parcial, meramente formal, estabeleceu-se uma ficção jurídica: a legalidade da cooperativa de trabalho que realiza a intermediação de mão de obra.

Realidade criada, que não possui correspondência factível, pois é plenamente possível (não se trata de uma impossibilidade) a intermediação de mão de obra por meio da cooperativa, com identidade nas relações que se estabelecem em uma empresa capitalista. Assim, a ficção jurídica não é capaz de macular ou frear a realidade prática. Nem mesmo esse é o intento.

É bastante mais compreensível a determinação jurídica como uma forma de maquiagem a realidade. Estabelece-se, formalmente, que o vínculo não existe. A consequência é a garantia de uma situação confortável às empresas que precarizam o trabalho utilizando-se da cooperativa. Nega-se a realidade concreta da relação estabelecida, chamando-a de outra coisa: cooperativa de trabalho.

Se a cooperativa se constitui ‘como cooperativa’ (nas determinações de sua essencialidade) não há relação de emprego. Trata-se de uma relação com autonomia aos cooperados. Porém, nem tudo que se apresenta sob a designação de cooperativa o é efetivamente. Rompendo-se com as determinações essenciais, abre-se espaço à possibilidade para a ocultação da relação de trabalho. Máscara

⁵⁰⁸ VARGAS, Luiz Alberto de. Reflexões sobre a nova lei das cooperativas de trabalho. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 18, n. 3632, 11 jun. 2013. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/24677>>. Acesso em: 22.05.2014

⁵⁰⁹ MAUAD, Marcelo José Ladeira. **Cooperativas de trabalho**: Sua relação com o Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 1999. p. 318.

que apenas beneficia o capitalista que toma o serviço. No lugar de afastar a fraude, a lei a institucionaliza.

De outro lado, pessoas efetivamente comprometidas com a defesa dos explorados ‘enxergam’ tais providências por outro ângulo: justificam seus posicionamentos alegando que esses ‘direitos mínimos’ estão em um patamar mais elevado que o Direito do Trabalho. São a expressão de direitos humanos⁵¹⁰!

A luta por direitos desvia a luta por libertação, por transformação das estruturas que continuarão a se repetir e tolher os propalados direitos. Novamente, afirma-se: a reflexão se limita à aparência do fenômeno. Compreende-se esse desvio retomando as lições de Quijano: a colonialidade distorce (quando não bloqueia) a visão.

Portanto, à cooperativa pesam responsabilidades que não possui, seja em relação aos encargos aliviados ao capitalista que se utiliza da cooperativa como fraude, seja quando esvazia a responsabilidade do Estado em garantir direitos humanos ‘mínimos’ de sobrevivência da parcela mais carente da população. O que se faz é negar inclusive a possibilidade de trabalho, em um ambiente que propicie auto realização e uma diferente sociabilidade, quiçá emancipatória ou libertadora.

Um elemento que clarifica a intencionalidade da lei, desmascarando o discurso mistificador de defesa de ‘direitos mínimos’, está no parágrafo 5º do artigo 7º⁵¹¹, que autoriza à Assembleia estabelecer a carência para fruição das retiradas (I) e seguro acidente (VII), sem estabelecer o prazo máximo. Assim, por meio da Assembleia poderia a cooperativa renovar tal carência *ad infinitum*. Questiona-se, diante dessa fratura, se os reais interesses dessa lei poderiam mesmo ser a defesa de direitos aos trabalhadores.

Ainda, assim, o que resta determinado pela lei é que, independente dos rendimentos auferidos pela cooperativa os ‘direitos sociais mínimos’ devem ser pagos e a cooperativa que ‘busque meios’ e ‘provisione recursos’ para tanto (termos do parágrafo 2º do artigo 7º). Essa determinação coloca a existência do cooperativismo popular – prioritariamente – em risco. Os números apresentados pelos Empreendimentos de Economia Solidária demonstram que a proposição

⁵¹⁰ Nas palavras de Singer: “A lógica da interpretação é que direitos do trabalho são parte dos direitos do homem.” (SINGER, P. Vida nova...)

⁵¹¹ Lei 12.960/12: art. 7º, § 5 - A Cooperativa de Trabalho constituída nos termos do inciso I do *caput* do art. 4º desta Lei poderá, em Assembleia Geral Extraordinária, estabelecer carência na fruição dos direitos previstos nos incisos I e VII do *caput* deste artigo.

legislativa é totalmente desconectada da realidade. De acordo com o levantamento da SENAES, 62% dos empreendimentos não geram qualquer rendimento aos seus participantes⁵¹². Muito embora esses números se refiram a um conjunto de empreendimentos em que a cooperativa não é a maior expressão, são sintomáticos da realidade na qual está inserida a cooperativa popular (principal objetivo da lei) e por isso servem à análise. Assim, ou a lei já nasce morta ou determina a morte do cooperativismo. Nessa correlação de forças, sabe-se qual o elo irá se romper.

A lei compromete o futuro do cooperativismo em várias frentes, seja pelo fator de viabilidade econômica das experiências populares, ou por legalizar a fraude da intermediação de mão-de-obra, responsabilizando os próprios cooperados por garantir seus 'direitos mínimos', ou então porque fere a autonomia da forma cooperativa, determinando rendimentos, jornada de trabalho, equipe de coordenação para realização dos trabalhos e outros elementos que ferem a autonomia da cooperativa, determinação central para caracterização dessa proposta. Ou a cooperativa tem autonomia ou não é cooperativa.

Ressalte-se que não se está a favor da máxima exploração do trabalho, com a extensão da jornada de trabalho ou da não remuneração do trabalho. O que se pretende é acentuar a necessidade de colocação do problema em seu lugar devido. A necessidade da fiscalização das relações de trabalho a coibir as experiências que não apresentem os elementos essenciais da cooperativa, ou seja, uma cooperação econômico-produtiva que seja ético-crítica e autogestionária. Em seu lugar o que a lei propõe é a mais absoluta confusão, apresentando a fraude com ares de legalidade e negando legitimidade às cooperativas que não se enquadram nos critérios formalmente estabelecidos. É o resultado dessa lei ao tratar indistintamente cooperativa de terceirização e tantas outras cooperativas de produção (de bens e de serviços) que não se enquadram nessa tipologia.

Antes de encerrar os apontamentos críticos outro tema da mais absoluta importância deve ser mencionado: a instituição do PRONACOOOP, Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho, que tem por finalidade promover o desenvolvimento e a melhoria do desempenho econômico e social da Cooperativa de Trabalho⁵¹³.

⁵¹² ANTEAG. Atlas da Economia Solidária..., p. 34.

⁵¹³ Art. 19 da Lei 12.690/12.

A possibilidade de fomento para organizações solidárias (cooperativismo popular e outros pertencentes à Economia Solidária) é um dos principais motivos de adesão à lei por parte daqueles que se propõe a defender a causa popular. Essa tônica dá os contornos do que se tornou o cooperativismo popular atualmente.

Tal postura, que aposta na vinculação com o Estado, se aproxima demasiadamente aos moldes da Economia Social, especialmente francesa. O modelo europeu da Economia Social é caracterizado por forte institucionalização estatal⁵¹⁴ e essa medida tem sido a orientação para as ações da Economia Solidária brasileira, que tem na criação da SENAES e na forma de sua atuação marcos dessa conquista. Entretanto, transplantar o modelo europeu não é chave para solução de problemas próprios (conforme já se demonstrou pelos aportes filosóficos quanto aos efeitos da colonialidade). É inegável a diferenciação dos contextos. Lá a institucionalização derivou da promoção de um Estado de Bem-Estar social, realidade nunca vivenciada plenamente no Brasil. Diferentemente, o contexto de institucionalização no Brasil não ocorre sob a égide de um Estado-providência e sim sob o modelo neoliberal, de limitação da ação estatal em âmbito social. Inclui o cooperativismo (popular e a Economia Solidária) entre modelos mercantis e monetários, fazendo ecoar nos empreendimentos características empresariais incompatíveis com suas determinações essenciais (afirmação ampla da vida humana em comunidade). Afasta-se do questionamento das determinações essenciais do sistema capitalista (a exploração do trabalho).

Diante da evidente morte às cooperativas populares, em razão da obrigação pelos 'direitos sociais mínimos', a lei traz em seu bojo a promessa de incentivo estatal. Ressalte-se: promessa. Não existe previsão orçamentária, nem estabelecimento de diretrizes, sequer há definição de como será gerido esse programa. Todas essas questões foram transferidas à regulamentação pelo Governo Federal. Nos bastidores, renovaram-se as disputas pela hegemonia de tais definições.

Uma variedade de apontamentos e reflexões precisam ser feitos sobre o assunto, pontua-se um dos mais prementes: quanto à composição do comitê gestor desse programa. A lei estabelece que seja composto paritariamente entre representantes do governo e de entidades representativas do cooperativismo. Está

⁵¹⁴ FRANÇA FILHO, G. LAVILLE, J. Economia Solidária..., p. 178.

posta a armadilha. Atualmente, a OCB avoca para si a exclusiva legitimidade de representação do cooperativismo. Mesmo com o processo de redemocratização, que culminou na promulgação da Constituição Federal (há 26 anos!), que assegura a liberdade associativa, a OCB continua divulgando a obrigatoriedade de registro (e contribuição) em seu sistema para todas as cooperativas brasileiras.

Com a edição da nova lei, a OCB organizou uma cartilha 'explicativa', na qual consigna:

FIGURA 3 - CARTILHA OCB - COOPERATIVISMO DE TRABALHO - REGISTRO⁵¹⁵

20. A COOPERATIVA DE TRABALHO ESTÁ OBRIGADA AO REGISTRO NA OCB E, CONSEQUENTEMENTE, AO RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO COOPERATIVISTA?

Sim. De acordo com o art. 1.º da Lei n.º 12.690/2012 e §2.º do art. 1.º da Lei de Introdução ao Código Civil, as disposições da Lei n.º 5.764/1971 permanecem aplicáveis às cooperativas de trabalho, nos pontos em que não colidir com aquela.



Tanto o registro quanto a contribuição cooperativista não foram objeto de qualquer previsão na Lei n.º 12.690/2012, razão pela qual permanece vigente e aplicável a obrigação de registro e recolhimento da contribuição cooperativista em favor da OCB e também a essas cooperativas, conforme previsto na Lei n.º 5.764/1971.

Assumidamente comprometida com os interesses do cooperativismo empresarial (a 'cooperativa como capital') e considerada como representante do cooperativismo, a participação da OCB no Comitê Gestor do PRONACOOOP antecipa as (im)possibilidades da política pública projetada na Lei 12.960/12.

É a explicitação do uso do Direito como instrumento de repressão social, pois impede de todos os lados a expressão da pluralidade do cooperativismo. "Portanto, podemos afirmar que as categorias jurídicas são resultantes da disputa pela hegemonia na produção científica e legislativa do Direito, na qual o trabalhador tem sofrido reiteradas derrotas."⁵¹⁶

A questão da representação do cooperativismo permanece em disputa.

Recentemente, novos elementos surgiram no cenário da representatividade. Em janeiro de 2014 foi constituída a União Nacional das Organizações

⁵¹⁵ O QUE muda com a Lei n.º 12.690/2012 – Cooperativismo de Trabalho. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/downloads/Gecom/cartilha_rj_impressao.pdf>. Acesso em: 23.05.2014.

⁵¹⁶ OPUSZKA, P. Análise..., p. 215.

Cooperativistas Solidárias (UNICOPAS), cuja proposta é congrega vertentes diferenciadas do cooperativismo (não empresarial) e empreendimentos da Economia Solidária. A UNICOPAS reúne representantes da UNICAFES (União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária), UNISOL (Central das Cooperativas e Empreendimentos Solidários e CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil)⁵¹⁷.

Apesar de reunir as principais centrais de organização autônoma das cooperativas, a diversidade de cooperativismo escapa à representação. A questão é complexa, pois muitos posicionamentos, mesmo nas organizações contrapostas ao cooperativismo empresarial, dificultam representações unitárias. Por ser extremamente recente a constituição de uma única representação 'solidária', a análise fica prejudicada. Ainda assim, a questão deve ser vista com cautela. Muito embora a dualidade de representação projete-se como avanço à exclusividade da OCB, a UNICOPAS precisa ganhar legitimidade fática, ou seja, as cooperativas individuais precisam sentir-se representadas por essa entidade. Não nos parece adequado a imposição da representação, por meio da obrigatoriedade de registro das cooperativas ou em uma (OCB) ou em outra entidade (UNICOPAS), como sugere o substitutivo apresentado por Gleisi Hoffmann ao PLS 3/2007⁵¹⁸.

Encaminhando-se para finalizar os apontamentos a respeito da Lei 12.690/12, embora muitas páginas ainda pudessem ser preenchidas, vale a referência quanto ao que se possa extrair de positivo.

A possibilidade de constituição de cooperativas com um número menor de sócios. A lei geral estabelece o mínimo de 20 (vinte) cooperados, enquanto que a nova lei reduziu este mínimo para 7 (sete) membros⁵¹⁹. A redução tem impacto direto sobre a atual realidade. É comum que cooperativas, para se formalizarem, incluam nomes de pessoas que efetivamente não participarão do empreendimento (os chamados 'laranjas').

⁵¹⁷ RELATO Fundação da UNICOPAS. Disponível em: <http://www.fb.es.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=8092&Itemid=62>. Acesso em: 24.05.2014.

⁵¹⁸ Para maiores informações sobre a tramitação do PLS 3/2007 e o teor dos substitutivos apresentados, indica-se o relatório: SENADO FEDERAL (4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura) - 03/04/2014. Disponível em: <<http://www19.senado.gov.br/sdleg-getter/public/getDocument?docverid=c5a386d4-6744-436a-868b-26d4508858df>>. Acesso em: 24.05.2014.

⁵¹⁹ Lei 12.690/12: Art. 6 - A Cooperativa de Trabalho poderá ser constituída com número mínimo de 7 (sete) sócios.

De acordo com os estudos do NESOL (Núcleo de Economia Solidária Universidade de São Paulo), a redução no número de sócios para constituição de cooperativas poderia atingir 22,5% dos empreendimentos de Economia Solidária⁵²⁰, porque tais organizações são constituídas por menos de 19 (dezenove) participantes. Esse percentual é apenas indicativo da incidência da lei, pois dentre os EES estão outras formas que não a cooperativa e não há como concluir que essas outras formas optariam por se transformar em cooperativas, porém, teriam essa possibilidade. Muitas organizações se constituem como associação ou permanecem na informalidade em razão das barreiras jurídico-formais na sua constituição. A simplificação trazida pela nova lei, não apenas na redução do número mínimo de sócios, mas também nos trâmites burocráticos, pode contribuir para alterar essa realidade. Como as alterações implementadas são recentes e não há levantamentos quantitativos quanto ao impacto na nova lei nos empreendimentos, uma análise mais aprofundada fica prejudicada.

Outra posição a ser saudada: a lei não faz apenas menção genérica quanto à participação democrática (que pode apresentar várias formas, a exemplo da representativa), estabelece a autogestão. É o que ficou consignado no artigo 2º: cooperativa (de trabalho, conforme o recorte dessa lei) é aquela que se constitui com autonomia e autogestão⁵²¹. Há, em alguma medida (e isso é inovador, frente a lei 5.764/71) o incentivo à plena participação. Porém, a definição que parecia caminhar em sentido positivo, escorrega ao conceituar a autogestão como 'Assembleia Geral', retomando uma visão limitada de gestão coletiva circunscrita à participação em Assembleia. Em termos, as palavras do parágrafo 2º do artigo 2º são:

§ 2 Considera-se autogestão o processo democrático no qual a Assembleia Geral define as diretrizes para o funcionamento e as operações da cooperativa, e os sócios decidem sobre a forma de execução dos trabalhos, nos termos da lei.⁵²²

⁵²⁰ NESOL/USP. Projeto Pensando..., p.

⁵²¹ Lei 12.960/12: art. 2º - Considera-se Cooperativa de Trabalho a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, **autonomia e autogestão** para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho. (sem grifos no original)

⁵²² BRASIL. **Lei Federal n. 12.690**, de 19 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm>. Acesso em: 03.06.2014.

A Assembleia Geral externaliza a decisão coletiva, mas não é, em si, a autogestão. Esta se realiza em todas as instâncias da organização cooperativa, sendo a assembleia uma delas. A autogestão consiste na efetiva participação dos cooperados nos processos decisórios, mas também na condução cotidiana da organização, gestão, processo produtivo e repartição dos resultados.

Ainda assim, a possibilidade de participação do cooperado é colocada como condição para seu ingresso na cooperativa, na dicção do parágrafo 3º do artigo 10⁵²³. Outra inovação é a obrigatoriedade de uma Assembleia Geral Especial adicional para a discussão da gestão cooperativa, de acordo com o artigo 11⁵²⁴. Apesar de parecer salutar as imposições no sentido de afirmar e garantir a autogestão, a autonomia da cooperativa deve ser respeitada, portanto, a interferência legislativa na organização interna da cooperativa tem seus limites.

Outra questão polêmica, no limiar entre a promoção da autogestão e afronta à autonomia está no parágrafo 6º do já bastante debatido artigo 7º. Institui-se uma comissão de ‘coordenação’ dos trabalhos, quando prestados em local externo à cooperativa (ocorrência típica quando o trabalho é terceirizado).

§ 6 As atividades identificadas com o objeto social da Cooperativa de Trabalho prevista no inciso II do *caput* do art. 4º desta Lei, quando prestadas fora do estabelecimento da cooperativa, deverão ser submetidas a uma coordenação com mandato nunca superior a 1 (um) ano ou ao prazo estipulado para a realização dessas atividades, eleita em reunião específica pelos sócios que se disponham a realizá-las, em que serão expostos os requisitos para sua consecução, os valores contratados e a retribuição pecuniária de cada sócio partícipe.⁵²⁵

Ao menos dois pontos devem ser ressaltados. Em primeiro lugar, a necessidade de instituir uma coordenação dos trabalhos, para evitar que as determinações do tomador de serviço (‘patrão’) sejam diretas aos trabalhadores, resta evidenciado que o trabalho em questão é subordinado, um dos elementos para

⁵²³ Lei 12.960/12: art. 10, § 3 - A admissão de sócios na cooperativa estará limitada consoante as possibilidades de reunião, abrangência das operações, controle e prestação de serviços e congruente com o objeto estatuído.

⁵²⁴ Lei 12.960/12: art. 11 - Além da realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária para deliberar nos termos dos e sobre os assuntos previstos na Lei no 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e no Estatuto Social, a Cooperativa de Trabalho deverá realizar anualmente, no mínimo, mais uma Assembleia Geral Especial para deliberar, entre outros assuntos especificados no edital de convocação, sobre gestão da cooperativa, disciplina, direitos e deveres dos sócios, planejamento e resultado econômico dos projetos e contratos firmados e organização do trabalho.

⁵²⁵ BRASIL. **Lei Federal n. 12.690**, de 19 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm>. Acesso em: 03.06.2014.

caracterização do vínculo empregatício, conforme anteriormente assinalado. Ademais, a subordinação se constitui no elemento fundamental a distinguir o empregado do trabalhador autônomo. Essa é a lição extraída da jurisprudência trabalhista, bastante clara quando à primordial importância da subordinação para caracterizar a relação de emprego:

A subordinação é elemento primordial à caracterização desta relação especial de trabalho e, por vezes, o único elemento hábil a configurar sua existência. (...) **A subordinação que caracteriza a relação de emprego é a que decorre do poder diretivo do empregador, a quem cabe orientar, fiscalizar, dirigir a prestação de trabalho e, consequentemente, aplicar advertências, punições e, até mesmo extinguir a própria relação.** Quanto à contraprestação do trabalho, esta se manifesta através do valor pago.⁵²⁶

Uma vez mais a lei evidencia seu caráter, que não é de proteção aos trabalhadores, mas de institucionalização da fraude, por meio da precarização e terceirização do trabalho em cooperativas.

A segunda anotação se refere ao caráter absolutamente contraditório da criação de uma ‘coordenação’ administrativa para trabalhos estabelecidos com base autogestionária. O único sentido para a criação dessa ‘coordenação’ é ocultar a submissão direta dos trabalhadores ao tomador do serviço.

Assim, em uma compreensão geral, a lei não se apresenta como mecanismo capaz de fortalecer o cooperativismo (especialmente o popular, mas não apenas), embora seja dessa forma divulgada.

Vozes isoladas (porém lúcidas) enxergam a promulgação da lei como um grave problema. Neste sentido, citam-se as colocações de Daniel Rech:

(...) [a] nova lei das cooperativas de trabalho (...) pensa as cooperativas como uma empresa, onde o sócio é o empregado, numa visão da relação sócio/cooperativa exatamente igual ao de uma empresa onde quem trabalha é empregado e não dono. (...) Esta visão empresarial que se embutiu no cooperativismo é uma relação que destrói o sistema⁵²⁷

⁵²⁶ RTOrd 0001373-87.2013.5.01.0283, Relator Desembargador Marcelo Antero de Carvalho, Décima Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, julgado em 22/01/2014. Disponível em: <http://bd1.trt1.jus.br/xmlui_portal/bitstream/handle/1001/542270/00013738720135010283%2330-01-2014.pdf>. Acesso em: 14.05.2014. (sem grifos no original)

⁵²⁷ AGRICOOP realiza Seminário Temático sobre “Sucessão e Cooperativismo da agricultura familiar. Disponível em: <<http://jornalboavista.com.br/site/print/15850>>. Acesso em: 24.05.2014.

Retornando às palavras de Singer⁵²⁸ (a lei “lança luz sobre os conflitos no mundo do trabalho brasileiro nas últimas décadas”), as luzes colocadas no conflito do trabalho realmente refletem o contexto das últimas décadas: a precarização e a flexibilização. Discursos neoliberais, que elevam a exploração em sua máxima potência e – em mesmo grau – o aproveitamento ao capitalista.

⁵²⁸ Os apontamentos dirigidos a esse autor são extremamente respeitosos, por acreditar serem genuínos os esforços devotados à causa. Poucas são as pessoas que melhor simbolizam a luta pelo cooperativismo como o Prof. Singer, teórica e praticamente. As anotações feitas são no sentido de alertar para a necessidade da constante reflexão e crítica, de forma partilhada e comunitária. Muitas são as armadilhas no caminho da emancipação e/ou libertação humana.

CAPÍTULO 4. A EMERGÊNCIA DO NOVO: autogestão e libertação

“Para saber se um pensamento é novo, não há como exprimi-lo muito simplesmente.”⁵²⁹ As lições do poeta são válidas à filosofia latino-americana, que – sem dúvidas – proporciona reflexões inovadoras. Porém, muitas dessas proposições exigem o esforço de adentrar em um universo conceitual próprio e acompanhar seu desenvolvimento em todas as mediações. Anotações que são particularmente válidas à filosofia da libertação e, em especial, aos escritos de seu maior expoente, Enrique Dussel. O autor apresenta suas considerações em uma organização muito particular, ou seja, propõe uma arquitetônica própria, faz o uso cuidadoso de terminologias, que por vezes remetem-se a outras reflexões, bem como subsume filosofias inteiras e complexas, e vai além. Daí os componentes de complexidade da filosofia da libertação. Ao contrário de gerar um desestímulo, o que se pretende é ressaltar esse referencial teórico, que por sua riqueza desafia e instiga. Tocado por essas possibilidades, o presente capítulo dedica-se ao desafio de articular as proposições dusselianas aos elementos já expostos sobre o cooperativismo.

Registre-se, que outras vertentes compõe a filosofia latino-americana, com variações e aproximações maiores ou menores. As designações também são diversas: filosofia transmoderna, filosofia da libertação, filosofia descolonial, filosofia pós-colonial, filosofia da alteridade, filosofia analética, filosofia da exterioridade⁵³⁰. Porém todas são expressão de formulações situadas no horizonte do giro descolonial da filosofia, anteriormente mencionado (Capítulo 3).

Fazer uma filosofia própria não significa começar do zero. A filosofia original, da América Latina, segundo Dussel, não é autoexplicativa de si mesma: “Expondo-se a história da filosofia privilegia-se o momento de ‘semelhança’ que toda filosofia autêntica tem.”⁵³¹ Semelhança, porém, não é identidade⁵³². Não se trata de imitação,

⁵²⁹ Luc de Clapiers Vauvenargues.

⁵³⁰ LUDWIG, Celso. Por Marx e Para Além de Marx. Florianópolis, 16 out. 2013. Palestra proferida na Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FJGt2w_Z0k8>. Acesso em: 17.03.2014.

⁵³¹ DUSSEL, Enrique. **Método para uma filosofia da libertação**. Trad. Jandir João Zanotelli. São Paulo: Edições Loyola, 1986. p. 211.

⁵³² No que se refere à questão entre semelhança e diferença, vale pontuar que Paul Ricoeur traz valiosas contribuições. Reflexão que pode ser especialmente relevante ao campo jurídico, que muitas vezes toma por identidade o que seria semelhança (semelhança extrema). Apenas para

pois isso é filosofia inautêntica. Dussel segue o caminho traçado pelo pensamento da filosofia ocidental para, então, superá-la, porque tal filosofia é “antecedente imediato de nosso pensar latino-americano”⁵³³, porém a filosofia latino-americana não deverá continuar, identicamente, o processo começado pela Europa. Subsume e vai além, ou vem de “mais além”, como será pontuado ao longo da exposição.

Para além das proposições da filosofia da libertação se apresentarem como algo novo, porque vão além da mera reprodução de pensamentos e teorias, a questão do *novo* é um dos objetos da reflexão dusseliana. Dito de outra forma, para além da inovação filosófica efetivada por Dussel, desde a América Latina, o autor se dedica a refletir a necessidade e a urgência de proposições factíveis (projetos e ações) que sejam inovadoras. Dedica-se também a explicitar o método para promover o surgimento desse *novo*. É essa possibilidade que se pretende ressaltar neste momento da pesquisa.

Seguindo os passos de Dussel, o presente trabalho se dedica a inovar (no sentido de caracterizar uma tese acadêmica). A novidade perquirida neste momento da pesquisa aponta para a análise do cooperativismo, notadamente, a autogestão, propondo-se um lugar para este instituto, por analogia, dentro do espectro filosófico apresentado por Dussel. Em outras palavras: questiona-se a possibilidade de categorizar a autogestão naquela arquitetônica.

Ao passo que no capítulo anterior se apresentou os elementos da colonialidade, bem como a identificação desta nos discursos (teóricos e legais) jurídicos do cooperativismo, este capítulo pretende-se a tratar da descolonialização, condição de possibilidade para libertação. Também terá lugar a análise do

registrar a existência questão: Ricoeur evidencia dois usos principais do conceito de identidade: como mesmidade (do latim *idem*) e como si-próprio (do latim *ipse*), embora essas duas considerações se entrecruzem, não são sinônimas. *Idem* apresenta uma identidade abstrata, intemporal e impessoal, com essas características, permite unicidade, similitude e identidade numérica. Utilizando-se essa concepção, pode-se afirmar a ‘identidade por semelhança’. Isto ocorre quando não se é capaz de discernir a diferença entre dois objetos. Porém, neste sentido fundamental (um dos três apontados pelo autor para a noção de mesmidade ou *idem*) o que ocorre é a incapacidade de diferenciação, o que não significa que a diferença não exista. Já o uso de *ipse* relaciona-se com uma identidade pessoal, ou com a questão ‘quem?’. A resposta a essa questão seria ‘contar a história de uma vida’. A história narrada diz o quem da ação. Esta noção de identidade, como si-mesmo (*ipse*), é compreendida narrativamente (identidade narrativa). (BRUZZONE, Andrés. *Hermenêutica e subjetividade, de Agostinho de Hipona a Paul Ricoeur. Três estudos sobre o si, a memória e a identidade*. São Paulo, 2012. 194 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. p. 33; 114-115; ROSA, José M. da S. *Da identidade narrativa – Paul Ricoeur, leitor de Santo Agostinho*. In REIMÃO, Cassiano (org). *Os Longos Caminhos do Ser. Homenagem a Manuel Barbosa da Costa Freitas*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2003. p. 579.)

⁵³³ DUSSEL, Método..., p. 190.

cooperativismo, consideradas as análises críticas anteriormente pontuadas e subsumindo categorias da filosofia.

Desde as apresentações iniciais, explícita ou implicitamente, utilizou-se a orientação desse aporte como um pressuposto. Neste momento, porém, é oportuno uma breve apresentação formal das categorias e momentos que compõe da filosofia da libertação, bem como a reflexão quanto à própria libertação, no contexto da descolonialidade.

4.1. A Filosofia da Libertação: descolonialidade e libertação

Em sua Filosofia da Libertação, Enrique Dussel denuncia a divisão do sistema-mundo em centro e periferia, aquele reprodutor de uma *totalidade*, que se anuncia como única realidade existente, desconsiderando toda uma exterioridade, composta por vítimas geradas nessa mesma constituição da totalidade.

A filosofia tradicional (ocidental e hegemônica) constrói suas formulações subsumidas na lógica da totalidade. A proposição da filosofia da libertação é inserir um momento de anterioridade, a exterioridade, e a partir desta reconfigurar a filosofia. Portanto, as categorias de exterioridade e totalidade são essenciais para a compreensão da filosofia da libertação.

A totalidade fundamenta o pensar hegemônico. Consiste na assunção e reprodução de ideias e valores que compõe o mundo em que se está inserido. Significa constatar que a existência se dá em um mundo pré-estruturado significativamente⁵³⁴. Tais significados são absorvidos, de modo automático, nas mais variadas relações. Desde os conteúdos e as formas de ensino (na família, escola, trabalho, grupos sociais em geral), passando pela mídia e outros meios de comunicação social. Este conjunto de relações gera a atribuição de significados às coisas. Com tudo que o ser humano se depara lhe atribui um sentido. Em geral, esses sentidos possuem uma construção compartilhada, ou seja, há consensos que

⁵³⁴ RUIZ, Pedro Enrique García. *Filosofía de la Liberación. Una aproximación al pensamiento de Enrique Dussel*. México: Driada, 2003. p. 203.

conferem um sentido dominante (ou exclusivo) a determinados objetos⁵³⁵. Este sentido dominante e hegemônico constitui a totalidade, ou melhor, esse sentido dominante revela o fundamento (a essência) que forma a totalidade. Esse fundamento se repete, ou seja, é constantemente reproduzido. Ainda que não se afirme ser a totalidade estanque, as alterações nos sentidos ocorrem de modo a reconceituar os elementos do mundo a partir do fundamento dessa totalidade.

É nesse sentido que Dussel irá afirmar que a totalidade se fecha em si, consiste na repetição do ‘mesmo’, porque é a constante atribuição de sentido aos entes (o que está posto no mundo), sentido que reafirma o elemento fundante da própria totalidade, ou seja, consiste a continua afirmação do seu fundamento: “(...) como Totalidade, se fecha num círculo que eternamente gira sem novidade. A aparente novidade de um momento de sua dialética, de seu movimento, é acidental, porque tudo é um e a verdade é tudo.”⁵³⁶

Esse constante retorno a si próprio é explicado por Ames:

Quando esta totalidade é pensada como única e última num tempo dado, ela se fecha num círculo que eternamente gira sem novidade. “De dentro” da própria Totalidade surgem os “momentos diferenciais”: os entes que compõe a Totalidade são diferentes entre si, mas todos os entes se fundamentam na identidade do Ser. Esses “momentos diferenciais” não são propriamente novidade, mas apenas ponto de partida do movimento dialético, uma vez que se trata somente de um desdobramento dialético no interior da mesma Totalidade.⁵³⁷

Esse fechamento impede um verdadeiro pensar, pois se impõe a outras realidades como único absoluto, transformando multiplicidade em unidade (‘o mesmo’). Torna-se “ideologia legitimadora do *status quo*, promotora da morte e do caos”⁵³⁸, porque elimina a diferença. A dominação se realiza em diferenciados níveis: no plano histórico, é caracterizada pela conquista da América; no pedagógico, revela a dominação mestre-discípulo; na erótica, a dominação homem-

⁵³⁵ PAZELLO, Ricardo Prestes; MOTTA, Felipe Heringer Roxo da. Libertação e Emancipação: uma revisão conceitual para a américa latina. **Monções**: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v. 2, n. 3, jan./jun., 2013. P. 120-121. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>>. Acesso em: 16.01.2014.

⁵³⁶ DUSSEL, Enrique. **Para uma ética da libertação latino-americana**: acesso ao ponto de partida ético. Trad. de Luiz João Gaio. São Paulo: Loyola, 1977. p. 93-94.

⁵³⁷ AMES, José Luis. **Liberdade e Libertação na Ética de Dussel**. Campo Grande: Cefil, 1976. p.29.

⁵³⁸ ZIMMERMANN, Roque. **América Latina – o não-ser**; uma abordagem filosófica a partir de Enrique Dussel. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 147.

mulher; na política, governante-governado; na racial, branco-negro; na dominação social, gera opressor-oprimido⁵³⁹.

Entretanto, além do horizonte da totalidade, existe a exterioridade, não como sentido espacial, mas reconhecendo o fato de que, inserida na totalidade, existe a multiplicidade, o 'outro' que não pode ser reduzido ao fundamento do mesmo. Assim, enquanto a totalidade estabelece seu discurso desde a identidade, a exterioridade apresenta-se com uma lógica contraposta, cujo discurso parte da diferença⁵⁴⁰. A exterioridade, categoria mais importante da filosofia da libertação⁵⁴¹, é a abertura ao diferente, a crítica à absolutização do ser, transformado em ente da totalidade⁵⁴². A compreensão da exterioridade se dá a partir da alteridade, que é a infinita busca (e responsabilidade) por compreender o outro como outro.

A noção de alteridade é fundamental para Dussel e revela a forte influência que teve a leitura de Lévinas⁵⁴³. Porém, a proposição é ir *além* do 'outro' que é caracterizado por Lévinas (o outro europeu, o judeu massacrado) inserido na mesma racionalidade, que, para a realidade latino-americana, é ainda totalidade⁵⁴⁴:

Na verdade, nós não somos "aquele outro, *diferente da razão*", mas, pelo contrário, o que pretendemos é manifestar eficazmente "a razão do Outro": do índio assassinado por genocídio, do escravo africano reduzido a uma mercadoria, da mulher vilipendiada como objeto sexual, da criança subjugada pedagogicamente (sujeito "bancário", como a define Paulo Freire).⁵⁴⁵

Totalidade e exterioridade são categorias que, juntamente com outras (proximidade, mediação, alienação, libertação), são aplicadas em níveis práticos de maior concretude: erótica (relação homem-mulher; sentido doméstico), pedagógica (relação pai-filho; mestre-discípulo), política (irmão-irmão; sociedade) e antifetichista

⁵³⁹ LUDWIG, C. Para uma filosofia..., p. 144.

⁵⁴⁰ MARTÍNEZ, Alejandro Rosillo. Fundamentación de los Derechos Humanos desde América Latina. San Luis Potosí, 2013. p. 74.

⁵⁴¹ DUSSEL, E. Filosofia da Libertação na América Latina..., p. 45.

⁵⁴² Retornaremos ao tema, dedicando-lhe mais atenção ao tratar dos passos do método em Dussel item 4.2.

⁵⁴³ "Lévinas (...) acordou-nos do sono ontológico 'profundo' em que estávamos 'ferrados'. Mas bem depressa sentimos a necessidade de 'passar mais adiante', dada a sua incapacidade de construir uma política de libertação". (DUSSEL, Enrique. Filosofia da Libertação: crítica à ideologia da exclusão. Trad. Georges I. Maissiat. São Paulo: Paulus, 1995. (Coleção pesquisa & projeto) p. 48)

⁵⁴⁴ Nas palavras de Dussel: "Lévinas fala sempre do outro como o 'absolutamente outro'. Tende, então, para o equívoco. Por outro lado, nunca pensou que o outro pudesse ser um índio, um africano, um asiático." (DUSSEL, E. Método..., p. 196.)

⁵⁴⁵ DUSSEL, E. Filosofia da Libertação: crítica..., p. 47.

(desmitificação do absoluto divinizado)⁵⁴⁶. Níveis que são transversais uns aos outros. Assim, a não-opressão deve alcançar todas as dimensões, a partir da afirmação alterativa.

A ausência da opressão é libertação. Objetivo da filosofia nessa vertente latino-americana apresentada. Alcançar a libertação significa um caminhar que é concomitante à descolonização.

A colonialidade assume variadas formas de opressão. Percebê-la e destituí-la significa o empenho por descolonizar os vários campos sociais: a epistemologia (eurocêntrica), os sistemas de dominação e exploração social (capitalismo) e de controle da autoridade (Estados Modernos). Assim, a filosofia da libertação mantém em seu horizonte o viés da descolonização: “(...) a Filosofia precisa libertar-se do *eurocentrismo* filosófico para poder derivar a possibilidade de um pensar a partir da afirmação da *racionalidade negada* (alteridade excluída) na lógica da *totalidade* da tradição hegemônica.”⁵⁴⁷

Inicialmente é preciso romper com os mitos fetichizantes (modernidade, eurocentrismo, inferioridade, progresso...). Por isso a importância de compreender os processos colonializados. Assim, o pensar latino-americano descolonial se distingue da filosofia tradicional.

Pretende-se como racionalidade não dominada pelo princípio da identidade, assumindo um ponto de reflexão a partir das diferenças, que leva a um compromisso prático com as minorias⁵⁴⁸.

Por isso a libertação não se traduz em um discurso reivindicador de direitos, ou seja, não se basta na mera inclusão em um sistema que causa negações, mas busca a transformação desse sistema, tendo atenção à diversidade e não unidade do ‘mesmo’. Não se trata, portanto, de lutar por se tornar um ‘igual’, ou seja, outro ente subsumido na totalidade, mas sim da exigência de ser a si, como próprio.

Com tais premissas, a libertação se diferencia da emancipação:

Lutar pela libertação, portanto, é mais do que lutar pela emancipação. Esta se contenta com a saída, pelo eu, das negatividades; emancipa-se delas.

⁵⁴⁶ Proposição da obra “Filosofia da Libertação”, terceiro capítulo.

⁵⁴⁷ LUDWIG, Celso. Filosofia da Libertação. In BARRETO, Vicente de Paulo (coord.). **Dicionário de Filosofia do Direito**. São Leopoldo: Editora Unisinos; Rio de Janeiro: Livraria Editora Renovar, 2009. p. 327.

⁵⁴⁸ RUIZ, P. Filosofia..., p. 208.

Não está em seu horizonte, todavia, a saída do outro que é, sempre e necessariamente, uma coletividade.⁵⁴⁹

A libertação não se dá de forma isolada, reproduzindo o individualismo moderno, mas sim em comunidade. Essas são as lições de Paulo Freire: “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão.”⁵⁵⁰

A proposta de libertação, que se constitui em um processo contínuo, está vinculada à exterioridade, só terá sentido se nessa relação com a face do ‘outro’.⁵⁵¹ Está ligada à constante vigília pela ocorrência de negações diante da falta de alteridade em qualquer sistema que se estabeleça. Portanto, um projeto de libertação é mais amplo que o da emancipação. É um projeto de transformação das estruturas: “A emancipação, ainda que necessária, como projeto revela-se insuficiente, porque consiste num movimento interno à lógica da totalidade, fundado em ‘o mesmo’ – opera-se um eterno retorno do mesmo.”⁵⁵²

São oportunas as palavras de Mignolo, ao analisar as propostas de Freire:

Libertação de quê? pode-se perguntar. Da opressão social e econômica, mas também e sobretudo da colonização intelectual: não a emancipação universal ‘deles’, como no projeto Iluminista, mas seu complemento, ‘libertação’ da colonialidade, o lado mais sombrio da colonialidade⁵⁵³.

Portanto, enquanto a emancipação segue restrita ao nível da totalidade, a libertação se relaciona com a rica diversidade da exterioridade.

Por isso, em um primeiro momento, a filosofia da libertação busca ruptura com o discurso hegemônico. Tornar-se descolonizada para assim compreender as determinações que reproduzem as condições de dominação. Com essa clareza, a temática prioritária é práxis de libertação daquele é ‘outro’, das vítimas oprimidas e excluídas. Essa consideração só é possível a partir do reconhecimento do outro como outro.

A partir de suas próprias formulações e compreendendo as estruturas que causam a dominação e exclusão, portanto, em uma condição descolonial, é possível

⁵⁴⁹ PAZELLO, R.; MOTTA, F. Libertação..., p. 138.

⁵⁵⁰ FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 41ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. p.58.

⁵⁵¹ PAZELLO, R.; MOTTA, F. Libertação..., p. 140.

⁵⁵² LUDWIG, C. Para uma filosofia..., p. 175.

⁵⁵³ MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/Projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG. p. 360.

seguir, em um momento imediatamente subsequente, em ações propositivas no sentido de transformar as situações injustas de dependência, efetivando a libertação em todos os campos sociais.

Liberación no es simplemente estar en contra del centro, ni siquiera significa romper la dependencia. Es mucho más que eso: es tener la creatividad de ser realmente capaces de construir la novedad, un nuevo momento histórico desde la positiva exterioridad cultural de nuestro pueblo.⁵⁵⁴

O movimento é de denúncia e anúncio, em termos utilizados por Paulo Freire⁵⁵⁵. Denúncia das condições de dominação, em todas as ordens, que só é possível a partir de uma condição descolonizada. Entretanto, a crítica pela crítica esvazia-se. O momento propositivo é de extrema importância para que se alcance a libertação.

Nas palavras de Dussel: o momento negativo é o “de enfrentar a desconstrução real das causas da negatividade da vítima”. Porém, não basta o desconstruir, é necessário “desenvolver (libertar no sentido de dar possibilidade positiva) a vida humana” e construir “as estruturas ou instituições do sistema onde a vítima possa viver, e ‘viver bem’”⁵⁵⁶.

A articulação entre o positivo e o negativo marca a estrutura fundamental da filosofia proposta por Dussel. A arquitetônica proposta é de fundamental importância, não apenas para a compreensão do pensamento desse autor, mas como instrumental filosófico a organizar e orientar a reflexão e ação crítica.

Em sua obra “Ética da Libertação: na idade da globalização e da exclusão”, Dussel apresenta seu pensamento de forma estruturada e consistente. Dedicar-se ao que ele designa como ‘filosofia primeira’: a ética. Sem a pretensão de esgotar o conteúdo dessa obra, pode-se (simplificadamente) apresentá-la citando seus seis momentos. Três dispostos no âmbito da fundamentação: material, formal e factibilidade. Outros três, correlatos, inserem-se no âmbito crítico: crítica material, crítica formal e crítica da factibilidade.

A reflexão se inicia pela fundamentação, ou seja, análise do que é afirmado, ou seja, daquilo que constitui o conteúdo material, as formalidades, bem como a

⁵⁵⁴ DUSSEL, E. Introducción..., p. 159.

⁵⁵⁵ FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980. p. 27.

⁵⁵⁶ DUSSEL, E. Ética..., p. 565; 566.

efetividade dos processos. Normalmente, os estudos filosóficos ficam restritos a esse âmbito, ou seja, encerram suas reflexões no nível da afirmação⁵⁵⁷. Dussel, entretanto, ao delinear os três primeiros momentos de sua ética, apenas concluiu a descrição inicial, que é relativa aos fundamentos. Segue na construção de sua arquitetônica com três outros alicerces, que correspondem à análise crítica. Ou seja, na segunda parte da obra, o autor reflete sobre os momentos afirmados (material, formal, factível) questionando a possível existência de negações, ou seja, verifica se os fundamentos prestam-se à afirmação da vida humana. Portanto, o tema da segunda parte é a reflexão sobre a negação da vida humana. Desta forma, apresenta a crítica material, a crítica formal e a crítica quanto à factibilidade.

Em cada um desses seis momentos, a análise dusseliana parte de constatações, ou seja, constrói a descrição fática com a qual estabelece critérios para a consideração de cada momento (critério material, critério formal...). A partir do critério propõe um princípio. Portanto, tem-se a extração de enunciados normativos (os princípios, que trazem a ordem do *dever-ser*) a partir de enunciados descritivos (os critérios, que descrevem o *ser*). Essa apresentação é especialmente importante na ordem da crítica, que se dedica a desvelar as negações efetivadas (por meio da descrição, da qual surge o critério que orientará a formulação do princípio normativo).

O primeiro momento, o material, consiste em afirmar o conteúdo da ética: a vida humana (considerada em sua amplitude, que supera o dualismo moderno⁵⁵⁸). Este é o marco de referência a partir do qual se determinam as mediações necessárias à produção, reprodução e desenvolvimento desse conteúdo, ou seja, da vida humana⁵⁵⁹. A vida humana é considerada em seu modo de realidade⁵⁶⁰. A referência à realidade confere ao conteúdo sua condição de verdade prática. Dito em outras palavras, a pretensão de verdade do conteúdo da ética tem referência com o real. O conteúdo da ética dusseliana, a vida humana em seu modo de realidade (que é, entre outros, comunitária), é fortemente influenciado pela leitura

⁵⁵⁷ DUSSEL, E. *Ética...*, p. 282.

⁵⁵⁸ Dualidade que separa o psíquico (ou intelectual) do material (ou corporal).

⁵⁵⁹ DUSSEL, E. *Ética...*, p. 131. Sobre a produção, reprodução e desenvolvimento da vida humana: Tese 11 *in* DUSSEL, E. *Ética...*, p. 636.

⁵⁶⁰ Conceito já referido anteriormente, que considera a vida humana não como um conceito, ou ideia ou abstração, mas como “vida concreta de cada ser humano, a partir de onde se encara a realidade constituindo-a desde um horizonte ontológico (a vida humana é o ponto de partida pré-ontológico da ontologia) onde o real se atualiza como verdade prática.” (DUSSEL, E. *Ética...*, p. 632 – tese 3)

das obras de Marx. Este referencial apropriado em outros momentos da ética, por exemplo, no quarto momento (da crítica material).

O formal (segundo momento), partindo da realidade intersubjetiva da vida humana, refere-se à validade das determinações eleitas, ou seja, verifica os acordos intersubjetivos. Para tanto, entre outros referenciais, a Ética do Discurso (Apel e Habermas) é subsumida, porém, não sem questionamentos. Dussel rejeita a consensualidade como posição de verdade, ou seja, o que se obtém do acordo é apenas uma verdade consensual. Para o autor, a pretensão de verdade tem correspondência (refere-se) ao real. O consenso obtido, ainda que racional e comunitário, não significa necessariamente que seja verdadeiro⁵⁶¹. Assim, a Ética do Discurso é tomada em seu âmbito formal, a conferir validade ao acordo, porém submetida à co-determinação dialética com o primeiro momento. O conteúdo material irá condicionar o segundo momento (de estabelecimento de consensos). Ou seja, não basta a validade formal do procedimento de obtenção do consenso intersubjetivo. É preciso, também, avaliar o conteúdo do acordo em correspondência com o primeiro momento. Assim, o critério de validade, do qual irá decorrer o princípio moral universal, “é a pretensão de alcançar a intersubjetividade atual acerca de enunciados veritativos, como acordos obtidos racionalmente por uma comunidade. É o critério procedimental ou formal por excelência.”⁵⁶² Esse segundo momento pressupõe a simetria de participação na comunidade de comunicação, reconhecendo o outro como igual e concedendo-lhe o ato-de-fala, que é mediação necessária à produção, reprodução e desenvolvimento da vida humana em comunidade.

A proposta de Dussel avança e ultrapassa a tradicional leitura (hegemônica do direito), que se basta na dicotomia entre material e formal. O autor insere o momento da factibilidade, subsumindo os dois momentos anteriores e ampliando a consideração, colocando todos os momentos em relação dialética.

⁵⁶¹ Nas palavras de Dussel: “Toda atualização do real (verdade) é já sempre intersubjetiva; e toda intersubjetividade (validade) tem ‘referência’ a um pressuposto veritativo. Mas são categorialmente diferentes. A verdade é o fruto do processo monológico (ou comunitário) de se ‘referir’ ao real a partir da intersubjetividade (o enunciado tem assim pretensão de verdade); a validade é o fruto do processo de procurar que seja aceito intersubjetivamente aquilo que se considera monologicamente (ou comunitariamente) como verdadeiro (o enunciado tem assim pretensão de validade).” (DUSSEL, E. Ética..., p. 206)

⁵⁶² DUSSEL, E. Ética..., p. 208.

O terceiro momento, da factibilidade, enfrenta “o tema da realização da norma verdadeira (prática e materialmente) e válida (formalmente)”⁵⁶³. A factibilidade considera as condições ou circunstâncias concretas para a realização do ato, norma, sistema. As limitações do conhecimento humano, bem como as condições nas quais está inserido, determinam as possibilidades empíricas. Neste momento, Dussel apoia suas formulações nas proposições de Franz Hinkelammert, de quem extrai o ‘princípio geral empírico da impossibilidade’, que primeiro irá condicionar a factibilidade, pois algo impossível é irrealizável. Considera-se, portanto, as condições materiais e formais, empíricas, técnicas, econômicas, políticas, etc.

A partir de então, tem lugar o questionamento da razão estratégico-instrumental, que se ocupa dos ‘meios-fins’ da ação humana, ou seja, verifica se a ação (norma, sistema...) é eficaz. Essa análise é útil e necessária, porém não suficiente. A eficiência, visando apenas a otimizar a relação meios/fins, torna-se absoluta. Fechando-se em si própria, fetichiza-se. O que é factível empiricamente (logicamente, tecnicamente, economicamente...) pode não ser ético-moralmente realizável. Assim, Dussel passa a factibilidade abstrata para determinar a factibilidade ética concreta, que é chamada de “princípio de operabilidade” ou apenas “factibilidade ética”.⁵⁶⁴ Para o estabelecimento do princípio de factibilidade, o ético subsume o meramente factível. Assim, “um enunciado normativo de factibilidade ética tem a pretensão de ser realizável técnico-economicamente com verdade prática e validade intersubjetiva”⁵⁶⁵.

Assim, o terceiro momento, a factibilidade, compõe o sistema de eticidade, podendo-se agora julgar um ato, uma norma, uma instituição, uma microestrutura ou um sistema como bom ou mau.

Registrando que um ato (norma, instituição, sistema...) nunca será absolutamente bom ou absolutamente perfeito (condição empiricamente impossível), Dussel prossegue o desenvolvimento de sua arquitetura, ressaltando a necessidade de questionar tal ato (norma, instituição, sistema). Trata-se da constante postura crítica quanto à existência de negações, intencionais ou não, que

⁵⁶³ DUSSEL, E. *Ética...*, p. 260.

⁵⁶⁴ DUSSEL, E. *Ética...*, p. 269.

⁵⁶⁵ DUSSEL, E. *Ética...*, p. 275.

causam dor, sofrimento, exclusão, dominação, ou seja, causam morte em algum nível da existência⁵⁶⁶. Em uma palavra, geram vítimas.

Assim, depois de ter analisado positivamente (no sentido do que está afirmado) cada momento, o autor passa a re-significá-los, a partir de um processo negativo. Neste âmbito, que é de crítica, desvela-se outra perspectiva: a partir das vítimas. Trata-se de uma postura que traz a tona um universo encoberto pela tradição acadêmica hegemônica, que não possui qualquer interesse ou compromisso com a *periferia*⁵⁶⁷. Nessa perspectiva, que é essencialmente descolonial, Dussel identifica o que era “verdade como não-verdade, o válido como não-válido, o factível como o não eficaz”⁵⁶⁸. Surgem os três momentos da crítica: crítica material, com a constatação de negações que impedem a vida das vítimas (em qualquer dos níveis que a compõe); crítica formal, que questiona a validade afirmada e se apresenta como validade anti-hegemônica da comunidade das vítimas; crítica da factibilidade, propondo uma nova factibilidade advinda de frentes de libertação das vítimas (neste momento anuncia-se o princípio libertação).

A partir da constatação da existência de vítimas, o quarto momento apresenta a responsabilidade ética perante o outro (como outro, ou seja, com uma postura alterativa, conforme aportes de Lévinas). A identificação (fática) do ‘não-poder-ser-vivente’ é uma postura crítica, porque questiona o conteúdo material (1º momento) afirmado pelo sistema (ato, norma...) como insuficiente. Torna-se ético em razão da não aceitação das negatividades impostas, ou seja, pela assunção da responsabilidade pela negação gerada ao outro, à vítima⁵⁶⁹. Disto decorre o elemento negativo do ético-crítico: negar a negação, ou seja, é a “negação ética de uma negação empírica”⁵⁷⁰. De outro lado, apenas a negação da dor, da opressão, da morte, etc., não basta. Tem-se o aspecto positivo do ético-crítico: a ação que transforma a realidade para garantir a vida ampla das vítimas, ou seja, “para que a *impossibilidade* de viver destas vítimas se converta em *possibilidade* de viver e viver

⁵⁶⁶ DUSSEL, E. Ética..., p. 303.

⁵⁶⁷ Conforme anteriormente referido, Dussel utiliza as categorias de *centro* e *periferia*. É oportuno, entretanto, registrar que tal utilização se dá de forma abstrata e simplificada, apenas com o objetivo de situar “os horizontes culturais de ‘mundos da vida’ determinados por seu ‘lugar’ dentro do ‘sistema-mundo’”. O *centro* é constituído *países do Norte*, Europa Ocidental, Estados Unidos e Japão, enquanto a *periferia* reúne os demais países, excetuados a China e a Rússia, que são considerados em uma posição especial. (Cf. Tese 1. In DUSSEL, E. Ética..., p. 631.)

⁵⁶⁸ *Ibid.*, p. 301.

⁵⁶⁹ Isto porque o conteúdo afirmado no momento material gera o dever (exposto no princípio) de “produzir, reproduzir e desenvolver a vida humana em geral”. (DUSSEL, E. Ética..., p. 379.)

⁵⁷⁰ DUSSEL, E. Ética..., p. 379.

melhor.”⁵⁷¹ Transformação que, para ser alcançada ético-criticamente, necessita da realização dos outros dois momentos críticos, a seguir comentados.

O quinto momento da ética de Dussel, corresponde à crítica formal. O consenso obtido e considerado válido é, agora, resignificado como inválido em razão de ser constatada a existência de vítimas, que foram assimetricamente excluídas da comunidade de comunicação. Trata-se do exercício da razão discursivo-crítica comunitária, que apresenta uma nova validade, agora anti-hegemônica⁵⁷². Discursivo crítico porque se refere à intersubjetividade das vítimas.

O início desse processo diacrônico é a percepção da exclusão. Para teorizar sobre essa percepção, são consideradas as proposições de Paulo Freire, na construção que fez sobre a *conscientização*⁵⁷³. Assim, a consciência ético-crítica consiste na compreensão das causas da exclusão (conscientização) e, em razão da existência de vítimas (elemento ético), no posicionamento diante dessa percepção (por isso, crítico). Posicionamento que nega o consenso anteriormente apresentado como válido. Novamente, destaca-se o elemento negativo (na desconstituição da validade do acordo hegemônico), ao lado do elemento positivo, que consiste no novo acordo discursivo, que apresenta alternativas futuras, agora incluídas as vítimas. Da consciência de exclusão, surge o dissenso. Este, quando apoiado na organização de uma comunidade de vítimas, constitui o novo consenso verdadeiro e válido⁵⁷⁴.

Esse elemento da novidade, da criatividade, já anunciado no quinto momento, tem sua realização analisada no sexto momento. A factibilidade crítica é um momento que subsume os dois momentos críticos anteriores, dando a eles possibilidade de passar à realidade. Sem esta reflexão a crítica material e a crítica formal mantêm-se em um nível abstrato⁵⁷⁵.

A factibilidade crítica trata do juízo explicativo que constata a não factibilidade do ato (norma, sistema...). Em seu momento negativo, desenvolve argumentativamente a explicação das causas da ineficácia, desconstruindo realmente o que gera negatividades. De outro lado, positivamente, consiste na

⁵⁷¹ DUSSEL, E. *Ética...*, p. 382.

⁵⁷² DUSSEL, E. *Ética...*, p. 467.

⁵⁷³ O tema será retomado no item 4.3, por isso, neste momento, apenas registra-se seu lugar na arquitetura dusseliana.

⁵⁷⁴ DUSSEL, E. *Ética...*, p. 470-471.

⁵⁷⁵ DUSSEL, Enrique. **Política de la Liberación**. Volumen II. La arquitectónica. Madrid: Editorial Trotta, 2009. (Colección Estructuras y Procesos – Serie Filosofía). p. 475.

transformação dos atos e sistemas, a partir de frentes de libertação que façam irromper o novo, que efetivamente permita o desenvolver da vida humana em comunidade⁵⁷⁶. Utilizando-se, para tanto, da razão instrumental e estratégica, considerados os elementos já citados (terceiro momento) quanto à impossibilidade/possibilidade e operabilidade.

Três temas são apontados por Dussel como importantes nesse momento: o juízo acerca do poder da ordem dominadora; a auto avaliação da capacidade prática da comunidade das vítimas; a conjuntura objetiva da factibilidade da transformação⁵⁷⁷.

A realização factível da práxis de libertação faz referencia à utopia possível (que passou pela prova da factibilidade e exigências ético-materiais e morais-formais). Trata-se do abrir espaço para a razão imaginativa, criativa, advinda das próprias vítimas, como condição de possibilidade para novas proposições⁵⁷⁸.

A apresentação dos seis momentos que compõe a ética de Dussel não teve a pretensão de ser exaustiva. Muitos elementos foram relegados em busca de uma apresentação sintética. O intento era apenas localizar nessa arquitetônica onde está situada a questão da libertação. A construção filosófica proposta por Dussel, a partir de implicações dialéticas entre os seis momentos, resulta na proposição do princípio libertação.

Neste momento, retoma-se a inclinação inicial deste tópico, concluindo a reflexão sobre a libertação e seu contexto de descolonização.

Quando se fala em libertação, geralmente a primeira questão que é suscitada (a exemplo das palavras de Mignolo acima, trabalhando com as ideias de Paulo Freire) é: “libertar-se de quê?”. Assim, a primeira referência ao tema da libertação requer a ampla descolonização, ou seja, inicialmente tornar evidente a colonialidade, a dominação, os elementos que geram a distorção ou o bloqueio na visão, ou melhor, na compreensão do real e dos efeitos gerados por atos, instituições, sistemas, etc.

⁵⁷⁶ DUSSEL, E. Ética..., p. 565; 567.

⁵⁷⁷ DUSSEL, E. Ética..., p. 561-563.

⁵⁷⁸ DUSSEL, E. Ética..., p. 559.

Neste sentido, tem particular relevância o cuidado, expresso na filosofia dusseliana, para a construção de princípios que “não contivessem em si germes da opressão que aflige o continente [latino-americano]”⁵⁷⁹.

A libertação é objeto de reflexão dessa filosofia, é também o objetivo que está no horizonte a ser alcançado, como também qualifica a designação ‘filosofia da libertação’.

Não obstante, conforme pontua Daniel Pansarelli, muito embora a noção de libertação torne-se conhecida em razão do engajamento prático que a filosofia da libertação pressupõe, seu conceito não é explícito⁵⁸⁰.

Contribuindo para delinear a noção, dentre outras anotações, o autor coloca outra questão, também imediata quando o tema é libertação: ‘libertar a quem?’. E conclui: “a quem estiver restrito em suas possibilidades de ser autodeterminado.” Assim, “será ato de libertação o combate aos elementos que impõem limitação à idealmente ilimitada possibilidade e autodeterminação.” A ‘auto’determinação refere-se a “não anulação de si mesmo por uma *heteronomia* impessoal”, já que plenamente é impossível autodeterminar-se, considerando o “sujeito como produtor e como produto da história.”⁵⁸¹

A referência nuclear para a libertação é, portanto, a alteridade: permitir ao outro ser outro. Romper com a dominação e opressão que afirma o outro como ‘o mesmo’. Como pressuposto está a reconhecimento da exterioridade: “A alternatividade (o alternativo ao ‘mesmo’) só se dá a partir de novo fundamento: com novas bases históricas que surgem desde a exterioridade, como projeto libertador situado ‘além’ da totalidade totalizada vigente”⁵⁸².

Evidente, portanto (como já referido inicialmente), que não se trata da busca pela liberdade de matriz moderna, pois está restrita a reproduzir o fundamento do sistema (‘o mesmo’). Sistema, que no âmbito político-econômico, invariavelmente gera negações, premissa básica para sua manutenção. Assim, a reivindicação de ser ‘o mesmo’, ou seja, a busca pela liberdade moderna, não rompe com a dominação do subsistema epistemológico. Trata-se de uma concepção afetada pela colonialidade, cega pelo eurocentrismo, que apresenta seu modelo ocultando o que a manutenção de todo o sistema só é possibilitada pela exploração de vidas

⁵⁷⁹ PANSARELLI, D. Filosofia Latino-Americana..., p. 167.

⁵⁸⁰ PANSARELLI, D. Filosofia Latino-Americana..., p. 167.

⁵⁸¹ PANSARELLI, D. Filosofia Latino-Americana..., p. 175; 173; 174.

⁵⁸² LUDWIG, C. Para uma filosofia..., p. 175

alheiras. A noção de alteridade, componente essencial da ideia de libertação, impõe a responsabilidade pelo outro (enquanto outro).

Concluindo, retoma-se o texto de Pansarelli, para afirmar que “Libertação é ação.”⁵⁸³ Ação voltada às vítimas (o *quem* do libertar). Trata-se do pobre e do oprimido, mas não apenas. Considera o sentido mais amplo de negações, engloba vários ‘níveis’ de ‘morte’. Porém, nesses níveis, há a urgência para aqueles atingidos corporalmente, impossibilitados de produzir, reproduzir e manter a vida humana. Assim, devem-se priorizar as opressões mais graves. Ação que se orienta contra a dominação, em todos os seus níveis. Inicia-se com uma compreensão descolonizada, que permite a crítica e o estabelecimento de conteúdos, procedimentos e realizações voltados à amplitude da vida humana em comunidade.

Libertação é a ação que transforma. Transforma as estruturas e condições que causam a opressão e dominação e transforma a vítima, que deixa de ser o ‘ente’, uma mediação da totalidade.

Como orientação ética, a libertação torna-se ‘o’ princípio: revela o *dever* libertar, por meio do projeto libertação, que se apoia na exterioridade, organizada em frentes de libertação, conscientizadas das estruturas e das causas de sua opressão. A partir desse ‘novo’ lugar, que é a exterioridade, a comunidade das vítimas, novos conteúdos são afirmados, procedimentos, agora com validade contra hegemônica, apresentam propostas cuja factibilidade reflete a possibilidade da vida antes negada:

(...) a categoria da exterioridade é reserva crítica, que possibilita romper o sentido do que é justo na lógica da totalidade, mas que pode revelar-se injusto a partir de uma compreensão com base na exterioridade. Ou então, a partir desse “novo lugar” pode revelar um “outro” justo, ou uma “outra” justiça: o não-ser como ser da justiça.⁵⁸⁴

Assim, o princípio-libertação, como síntese dos momentos anteriores, orienta a intervenção criativa. Busca a transformação.

Dussel, nesse intento, apresenta a metodologia que possibilita o surgimento desse ‘novo’, a partir da exterioridade, ao incluir o momento da analética ao método dialético. A esse tema, dedica-se o item seguinte.

⁵⁸³ PANSARELLI, D. Filosofia Latino-Americana..., p. 174.

⁵⁸⁴ LUDWIG, C. Para uma filosofia..., p. 174.

4.2. O método na Filosofia da Libertação: a analética

A anadialética, componente do método proposto por Dussel, sem dúvida, apresenta-se como uma das inovações que sua filosofia logrou. Longe de se apresentar como uma recusa ao método dialético, possibilita seu alargamento⁵⁸⁵.

Para explicitar a proposição é preciso adentrar no universo conceitual do autor e considerar que o tema é tratado em diversos textos, em épocas diferentes, com abordagens próprias e, às vezes, sutis diferenças. É preciso acompanhar o autor nesse caminho, por vezes minuciosamente detalhado.

Como resultado, o método busca evidenciar como se dá a formulação da nova compreensão. A especificidade do método anadialético é ressaltar as possibilidades que vem da exterioridade, seguindo a orientação ética que fundamenta toda a filosofia da libertação.

O projeto de libertação está atrelado à novidade advinda da exterioridade. O princípio-libertação é o anúncio do novo factível, fulcrado em uma ética de alteridade, que nega a exploração, a exclusão e a opressão, e, positivamente, afirma criticamente um novo projeto. E este é o último momento do movimento metódico apontado por Dussel.

Apresentadas as linhas gerais que compõe o pensamento do autor em referência, pode-se agora ressaltar a importância que assume a reflexão quanto ao método, pois é elemento chave para a concretização do sexto momento da arquitetura ética. O método, como uma ferramenta, explicita o caminho (ainda que abstratamente) para a libertação.

Assim, a explanação a seguir acompanha, passo a passo, o desenvolvimento das ideias de Dussel quanto ao método, exposto na obra **Método para uma filosofia da Libertação**, ainda que a questão do método para a filosofia da libertação seja objeto de reflexão em diversos outros escritos.

A obra 'Método' é dedicada ao estudo minucioso dos passos metódicos da reflexão filosófica. Trata-se de uma obra importante, a expressar a estrutura geral do

⁵⁸⁵ PANSARELLI, Daniel. **Filosofia e práxis na América Latina: Contribuições à filosofia contemporânea a partir de E. Dussel**. São Paulo, 2010. 251 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. p. 222.

pensamento do autor sobre o tema. Reflete a forte influência de Heidegger e Lévinas na construção engendrada por Dussel. Essas duas referências justificam o estudo aprofundado dessa obra: a superação da ontologia moderna, adotando a ética como metafísica (relevância da exterioridade); a apresentação cuidadosa da relação com o outro. Assim, o método será apresentado nos passos dados nessa obra, que é ainda hoje a principal referência para o tema.

Ainda que a obra citada seja o referencial básico da pesquisa sobre o método no pensamento dusseliano, não se pode deixar de considerar a trajetória dos estudos empreendidos por Dussel. Ao dedicar-se à compreensão da filosofia marxiana, o autor argentino efetuou uma ‘guinada’ do viés essencialmente ontológico (heideggeriano) para uma leitura materialista (marxiana) da ética.

Não se trata de uma reformulação completa de seu pensamento, pois essencialmente os (5) momentos marcados por Dussel na obra ‘Método’, com viés ontológico, foram mantidos depois dos estudos marxistas⁵⁸⁶.

Entretanto, é inegável que os estudos feitos sobre as obras de Marx surtiram efeitos nas considerações de Dussel sobre o método. Alterações foram procedidas, especialmente com a incorporação de uma nova terminologia⁵⁸⁷.

Dentre inúmeras análises possíveis, acredita-se que o principal impacto da leitura de Marx consistiu na reconsideração quanto ao momento da exterioridade, que passou a ser considerada no sentido de uma anterioridade. A analética foi ressituada como um momento novo no método dialético. Assim, o método proposto é ana-dia-lético, com a anterioridade da analética, enquanto que anteriormente, até 1979, a analética era apresentada como ‘o’ próprio método⁵⁸⁸.

⁵⁸⁶ Cf. DUSSEL, E. A Produção..., p. 349.

⁵⁸⁷ Os cinco momentos citados são nomeados de forma diferente se comparadas as obras ‘Método para uma filosofia da libertação’ e ‘Para uma ética da libertação latino-americana’, a primeira sob o viés ontológico heideggeriano e a segunda sob orientação materialista-marxiana. Didaticamente pode-se comparar tais nomenclaturas, apresentando-se primeiro a ontológica e em seguida a materialista: (1) “o discurso filosófico parte da cotidianidade ôntica e dirige-se dia-lética e ontologicamente para o fundamento” e “elevação do abstrato ao concreto”; (2) “relação fundante do ontológico sobre o ôntico” e “descenso da totalidade concreta à determinação concreta explicada”; (3) “passagem da totalidade ontológica ao outro como outro” e “questionamento crítico da totalidade mesma do ser a partir da alteridade positiva e real”; (4) “revelação do outro que cria um novo âmbito fundamental ontológico aberto ao ético” e “formulação do ‘projeto de libertação’”; (5) “nível ôntico julgado a partir do fundamento ético em função de uma prática analética como serviço ao outro” e “a própria ‘práxis de libertação’”. Comparação feita a partir de: DUSSEL, E. Método..., p. 197-198 e DUSSEL, E. A Produção..., p. 349.

⁵⁸⁸ Sobre tal leitura: “esta concepção da analética como método próprio – que Dussel defende até 1979 – deve-se destacar, porque a mudança na posição filosófica dusseliana caracterizada por mim metodologicamente como a passagem da resistência a Marx para a convergência com Marx, se mostra, em 1980, precisamente porque a analética perde o status de método e se torna momento do

Considerando que a exposição do método – seja a partir de Heidegger ou de Marx – não é tarefa das mais simples, escolheu-se seguir o desenvolvimento da ideia pela obra ‘Método’, por ser mais aprofundada e estar minuciosamente exposta. Também é necessário considerar as dificuldades na exposição didática quanto ao método em Marx, já que o próprio autor não se dedicou a escrever a seu respeito. A compreensão sobre o método de Marx decorre de suas anotações, prioritariamente na forma de *manuscritos* (Grundrisse). Tais anotações não são sistematizadas, pois consistiam em rascunhos destinados ao próprio autor. Como ‘lembretes’, por óbvio, não havia a necessidade de o próprio Marx registrar pra si todas as mediações. A dificuldade em trabalhar com esses dados é pontuada pelo próprio Dussel, que ressalta serem anotações feitas “ao correr da pena” e, portanto, “Há muitos subentendidos, demasiados aspectos não explicados. Enfim, menciona-se um ‘movimento’ dialético geral, mas permanecem, na sombra muitos detalhes.”⁵⁸⁹ Ainda assim, a releitura do método dusseliano, com a influência marxiana será pontuada. Ressalta-se, que em alguma medida, a parte inicial do método (momentos 1 e 2) já se apresentada ao longo do Capítulo 1, pois guiaram a organização e exposição das ideias⁵⁹⁰.

O detalhamento dos cinco momentos do método proposto por Dussel é importante para os objetivos deste trabalho, que tentará – depois de apresentadas as mediações dusselianas – correlacionar essa metodologia com o procedimento autogestionário, localizado na cooperativa (‘como cooperativa’).

A filosofia proposta por Dussel, porque ressalta a importância da particularidade especificamente latino-americana, utiliza-se de uma metodologia própria. A Filosofia da Libertação é propriamente uma filosofia latino-americana⁵⁹¹. Reconhece um *ethos*⁵⁹² latino-americano, ou seja, atitudes (ou *modos*) fundamentais que revelam sistemas de valores que determinado povo constituiu, que está situado

método dialético”. (FORNET-BETANCOURT, Raúl. **O marxismo na América Latina**. Trad. Egídio F. Schmitz. São Leopoldo: UNISINOS, 1995, p. 307.)

⁵⁸⁹ DUSSEL, E. A Produção..., p. 55.

⁵⁹⁰ Também é oportuno mencionar que Dussel já anunciou que no terceiro volume da obra *Política de la Libertación* (a ser publicado) será tratada a questão do método. (Cf. DUSSEL, E. *Política...*, p. 38.)

⁵⁹¹ Que toma proporções planetárias ao reconhecer especificidades também na realidade africana, asiática, etc. Trata-se da analogia à situação de exploração e dominação.

⁵⁹² “Chamaremos de *ethos* de um grupo ou de uma pessoa o complexo total de atitudes que, predeterminando os comportamentos, formam um sistema, fixando a espontaneidade em certas funções ou instituições habituais.” DUSSEL, Enrique. **Oito Ensaios sobre a Cultura Latino Americana e Libertação**. Trad. Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Paulinas, 1997. (Coleção Atualidades em diálogo) p. 29.

entre a objetividade da civilização e a subjetividade de cada pessoa⁵⁹³. O método próprio, proposto por Dussel, tem por horizonte fundamental a valorização deste *ethos* específico. Trata-se de como fazer emergir tais modos de pensar e agir, rompendo com a cultura colonial europeizada, redutora do “tudo” ao “mesmo”⁵⁹⁴. A emergência do diferente tem lugar na epistemologia dusseliana a partir do método chamado analético.

A palavra método, da etimologia derivada do grego (*methodos*), cujo prefixo (*metà*) significa “além” e o radical (*odós*), “caminho”⁵⁹⁵, transmite a ideia de ‘seguir pelo caminho’. Para Dussel, refere-se ao *saber* caminhar, saber resolver as questões que são postas⁵⁹⁶. A questão do método, do ‘saber caminhar’, é de importância fundamental a Enrique Dussel⁵⁹⁷, pois o método que propõe é apresentado como nova possibilidade do pensar, não o único possível, mas um método do pensar⁵⁹⁸. Assim, a questão metodológica torna-se central à sua filosofia, como condição para a existência de um autêntico e original pensar latino-americano.

A originalidade deste pensamento responde aos questionamentos colocados no período inicial dos debates sobre uma filosofia própria da América Latina, articuladas por Salazar Bondy (entre outros), ou seja, responde à questão: ‘Existe una filosofía de nuestra América?’. A anadialética dusseliana consiste em original, autêntico e peculiar modo de filosofia, destinado a oferecer instrumento de reflexão que permite a transformação de construções teóricas fetichizantes e totalizantes.

É especificamente na proposição do momento analético que a contribuição dusseliana se firma como filosofia original, pois ultrapassa a dialética antiga e moderna, afirmando a exterioridade metafísica do outro como possibilidade para a produção do conhecimento latino-americano⁵⁹⁹. Trata-se de buscar as condições metódicas que tornem possível a interpretação do momento antropológico, no face-

⁵⁹³ DUSSEL, E. Oito Ensaíos..., p. 29.

⁵⁹⁴ LUDWIG, C. Para uma filosofia..., p. 149.

⁵⁹⁵ JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 124.

⁵⁹⁶ DUSSEL, Enrique. **Introducción a la Filosofía de la Liberación**. Bogotá: Editorial Nueva América, 1995. p. 221.

⁵⁹⁷ LUDWIG, C. Para uma Filosofia..., p. 149.

⁵⁹⁸ DUSSEL, E. Introducción..., p. 221.

⁵⁹⁹ Registre-se, sem antecipar a questão, que esse recorte é uma das características que diferencia as proposições de Dussel e aquelas realizadas por Lévinas.

a-face, de revelação⁶⁰⁰ do outro, pois o método dialético, lido e relido ao longo da tradição filosófica europeia, é sinônimo de dominação, por não romper com a ontologia⁶⁰¹.

Tais noções, pretende-se, ficaram mais claras ao longo da exposição sobre o método analético, a seguir.

Adentrando nas concepções metódicas e correndo o risco de cair em uma simplificação do pensamento dusseliano, poderíamos apontar três noções que o método anadialético congrega: (1) movimento da dialética ontológica; (2) irromper do outro (a exterioridade); (3) a possibilidade de criação do novo (a libertação).

Dussel inicia sua reflexão sobre o método analisando a interpretação sobre a dialética feita pela filosofia tradicional ocidental, desde Aristóteles a Heidegger, ressaltando as contribuições críticas feitas ao pensamento deste último por Lévinas. Deste antecedente imediato do pensar latino americano, o autor ressalta os elementos que nos podem servir, bem como questões a serem superadas para a emergência de um pensamento autenticamente latino-americano.

Heidegger, apesar de ser apontado como último representante da filosofia moderna de base ontológica⁶⁰² (que será alvo da crítica dusseliana), traz importantes contribuições ao pensamento de Dussel, com a crítica ao cotidiano e reflexões sobre o ‘pensar essencial’ do ‘ser a partir de si mesmo’⁶⁰³.

Rompendo com toda uma tradição do *pensar* como condição para o *existir* (Descartes), para Heidegger o pensar só pode acontecer a partir do mundo cotidiano e, especificamente, na crítica a ser feita a esse mundo das coisas; ao mundo da cotidianidade. Quando pergunta pelo *ser*, Heidegger aponta o “nível da ‘vida fática (*faktische Leben*)’”, enquanto ‘a questão da filosofia é para Hegel e Husserl (...) a subjetividade’⁶⁰⁴. De acordo com Dussel:

Heidegger (...) propõe partir da cotidianidade permanecendo nela: a direção se inverte e, da *experiência* em sentido hegeliano (enquanto movimento dialético da consciência *para* a consciência e *nela* pelo descobrimento de um novo objeto) passa-se agora à tematização da *própria experiência*

⁶⁰⁰ Schelling, citado por Dussel, designa a revelação não somente “aquilo do qual não há ciência, mas aquilo do qual não há saber algum sem a própria revelação”. Portanto, a revelação é especial e adequada fonte de conhecimento. (DUSSEL, E. Método..., p. 194.)

⁶⁰¹ “O método dia-lético é a expansão dominadora da totalidade *desde si*; a passagem da potência para o ato de ‘o mesmo’.” (DUSSEL, E. Método..., p. 196.)

⁶⁰² Cf. DUSSEL, E. Método..., p. 190.

⁶⁰³ DUSSEL, E. Método..., p. 190.

⁶⁰⁴ DUSSEL, E. Método..., p. 169.

natural como mera cotidianidade, *onde já* está dada a totalidade do ser do homem: não há in-volução, mas reflexão sobre a própria transcendência⁶⁰⁵.

Enquanto o movimento *in-volutivo* se dá em direção à consciência do sujeito, a transcendência se dá em direção ao *ser*⁶⁰⁶, colocado no mundo, imerso na cotidianidade. A reflexão sobre a transcendência refere-se ao ato de *ser-no-mundo*, refere-se à própria *existência*. E Heidegger chama a atenção para uma adequada concepção quanto à noção de ‘experiência fática da vida’⁶⁰⁷. A existência pode ser concebida de duas maneiras: numa posição existencial ou numa posição existenciária, noções radicalmente diferenciadas. O existencial é o modo de existir sem consciência crítica, modo de ser no mundo obvia e cotidianamente⁶⁰⁸, sem crises⁶⁰⁹. Já o existenciário é a existência crítica, refletida.

Esse movimento, a partir da leitura de Marx, significa a passagem do ‘real concreto’ (a existência) para a realidade conhecida (resultado do processo investigativo). O ponto de partida é ‘real concreto’, o existente, que é o “suposto em toda investigação”⁶¹⁰. De outro lado, a realidade conhecida é uma parte⁶¹¹ do ‘real concreto’ que pode ser explicada por meio do conhecimento construído pelo método, que é o conhecimento científico.

Ainda na leitura marxiana do método, é importante ressaltar que a primeira percepção da realidade, chamada ‘representação plena’, consiste em uma captação imediata da realidade. É “um ato cognitivo inicial, ingênuo, primeiro, cheio de sentido, mas confuso, caótico.”⁶¹² Essa primeira percepção do ‘real concreto’ o considera por sua aparência e não pela essência.

Retomando a linha expositiva proposta na obra ‘Método’ (seguindo a leitura heideggeriana), o pensar surge do mundo da cotidianidade, da “facticidade, efetividade (*Tatsaechlichkeit*), situação vital, tem estrutura concreta própria,

⁶⁰⁵ DUSSEL, E. Método..., p. 170.

⁶⁰⁶ DUSSEL, E. Método..., p. 167.

⁶⁰⁷ DUSSEL, E. Método..., p. 170.

⁶⁰⁸ DUSSEL, E. Introducción..., p. 88.

⁶⁰⁹ A noção de crise, como forma de pensar, remete à noção grega de *krineîn*, “que significa separar, *Krineo-Krisis* é o ato de separar, é juízo. Critério significa em mudança tribunal”. (DUSSEL, E. Introducción..., p. 222.)

⁶¹⁰ DUSSEL, E. A Produção..., p. 50.

⁶¹¹ Ao diferenciar o que resulta do processo do pensamento (a realidade explicada) da realidade concreta (existente), Marx rompe e critica Hegel. Para este o processo do pensamento era o criador do real e o real apenas sua manifestação externa. (MARX, K. O Capital..., p. 16.)

⁶¹² DUSSEL, E. A Produção..., p. 50.

histórica”⁶¹³. Porém, somente com o ato de transcender no mundo. Para que surja a reflexão (para que surja o novo, que decorre do pensar), é necessário o questionamento da cotidianidade, é preciso pensá-la. Apenas a compreensão existenciária fundamental tem o condão de romper com o mundo da cotidianidade.

De outro lado, a compreensão existencial, embora permita reconhecer tudo o que exista no mundo e, inclusive, valorá-las como importantes ou não, o que há de maior relevância, que é o fundamento do mundo, passa despercebido⁶¹⁴.

Nestes dois níveis de existência, podemos localizar uma diferenciação entre o *ente* e o *ser*. Enquanto o ente não se coloca em crise, vivendo sem significar, sem questionar, o mundo em que está inserido, o ser é o que rompe com o mundo cotidiano, pensando e questionando, buscando pelo fundamento.

O ente está fundado no nível ôntico (mundo não examinado, não angustiado), enquanto o ser está no nível ontológico, cuja postura pede, questiona, pelas causas, pelos fundamentos.

No nível da compreensão existencial (nível dos entes/ôntico)

(...) somos levados como o barco pela maré pelo fundamento e nos cremos senhores dos entes, entes que nunca descobrem o que têm por trás. Esta é a pequena diferença entre o ôntico, que se refere aos entes (ao relógio, por exemplo) e o ontológico, que se refere ao fundamento ou ao projeto de existência do homem, de uma comunidade, de uma época histórica e ainda da humanidade como história de todos os projetos⁶¹⁵.

É em razão desta diferenciada forma de existir, privilegiando a postura crítica da posição existenciária, que “*Dasein*, para Heidegger, não é todo ente, mas de maneira privilegiada somente aquele ente ao qual o ser se manifesta, somente aquele que des-cobre o ser”⁶¹⁶. O ser é aquele que se volta ao mundo em busca do seu fundamento, ou seja, não se conforta com a vida cotidiana, corriqueira, aquele que não se coloca em crítica diante dos fatos corriqueiros. “*Da-sein* ou *existência* indicam ambos a transcendência do ser do homem”⁶¹⁷.

⁶¹³ DUSSEL, E. Método..., p. 169.

⁶¹⁴ DUSSEL, E. Introducción..., p. 92.

⁶¹⁵ DUSSEL, Enrique. **Introdução à filosofia da libertação latino-americana**. Trad. Hugo Allan Matos. Livro eletrônico. São Paulo, 2008. p. 53. Disponível em: <http://nefilam.files.wordpress.com/2011/09/uma-introduc3a7c3a3o-c3a0-filosofia-da-libertac3a7c3a3o.pdf>. Acesso em: 08.01.2014.

⁶¹⁶ DUSSEL, E. Método..., p. 171.

⁶¹⁷ DUSSEL, E. Método..., p. 171.

O pensar, portanto, se dá ao ser produzida a passagem à transcendência, desde o cotidiano⁶¹⁸. Um dos caminhos possíveis⁶¹⁹, seguido por Heidegger, é o caminho ontológico, que busca esclarecer o fundamento de uma época a partir do cotidiano, ou seja, questiona sobre o sentido do ser de determinada época⁶²⁰. Para a ontologia, “o homem é um *ser no mundo* e o último horizonte de seu mundo é o fundamento”⁶²¹. Trata-se da adoção da ontologia como metafísica⁶²².

Historicamente podemos identificar o fundamento cosmológico como o conteúdo concreto que dá sentido à época. “Desde o fundamento, no caso dos gregos, posso descobrir o sentido de Atenas no século V a.C., para depois entender o que faz e porque o faz, um cidadão de sua época”⁶²³. Esta mediação, de horizonte em horizonte, é o que leva à compreensão de quem é esse grego.

Este movimento de passar de um horizonte a outro em busca da compreensão, é um movimento dialético. O termo *dia-lética* antepõe a partícula “diá”, que traz a noção de horizonte, à palavra grega *logos*, que, no sentido metodológico tomado, significa abarcar, reunir, englobar⁶²⁴. Assim, a dialética é a passagem do horizonte estabelecido outro horizonte ou âmbito⁶²⁵.

De igual maneira ao que foi referido à compreensão do mundo grego antigo, também é possível situar o período medieval vinculado ao seu fundamento, que foi teológico ou teocêntrico. Porém, é a compreensão do fundamento da modernidade que particularmente interessa à nossa sociedade e à nossa forma de pensar⁶²⁶: a subjetividade do sujeito.

⁶¹⁸ DUSSEL, E. Introducción..., p. 223.

⁶¹⁹ Caminho diferente é eleito por Dussel, entre outros autores.

⁶²⁰ DUSSEL, E. Introducción..., p. 224.

⁶²¹ DUSSEL, E. Introdução..., p. 88.

⁶²² Realizando a crítica a essa concepção, Dussel adota a ética como metafísica, conforme será visto no item (c) adiante.

⁶²³ DUSSEL, E. Introdução..., p. 137

⁶²⁴ DUSSEL, E. Método..., p. 171.

⁶²⁵ DUSSEL, Enrique. **Filosofia da Libertação na América Latina**. Trad. Luiz João Gaio. São Paulo: Loyola, 1977. p. 34.

⁶²⁶ Somos ainda filhos da modernidade. Embora a crise desse paradigma tenha se tornado uma afirmação consensual, vários âmbitos da realidade social demonstram que sua superação ainda carece de efetividade. A exemplo, a epistemologia luta (e muitas vezes perde) por uma compreensão que rompa com a moderna dicotomia sujeito x objeto. Desde o direito, a afirmação de que o paradigma moderno continua a se reproduzir (não sem críticas localizadas) é ainda mais fácil. Em obra utilizando o recorte do Direito Cooperativo, essa análise já foi procedida em outro trabalho: ARAUJO, Luciana Souza de. **O modelo jurídico moderno e a apreensão do fenômeno cooperativo**: da síntese de uma crise regulatória ao anúncio de perspectivas emancipatórias. Curitiba, 2007. 122 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

A epistemologia da modernidade fundamenta o mundo a partir do pensamento, ou seja, a partir do '*Ego cogito!*'. O sujeito, por sua subjetividade, é quem define o que é o objeto. Muito embora, a colocação de que o pensamento é o fundamento para a construção da epistemologia moderna seja pontual para compreendê-la, é importante retomar a crítica quanto às versões sobre a modernidade (item 3.1.1), que desvelam o discurso eurocêntrico, trazendo à tona a condição sem qual o "eu penso!" não ocorreria: o "*ego conquiro*". Nas palavras de Dussel: "Antes do *ego cogito* existe o *ego conquiro* (o 'eu conquisto' é o fundamento prático do 'eu penso')." ⁶²⁷

Seguindo com o discurso apresentado pela filosofia tradicional, Hegel marca com radicalidade o fundamento da subjetividade: o real como resultado do pensado. Nas palavras de Marx: "Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento" ⁶²⁸. A partir de Hegel, a subjetividade (o *eu*) se torna o "horizonte desde o qual tudo ganha sentido na filosofia abstrata (lógica), na filosofia da natureza e na filosofia do espírito" ⁶²⁹. A subjetividade se absolutiza. O discurso que parte do *eu* é fundante de tudo: "O eu é a totalidade dentro da qual se dará tudo o que existe e todos os demais homens, o outro, como ideia que eu conheço" ⁶³⁰.

A relação sujeito x objeto (sendo o primeiro o absoluto definidor do segundo), é recolocada a partir das considerações heideggerianas, que substitui essa relação por outra: homem (ser) x mundo. Antes do sujeito está o ser e antes do objeto está o mundo.

A filosofia moderna compreende que o homem é um sujeito que se relaciona com objetos. O objeto é o ente, posto à interpretação do sujeito ⁶³¹. Entretanto, o sujeito só interpreta aquilo com que tem relação, aquilo que conhece. Se não conhece o objeto, não o *compreende*. A compreensão traz a noção de 'círculo' (*circum*), que se refere ao que está inserido na experiência do sujeito; e 'preensão', que significa apreender, captar. Portanto, é compreensível aquilo que já existe dentro do universo do sujeito, àquilo que possui um sentido e pode, então, ser captado ⁶³². Porém, a totalidade da experiência de um sujeito está situada dentro de

⁶²⁷ DUSSEL, E. Filosofia da libertação..., p. 10.

⁶²⁸ MARX, K. Grundrisse..., p. 54.

⁶²⁹ DUSSEL, E. Introducción..., p. 213.

⁶³⁰ DUSSEL, E. Introducción..., p. 213.

⁶³¹ DUSSEL, E. Introducción..., p. 228.

⁶³² DUSSEL, E. Filosofia da Libertação na América Latina, p. 33; DUSSEL, E. Introducción..., p. 87-88.

um determinado horizonte, que não esgota o *mundo*. Para Heidegger, o mundo está além do objeto.

A anterioridade do mundo, em relação ao objeto, bem como do próprio ser, em relação ao sujeito, leva a concluir que, quando as coisas são descritas de forma cotidiana, óbvia, acrítica pelo sujeito, o nível é o ôntico. Para Heidegger, o verdadeiro pensar se dá ao sair no universo dos entes, rompendo com a relação sujeito x objeto e avançando de horizonte em horizonte em busca do sentido fundamental do mundo, que se situa no nível ontológico. E, de acordo com Dussel, “Passar do horizonte do ente ao horizonte do ser é passar de um horizonte a outro, é um processo dialético”⁶³³.

A epistemologia, para Heidegger, consiste em descrever o mundo, porém em nível ontológico, de maneira crítica, questionada, ou seja, a partir de uma interpretação existenciária.

Heidegger dá um passo fundamental ao questionar a relação sujeito x objeto, colocando em cheque o fundamento da subjetividade do sujeito como último horizonte do pensar. Entretanto, dá prosseguimento à tradição filosófica da dialética ontológica, que se revela na unidade do ser:

Dentro dos horizontes do sentido do ser-no-mundo, do ser heideggeriano – que é expressão do ser segundo a filosofia europeia – não há lugar para *outro ser*, para mais que um sujeito. O outro, ao relacionar-se com o ser ontológico é objetivado, isto é, torna-se objeto do sentido do ser, potencial objeto do conhecimento do ser, mas sempre objeto de um ser⁶³⁴.

A citação acima evidencia que nem mesmo Heidegger conseguiu fugir da relação sujeito x objeto, por ele criticada. Novamente o ser se absolutiza e se torna o referencial hermenêutico de compreensão do mundo (cujos entes são objetos da compreensão):

Esta ontologia causa um fechamento do ser humano nele mesmo. Este fechamento se dá de tal forma que o único ser existente passa a ser o eu e tudo e todos com quem se relaciona passam a ser objetos, entes. (...) Heidegger afirma que somos *entes (coisas) abertas ao ser*.⁶³⁵

⁶³³ DUSSEL, E. Introducción..., p. 228.

⁶³⁴ PANSARELLI, Daniel. A filosofia dusseliana da libertação e sua ética. **Revista Urutágua**, Maringá, Ano I, n. 04, maio 2003. ISSN 1519.6178. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/04fil_daniel.htm>. Acesso em: 09.01.2014.

⁶³⁵ MATOS, Hugo Allan. **Uma introdução à Filosofia da Libertação latino-americana de Enrique Dussel**. Livro eletrônico. São Paulo, 2008. p. 31. Disponível em:

É desta forma que a dialética se torna dominação, porque não rompe com a totalidade ontológica, que coloca o *ser* como fundamento de todo o sistema. Entretanto, há realidade para além do *ser*, como também há cosmos além do mundo⁶³⁶. A ontologia (e a dialética a seu serviço) chega, em seu limite, até a compreensão do *ser* e, assim, à identidade do conceito *em-si* e *para-si*.⁶³⁷ Deixa de reconhecer o outro, não compreende o que lhe é distinto: “A filosofia como ontologia é um refletir-se, um olhar-se no espelho (*speculum*); é procurar a identidade como origem do mesmo que já se é”⁶³⁸. Aquilo que não está reconhecido como *ser* – como igual, como ‘o mesmo’⁶³⁹ – é *ente*, ou seja, coisa posta à descrição, de fato um *não-ser*. A ontologia torna-se *totalidade* e opressão: indica o limite do horizonte em que se vive, limite dentro do qual se determina o sentido de todo ente⁶⁴⁰.

De igual forma, a dialética, por ser o instrumento – o caminho – com o qual se atravessa de um horizonte a outro, também se torna totalitária e seus limites serão os limites da própria totalidade⁶⁴¹.

Quanto ao processo dialético na leitura marxiana, tem-se também um movimento que vai do ente ao *ser*⁶⁴², em busca do sentido fundado, então retornar à realidade e explicá-la. Esse é o movimento geral, desenvolvido em complexidade e com terminologia própria.

Para Marx, o acesso ao fundamento da totalidade ocorre na compreensão interação dialética entre determinações abstraídas da ‘representação plena’. É necessária uma apresentação mais detida:

<http://nefilam.files.wordpress.com/2011/09/uma-introduc3a7c3a3o-c3a0-filosofia-da-libertac3a7c3a3o.pdf>. Acesso em: 07.01.2014.

⁶³⁶ DUSSEL, E. *Filosofia da Libertação na América Latina*, p. 47.

⁶³⁷ DUSSEL, E. *Método...*, p. 189.

⁶³⁸ DUSSEL, E. *Filosofia da Libertação na América Latina*, p. 54.

⁶³⁹ “Não é, portanto, uma relação com o outro como tal, mas a redução do outro ao mesmo” (LÉVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito**. Trad. José Pinto Ribeiro. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2008. p. 33.)

⁶⁴⁰ DUSSEL, E. *Filosofia da Libertação na América Latina*, p. 29.

⁶⁴¹ PANSARELLI, D. *A filosofia dusseliana...*

⁶⁴² A título ilustrativo, cita-se: “En efecto, para Marx la mercancía es el ‘ente (*Dasein*)’ -traducido defectuosamente en castellano por ‘existencia’. Y desea ‘entrar’ por el ‘ente’ como lo abstracto inicial, ya que el método consistía en ‘ascender de lo abstracto a lo concreto’. La mercancía como ‘ente (*Dasein*)’ es abstraída de la totalidad concreta del capital, y aunque es un ‘ente’ del capital, se la separa, abstrae, se la considera como un todo; y así ‘la mercancía singular (*einzelne*)’ es el ‘ente elemental (*elementarisches Dasein*)’ de la ‘riqueza burguesa’ como totalidad (15, 12-13; 9,17-19). El camino metódico dialéctico es el ‘ente’ (mercancía) hacia la ‘esencia como totalidad’ (capital) a través del ‘ser’ (valor) -que transita del ente a la esencia, de la parte al todo, de lo abstracto a lo concreto. Es el inicio de una ontología económica, antropológica, ética.” (DUSSEL, E. *Hacia un Marx...*, p. 27-28.)

O primeiro movimento do método, na construção marxiana, ocorre a partir do 'real concreto'. No nível da experiência fática da vida, tem-se uma primeira imagem do seja a realidade. Assim, forma-se uma 'representação plena', que é a primeira *tradução* do real, imediata, ingênua, caótica. Diante dessa representação é necessário proceder a dois momentos: um que ascende (ou que eleva-se) do abstrato ao concreto (ainda concreto do pensamento); outro que descende (é 'a viagem de retorno') como forma explicativa do real.

Os dois movimentos estão contemplados no momento dialético acima referido, através da leitura heideggeriana.

O movimento de 'elevação' refere-se ao ascender do simples ao complexo. Retira partes da 'representação plena' e as analisa de forma isolada do todo (sendo apenas uma parte do todo, é simples). Este é um movimento de abstração. A parte é abstraída ('determinação abstraída') e, em si, pode ser analisada em suas determinações essenciais⁶⁴³. O passo seguinte é propriamente dialético: consiste na sobredeterminação mútua das partes que haviam sido analisadas isoladamente. A co-determinação entre as partes gera da totalidade construída (no pensamento). Assim, torna-se concreto (resultado da síntese dialética), por não serem mais partes isoladas (esse concreto, porém, é ainda no pensamento). Nesse momento é possível acessar a essência.

No âmbito do simples (das partes analisadas em si) obtém-se conceitos. Do concreto (co-determinações), categorias explicativas⁶⁴⁴. Com essas categorias, completa-se o movimento de retorno, explicando-se uma totalidade concreta histórica. Gera-se um conhecimento científico que é explicativo de parte do real (a parte conhecida, pois o real é sempre mais amplo)⁶⁴⁵.

Tanto a explicação da dialética feita por Heidegger quanto a feita por Marx demonstram o caminho desde a 'cotidianidade', para o primeiro, ou 'representação plena' do 'real concreto', para o segundo, avançando até acessar o fundamento (Heidegger) ou essência (Marx) e, a partir dele(a), retornam à vivência histórica para compreendê-la ou explicá-la.

⁶⁴³ Pretendeu-se a aplicação desse passo (no item 2.1) ao abstrair a cooperação e a autogestão para que fossem consideradas isoladamente da representação caótica da realidade (exposta no capítulo 1).

⁶⁴⁴ Depois de analisar as determinações essenciais do cooperativismo (cooperação e autogestão – itens 2.1.1 e 2.1.2), realizou-se o cotejo entre elas, co-implicadas com a essência do capital (não desenvolvida neste trabalho, mas subsumida das lições marxianas expostas naquela oportunidade.

⁶⁴⁵ As considerações quanto ao método na visão de Marx foram extraídas de: DUSSEL, E. A produção..., p. 34-35; 49-54.

A superação da totalidade ontológica é feita a partir da constatação de que “a totalidade não é tudo”. Além da totalidade existe o *outro*, que não é como o *eu*, enquanto *ser*, entretanto também não pode ser categorizado como ente: “O Outro é o rosto de alguém que eu (...) experimento como outro; e quando o experimento como outro já não é coisa, não é momento de meu mundo, mas meu mundo se evapora e fico sem mundo diante do rosto do Outro”⁶⁴⁶.

Ainda quando se pensa a questão social ou a questão do coletivo, não há garantias da superação da totalidade ontológica, pois o ‘nós’ ainda é a reprodução daquilo que é verdadeiro (e conhecido) pelo ‘eu’⁶⁴⁷: “o *nosso* e o *meu* não são mais que o plural e o singular do *mesmo*; tanto o *nosso* como o *meu* são totalidades.”⁶⁴⁸

A superação radical de toda a tradição ontológica da totalidade tem aporte na filosofia proposta por Emmanuel Lévinas, com a crítica feita desde a alteridade: o outro que é exterior à totalidade.

Dussel encontra nas obras de Lévinas categorias centrais para o seu projeto metodológico. Em suas palavras:

Quando em 1970 começamos a recorrer a Lévinas em nossa ‘Para uma ética da libertação latino-americana’, foi-nos possível a superação do Heidegger de *Ser e Tempo*. (...) A primeira perspectiva de Lévinas, crítico a partir da fenomenologia, foi um situar-se sistematicamente a partir de fora da mera ordem gnosiológica. O judeu lituano (...) viveu a “experiência” traumática de cinco anos de seu corpo vulnerável concreto, no campo de concentração nazista (*Stammlager*). Foi uma vítima do holocausto judeu no coração da modernidade⁶⁴⁹.

Não obstante a importância da ruptura procedida por Lévinas, seu horizonte ainda é europeu. De tal forma também o é o *outro* de quem fala.

Dussel, por sua vez, refaz a leitura de Lévinas desde seu mundo de periferia mundial. Amplia a noção de exterioridade: “O outro, para nós, é a América Latina em relação à totalidade europeia; é o povo pobre e oprimido da América Latina em relação às oligarquias dominadoras e, contudo, dependentes”⁶⁵⁰.

⁶⁴⁶ DUSSEL, E. Introdução..., p. 68.

⁶⁴⁷ Nesta constatação insere-se a crítica que Dussel desfere à ‘Ética do Discurso’, mais propriamente à Apel. Reconhece a ampliação proporcionada pela comunidade comunicativa, porém limitada pela ausência da problematização quanto à alteridade e, especialmente, desconsideração da exterioridade. Sobre a questão cita-se: DUSSEL, Enrique. *Ética de la liberación*. In SIDEKUM, Antonio (org). **Ética do discurso e filosofia da libertação, modelos complementares**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994. p. 154 e ss.; DUSSEL, E. *Filosofia da libertação: crítica...*, p. 43 e ss.

⁶⁴⁸ DUSSEL, E. Introdução..., p. 65.

⁶⁴⁹ DUSSEL, E. *Ética...*, p. 363.

⁶⁵⁰ DUSSEL, E. *Método...*, p. 196.

Mesmo que falando desde a realidade europeia, as considerações são fundamentais. A exterioridade, de fonte levinasiana, é, na visão de Dussel, a categoria mais importante da filosofia da libertação⁶⁵¹. Essa noção traz *algo* que vem ‘além de’, além da ontologia, *além* do horizonte deste sistema, mais *alto* (*aná* – do grego) que esse discurso totalitário (e totalizante). “O outro está além do pensar, da compreensão, da luz, do *logos*; além do fundamento, da identidade”⁶⁵².

O outro, diante do qual a filosofia de Dussel se situa, é o homem (não um objeto) que irrompe a totalidade, revelando-se: “A revelação do outro a partir de sua subjetividade não é *manifestação* dos entes em meu mundo”⁶⁵³.

O outro irrompe a totalidade por sua novidade, pelo distinto. É o não habitual, não cotidiano, que se revela em um *rosto*.

Entre os entes ou coisas que aparecem no mundo, que se manifestam no sistema juntamente com os instrumentos, há um absolutamente *sui generis*, diferente de todos os outros. Junto às montanhas, vales e rios; junto às mesas, martelos e máquinas, irrompe diariamente em torno de nós o rosto de outros homens.⁶⁵⁴

O rosto de alguém não é algo, coisa. Trata-se da expressão sensível, visível da existência do distinto. É a novidade que provoca, que gera efeito e põe em questão a totalidade. E não apenas o rosto sensível do outro é considerado. A noção *basar* (do hebraico ‘carne’) expressa o outro antropológico⁶⁵⁵, indicando adequadamente a unidade do ser intelegível-sensível do outro, sem o dualismo corpo x alma:

Todavia, habitualmente, o rosto de outro homem se apresenta em torno de nós como uma simples coisa-sentido a mais. O chofer do táxi dá a impressão de ser um prolongamento mecânico do carro; a dona de casa como um momento a mais da limpeza e da arte culinária; o professor como um ornamento da escola; o soldado como um membro do exército...⁶⁵⁶

Dussel ressalta que, em oposição ao dualismo moderno, Marx recuperou o ‘real’, mas no sentido do real humano, em seu sentido antropológico forte⁶⁵⁷.

⁶⁵¹ DUSSEL, E. Filosofia da Libertação na América Latina, p.45.

⁶⁵² DUSSEL, E. Método..., p. 196.

⁶⁵³ DUSSEL, E. Método..., p. 196.

⁶⁵⁴ DUSSEL, E. Filosofia da Libertação na América Latina, p. 46.

⁶⁵⁵ DUSSEL, E. Método..., p. 197.

⁶⁵⁶ DUSSEL, E. Filosofia da Libertação na América Latina, p. 46.

⁶⁵⁷ DUSSEL, E. Ética da Libertação..., p. 131.

A leitura marxiana, de forte conteúdo material, real e concreto, ressaltou o uso do termo *basar* (embora já estivesse consignada na obra 'Método'). A força da ideia de carnalidade coloca acento na posição ética de defesa da vida concreta, sensível, "a 'carnalidade' real (a sua materialidade) da vida do sujeito humano como referência ética suprema: dar de comer, de beber, de vestir, hospedagem... à carne faminta, sedenta, nua exposta às intempéries..."⁶⁵⁸

Esse momento do método é o momento ético. Os passos metódicos dados até então podem ser desenvolvidos por qualquer pessoa, sem nenhum comprometimento com as negações que são sofridas por outros, em seu próprio corpo: "À primeira vista, este duplo movimento (de elevação ontológica e de descenso 'conceptivo' ou explicativo) poderia ser realizado por um economista ou um filósofo burguês."⁶⁵⁹

Assumir uma posição existencial ou adquirir uma 'consciência' capaz de explicar a totalidade concreta, ou seja, não mais uma 'consciência habitual' ou cotidiana⁶⁶⁰, não resulta em uma assunção de responsabilidade pelo outro.

A percepção do outro como outro, como alguém que sofre e que não deveria sofrer, é um passo além da dialética. Abres o caminho para a analética.

O rosto do outro o torna perceptível, é sensível. Porém, essa visualização não diz satisfatoriamente sobre ele: "a maneira de manifestar-se por seu rosto, não é, em verdade, uma manifestação de seu ser, mas uma mera aparência."⁶⁶¹ O que é visto é somente aquilo que é aparente, nada é revelado sobre a verdadeira essência deste ser.

Cada rosto é único e é mistério insondável, a menos que se manifeste, que se expresse quando do encontro com o outro sujeito, aberto ao desafio de conhecê-lo. A linguagem é o espaço do encontro do *eu* com o *outro*⁶⁶² Este *encontro* introduz o horizonte da alteridade, que enseja o reconhecimento do outro enquanto tal⁶⁶³. É o momento do *cara-a-cara*, em que o outro não apenas aparece, mas se revela. Nas palavras de Lévinas: "o 'rosto' do outro (no face-a-face) é sensível, mas a

⁶⁵⁸ DUSSEL, E. *Ética da Libertação...*, p. 27.

⁶⁵⁹ DUSSEL, E. *A Produção...*, p. 344.

⁶⁶⁰ DUSSEL, Enrique. **El último Marx (1863-1882)** - y la liberación latino-americana: Um comentario a la tercera y a la cuarta redacción de "El capital". México, D.F.: Siglo Veintiuno Editores; Iztapalapa, 1990. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/dussel/marx2/marx2.html>>. Acesso em: 07.06.2014. p. 58.

⁶⁶¹ DUSSEL, E. *Método...*, p. 185-186.

⁶⁶² LEVINAS, E. *Totalidade e infinito...*, p. 106.

⁶⁶³ DUSSEL, E. *Introdução...*, p. 117.

visibilidade (mesmo que inteligível) não somente não esgota o outro, mas em verdade nem o indica naquilo que ele tem de próprio.”⁶⁶⁴ A revelação do outro se dá pela palavra, ocorre ao se expressar. É nessa relação cara-a-cara, ou seja, entre o outro e eu, que se estabelece a proximidade, cujo sentido primordial é a responsabilidade pelo autor (como tal).

A palavra, a voz que vem do outro, está além do meu horizonte. Eu compreendo, e assim posso interpretar, aquilo que já se incorporou à minha experiência, aquilo que me é conhecido. Não é isso que ocorre diante da fala do outro. O universo de compreensão de onde surge esta palavra é do outro e minha razão não pode determinar seu sentido, porque parte da minha experiência e não da experiência do outro: “No diálogo o sentido da palavra interpelante sempre escapa à hermenêutica do Eu que nunca conseguirá interpretá-la adequadamente”⁶⁶⁵.

Essa palavra, que vem desde além do meu mundo, apenas pode ser interpretada por semelhança e nunca estará garantida a exata compreensão. Não é possível, racionalmente, ‘colocar-se no lugar do outro’. Não é possível sentir a experiência do outro. Apenas é possível, analogicamente, compreender a partir da própria experiência, quando se assemelha ao que o outro está descrevendo. A interpretação da palavra do outro se dá a partir da própria vivência. Apenas se tive uma experiência similar, posso, por analogia, *pressupor* que sei a respeito do que o outro fala. Desta forma é possível efetivar o diálogo e, no seu correr, colhem-se pistas que demonstram uma compreensão mais ou menos próxima entre o que entendi e o que está sendo relatado.

Esta postura rompe radicalmente com todo o primado da epistemologia racionalista moderna. Surge o trans-ontológico, nos termos dusselianos, fundamento que se abre à exterioridade: “Esta palavra significa ir *além* da totalidade de um sistema, atravessá-la por um Outro que está de fora, na intempérie. Por tanto, colocar-se frente – a – frente com ele”⁶⁶⁶.

Partindo do que está *além* da totalidade, Dussel reformula a dialética, inserindo o momento analético:

⁶⁶⁴ *Apud* DUSSEL, E. Método..., p. 195.

⁶⁶⁵ MANCE, Euclides André. “Emmanuel Lévinas e a Alteridade”. **Revista Filosofia**, Curitiba, PUC/PR, 7(8): 23-30 abr 94. Disponível em <<http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/L%E9vinas.htm>>. Acesso em 11.01.2014.

⁶⁶⁶ DUSSEL, E. Introdução..., p. 78.

(...) *ana-lético* vai mais além, mais acima, vem de um nível mais alto (*aná-*) que o do mero método *día-lético*. O método *día-lético* é o caminho que a totalidade realiza em si mesma: dos entes ao fundamento e do fundamento aos entes. Trata-se agora de um método (ou do domínio explícito das condições de possibilidade) que parte do outro enquanto livre, como um além do sistema da totalidade; que parte, então, de sua palavra, da revelação do outro e que con-fiando em sua palavra, atua, trabalha, serve, cria.⁶⁶⁷

A lógica da totalidade firma seu discurso desde a identidade, coisificando o que lhe é distinto e alienando a exterioridade, como referido na citação acima, realiza-se em si mesma: “dos entes ao fundamento e do fundamento aos entes”. Diferentemente, a lógica que parte da alteridade tem outra origem: é analética. Não meramente dialética, embora a assuma⁶⁶⁸.

O método proposto por Dussel inclui um momento alterativo, que consiste na afirmação da negatividade do outro. Esse momento ocorre desde uma *anterioridade* e por isso é um movimento *ana-dialético*⁶⁶⁹.

Nesta anterioridade constitui-se a exterioridade, formada por uma racionalidade não subsumida à totalidade. É por ser um elemento ‘mais além’, que a exterioridade permite a crítica à totalidade. Apenas uma lógica não redutível ao ‘mesmo’ pode questioná-lo: “Marx, reiteradamente, mostra a impossibilidade teórica de uma crítica radical ao capital a partir da posição *prática* de uma subjetividade teórica (...) que está articulada, em sua práxis, ao interesse ou ao *ser* do capital.”⁶⁷⁰

Por causa disso (e também por essa ser a consequência) a exterioridade é pela chave na filosofia dusseliana. É também a marca distintiva da sua metodologia.

O aporte desde a exterioridade reafirma as críticas feitas já por Feuerbach à dialética hegeliana: uma verdadeira dialética deve partir do “diálogo do outro e não do ‘pensador solitário consigo mesmo’.”⁶⁷¹ A dialética em si, como totalidade, é a falsa dialética, carece do momento inicial, que indica que o outro – que está na exterioridade – é, na estrutura de sua subjetividade, a fonte originária da própria mobilidade dialética⁶⁷². A verdadeira dialética, portanto, é a que tem um ponto de apoio analético.

⁶⁶⁷ DUSSEL, E. Método..., p. 196.

⁶⁶⁸ DUSSEL, E. Filosofia da Libertação na América Latina, p. 48.

⁶⁶⁹ LUDWIG, C. Para uma Filosofia..., p. 149.

⁶⁷⁰ DUSSEL, E. A Produção..., p. 344.

⁶⁷¹ DUSSEL, E. Método..., p. 197.

⁶⁷² LUDWIG, Celso. Filosofia da Libertação. In: BARRETO, Vicente de Paulo (org.). **Dicionário de Filosofia do Direito**. São Leopoldo: Editora Unisinos; Co-edição Renovar, 2006. p. 330.

Anunciada a novidade metódica com que Dussel trabalha, que se refere à abertura à exterioridade, o movimento do método se apresenta em cinco momentos:

O movimento do método é o seguinte: em primeiro lugar, o discurso filosófico parte da cotidianidade ôntica e dirige-se dia-lética e *ontologicamente* para o fundamento. Em segundo lugar, de-monstra *cientificamente* (epistemática, apo-diticamente) os entes como possibilidade existenciais. É a filosofia como ciência, relação fundante do ontológico sobre o ôntico. Em terceiro lugar, entre os entes há um que é irreduzível a uma de-dução ou de-monstração a partir do fundamento: o 'rostro' ôntico do outro que, em sua visibilidade, permanece presente como trans-ontológico, meta-físico, ético. A passagem da totalidade ontológica ao outro como outro é *ana-lética*: discurso positivo da totalidade, porque pensa a impossibilidade de pensar o outro positivamente partindo da própria totalidade; discurso positivo da totalidade, quando pensa a possibilidade de interpretar a revelação do outro a partir do outro. Essa *revelação do outro* já é um quarto movimento, porque a negatividade primeira do outro questionou o nível ontológico que, agora é criado, com base num novo âmbito. O discurso se faz ético e o nível fundamental ontológico descobre-se como não originário, como aberto a partir do ético, que se revela depois (*ordo cognoscendi a posteriori*) como o que era antes (*o prius da ordo realitatis*). Em quinto lugar, o próprio nível ôntico das possibilidades fica julgado e relançado a partir de um fundamento eticamente estabelecido, e estas possibilidades como práxis analética transpassam a ordem ontológica e se adiantam como "serviço" na justiça⁶⁷³.

Esquemáticamente, os momentos são:

- (1) "o discurso filosófico parte da cotidianidade ôntica e dirige-se dia-lética e *ontologicamente* para o fundamento"⁶⁷⁴;
ou "elevação do abstrato ao concreto"⁶⁷⁵ (na leitura a partir de Marx):

Trata-se da passagem do ente ao fundamento: a partir de uma posição existenciária⁶⁷⁶ (ou consciência habitual), rompe-se com o cotidiano acrítico; ao questioná-lo se atravessa de um horizonte a outro (movimento dialético) até compreender o fundamento, o que dá sentido ao mundo.

Partindo do âmbito ôntico, o homem possui uma compreensão fundamental⁶⁷⁷, que lhe permite viver em sua cotidianidade. Tal compreensão "É o

⁶⁷³ DUSSEL, E. Método..., p. 196-197.

⁶⁷⁴ DUSSEL, E. Método..., p. 197.

⁶⁷⁵ DUSSEL, E. A produção..., p. 249.

⁶⁷⁶ Formulação que tem aporte na filosofia heideggeriana, conforme visto anteriormente.

⁶⁷⁷ A compreensão fundamental é a primeira, está fundada no projeto do mundo no qual o sujeito vive, ainda que não conheça tal fundamento. É "fundamental no sentido que é uma compreensão que se abre em busca do fundamento". DUSSEL, E. Introducción..., p. 17.

primeiro modo pelo qual o homem se abre para o seu mundo cotidiano”⁶⁷⁸. Abrir-se ao mundo não significa compreendê-lo (em seu fundamento). Ainda assim, tal abertura não é estática. Mesmo em uma posição existencial⁶⁷⁹, o homem entra em mediações com o que lhe rodeia. Nessa interação, seu horizonte de compreensão se altera, criando uma nova fronteira, que será novamente ultrapassada. Esse movimento é dialético.

O sentido dialético também se expressa na co-determinação construtiva entre as partes abstraídas da ‘representação plena’, nos termos do método marxiano. Este caminho do ôntico (ente, abstrato) ao ontológico (ser, concreto) é o momento fundamental do método dialético. É o ascender ao fundamento. A elevação à essência.

Chegando-se ao capital, alcança-se a *totalidade concreta* a partir das suas determinações abstratas. Passamos dos *entes* (produto, mercadoria, etc.) ao *ser* como totalidade (o capital). Este processo do ôntico (ente, abstrato) ao ontológico (ser, concreto) é o caminho próprio do método dialético em seu momento fundamental: na direção do fundamento, da identidade, da essência.⁶⁸⁰

Aqui se apresenta o primeiro dos dois momentos essenciais do *método dialético do pensar*⁶⁸¹: o momento negativo⁶⁸², pois “nega a aparente segurança do

⁶⁷⁸ SILVA FILHO, José Carlos Moreira. **Filosofia Jurídica da Alteridade**. Por uma aproximação entre o pluralismo jurídico e a filosofia da libertação Latino-Americana. Curitiba: Juruá, 2006. p. 38.

⁶⁷⁹ Cf. Dussel: “ao dizer existencial, que é o modo cotidiano de ser no mundo, podemos esclarecer que é o mesmo que compreensão prática, porque é a primeira e concreta experiência...”. (DUSSEL, E. Introdução..., p. 63.)

⁶⁸⁰ DUSSEL, E. A Produção..., p. 342.

⁶⁸¹ Diferenciando a dialética entre dialética natural, dialética histórica e dialética metódica, Dussel define esta última como o caminho do pensar, o “início ontológico do filosofar...” (*apud* MANCE, Euclides André. **Dialética e Exterioridade**. Curitiba, 1994. Disponível em: <<http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/Anadial%E9tica.htm>>. Acesso em 27.12.2013.)

⁶⁸² É importante fazer a ressalva de que as características ‘negativo’ e ‘positivo’ aplicadas à análise metódica, em referência à ontologia moderna, tem um sentido diferente das características do ‘negativo’ e ‘positivo’ (expostas no capítulo 2) da reflexão marxiana, quando se dedica a considerações quanto ao trabalho-vivo. Naquela análise, o âmbito positivo e negativo estavam situados no econômico (a partir do fundamento do capital o ‘outro’ é nada é pobreza absoluta, o nada; mas no considerando que é trabalho vivo que ‘põe’ valor – e, portanto, mais-valor – então ele é a fonte da riqueza). Essas considerações são de um âmbito distinto do que é agora exposto. Dussel diferencia esses âmbitos e, apesar de ser em uma longa passagem, acreditamos ser oportuna sua consideração nos termos do próprio autor: “Marx nos habla de que antes de la subsunción en el capital, «negativamente» el «trabajo vivo» es la «pobreza absoluta», pero «positivamente» será la «fuente creadora del valor» desde la nada del capital (cuando crea plusvalor más allá del «tiempo necesario» y después de haber «reproducido» el valor del salario). Una vez subsumido, el «trabajo vivo» es negado en su dignidad y deviene sólo una mediación para el aumento de valor. Esta segunda *negación* debe distinguírsela de la primera. La primera es el «pobre» (*pauper ante festum* escribe Marx) antes de la subsunción; la segunda negación es propiamente la negación en el sentido de Holloway; la positividad del pobre o la trascendentalidad del trabajo vivo sobre la mera «fuerza de

óbvio cotidiano. A facticidade do ser em meu mundo é posta em dúvida, negada. É a crise, a morte da cotidianidade, a conversão a outro âmbito.”⁶⁸³

Com a dialética chega-se ao conhecimento. Ao afirmar que conhece algo desde um horizonte, imediatamente outro horizonte flui diante do sujeito, como especialmente incompreensível, colocando sua compreensão em contínuo movimento⁶⁸⁴. O novo horizonte é a negação do anterior.

Este deslocar entre fronteiras, é o movimento que leva o ente (ainda em posição existencial), atravessando seus horizontes de compreensão, desde a compreensão fundamental (imediata), até o âmbito do horizonte último⁶⁸⁵: a compreensão do ser. Em termos marxianos até a acessar a essência, o fundamento.

No que se refere ao cooperativismo

Ao se deslocar, dialeticamente, até o fundamento, dá-se o segundo movimento do método:

- (2) “de-monstra *científicamente* (epistemática, apo-diticamente) os entes como possibilidades existenciais. É a filosofia como ciência, relação fundante do ontológico sobre o ôntico”⁶⁸⁶;
ou descenso da totalidade concreta à determinação concreta explicada⁶⁸⁷:

Este é o momento do ‘retorno’ dedutivo do fundamento aos entes. Trata-se da atribuição de sentido ao ente possibilitada pela dedução do ser fundamental.

Enquanto primeiro momento, da elevação, é o momento ontológico, neste momento, de descenso é epistemático, científico ou explicativo⁶⁸⁸.

Dá-se o segundo momento essencial da dialética do pensamento: o momento positivo, pois há compreensão dos elementos englobados pelos horizontes passados. A dialética, positivamente, “é um ir compreendendo o que é englobado

trabajo»” (DUSSEL, Enrique. **Materiales para una Política de la Liberación**. Madrid: Facultad de Filosofía, UANL; Plaza y Valdés Editores, 2007. p. 321.)

⁶⁸³ DUSSEL, E. Método..., p. 217.

⁶⁸⁴ DUSSEL, Enrique. **Para uma ética da libertação Latino-americana**. I - Acesso ao ponto de partida da ética. São Paulo: Edições Loyola, 1977. p. 56-57.

⁶⁸⁵ Ainda que o último horizonte seja atingido, nunca será atingida a completude. Sempre restará horizontes a serem ultrapassados. Por isso a atitude dialética sempre se reconfigura, pois nunca irá abarcar o todo.

⁶⁸⁶ DUSSEL, E. Método..., p. 197.

⁶⁸⁷ DUSSEL, E. A Produção..., p. 349.

⁶⁸⁸ DUSSEL, E. A Produção..., p. 343.

pelos fugidios horizontes compreensivos que se deve saber desenvolver no pensar.”⁶⁸⁹

A compreensão do sujeito deixa de ser compreensão fundamental e existencial, para tornar-se derivada: deriva ou depende do fundamento do mundo como tal⁶⁹⁰. É a fixação de um sentido ao ente, dentre vários possíveis. A eleição deste sentido em detrimento a outros está vinculada projeto fundamental⁶⁹¹.

O cotidiano é implantado “em um todo ontológico englobante”, ocorre “a re-im-plantação perfurante ou como transcendência do todo conceitualizado no todo englobante pré-conceitual”⁶⁹².

Os conhecimentos produzidos dialeticamente, que cumprem apenas estes dois momentos, permanecem na totalidade, reafirmam a totalidade ontológica. Trata-se da ‘falsa dialética’, ou também designada “dialética de totalidade”. Por ser o caminho da totalidade a um novo momento de si mesma⁶⁹³, dos entes ao fundamento, do fundamento aos entes, reafirmando o ‘mesmo’, Dussel também a chama de “dialética da dominação”, pois reafirma a lógica ontológica da totalidade fechada⁶⁹⁴.

- (3) “passagem da totalidade ontológica ao outro como outro”⁶⁹⁵;
ou questionamento crítico da totalidade mesma do ser a partir da alteridade positiva e real⁶⁹⁶:

Este é o âmbito da exterioridade. Trata-se da percepção do outro como distinto e não redutível à totalidade. O *distinto* desde sempre foi outro. Na filosofia de Dussel, *distinto* e *diferente* não são sinônimos. A lógica da totalidade, que vê o outro apenas como *diferente*, parte do seu próprio critério para classificar o outro: aquele que não é semelhante ao *eu*. Dizer o outro como diferente é estabelecer no mundo

⁶⁸⁹ DUSSEL, E. Método..., p. 218.

⁶⁹⁰ DUSSEL, E. Introducción..., p. 25.

⁶⁹¹ Dussel exemplifica, tomando por referência o giz e a madeira: inicialmente temos uma compreensão ‘em geral’ do que sejam estes entes, levando em conta sua constituição, consistência, estrutura. Mas esses entes podem ser usados *como* algo (o giz pode ser usado para escrever no quadro ou como um secante; a madeira pode ser usada para móveis ou para lenha). São vários os *sentidos* possíveis para os entes. A escolha, ou a fixação, de um sentido é decorrente do projeto fundamental. (DUSSEL, E. Introducción..., p. 25.

⁶⁹² DUSSEL, E. *apud* MANCE, E. Dialética e Exterioridade.

⁶⁹³ DUSSEL, E. Método..., p. 196.

⁶⁹⁴ *Apud* MANCE, E. Dialética e Exterioridade.

⁶⁹⁵ DUSSEL, E. Método..., p. 198.

⁶⁹⁶ DUSSEL, E. A Produção..., p. 349.

do mesmo um ente diferente do próprio mesmo⁶⁹⁷. Ressalta-se: “a identidade e a diferença são dois modos da totalidade, no método ontológico da totalidade”⁶⁹⁸.

O surgimento do outro, desde a exterioridade, evidencia o discurso negativo a partir da totalidade. O terceiro momento do método é negatividade quanto à transformação do outro em ente.

A abertura da totalidade à alteridade, porque vai *mais-além*, é chamada por Dussel de *meta*, e, como vai além do horizonte da *physis*, é *meta-física*, mas que não se confunde com a metafísica da modernidade (que se constitui na ontologia):

Meta-física significa ontologia da negatividade, ontologia negativa do 'mesmo'. (...) Porque o *logos*⁶⁹⁹ se mantém no meu mundo e não pode nunca avançar mais além; o *logos*, que transcende será *análogos*, isto é, é um 'mais além do logos', analogia.⁷⁰⁰

Neste sentido, Dussel afirma: “A conversão ao pensar ontológico é morte à cotidianidade. A conversão ao pensar meta-físico é morte à totalidade.” E o autor prossegue: “A conversão ao pensar ana-lético ou meta-físico é exposição a um pensar popular, dos demais, dos oprimidos, do outro fora do sistema; é contudo um poder aprender o novo”⁷⁰¹, como se verá no próximo movimento do método.

- (4) “acolhe a revelação do outro que cria um novo âmbito fundamental ontológico aberto ao ético”⁷⁰²;
ou formulação do ‘projeto de libertação’⁷⁰³.

Positivamente, afirma-se o outro, pensando desde outro lugar e não mais na lógica do ‘mesmo’ da ontologia totalitária. Das considerações do que vem desde o outro, surge a possibilidade para a criação do novo.

⁶⁹⁷ MANCE, E. Dialética e Exterioridade.

⁶⁹⁸ LUDWIG, C. Para uma filosofia..., p. 150.

⁶⁹⁹ O *logos*, situado na totalidade ontológica, no sentido empregado por Heidegger, inclusive, deriva do grego originário, e significa *coletar, reunir, expressar, definir*. A ideia empregada por Dussel, ao utilizar o termo *logos*, é radicalmente diversa. A noção é extraída do hebraico, *dabar*, que designa *dizer, falar, dialogar, revelar* conjugada com a noção *coisa, algo, ente*. (DUSSEL, E. Método..., p. 199.)

⁷⁰⁰ *Apud* MANCE, E. Dialética e Exterioridade.

⁷⁰¹ DUSSEL, D. Método..., p. 199.

⁷⁰² MANCE, E. Uma introdução..., p. 50.

⁷⁰³ DUSSEL, E. A Produção..., p. 349. Uma observação formal importante: na publicação desta obra em português, ao longo de todo o capítulo 17, a tradução do termo *liberación* foi *emancipação*. De acordo com elementos exposto no início deste capítulo, entendemos a opção de tradução absolutamente equivocada. O termo correto seria *libertação*.

Este é o momento da analética, momento em que a dialética da totalidade (ontológica) é superada, embora também seja subsumida⁷⁰⁴. O passo a mais, que pensa o outro sem reduzi-lo à totalidade, configura a “dialética analógica da alteridade”⁷⁰⁵ ou também “dialética alterativa”.

Enquanto o método dialético é um ‘*por meio de*’, que vai de um horizonte a outro até chegar ao primeiro, e nesse movimento esclarece seu pensar, diferentemente, no método analético o *logos* ‘*vem de mais-além*’, ou seja, inclui o momento em que surge a palavra interpelante do outro, que vem de “*mais-além*” do mundo. Ao considerar o outro como outro (e não como ente), passa-se do limite máximo do mundo ontológico, passa-se da ordem antiga à nova⁷⁰⁶.

Nas palavras de Dussel:

O método analético surge *desde* o Outro e avança dialeticamente; há uma descontinuidade que surge da liberdade do Outro. Este método, tem em conta a palavra do Outro como outro, implementa dialeticamente todas as mediações necessárias para responder a essa palavra, se compromete pela fé na palavra histórica e dá todos esses passos esperando o dia longínquo em que possa viver com o Outro e pensar sua palavra, é o método analético. Método de libertação, pedagógica analética de libertação.⁷⁰⁷

O quarto movimento do método, portanto, é a passagem analética da totalidade ontológica ao outro, ainda que não seja um momento de compreensão e sim de incompreensão, pois respeita o outro como tal, impedindo que a lógica da totalidade o coisifique como mais um ente do seu próprio mundo.

O método deixa de ser simplesmente teórico, como ocorre nos limites da ontologia totalitária, para tornar-se intrinsecamente ético. A aceitação do outro como outro é uma opção ética, uma escolha e um compromisso moral⁷⁰⁸.

Apenas como teoria, a palavra do outro é tida como compreendida. Compreensão que é equivocada, pois acredita que o que é dito é idêntico ao que é compreendido, que teria o mesmo sentido, que seria unívoco. Porém essa compreensão é compreensão derivada, que capta a palavra do outro como semelhança ao que o ouvinte conhece. Essa compreensão (que Dussel qualifica

⁷⁰⁴ “O momento analético é por isso crítico e superação do método dialético negativo, não o nega, como a dialética não nega a ciência, simplesmente o assume, o completa, lhe dá seu justo e real valor” (DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação**. Piracicaba: Loyola; UNIMEP, 1976. p. 164).

⁷⁰⁵ *Apud* MANCE, E. Dialética e Exterioridade.

⁷⁰⁶ DUSSEL, E. Introducción..., p. 235-236.

⁷⁰⁷ DUSSEL, E. Introducción..., p. 236 (tradução livre).

⁷⁰⁸ DUSSEL, E. Método..., p. 198.

como inadequada), não chega a interpretar o que ouve, dada a abissal origem distinta, que evidencia fundamentos distintos e irreduzíveis uma ao outro⁷⁰⁹.

Tomar o outro como outro é compreender que seu universo de significado não é o mesmo universo do ouvinte. O caminho entre ouvir a palavra do outro até a adequada compreensão exige o momento ético, que em primeiro lugar confia no que ouve, acredita no outro.

O dito', porque ora inverificado (...) apoia-se em sua pretensão (...) de ser verdadeira. A veracidade do 'dito' permanece assegurada e apenas confiada no próprio 'dizer', no outro que o diz. Exige ser tida como verdadeira (...).⁷¹⁰

É postura ética que exige um 'sair de si' em direção ao outro, não apenas para constatar sua existência, mas deixá-lo falar, "num ato de escuta, gratuidade, compaixão, alteridade, dando-lhe a palavra e escutando-o de forma que sua palavra (com toda subjetividade, sobretudo quando oprimida) é encarada como verdade suprema"⁷¹¹.

É possível, agora, localizar as intenções deste trabalho. Esse quarto momento do método, o momento da analética, é o âmbito no qual se insere a autogestão, como mecanismo que estimula e pressupõe o falar e o ouvir desde o outro, aquele que está oprimido, fora do sistema, conforme adiante será explanado.

Voltando à descrição do pensamento metódico de Dussel, resta o último momento a ser verificado.

- (5) "julga-se o próprio nível ôntico a partir do fundamento ético em função de uma prática analética como serviço ao outro"⁷¹²;
ou a própria 'práxis de libertação'⁷¹³:

Apresenta-se agora a questão da eticidade do fundamento, que se coloca como anterior ao fundamento ontológico⁷¹⁴. O mundo em seu fundamento é agora⁷¹⁵

⁷⁰⁹ DUSSEL, E. Método..., p. 204.

⁷¹⁰ DUSSEL, E. Método..., p. 205.

⁷¹¹ MATOS, H. Uma introdução..., p. 33.

⁷¹² MANCE, E. Uma introdução..., p. 50.

⁷¹³ DUSSEL, E. A Produção..., p. 349. Reitera-se a consideração feita na nota 700, quanto à inadequação da tradução na publicação em português.

⁷¹⁴ SILVA FILHO, J. Filosofia Jurídica..., p. 49.

⁷¹⁵ Antes livre de qualquer julgamento ético na leitura da ontologia moderna.

posto em questão a partir de um profundo âmbito ético: a alteridade; é do outro, do distinto, que surge a verdadeira originalidade⁷¹⁶. A totalização gerada por uma totalidade é denunciada a partir da alteridade. Desde a exterioridade se configura o novo lugar do sentido fundante. A partir dessa fundamentação nova, o não-ser, o não-sentido, o nada se tornam o *real*. O sentido originário fundante da afirmação da exterioridade é um sentido de justiça⁷¹⁷.

A libertação institui uma consciência ética, que significa a capacidade de escutar a voz do outro, que irrompe além do sistema vigente. O nível ôntico será reconsiderado, levando-se em conta o novo fundamento, surgido desde a exterioridade. A totalidade ontológica, que era um todo único será desfeita e um novo todo se formará a *serviço*⁷¹⁸ do outro.

Está posto, portanto, o projeto de libertação.

Ainda outros elementos possam ser articulados no que se refere à questão do método na leitura dusseliana, as referências feitas tem por objetivo o recorte conceitual a partir do qual será pensada a autogestão.

4.3. O olhar da filosofia à cooperativa: autogestão como analética

Neste momento da pesquisa, pretende-se analisar a determinação autogestionária, essencial às organizações cooperativas, sob a orientação dos elementos da filosofia dusselianas, anteriormente expostos, para verificar em que medida a autogestão encontra lugar na arquitetura de Dussel.

A analética, desde sua caracterização como método, refere-se ao 'saber caminhar', saber resolver as questões que vão sendo postas. Imediatamente, mostra sua relação com a autogestão, que exige a participação dos cooperados, tanto no processo decisivo, estratégico, como também na execução das decisões. O saber ou aprender a caminhar é condição que se exercita no dia-a-dia do gerir em coletivo.

⁷¹⁶ DUSSEL, E. Introdução..., p. 83.

⁷¹⁷ LUDWIG, C. Para uma Filosofia..., p. 173.

⁷¹⁸ A noção de serviço está ligada a fazer ao outro. Dussel explica: "o que *me falta* é *meu* poder ser ou *meu* próprio projeto. Ao contrário, o Outro como pobre não me falta, o que falta a *ele* não falta a *mim*. De tal maneira que se eu lhe faço um serviço, não o faço por necessidade, mas por ele." (DUSSEL, E. Introdução..., p. 77.)

No intento proposto, as características da autogestão serão expostas sob três enfoques, vinculando-as às ideias centrais do método anadialético de Dussel. Trata-se de verificar se: (a) há elementos para considerar o fomento de uma consciência crítica por meio da atividade autogestionária, ou seja, uma possível superação da ontologia totalitária, referida por Dussel (trata-se dos dois primeiros momentos do movimento metódico); (b) a autogestão possibilita ou favorece a uma consciência ética, ou seja, consideração ao outro como Outro (a exterioridade); (c) a atividade autogerida fomenta o surgimento de novos saberes.

(a) Fomento da consciência crítica: pôr-se em crise e acessar o fundamento da totalidade:

A autogestão cooperativa, como forma específica de organização coletiva das formas de produzir, possui duas determinações essenciais (a partir do conceito problematizado no item 2.2): a) indistinção entre quem toma as decisões e quem as executa; b) autonomia decisória na definição e escolha do que fazer, ou seja, a superação da interferência de vontades alheias ao coletivo⁷¹⁹; c) simetria na participação; d) radicalização dessa forma em todos os âmbitos da organização.

A autogestão coloca os membros da organização como responsáveis diante dos dilemas diários do processo produtivo. Há, portanto, uma aposta: que todos são capazes de participar e construir, coletivamente, os meios de produzir.

Os desafios são enormes. Desde as complexas relações externas de mercado até o âmbito interno, técnico, que envolve conhecimentos de economia, contabilidade, administração, direito e toda a burocracia neles envolvida (questões de como organizar o dinheiro, como fazer orçamentos, elaborar contratos, livros, balanços, quais impostos a pagar e como fazê-lo, como planejar o que se pretende fazer, dentre tantas outras questões). Se gerenciar a organização é um desafio em si, a decisão coletiva e compartilhada de todas essas instâncias exige ainda o empenho nas relações humanas e mecanismos que viabilizem a comunicação.

Soma-se ao desafio a realidade concreta, em geral, vivenciada na típica organização popular, que, em sua grande maioria, é composta por pessoas de baixa

⁷¹⁹ ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. "Autogestão". In: CATTANI, Antonio David (org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 24.

escolaridade (ou não alfabetizadas), fora do mercado de trabalho, muitas vezes de idade avançada, baixa renda e baixa autoestima.

Portanto, a autogestão não deve ser encarada de forma simplista, a exigir apenas responsabilidades gerenciais. Há, sim, uma grande exigência colocada aos cooperados. Exigências que são cotidianas e se renovam dia pós dia, na dinâmica da produção, comercialização, decisões estratégicas e regularização das atividades.

Ainda que a tarefa autogestionária não seja fácil, por vezes é apresentada como mais difícil do que realmente é. Chega a ser refutada como impossibilidade. Muitas vezes, essas leituras estão apoiadas em mitos e prestam o (des)serviço de propagar noções, com uma unidade de sentido, que produzem uma falsificação da realidade, apresentada com aparência de verdade⁷²⁰. Uma de suas formulações é a necessidade de que atividades mais técnicas ou intelectuais sejam desenvolvidas por pessoas com mais habilidades específicas.

Retomando as lições de Fernando Motta, que identifica a burocracia como elemento essencial da heterogestão, nessa organização do trabalho tem-se como efeito: “A lógica da moderna organização burocrática empresarial implica em concentração de saber na administração e em concentração de ignorância na produção.”⁷²¹

Este cenário delineia a cultura hegemônica sobre o trabalho, que aponta para a figura do chefe como a pessoa capaz das atividades mais complexas, deixando aos trabalhadores funções mais braçais.

O mais perverso é que essa cultura (de descrença na capacidade daqueles que não possuem conhecimentos técnicos) é ‘assimilada’ no imaginário dos próprios seres e, assim, é refletida na sua autoimagem; eles próprios se vêem a partir dessa noção mitificada.

Embora hegemônica, é uma cultura fetichizante: mostra a realidade sob uma máscara. A ilusão propagada esconde configurações sociais: “as funções de direção transformam-se em normas de controle social e de repressão. (...) A burocracia apresenta-se como aparelho de coordenação autoritária e como agente de repressão.”⁷²² Características que seguem ocultas e, perversamente, justificam-se na incapacidade do trabalhador.

⁷²⁰ DUSSEL, E. 16 Tesis..., p. 64; MOTTA, F. Burocracia e autogestão..., p. 25.

⁷²¹ MOTTA, F. Burocracia e autogestão..., p. 16.

⁷²² MOTTA, F. Burocracia e autogestão..., p. 17.

Trata-se de um mito a ser vencido⁷²³. Para tanto, primeiramente precisa ser percebido. O próprio cooperado não se vê como portador de conhecimentos. Sua baixa autoestima, também interiorizada por uma complexa trama cultural, leva-o a considerar seus conhecimentos como inadequados, insuficientes e, além disso, acredita-se incompetente, incapaz de aprender. São percepções derivadas de um longo processo de submissão, apoiadas pela duradoura e hegemônica forma heterogestionária, centrada na divisão social do trabalho.

Por mais intimidadoras que determinadas tarefas ou saberes possam ser, todas as pessoas são capazes de aprender. Com toda certeza, trabalhos mais especializados demandarão formação específica e apoio especializado. Não se está a dizer que, apenas por se colocar a aprender, um cooperado possa, por si, realizar balancetes anuais, com projeção e planejamento futuro, ou mesmo minutar a peça processual de uma questão em demanda judicial. Ainda que para determinadas atividades seja necessário contar com aporte externo, mesmo para essa contratação (ou verificação do trabalho prestado) é preciso que o cooperado tenha conhecimento mínimo da atividade⁷²⁴.

O que se aponta como mito é a ideia de que alguém não tenha capacidade para desenvolver uma ação ou atividade que nunca tentou e que se quer tem informações adequadas para avaliar. A falácia se sustenta, conforme Singer, na descrença generalizada na capacidade de 'meros trabalhadores' gerirem com eficiência empreendimentos solidários. O autor prossegue:

Esta descrença se baseia na ideia de que a administração de empresas é uma ciência que tem de ser aprendida em universidades, sobretudo quando se trata de empresas complexas operando com alta tecnologia. Segue-se que o poder de decisão deve ser entregue a quem tem competência, ou seja, a especialistas, cuja autoridade sobre os trabalhadores comuns não pode ser contestada.⁷²⁵

⁷²³ Cf. MASCARENHAS, Thais Silva. "Os conhecimentos de gestão e seus mitos". In: Organização Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo; Núcleo de Gestão da ITCP-USP [et al.]. **A gestão da autogestão na economia solidária**: contribuições iniciais. Porto Alegre: Calábria; São Paulo: ITCP-USP, 2007. p. 25-26. Disponível em: <<http://cirandas.net/feps/biblioteca/gestao-da-autogestao-ecosol-livro.pdf?view=true>>. Acesso em 22.12.2013.

⁷²⁴ MASCARENHAS, T. Os conhecimentos..., p. 31.

⁷²⁵ SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo (Orgs.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. p. 22.

Esta realidade se apresenta os cooperados sob uma consciência ingênua, ou cotidiana. É apenas a reprodução acrítica daquilo que sempre se fez e se considerou (e considera) natural. O pensamento que do trabalhador é que seja natural ser ordenado a fazer algo, pois pressupõe que quem ordena sabia mais. É a noção corriqueira de que ‘o patrão sabe’, exemplificada na fala de um cooperado:

Aqui [na cooperativa] deveria ter um conhecimento de administração que não tem, porque em outra empresa tem o patrão que já sabe, aqui a gente é o patrão de nós mesmos. (...) precisa saber pelo menos como funciona o processo (...) não precisa calcular a produção, mas precisa saber como chegar até o cálculo da produção (...).⁷²⁶

Estabelece-se um horizonte máximo. O outro, quem manda, é quem sabe. O agir do dia-a-dia na cooperativa contribui para descobrir que essa máxima (esse horizonte) é apenas parcial. É uma das formas de vivência, mas não a única.

Em outro exemplo, quando analisada uma experiência autogestionária de empreendimento advindo de massa falida, ou seja, agora controlada pelos trabalhadores que já executavam as atividades, o trabalhador descobriu que já sabia alguma coisa. O mínimo contato do trabalhador com o negócio já lhe deu alguma confiança a assumi-lo⁷²⁷. Ao descobrir que possuíam algum conhecimento, avança-se um horizonte.

Porém, a força do mito, aliada às poucas oportunidades de o trabalhador descobrir-se como capaz (já que a forma hegemônica do trabalho é heterogestão burocrática e autoritária) faz persistir a descrença na capacidade dos trabalhadores de assumirem as funções gerenciais. Permanece a corrente cultura preconceituosa e depreciativa, que toma conta dos próprios trabalhadores. Em outras palavras: o fetiche persiste.

Muitas das atividades exercidas nas organizações autogeridas (tais como organização de documentos, verificação das contas, valores de entrada e saída, soluções para equilibrar as finanças), são de conhecimento dos envolvidos, quer porque já exerceram essas atividades, ou pela própria exigência da vida. Deve-se registrar que uma família inteira que (sobre)vive com salário mínimo entende muito bem sobre gestão de ativos e passivos, como também – e talvez principalmente – saídas criativas para geração de renda.

⁷²⁶ ALANIZ, Erika Porceli. **Qualificação profissional** – Um estudo das práticas educacionais em uma empresa de autogestão. São Paulo: Unesp, 2007. p. 163.

⁷²⁷ MASCARENHAS, T. Os conhecimentos..., p. 28.

A competência específica para operar no ramo do negócio escolhido pode ser aprendida. Para tanto é fundamental que os cooperados tenham: acesso irrestrito às informações da organização (sem conhecimento sobre as finanças ou sobre os contratos realizados, o cooperado não tem instrumental real para sua decisão); formação para adquirir competências que lhes falem (pois “Um grupo que não domine formalmente alguns procedimentos matemáticos certamente terá dificuldades na operação da contabilidade tradicional”⁷²⁸); e se pôr a praticar, pois ao longo da vivência prática as demais competências serão incorporadas. Horizontes são superados ao mesmo tempo em que o novo horizonte torna-se limite.

Ocorre um aprendizado ao se trabalhar. E isso também se dá na empresa capitalista, “Só que nesta o aprendizado se limita principalmente aos integrantes do corpo de executivos, ao passo que na empresa solidária ele se estende a todos os membros”⁷²⁹.

No caminhar da prática da autogestão, o cooperado se transforma. Deixa de ser aquele ente desprovido de qualquer conhecimento, para descobrir que possui conhecimentos e competências. Descobre a si próprio como valioso.

Na lição de Euclides Mance, o exercício de estar em co-laboração dialógica permite “não apenas a produção e interpretação de informações e a participação ativa em processos comunicativos, mas a própria autonomia das pessoas e das coletividades, mediadas por inúmeras relações sociais.” E, prossegue o autor, “está vinculada não apenas à produção de conhecimentos, mas ao próprio *pôr-se-para-si-come-valioso* dos sujeitos históricos que assumem compromissos com a transformação das sociedades em função do bem-viver coletivo.”⁷³⁰

Para tanto, como se disse, é essencial a democratização dos conhecimentos. Estar integrado, conhecer e participar de todos os âmbitos na organização é pilar central⁷³¹ da organização autogestionária. A democratização do conhecimento e da informação é elemento de diferenciação frente aos

⁷²⁸ LIMA, João Paulo Santos. “A contabilidade e as cooperativas populares autogestionárias – uma contribuição à democratização da gestão”. In Organização Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo; Núcleo de Gestão da ITCP-USP [et al.]. **A gestão da autogestão na economia solidária**: contribuições iniciais. Porto Alegre: Calábria; São Paulo: ITCP-USP, 2007. p. 67. Disponível em: <<http://cirandas.net/feps/biblioteca/gestao-da-autogestao-ecosol-livro.pdf?view=true>>. Acesso em 22.12.2013.

⁷²⁹ SINGER, Economia solidária: um modo de produção e distribuição..., p. 22.

⁷³⁰ MANCE, Euclides André. Educação popular libertadora. In MANCE, Euclides (org). **Como organizar redes solidárias**. Rio de Janeiro: DP&A, Fase, IFIL, 2003. p. 11.

⁷³¹ Integrando os princípios internacionalmente reconhecidos, conforme explanado no Capítulo 3.

empreendimentos heterogestionários. Nestes, a informação e o conhecimento transita apenas na 'cúpula', a poucos eleitos.

Se as informações e conhecimentos forem compartilhados e compreendidos, se forem garantidos os mecanismos de efetiva participação, decisão e execução, a prática da autogestão poderá levar os cooperados a construir cotidianamente o seu entendimento (particular e coletivo) do trabalho e questões correlatas. O exercício do pensar, refletir, compreender os problemas, buscar por soluções, tomar decisões e assumir a responsabilidade pelas medidas adotadas é um particular processo pedagógico.

Utilizando-se da leitura marxiana: em suas atividades, o trabalhador adquire conhecimentos sobre o que executa, ou seja, uma parte. Essa parte é, para o trabalhador, o todo. É um item abstraído de outras determinações. Isso é próprio do trabalho, inclusive subordinado. Especificamente no agir autogestionário, abrem-se outros níveis. Aquela parte do trabalho, que já é conhecida, pode ser compreendida inter-relacionada no conjunto das atividades. Para participar da gestão (para dar sua opinião) o cooperado precisa conhecer, compreender e se manifestar sobre várias partes do processo de trabalho, partes que se co-determinam, formando um *todo* novo (outro horizonte). Isso ocorre no âmbito interno da organização (a relação entre as várias áreas e não apenas o setor que aquele cooperado executa), mas também no âmbito externo (questões de mercado, de distribuição, relação com fornecedores, etc.).

Assim, o espaço autogestionário é local especial de aprendizagem. Não se trata de um saber mecânico, meramente técnico ou voltado para as questões imediatas da atividade do *seu* trabalho, como ocorre nas empresas capitalistas. O espaço que se abre é para o processo crítico. Cotidianamente os cooperados, participando da gestão, são postos em *crise*, são postos a refletir sobre as questões e condições que os rodeiam.

Trata-se de um processo dialético: o cooperado, na interação promovida pela autogestão, é posto frente a dilemas, a desafios; entende-os e os supera, ampliando, assim, seu horizonte de compreensão. Imediatamente, um novo horizonte se estabelece, renovando o processo, pois, "no cotidiano da autogestão, o exercício cotidiano da gestão é um processo criativo e não repetitivo"⁷³².

⁷³² MASCARENHAS, T. Os conhecimentos de gestão..., p. 30.

O avançar de uma fronteira a outra, leva à passagem do fenômeno, meramente cotidiano, acrítico, ao conhecimento do que está por detrás e além do fenômeno: o fundamento. Leva à compreensão das estruturas fundamentais da sociedade em que se está.

Conhecer o fundamento não significa posicionar-se diante dele eticamente. Não há uma correspondência necessária entre julgar o fundamento do sistema como perverso. A competência adquirida, a compreensão do fundamento do sistema, pode inclusive ser útil àqueles que pretendam reproduzir essas condições. Poderiam estar mais qualificados, por exemplo, para exercer uma função de gestão de trabalhos subordinados, pois tem uma compreensão do movimento da totalidade.

Significa que o cooperado pode desenvolver uma *consciência* do mundo em que está inserido, utilizando o termo de Paulo Freire. Porém ter consciência não significa conscientização: “(...) conscientização (...) consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência.”⁷³³

O desvelar o universo no qual os cooperados estão inseridos, que é favorecido pela prática da autogestão, possibilita que se posicionem diante dessa realidade ao refletir e tomar decisões, ou seja, possibilita a *conscientização* dos sujeitos.

Se, por um lado, a conscientização não é resultado necessário do agir autogestionário, de outro lado, é ainda mais difícil que ocorra em outros ambientes (trabalho subordinado, por exemplo) que limitam o acesso do trabalhador a conhecer o mundo. De fato, a conscientização só irá ocorrer com a compreensão do fundamento que dá o sentido ao mundo. Nesta perspectiva, a autogestão contribui com tal processo, ainda que não seja o único caminho, nem mesmo o caminho garantido, para que o resultado ocorra.

Nas lições de Paulo Freire, conscientização significa conhecer a realidade por meio de relações dialéticas (subjetividade do homem e objetividade do mundo)⁷³⁴, tal conhecimento é pressuposto para uma atitude crítica.

A cooperativa, preconizando a prática autogestionária, exigindo e promovendo a participação democrática dos seus cooperados em todos os âmbitos da organização (na gestão, na repartição de sobras, bem como no processo

⁷³³ FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980. p. 17.

⁷³⁴ FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. p. 51.

produtivo), revela-se como o espaço e o meio de concretização de uma prática crítico-emancipatória, capaz possibilitar ao cooperado o ambiente necessário a pôr-se em crise e compreender o sentido essencial do mundo.

Segundo Paulo Freire, é possível que o oprimido, partindo de uma total negatividade, ultrapasse a cultura mitificada, de uma ‘consciência ingênua’, ‘mágica’, e desenvolva uma ‘consciência crítica’, que lhe permita identificar os contornos reais as estruturas que lhe cercam. O autor identificou formas ou existência de consciências diferentes, que podem inclusive transitar de mais ingênuas a mais críticas⁷³⁵. Nas palavras de Freire:

A conscientização é mais que uma simples tomada de consciência. Supõe, por sua vez, o superar a falsa consciência, quer dizer, o estado de consciência semi-intransitivo ou transitivo-ingênuo, e uma melhor inserção crítica da pessoa conscientizada numa realidade desmitificada⁷³⁶.

Sob um estado de consciência ingênuo, ou numa posição existencial, nas palavras de Dussel (a partir da contribuição heideggeriana), o fundamento da totalidade permanece velado. A fetichização se reproduz: mesmo não sendo percebido, o fundamento existe e continuamente condiciona a interpretação que se faz do mundo. Submete e define o modo de vida prevalente.

Estão dados os entraves para implantação de uma forma de produzir essencialmente autogestionária, pois os cooperados tendem a reproduzir os instrumentos de gestão hegemonicamente conhecidos. A lógica da centralização está arraigada nos seus imaginários fetichizados, de forma que dificulta a vivência de formas diferenciadas. A experiência da autogestão passa, portanto, pelo processo de desconstrução de ideias e posturas ‘naturalizadas’ e, de tal forma, tidas como únicas ou melhores.

A totalidade do capital esculpe posturas:

A ditadura do capital na empresa faz com que: a) qualquer trabalhador deva obediência irrestrita às ordens emanadas do dono ou de quem age em seu nome; b) todo fruto do trabalho coletivo seja propriedade do capitalista, em

⁷³⁵ Não existe, nos trabalhos de Freire, uma “classificação” ou escalonamento rígido de uma “evolução” ou passagem de uma forma de consciência para outra. Ainda assim, é possível agrupar algumas características sob designações – criadas pelo próprio autor – e identificar o ‘movimento’ possível de um ‘nível’ de consciência para outro, ultrapassando limites na forma de interpretação do mundo.

⁷³⁶ FREIRE, P. **Conscientização**..., p. 17.

cujo benefício todos os esforços devem ser envidados; c) o trabalhador só faça jus ao salário previsto contratualmente e aos seus direitos legais.⁷³⁷

Tais posturas, para serem questionadas, precisam ser percebidas e isso só acontece quando o horizonte de compreensão de cada sujeito se amplia a uma nova fronteira.

Ao se perceber como sujeito e ao perceber criticamente as estruturas que o envolve, o homem se torna capaz de assumir um compromisso histórico: tornar-se dono da sua própria história. A conscientização não pode se dar fora da práxis ou sem ação-reflexão. Trata-se de um compromisso histórico: é a inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo e sua própria história.

O dia a dia autogestionário exige e leva os cooperados à compreender e posicionarem diante das condições concretas da vida. Podemos, portanto, afirmar que a autogestão é um caminhar, um método em si, que leva à conscientização, que “é o olhar mais crítico possível da realidade, que a ‘desvela’ para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante.”⁷³⁸ O cooperado rompe com o mito de que não possui conhecimentos; rompe com o mito de que é incompetente para aprender; rompe com o mito de que apenas o *patrão* tem capacidade para gerir a atividade produtiva. Na realidade externa, outros mitos também podem ser questionados: a ideia do progresso infinito em direção ao equilíbrio do mercado; a justiça econômica engendrada pelo sistema capitalista; o sistema exploratório centrado na mais-valia; a hegemonia da heterogestão; a alienação gerada pela divisão social do trabalho.

A partir de uma nova postura, agora existenciária, pode-se perceber criticamente as estruturas fundantes da sociedade. A totalidade do mundo é desvelada a partir de uma atitude crítica, advinda de um processo dialético, possibilidade pelo par reflexão-ação. A dinâmica do contínuo pensar, repensar, questionar, ouvir e falar possibilita objetar o mundo em que se está inserido, levando à transformação do próprio cooperado. Neste sentido, são oportunas as palavras de Rui Namorado: “as cooperativas podem ser olhadas como um meio de transformação social (...) De facto, não se pode ignorar (...) o seu potencial de

⁷³⁷ SINGER, A economia solidária..., p. 15.

⁷³⁸ FREIRE, Paulo. **Conscientização**..., p. 17.

irradiação social”⁷³⁹. Seu potencial transformador se revela diante de um grupo de pessoas que emerge para seu próprio mundo.

Três grandes desafios são postos frente ao modelo autogestionário a serem superados: “a heterogestão absoluta, a partir de uma gestão democrática; a alienação, a partir do controle da produção; e o modo de produção capitalista, a partir da distribuição econômica de acordo com o par necessidades-capacidade.”⁷⁴⁰ Tais desafios são a denuncia da ontologia totalitária do mundo atual.

(b) “Cara-a-cara”: o momento dialógico da autogestão

Seguindo os passos metódicos elencados do pensamento de Dussel, ao ultrapassar o horizonte da totalidade dialética, descortina-se a exterioridade. Encontra-se o outro, impossível de ser reduzido a ente da totalidade.

Nesse encontro, quando se considera o outro como tal (e não como extensão do mesmo totalitário), a revelação do outro se dá por sua palavra.

O espaço cooperativo autogestionário é, por excelência, espaço para tal revelação. A prática dialógica da autogestão coloca em movimento a ato do falar, mas não apenas. Correlato ao mesmo ato está ouvir o outro. A cooperativa autogestionária permite o encontro com o outro, o cara-a-cara referido anteriormente, desde a filosofia dusseliana.

Em primeiro lugar, em razão da aprendizagem prática dos cooperados diante de situações concretas, que dialeticamente os coloca a avançar fronteiras de compreensão, esses cooperados reconhecem a si próprios e seu lugar diante da estrutura opressora da totalidade. Descobrem a exterioridade como seu lugar.

De outro lado, o ‘estar em conjunto’ que a cooperativa confere, coloca as pessoas em relações intersubjetivas. Leva ao encontro com o outro.

Na cooperativa, as pessoas se unem para co-operar, ou seja, operar em conjunto. Além de colocar indivíduos co-laboração (laborando conjuntamente), alterando o foco das preocupações e interesses comumente individuais para o grupo, a cooperativa concede aos cooperados a possibilidade da *palavra*. A participação democrática de cada cooperado permite a troca intersubjetiva e, de tal

⁷³⁹ NAMORADO, *Introdução...*, p. 14.

⁷⁴⁰ PAZELLO, Ricardo Prestes. Autogestão e movimentos populares: o poder dual latente e o princípio autogestionário. In: GEDIEL, José Antônio Peres (Org.). **Estudos de direito cooperativo e cidadania**. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, n. 4 (2011). p. 17.

forma, permite o encontro de cada um consigo mesmo (no ato de se expressar) e com os demais (ao ouvi-los e buscar compreendê-los).

O diálogo leva, de um lado à auto expressão e, de outro, à infinita busca pela compreensão da voz do outro. Ao estabelecer a comunicação, várias barreiras podem ser superadas, desde a timidez ou dificuldade em expressar ideias e sensações, até a necessidade de autopolicimento para deixar espaço à voz do outro. A autogestão só se consolida quando, de fato, todos têm direito à palavra. Ouvir ao outro, buscando compreendê-lo como outro, faz com que a simplicidade de uma conversa revele toda a sua complexidade.

Analisando as práticas comunicacionais em fábricas recuperadas na Argentina, María Isabel comenta:

(...) a comunicação pessoal é o que dá o sentido de complexidade com regras simples de comunicação. A relação cara a cara induz a uma auto-organização no pensamento que é incomparável a qualquer outra forma de comunicação.⁷⁴¹

O 'cara-a-cara', e agora retomando a orientação filosófica apontada por Dussel, abre o horizonte de compreensão para a alteridade. Para a percepção da existência do outro como próprio. A prática da autogestão abre caminho para a possibilidade de uma consciência ética, ou seja, consciência que reconhece o outro e saber ouvir sua palavra, ciente da necessidade da analogia para a interpretação.

Ainda que a cooperativa esteja imersa em um mundo individualista e alienante⁷⁴², em seu interior promove o diálogo comunitário. Não é possível decidir coletivamente, ou agir em co-operação se não houver diálogo. As práticas autogestionárias "favorecem e criam condições para que a tomada de decisões seja o resultado de uma construção coletiva que passe pelo poder compartilhado (de opinar e decidir)"⁷⁴³. Para que se verifique, a autogestão exige a abertura ao outro (como outro).

A cooperativa é o lugar que dá espaço e visibilidade ao outro, ao excluído. A intercomunicação possibilita a abertura à uma consciência ética, de reconhecimento

⁷⁴¹ ACKERLEY, María Isabel. **Fábricas recuperadas y comunicación horizontal**: un modelo que redefine el poder. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/docs/58566.pdf>>. Acesso em: 27 de junho de 2013.

⁷⁴² Em sentido oposto à consciência ética, a identificação do outro, havia dentro do fundamento da totalidade, o toma como diferente, ou seja, ainda uma versão do *mesmo*. Difere na medida em que se tem o *eu* como parâmetro de reconhecimento. A tal identificação, Dussel se refere como *alienação*.

⁷⁴³ ALBUQUERQUE, P. Autogestão..., p. 21.

e consideração. No encontro com o outro “O que antes era fechamento, pouco a pouco se vai abrindo; a consciência passa a escutar os apelos que a convocam sempre mais além de seus limites”⁷⁴⁴. Aprende-se pela reciprocidade de consciências⁷⁴⁵.

Portanto, como empreendimento autogerido, a cooperativa pode se revelar como um micro espaço para realização de uma “mudança radical e a instauração de outra maneira de viver em comum, inteiramente nova”⁷⁴⁶. A cooperativa pode ser o lugar que permita a descoberta de si, dos outros e das circunstâncias que cercam os atores, espaço para a realização do continuado processo de diálogo, na busca por esclarecer os objetivos e as possibilidades, os acertos e os erros, as vitórias e dificuldades pelas quais passam – juntos – aqueles que se deixam guiar pela experiência cooperativa. Vivenciando a ação dialógica, “a organização jamais será a justaposição de indivíduos que, gregarizados, se relacionem mecanisticamente.”⁷⁴⁷

Estar em comunhão é um dos passos da pedagogia freiriana para o aprendizado e a libertação: “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão.”⁷⁴⁸

(c) A possibilidade do novo desde o cara-a-cara

Nas lições de Paulo Freire, o alcançar da conscientização possibilita a relação da denúncia e anúncio⁷⁴⁹: denúncia das condições desumanizantes e o anúncio de novas perspectivas, afirmação da capacidade criadora dos próprios oprimidos.

A possibilidade de denúncia está intrinsecamente ligada ao conhecimento da realidade, conhecimento que deve ser crítico, como se falou na análise do primeiro momento da autogestão como possibilidade de ruptura com a ontologia totalitária.

⁷⁴⁴ FIORI, Ernani Maria. “Prefácio: Aprender a dizer a sua palavra”. In FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 41 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. p. 07.

⁷⁴⁵ É possível fazer uma analogia da dinâmica engendrada pelo diálogo autogestionário com os ‘círculo de cultura’, referido por Paulo Freire. Tais círculos congregam educandos e educadores, no processo de alfabetização. O universo em que estão inseridos é objetado e nele o alfabetizando se reencontra e encontra com os outros e nos outros. Nas palavras de Freire: “...da coincidência das intenções que os reúnem, surge a comunicação, o diálogo que critica e promove os participantes do círculo.” FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 41 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. p. 10.

⁷⁴⁶ GUILLERM, A.; BOUDET, Y. Autogestão..., p. 14.

⁷⁴⁷ FREIRE, P. Pedagogia..., p. 204.

⁷⁴⁸ FREIRE, P. Pedagogia..., p. 58.

⁷⁴⁹ FREIRE, P. Conscientização..., p. 27.

Por isto se acentua a problematização contínua das situações existenciais dos educandos tal como são apresentadas nas imagens codificadas. Quanto mais progride a problematização, mais penetram os sujeitos na essência do objeto problematizado e mais capazes são de “desvelar” esta essência. Na medida em que a “desvelam”, se aprofunda sua consciência nascente, conduzindo assim à conscientização da situação pelas classes pobres.⁷⁵⁰

A autogestão propõe aos cooperados a adoção de outra lógica de organização do trabalho, baseada na tomada coletiva de decisões. E, conforme Singer, isto se faz praticando⁷⁵¹. “As experimentações de autogestão mobilizam os trabalhadores para uma tarefa concreta e, assim, adquirem no processo e de modo indutivo uma formação para autogestão.”⁷⁵²

O conhecimento advindo de relações dialéticas possibilita transição de uma consciência ingênua, mítica, à uma consciência crítica, nas palavras de Freire, ou transição de uma posição existencial para uma existenciária.

Com Freire, temos que a partir da consciência crítica pode-se chegar à conscientização, que é o aprofundamento da tomada de consciência, é o conhecimento problematizado da realidade que exige do sujeito a ação transformadora sobre o objeto cognoscível (a realidade opressora). Esse ‘agir conscientemente sobre a realidade objetivada’ é no que consiste a práxis humana⁷⁵³. A unidade indissolúvel entre a ação e reflexão do homem sobre o mundo⁷⁵⁴.

O momento da denúncia, portanto, localiza-se no primeiro movimento do método proposto por Dussel, quando se acessa o fundamento do mundo.

O atual momento do método (depois de perceber a existência da exterioridade, reconhecer o outro como outro, dar-lhe a palavra e buscar compreendê-la analogicamente), refere-se ao momento do anúncio, tratado por Paulo Freire. Em Dussel, trata-se do momento positivo, momento imaginativo,

⁷⁵⁰ FREIRE, P. Conscientização..., p. 56.

⁷⁵¹ SINGER, Paul. “A Economia Solidária como ato pedagógico”. In: KRUPPA, Sonia M. Portella (org). **Economia Solidária e educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas educacionais, 2005. p. 19.

⁷⁵² NASCIMENTO, Claudio Araujo. “Experimentação/autogestionária: autogestão da pedagogia/pedagogia da autogestão”. In: BATISTA, Eraldo Leme; NOVAES, Henrique (orgs.). **Trabalho, educação e reprodução social: as contradições do capital no século XXI**. Bauru: Canal6 Editora, 2011. p. 107.

⁷⁵³ A práxis, segundo Freire “é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo.” (FREIRE, P. Pedagogia..., p. 42.)

⁷⁵⁴ FREIRE, P. Conscientização ..., p. 25-26.

criativo por parte das próprias vítimas. Passagem da consciência ética, que reconhece o outro como tal, à consciência ético-crítica, que irá questionar os âmbitos material, formal e factível afirmados pela totalidade a partir do reconhecimento das negações geradas.

Dussel distingue entre o ético, o moral, o *ethos* aristotélico e o ético-crítico⁷⁵⁵. Enquanto uma ‘consciência ética’ é capaz de identificar e aplicar os princípios materiais, formais e de factibilidade universais (advindos das *afirmações* do sistema de eticidade vigente), a ‘consciência ético-crítica’ é aquela com novos momentos⁷⁵⁶, que identifica além dos três momentos da afirmação, as suas re-leituras sob dinâmica da negação. Pela própria designação, a ‘consciência ético-crítica’ implica (1) no despertar crítico, ou seja, a possibilidade de identificar e constantemente questionar as estruturas reais (afirmações e negações), assim como também implica em (2) uma conduta, uma postura, atitude, no sentido de modificar, de transformar o mundo em que se vive, ou que não permite viver.

Por meio dessa práxis, de constante questionamento e ação, os atores sociais relacionam entre si e entre a comunidade, identificando e transformando as estruturas vigentes, alcançando a cada passo a libertação diante das (novas) negatividades.

A cooperativa, por se tratar de uma associação de pessoas, voltadas para fins não exclusivamente econômicos, traduz a possibilidade do processo ético-crítico: na comunhão, cada sujeito liberta-se a si ao mesmo tempo que fomenta a libertação dos demais, como resultado da necessidade de compreensão do mundo no qual estão inseridos, necessidade que é inerente à atuação na cooperativa. A prática dialógica da autogestão cooperativa permite o encontro com o outro, com o diálogo comunitário na formação de atores críticos, abre-se espaço para a criação do novo, a partir do espaço dado à palavra que não era dita. Surge a possibilidade da novidade, da criatividade. As soluções para os problemas agora parte de quem

⁷⁵⁵ Dussel entende o *ético* como o “aspecto material ou de conteúdo da ética”; já o *moral* é entendido como o “aspecto formal ou procedimental, intersubjetivo comunitário”; o *ethos* se insere em um sistema de virtudes e o ético-crítico consiste na criticidade surgida ao se identificar a existência de vítimas, é a crítica a partir da alteridade. (DUSSEL, E. **Ética da Libertação...**, p. 633. Tese 4) Em especial, a distinção entre o ético e o ético-crítico, caracteriza a divisão de sua obra *Ética da Libertação* em duas partes: na Primeira (capítulos 1, 2 e 3), Dussel analisa os conteúdos e formas da ética. Tradicionalmente o estudo sobre a ética se esgota nesses temas, assim, poderia parecer completo; porém, é apenas na Segunda Parte da obra (capítulos 4, 5 e 6) que Dussel efetivamente trabalha os temas referentes à ética-crítica, momento próprio da Ética da Libertação.

⁷⁵⁶ DUSSEL, E. *Ética...*, p. 311. Nota 34.

não tinha espaço para manifestação. A autogestão, ao ampliar o espectro de onde vem as soluções, incluindo todos os envolvidos, amplia também a possibilidade de surgimento de novas propostas, ideias, energias.

As decisões coletivas, que possibilitam a troca de experiências de todos os membros e não apenas de um grupo de cúpula, possibilita a articulação de saberes até então fragmentados pela divisão social do trabalho, bem como pela apropriação localizada dos instrumentos teórico-metodológicos que lhes permitiram a integral compreensão do trabalho e do mundo.

Não se trata mais da criação do conhecimento solipsista. Não é mais o intelectual que, por si, racionalmente, realiza todas as mediações do pensar (tese, antítese, conclusão). A criação, o novo, agora vem da consideração da palavra do outro, vem do diálogo na interação com o outro, que rompendo com a totalidade, abre caminho a novas considerações, com novos fundamentos.

A prática cooperativista valoriza o humano, dentro do coletivo. Cada sujeito liberta-se em sua criticidade, ao perceber-se a si, ao outro e o mundo em que vive. Essa é a prática da cooperação autogestionária, que permite ao cooperado o privilégio do diálogo, possibilitando a construção de novos alicerces, que podem apontar para uma construção de outra sociedade.

O momento positivo surge com o anúncio, que exige “imaginar, recorrendo à razão estratégica, instrumental e teórica, os momentos procedimentais ou morais que têm de ser transformados.” Não se trata da razão sonhadora, mas sim o que Dussel chamou de “inérito viável”, ou seja, o que ainda não se tem, porém que é possível de se realizar. Com uma nova consensualidade, utilizando-se de procedimentos democrático-críticos, deve-se buscar a invenção e análise de alternativas⁷⁵⁷.

Neste sentido também é possível vislumbrar a utopia cooperativista como alternativa, pois tem como fundamento a prática democrática, estendida a todos os cooperados. Estes como questionadores das condições em que trabalham e convivem, descobrem-se no mesmo processo em que descobrem o outro e mundo que os mediatiza.

⁷⁵⁷DUSSEL, E. Ética da Libertação..., p. 471.

Encaminhando-se para o de encerramento do trabalho, é apropriado retomar alguns dos elementos expostos anteriormente em articulação com as últimas noções trabalhadas. Auxiliam nesse intento a observação feita por Mariátegui:

(...) la economía no explica, probablemente, la totalidad de un fenómeno y de sus consecuencias. Pero explica sus raíces. (...) esto es claro, por lo menos, en la época que vivimos. Época que si por alguna lógica aparece regida es, sin duda, por la lógica de la Economía⁷⁵⁸

A cooperativa está inserida no âmbito econômico, esta é uma das razões para a reunião das pessoas em cooperativa: o agir produtivo em termos econômicos. Aliado à prática autogestionária, apresenta como um espaço que contribui para a compreensão do mundo por parte de seus atores.

Na atuação autogestionária da cooperativa, com já mencionado, horizontes são superados no exercício do refletir/agir. Ao ter para si a responsabilidade pelos rumos da organização, o cooperado coloca-se diante de questões e precisa manifestar-se sobre elas. Questões que provavelmente não teria acesso e, assim, não teria pensado a respeito, caso fosse subordinado ao gerente ou patrão que decide sozinho.

Essa prática e cotidiana facilita o acesso a uma postura crítica, no sentido heideggeriano, que tira o cooperado do conforto e segurança de não se preocupar com tais questões, pois alguém fará por ele. Esse conforto e segurança são fetichizados, pois o que está por detrás e não se mostra é a alienação do trabalhador, separado de algo que lhe é intrínseco: decidir sobre o seu trabalho, sobre as suas atividades, sua subjetividade.

Sem dúvidas, outros elementos limitam a plena expressão da subjetividade do trabalho que não somente o patrão. As condições de mercado, por exemplo. Embora a cooperativa não consiga romper com essa alienação (e por isso não se apresenta como um novo modo de produção – discussão do item 3.2.), o cooperado, em suas ações práticas, passa a perceber que esse âmbito existe e que condiciona as atividades. Tal conhecimento é mais difícil se o cotidiano do trabalhador for meramente existencial.

O que foi proposto é que, em suas atividades, o trabalhador adquire competências sobre o que atua, que é uma parte do processo produtivo. Parte que é

⁷⁵⁸ MARIÁTEGUI, José Carlos. El hecho económico en la historia peruana. In **Ensayos escogidos**. 2ª ed. Lima: Universo, 1974, p. 206.

abstraída de outras relações. São os conhecimentos advindos do trabalho, na leitura de Lia Tiriba, pode ocorrer também no trabalho assalariado. A diferença para o trabalho autogestionário é avança por outros horizontes. Participando de todas as decisões da organização, o cooperado é posto frente a outras partes abstraídas, que se co-determinam, seja nas relações internas ou externas da cooperativa. Ao ter a necessidade de compreender (para se manifestar) outros âmbitos, o cooperado tem diante de si novos horizontes. Nesse agir, composto de reflexão e ação, há uma facilitação à compreensão das estruturas que cercam o cooperado. Ao conhecer essas novas instâncias, o cooperado *pode* avançar a outros horizontes e, talvez, ter acesso ao fundamento que condiciona o sentido dado ao existente. Pode tomar consciência do mundo. Nas palavras de Freire, seria o processo de ‘tomada de consciência’.

Entretanto, não há uma relação necessária entre ser consciente e ser crítico do fundamento do sistema, ou seja, ser ético-crítico. Em razão disto, o presente trabalho foi dividido em duas partes. Na primeira (Parte I), desenvolveu-se o tema do cooperativismo até a compreensão de sua inserção frente ao fundamento exploratório do sistema capitalista. A atuação da cooperativa (como um todo) pode assumir essa determinação para si e, assim, tornar-se uma peça dessa engrenagem. Propôs-se a ‘cooperativa como capital’ e a ‘cooperativa como cooperativa’. Nesta há a proposição de uma racionalidade diferenciada da lógica (fundamento) do sistema, ou seja, há um inconformismo (que julga como perverso) os efeitos causados pela lógica capitalista. Enquanto a primeira apresenta-se como subsumida ao capital, a segunda apresenta-se como crítica. Pode haver o desenvolvimento crítico da tomada de consciência, pode ocorrer a conscientização.

Uma cooperação específica, que adiciona o elemento ético-crítico no agir produtivo (ou seja, na razão de reunir-se para fins econômicos), assume a responsabilidade frente à compreensão do fundamento exploratório da essência do sistema. Exige, assim, a responsabilidade com quem é explorado, negado.

Por esta razão no item 3.2.2, ao questionar sobre as vertentes do cooperativismo e da Economia Solidária, que são sensíveis à perversidade da exploração, porém, lutam pela emancipação (ou seja, inclusão no sistema), estas propostas foram lidas como contestatória porque possuem o elemento ético, entretanto, carecem do elemento crítico voltado especificamente ao fundamento do sistema. Não há uma consciência clara da essência do fundamento. Em razão de

uma visão distorcida, sob o efeito da colonialidade, atuam sobre a aparência, requerendo a implementação de direitos, no lugar de requer pela transformação desses direitos, a partir de um novo fundamento.

A segunda parte do trabalho (Parte II) relacionou o agir cooperativo frente as negações impostas pelo fundamento do sistema, ou seja, a cooperativa como lugar que permite uma expressão diferenciada aos cooperados não necessariamente reproduzindo a lógica totalitária.

E, quando assume essa postura, tem-se um dos dilemas postos ao cooperativismo (e fundamento para muitas das críticas que lhe são dirigidas): a contradição entre um factível universo interno oposto à lógica externa, do sistema no qual está inserido. A cooperativa atua no mercado, ou seja, estabelece relações com essa racionalidade. Porém defende uma autonomia relativa quanto à racionalidade que intenta em seu interior. Já foi objeto de análise os efeitos dessa interrelação (interno/externo), que coloca a cooperativa em alerta constante para manter suas características (cooperação e autogestão), ainda que uma blindagem total seja impossível.

Ainda assim, cooperativa articula em seu interior vítimas do sistema, desde as mais afetadas – em sua carnalidade – até outros níveis, como daqueles que têm o desejo de vivenciar uma forma de produção não (diretamente) exploratória, mesmo tendo a inserção no mercado de trabalho formal. Mesmo neste nível, embora não existam negações urgentes que comprometam a sobrevivência, há negações. A exemplo da invisibilidade (ou desconsideração) diante do sistema que regulamenta a atividade (reflexão especialmente atual, em razão generalização do cooperativismo feito com a edição da Lei das Cooperativas de Trabalho).

O espaço oportunizado pela cooperativa permite romper com alguns níveis de negações na atuação interna da cooperativa. Permite vivenciar uma socialização diferenciada por meio do trabalho ou até uma forma não exploratória (ainda que isso não se dê plenamente), estabelecendo como orientação o retorno dos resultados obtidos pela quantidade de trabalho (mesmo que esse retorno já tenha sido afetado pela extração da mais valia, em razão dos valores serem determinados não pelo trabalho, mas – externamente – pelo mercado). Ainda assim, internamente nesse grupo, não há a apropriação por uma pessoa ou pelos chefes.

De outro lado, dentro da cooperativa pode-se reunir uma comunidade de vítimas, de invisibilizados, que encontram um ambiente que lhes permite a

consensualidade crítica: a conscientização. A dinâmica da autogestão, no desafio da busca pelo acordo coletivo, permite a visibilidade do outro e exige o respeito a sua palavra. Em comunidade, no processo cotidiano do refletir-agir, tem-se a possibilidade do descobrir-se como sujeito da sua própria história, ou seja, ator de transformações.

Esta atuação pode desencadear o movimento, de horizonte a horizonte, à compreensão da realidade em que se está inserido. Por certo, ocorrendo uma conscientização crítica, deixando o cooperado de ser um ente do sistema, pode ocorrer que se totalize e continue reproduzindo o fundamento do sistema, agora descoberto. Porém, tem a oportunidade de ultrapassar a ontologia para abrir-se ao outro e tentar (por analogia) compreendê-lo.

Também é importante ressaltar, que o ambiente cooperativo, ao permitir a libertação do sujeito, não garante uma automática transmutação para outros níveis de concretização (erótico ou político, por exemplo). Porém, tais questões por vezes surgem no ambiente interno. A relação como o outro (considerado outro) possibilita outras descobertas, tais como a questão de gênero⁷⁵⁹, ainda que isso se dê no espaço localizado do agir cooperativo.

Outro elemento a ser ressaltado é a potencialidade da cooperativa em reunir o agir crítico comunitário 'aproveitando-se' o tempo do trabalho. Apontou-se neste trabalho a possibilidade de libertação por meio do agir autogestionário. Já na introdução pontuou-se a ocorrência da autogestão em outros tipos de organizações coletivas. É salutar e necessário que essa prática diferenciada ganhe outros espaços. Entretanto, em defesa da cooperativa, não se pode deixar de considerar, que aqueles que são os mais afetados pelas negações do sistema, são os que dispõem de menor tempo e energia livre para a auto-organização. Longe de sugerir que o cooperativismo substitua outras experiências, ou mesmo de sugerir a inviabilidade da organização de outros coletivos, pretende-se afirmar exatamente o contrário. A experimentação do cooperativismo tem o elemento salutar de possibilitar a descoberta de outra forma de interação. Como lugar de experimentação, pode gerar atores mais conscientes em outras áreas de suas vidas.

⁷⁵⁹ Pode ocorrer a discussão quanto ao trabalho tipicamente destinado ao homem e à mulher, ainda que localizado nos afazeres da organização. Para problematizar a questão, indica-se: Trabalho em cooperação como política de equidade de gênero. In GEDIEL, José Antônio Peres (org.). **Estudos de direito cooperativo e cidadania**. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, n. esp. (2010).

As transformações das instâncias do atual sistema apenas será resultado de ações a partir de uma conscientização ético-crítica, ou seja, precisa de atores conscientizados. Não apenas a transformação do atual sistema, mas a viabilidade da sua manutenção pressupõe atores descolonializados e críticos. Muitas são as formas de se alcançar a conscientização ético-crítica, neste trabalho, sugere-se a autogestão cooperativa.

Ademais, o agir autogestionário possibilita que os atores conheçam outra forma de estabelecer os rumos para um coletivo. Uma razão prática discursiva ético-crítica. Talvez – e essa é uma indicação pendente de uma análise teórica própria – saber que outra forma de organização do coletivo existe e, além disso, que essas pessoas são capazes de contribuir para as soluções das questões que lhes são apresentadas, pode levar a um questionamento, por exemplo, da forma política de democracia formal.

A ‘cooperativa como cooperativa’ desenvolve um importante papel ao proporcionar a razão discursiva: regras e critérios para a participação de todos que fazem parte daquela comunidade comunicativa; ao ser um espaço de experimentação que dá voz àqueles que não participam dos acordos estabelecidos na sociedade. Trata-se da visão esquemática apresentada por Dussel e aqui reproduzida na Figura 2. A cooperativa reúne em si dois importantes âmbitos: o econômico e o discursivo. Em seu interior, tem lugar apenas as discussões quanto aos rumos da organização. Não é o espaço próprio para decisões políticas ou pessoais (erótica, por exemplo). Ainda assim, traz para dentro de si um âmbito (pragmático-discursivo – seu elemento formal) que guarda relações com a estrutura que pode ser desenvolvida na comunidade concreta, ou seja, para além do espaço cooperativo (refere-se ao “b.” do esquema 14.01 de Dussel, reproduzido na Figura 2). Como espaço de experimentação a cooperativa apresenta-se com uma potencialidade extra.

A inserção de pessoas afetadas pelas negações do sistema em uma cooperativas possibilita, com o praticar da autogestão, a romper com a compreensão ingênua do mundo. A possibilidade engendrada pela cooperativa, de avançar horizonte a horizonte pode levar à criticidade atingir o social e o político, a partir de uma reflexão sobre a estrutura social mais ampla. Da posição crítica vem a denúncia das condições desumanizantes em que os excluídos, oprimidos, as vítimas estão inseridas.

A crítica ao capitalismo prossegue ao considerar os seus efeitos extraempresa: a crescente desigualdade entre a classe capitalista, cuja riqueza aumenta com a acumulação do capital, e a classe trabalhadora, cujos ganhos são apenas suficientes para reproduzir sua força de trabalho cotidianamente e produzir nova força de trabalho - os seus descendentes – que substituirão os trabalhadores aposentados e os sustentarão mediante suas contribuições previdenciárias. Dada a tendência estrutural do capitalismo de desempregar, excluir e empobrecer parte da classe trabalhadora, a sociedade tende a se polarizar entre uma elite endinheirada e uma massa de pobres que dependem da venda de sua força de trabalho para ganhar a vida mas não encontra quem a compre, ao salário modal vigente.⁷⁶⁰

No interior da cooperativa é possível que se venha a conhecer as estruturas que conformam a realidade daquele cooperado. É possível ter a compreensão da cultura mitificada que desqualifica o sujeito como incapaz de resolver problemas. É um passo para a construção de outra cultura. Porém, presa à realidade interna da cooperativa, não há transformação do mundo.

Ainda que consiga, internamente desenvolver outros hábitos e outras considerações, a totalidade em que a cooperativa está inserida é diametralmente oposta aos seus valores internos. Enquanto a pluralidade interna valoriza o coletivo; a democracia do conhecimento; a participação igualitária na decisão, na execução e na partilha dos resultados; priorizando a participação da pessoa, em detrimento do critério do seu capital, a cooperativa enfrenta a contradição de estar inserida em uma sociedade fragmentada e individualizada; sob o domínio absoluto do capital, que gera alienação e exploração.

Assim, a razão discursivo-crítica precisa ganhar outras proporções, pois é apenas em conjunto que os atores sociais tomam em suas mãos os rumos de suas vidas e se tornam agentes de mudança do mundo.

Esta formulação é apenas indicativa. Não foi submetida ao processo da formulação de uma tese e carece de outros elementos para a sua afirmação. Ainda assim, o que se pretende é – no momento de encerramento deste trabalho – apontar mais para uma abertura que para um fechamento.

⁷⁶⁰ SINGER, P. Economia solidária..., p. 15.

CONCLUSÃO

*A nossa filosofia
Não tá suspensa no ar,
Não é livro em prateleira
Nem frase pra declamar.*

*Filosofia pra gente
É um jeito consciente
Do povo se libertar*

(Crispiano Neto)⁷⁶¹

“Toda conclusão é sempre provisória”⁷⁶². A ressalva é válida para os dois campos ao qual se dedicou este trabalho, o cooperativismo e a filosofia.

É próprio da filosofia ser constantemente relida e reelaborada. Porém, no que se refere à Filosofia da Libertação, é importante anotar que se trata de formulação recente (as primeiras discussões datam da década de 60) e, embora já tenha consolidado sua existência e seus pressupostos, as formulações ainda estão abertas à construção diante dos mais variados campos do conhecimento. Registre-se, ainda, que seu principal expoente, Enrique Dussel, é um autor bastante produtivo e, por exemplo, quanto à política da libertação, aguarda-se a publicação da terceira e última parte de sua obra. Nesse meio tempo, já veio a público outra obra, apresentando teses sobre a economia política.

Quanto ao cooperativismo, também são válidas as anotações, o que talvez sejam um alento. Parte-se do real para tal consideração, orientação teórica que guiou o presente trabalho. A atual realidade do cooperativismo não é animadora. Aliás, essa foi a motivação inicial da pesquisa: seguir afirmando o cooperativismo?

Muitos são os desafios colocados à cooperativa, ou melhor, à ‘cooperativa como cooperativa’, pois se amparada na lógica do sistema capitalista, os caminhos são mais facilitados. Porém, tal visão é colonializada, na melhor das hipóteses. Acredita na falácia progressista do capitalismo. Na pior das hipóteses, é cínica.

⁷⁶¹ *Apud* BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Método Paulo Freire**. Ed.: Brasiliense, 1981.

⁷⁶² NETTO, P. Introdução..., p. 26.

Não seguimos por essa trilha. Novamente ressaltando os aportes teóricos, a preocupação que guiou a reflexão aqui exposta, parte do ético, mas precisamente, do ético-crítico. Move-se, portanto, pela denúncia das negações existentes. Assim, é incompatível com a defesa do sistema do capital, cuja lógica pressupõe a exploração, ou seja, apenas se sustenta gerando vítimas.

O momento negativo, negar as negações, é apenas o primeiro passo. A crítica pela crítica se perde. Para que se sustente, pede um complemento necessário: a afirmação, ou, com Feire, o anúncio. Negar as negações impostas à vítima e afirmar a vida que deve-ser vivida.

Apenas se for possível ao cooperativismo propor-se nesses dois âmbitos, será válida sua promoção. As barreiras de difícil transposição e riscos constantes de desvirtuamentos do caminho são elementos fáticos a serem considerados. Porém, este trabalho dedicou-se a um questionamento ainda anterior. Pretendeu-se ao estatuto teórico do cooperativismo. Por certo, teoria e práxis são indissolúveis, mas diante da realidade caótica da aparência do cooperativismo no real concreto, o instrumental teórico é indispensável.

Ao articular o cooperativismo e reflexão filosófica, buscou-se conectar o econômico e o comunitário, como fio condutor a uma prática organizativa que permita um produzir voltado ao viver e, nesse caminhar, revele-se como metodologia pedagógica. Ou seja, cooperativismo apresenta-se como ambiente privilegiado por ser um local que permite as condições materiais, local do trabalho. Porém, apenas como uma forma de organização econômica não se diferencia de qualquer outra organização que promove e reproduz a lógica de exploração capitalista. Aliado a uma prática autogestionária, a potencialidade da organização se expande. Ao permitir o agir dialógico-reflexivo, a cooperativa alia ao cotidiano do trabalho uma dimensão que é essencialmente política. Aprender a se manifestar, ou seja, o falar – e seu correlato necessário, o ouvir – permite que o cooperado descubra a possibilidade de se manifestar, bem como a responsabilidade desse posicionamento.

Não se está a afirmar que tal processo seja automático e garantido. O que se buscou ressaltar, com aporte filosófico, foi a possibilidade. A autogestão apresenta-se como possibilidade pedagógica. Ainda que não se apresente com garantias reais de resultado, o fato não diminui sua relevância, especialmente em um momento de escassez de alternativas. Por certo, o trabalho autogestionário

confere ao cooperado uma oportunidade. Não em termos mercadológicos ou capitalistas, mas sob outro fundamento, outra racionalidade: a valorização de si e do outro, em coletivo. Por se tratar de uma lógica diferenciada, não encontrará lugar nos âmbitos tradicionais (subsumidos), mesmo em termos de *possibilidade*. Os espaços coletivos são cada vez mais restritos. A radicalização da cultura individualista apresenta-se como natural, quando não como exclusiva. Diante desse entrave, qualquer formulação em termos coletivos precisa antes convencer. Porém, o fundamento do sistema, que enxerga a tudo como um espelho diante de si, não é capaz de reconhecer uma racionalidade diferenciada. Jamais haverá argumentos convincentes, a menos que a 'outra' proposta se transmute para 'o mesmo'. Assim será reconhecida, mas estará esvaziada.

A prática autogestionária, ao exigir a reflexão/ação de cada um dos envolvidos, quanto às questões cotidianas envolvidas no processo produtivo, possibilita a compreensão das situações concretas em que estão inseridos. Nas palavras de Freire, trata-se do processo de conscientização. A micro realidade cotidiana, localizada e circunscrita aos afazeres produtivos diários, permite o exercício em busca do modo existenciário. Ao compreender o mundo em que estão inseridos, os atores compreendem a estruturas (fundamento) que geram opressão e exclusão.

Esse processo dialético corresponde aos dois primeiros movimentos do método trabalhado por Dussel: o negativo, cuja compreensão (fundamental/existencial/consciência ingênua) parte da realidade ôntica negando (entrando em crise) a segurança do óbvio cotidiano, avançando de horizonte em horizonte, até acessar o fundamento; e segundo movimento, o momento positivo da dialética, que é o retorno dedutivo do fundamento ao ente, que permite a atribuição de sentido aos entes que compõe o mundo, desde uma compreensão existenciária, crítica. A eleição desse sentido (dentre tantos possíveis) é derivada (ou dependente) do fundamento que está na base de toda a construção.

Todo esse desenvolvimento, que permite uma atitude crítica frente ao mundo e ao cotidiano, ainda pertence à totalidade (existenciária/consciência semi-transitiva). Trata-se do fundamento, resignificando os elementos do mundo, a partir de si (é mais do mesmo). Esse dois movimentos reunidos constituem a dialética tradicional: o movimento que vai do ente ao ser (do ôntico ao ontológico); e o

descenso explicativo da totalidade concreta, movimento que vai do ser aos entes, resignificando-os.

Permite a compreensão da totalidade, porém falta-lhe um momento ético-crítico. Carece de uma postura de defesa do que é distinto do fundamento. Em razão disto, é caracterizada por Dussel como Dialética da dominação ou dialética da totalidade, pois permanece nela circunscrita.

O passo fundamental para romper com a totalidade está no reconhecimento do outro, porém como outro e não apenas como mais um ente a ser significado derivadamente do fundamento. Trata-se do terceiro momento do método.

Olhar o outro como outro apenas é possível por analogia: é a partir do que eu conheço (o que tem significado para mim) que tento compreender o que vem do outro. Trata-se de uma infinita responsabilidade de alteridade.

Retornando à dinâmica cooperativa, o agir autogestionário, que estimula (e exige) a participação de todos os envolvidos, permite a compreensão de si e do outro. Novamente ressalta-se: permite. Ademais, tal desenvolvimento, não natural ou automático, também pode se constituir em níveis diferenciados. Pode permitir ao ator que compreenda o funcionamento do sistema e decida nele se inserir. A compreensão quanto à lógica da totalidade irá ajudá-lo nessa empreita. Com isso se quer dizer que não há uma garantia quanto ao desenvolvimento de uma postura ética.

Porém, a possibilidade é dada no cotidiano da cooperação autogestionária, na difícil e constante busca do consenso coletivo. Para tanto, é necessário considerar a si e ao outro: ouvi-lo, tentar compreendê-lo. A dialogicidade é essencial à experiência.

Chega-se, portanto, ao quarto movimento do método: o acolher do outro, que cria um novo âmbito fundamental. O fundamento da totalidade é questionado desde a exterioridade, desde a constatação e consideração do outro como tal. O quinto e último movimento é a reavaliação do próprio universo ôntico pelo novo fundamento, que agora é ético, pela consideração de elementos vindo da exterioridade (vindo das vítimas, excluídas do fundamento anterior). Tem-se a formação da consciência ético-crítica, nas palavras de Dussel, ético porque parte da constatação e compreensão das necessidades daqueles que até então não eram considerados pelo fundamento do mundo (eram negados); crítica porque exige a negação da negação; a responsabilidade pela afirmação última da vida humana,

inclusive e principalmente das vítimas. Essa consideração é o projeto de libertação (conscientização).

A transformação das estruturas existentes que geram opressão e exclusão, portanto, é resultante de um processo dialético completado necessariamente pelo momento analético, por incluir o elemento da exterioridade na produção do novo conhecimento.

Não se pode, entretanto, olvidar que a constituição da cooperativa nem sempre reproduz suas determinações essenciais (cooperação econômico-produtiva ético-crítica e autogestionária), ou seja, não se pode afirmar que toda cooperativa se apresente 'como cooperativa'.

Quando a organização não consegue estabelecer uma lógica interna diferenciada, acaba absorvida pelo sistema. Atuando sob essa racionalidade, torna-se uma de suas mediações, ou seja, uma peça constitutiva da totalidade. Nessa configuração, sugeriu-se a categoria explicativa da 'cooperativa como capital'.

Embora hegemônica, tal existência não é única. É possível (ou seja, não se trata de uma condição de impossibilidade) que a cooperativa se organize 'como cooperativa', vivenciando seus elementos essenciais. Esta formação não é automática nem mesmo facilitada (a exemplo da leitura que o direito faz e impõe às relações sociais). O que o presente trabalho buscou ressaltar é que ainda há potencialidades a serem afirmadas nessa específica forma de interagir enquanto se realiza a produção sócio-econômica. A referência ao 'ainda' não é sem razão. O cooperativismo tem sofrido constantes 'perdas'. Em âmbito teórico, a disputa pela definição do que seja a cooperativa pende cada vez mais à noção já hegemônica que, apoiada e apoiando-se no fundamento do atual sistema capitalista, propaga a cooperativa como empresa, ressalta seus números de faturamento e 'empregabilidade'. Contribui em dissipar uma compreensão colonializada sobre a origem da riqueza na circulação (consumo) e auxilia a ocultar os efeitos de exclusão e opressão, que são inerentes a esse sistema, por exemplo, ao permitir a existência do trabalho assalariado no interior da organização. A propagação dessa 'leitura' de cooperativismo se utiliza de meios eficientes a manter os sujeitos em sua cotidianidade, não reflexiva. Com o poder que a fetichização lhe confere, segue se reproduzindo, alienando inclusive muitos que contestam os efeitos nocivos do sistema. De outro lado, o Direito, com seu poder de intervenção social, impõe ao cooperativismo outras derrotas: utilizando-se de uma compreensão unitária das

formas de cooperativismo, promove regulações ‘gerais’, que reproduzem as relações de poder manifestas na sociedade. Utiliza-se de uma forma tão eficiente para mascarar seu comprometimento com o fundamento do sistema, que propõe uma lei (Lei 12.690/12) de aparência popular, para efetivar os interesses do capital. Dito de outra forma, a nova lei é apresentada como estímulo ao cooperativismo, especialmente o de caráter popular, porém generaliza suas determinações a todas as demais formas de cooperativa, excetuadas (claro!) as cooperativas empresariais e consumeristas. A aparência de estímulo ao cooperativismo popular é, no discurso hegemônico, irrefutável: até mesmo se aprovou uma linha de fomento! Inebriados pelo discurso (pelo efeito do fetichismo), comemora-se o ‘avanço’ sem ultrapassar a aparência do fenômeno, deixando inerte a reprodução do fundamento: que se dá pela absoluta ausência de efetividade do programa de fomento (PRONACOOOP) e, o mais grave – talvez o verdadeiro intento da lei – a legitimação da intermediação da mão de obra por meio da cooperativa, que responde à necessidade política e econômica da conjuntura neoliberal (terceirização e precarização do trabalho).

Diante desse quadro é realmente preciso questionar se as energias colocadas sobre o tema, que desde a década de 1990 geram debates para tentar entender as dinâmicas às quais as cooperativas estão submetidas.

O intento desse trabalho foi de renovar essas energias. Com aporte no instrumental filosófico, pretendeu-se evidenciar que a tarefa urgente ao cooperativismo é livrar-se da visão distorcida, colonializada, quando não existencial. Centrar o foco nas determinações essenciais do cooperativismo auxilia nesse projeto, que só se efetiva, entretanto, na práxis. Auxilia, por exemplo, a evidenciar a absoluta incongruência do trabalho assalariado no interior da cooperativa, pois inviabiliza a autogestão, rompendo com a simetria entre os trabalhadores. Auxilia a perceber que a condição mínima de vida deve ser garantida e não transferida à responsabilidade dos próprios vitimizados, através da indução ao cooperativismo que agora possui a nova obrigação legal de garantir ‘direitos mínimos’.

A luta por direitos (em uma perspectiva emancipatória) ou a transformação destes em novos direitos (pautados na libertação) deve ocorrer em um campo que não é o das relações internas da cooperativa, mas sim o campo político. Porém, essa luta apenas se efetivará a partir de atores conscientizados (conscientização ético-crítica) e organizados em coletivos. E é apenas por esta percepção que o presente trabalho intenta renovar as energias ao debate do cooperativismo: se a

cooperativa – mesmo na atual conjuntura – possui alguma potencialidade é ser espaço de experimentação, ou seja, local que possibilite (ainda que não garanta) um processo pedagógico de libertação.

A vivência da autogestão, em um local privilegiado que congrega o trabalho, como é a cooperativa, permite a descoberta de uma forma diferenciada de sociabilidade, que não está diretamente mediada pela mercadoria. Ainda que essa intercambialidade tenha sido afastada apenas um nível (pois externamente, a lógica do mercado continua impondo a troca do trabalho pelo dinheiro através do produto), internamente à cooperativa a relação entre os cooperados se dá pelo trabalho, seja no processo de gestão das atividades, seja na distribuição dos resultados. Essa característica incrivelmente continua apoiada em aportes legais que define a cooperativa como associação de pessoas e não de capitais. Remunera-se o trabalho, não o capital investido⁷⁶³.

De outro lado, a interação comunitária, na simetria da forma autogestionária, permite ao cooperado perceber-se a si (como valoroso e como ator de sua própria história) em conjunto com perceber ao outro (como outro). A transformação apenas é possível a partir dos próprios sujeitos negados, conscientizados da sua condição, bem como das condições que causam sua negação. Em comunidade, que exige a compreensão do outro e da situação de negação que é lhe imposta, através de uma prática discursivo-crítica, surgem novos conteúdos e novos projetos.

Essa dinâmica interna da cooperativa pode ser replicada para além da atividade laboral. Dito em outros termos: a forma de participação na cooperativa é análoga à participação política comunitária e validamente democrática. Sem dúvida, o campo político é composto por outros conteúdos e outros projetos, porém é imprescindível de atores com uma cultura diferenciada da atual subordinação e passividade. Essa cultura é questionada, em primeiro lugar, quando se tem o conhecimento da existência de formas diferenciadas e, posteriormente, vivenciando-as, ou seja, a partir de uma atuação prática.

Esse tema, entretanto, é apenas indicativo e não foi objeto de tese. Carece ainda de formulações para um adequado tratamento.

⁷⁶³ Não sem fortes ataques. Os projetos de alteração da lei geral do cooperativismo (Lei 5.764/71) que tramitam atualmente propõem uma nova formatação ao cooperativismo permitindo a abertura do capital das cooperativas a não cooperados e autorizando a vinculação de pessoas jurídicas de qualquer natureza aos quadros de sócios da cooperativa.

O que se buscou apresentar foi a conexão entre a filosofia libertação e a autogestão cooperativa, aliando teoria e prática na procura por pistas para a transformação social. Desde o cooperativismo com a autogestão. Desde a filosofia, explorando-se o método específico por ela proposto (a analética), que ressalta os caminhos de possibilidade para a libertação.

A virtude do cooperativismo estaria em aliar a busca por trabalho e renda (questão material) à possibilidade de um agir reflexivo e crítico. Portanto, se há positivities a serem afirmadas na cooperativa, estariam intimamente ligadas à perspectiva política engendrada pela cooperatividade autogestionária. Trata-se da possibilidade de mitigação à alienação causada pelo trabalho subordinado à estrutura hierarquizada capitalista.

Se é verdade que a história chegou ao seu fim, no sentido de marcar a inviabilidade das ideologias historicamente construídas, que tentaram abalar o sistema da 'democracia' de mercado; se é verdade que na atualidade não dispomos de uma proposta política-ideológica alternativa, então amplia-se a responsabilidade em questionar e criar meios profícuos para o surgimento de novas possibilidades. Essa novidade apenas pode vir daqueles que são oprimidos pela atual estrutura da sociedade, porém somente se conhecerem dos elementos fundantes dessas estruturas que causam a opressão.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Trad. Alfredo Bosi. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ACKERLEY, María Isabel. **Fábricas recuperadas y comunicación horizontal: un modelo que redefine el poder**. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/docs/58566.pdf>>. Acesso em: 27 de junho de 2013.

ACONTECE SENAES. Boletim Informativo – Edição Especial. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A416FABB6014173C4E66C7839/Acontece%20SENAES%202013%20-%20n34%20ed%20especial.pdf>>. Acesso em: 03.06.2014.

ACONTECE SENAES. Boletim Informativo – Edição Especial. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/images/resultado/sies-divulgacao-de-dados-preliminares-2013.pdf>>. Acesso em: 03.06.2014.

AGRICOOOP realiza Seminário Temático sobre “Sucessão e Cooperativismo da agricultura familiar”. Disponível em: <<http://jornalboavista.com.br/site/print/15850>>. Acesso em: 24.05.2014.

ALANIZ, Erika Porceli. **Qualificação profissional** – Um estudo das práticas educacionais em uma empresa de autogestão. São Paulo: Unesp, 2007.

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. “Autogestão”. In: CATTANI, Antonio David (org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 24.

AMES, José Luis. **Liberdade e Libertação na Ética de Dussel**. Campo Grande: Cefil, 1976.

ANÁLISE comparativa dos Marcos Jurídicos do Cooperativismo Brasileiro e a experiência de Mondragón. Relatório de Pesquisa EZAI/NDCC-UFPR. In GEDIEL, José Antônio Peres (org.) Estudos de direito cooperativo e cidadania. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, n. esp. (2010).

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. *In* SADER, Emir; GENTILE, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo**. As políticas sociais e o Estado democrático. 11ª reimpressão. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2012.

ANTEAG (org). **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007**. São Paulo: Todos os Bichos, 2009. p. 34. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812C318C92012C371B016F5ED8/sies_Atlas_da_Economia_Solidaria_Completo\[1\].zip](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812C318C92012C371B016F5ED8/sies_Atlas_da_Economia_Solidaria_Completo[1].zip)>. Acesso em: 03.06.2014.

APRESENTAÇÃO. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/apresentacao-1.htm>>. Acesso em: 02.06.2014.

ARAUJO, Luciana Souza de. **O modelo jurídico moderno e a apreensão do fenômeno cooperativo**: da síntese de uma crise regulatória ao anúncio de perspectivas emancipatórias. Curitiba, 2007. 122 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

ARAUJO, Massilon J. **Fundamentos do Agronegócio**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e Participação Acionária – ANTEAG (org). **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007**. São Paulo: Todos os Bichos, 2009. p. 34. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812C318C92012C371B016F5ED8/sies_Atlas_da_Economia_Solidaria_Completo\[1\].zip](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812C318C92012C371B016F5ED8/sies_Atlas_da_Economia_Solidaria_Completo[1].zip)>. Acesso em: 03.06.2014.

BALANÇA comercial brasileira: cooperativas – Dezembro/2013. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=4387&ref=3186>>. Acesso em: 19.05.2014.

BALANÇA Comercial do Agronegócio - Dezembro/2013. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/NOTA%20Dezembro%20-%202013.pdf>. Acesso em: 21.05.2014.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Contexto, 2003.

BATALHA, Mario Otávio; SILVA, Andréa Lago da. Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições, especificações, especificidades e correntes

metodológicas. *In*: BATALHA, Mario Otávio (coord.). **Gestão agroindustrial**. 3ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. Agronegócio Cooperativo. *In*: BATALHA, Mario Otávio (coord.). **Gestão agroindustrial**. 3ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

BOHN, Cláudia Fernanda Rivera. As sociedades pré-colombianas: dimensão cultural, econômica, político-social e jurídica. *In* WOLKMER, Antonio Carlos (org). **Direito e justiça na América Indígena: da conquista à colonização**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

BONDY, Augusto Salazar. **Existe una filosofía de nuestra América?** 10ª ed. México: Siglo XXI Editores, 1986.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BRASIL. **Lei Federal n. 12.690**, de 19 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm>. Acesso em: 03.06.2014.

BRASIL. Lei Federal n. 10406/2002. **Código Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 03.06.2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 20.05.2014.

BRASIL. **Lei Federal n. 5.764**, de 16 de fevereiro de 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5764.htm>. Acesso em: 03.06.2014.

BULGARELLI, Waldírio. **As sociedades cooperativas e a sua disciplina jurídica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

BULGARELLI, Waldírio. **Elaboração do Direito Cooperativo** (um ensaio de autônima). São Paulo: Editora Atlas, 1967.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Exposição de motivos. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=C95793EF9479C15F344856B7C7F56B3C.node2?codteor=394758&filename=Avulso+-PL+7009/2006>. Acesso em: 22.05.2014

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Subdesenvolvimento e Mercado de Trabalho no Brasil. *In* Colóquio Internacional sobre Mercado de Trabalho, Trabalhador Pobre, Proteção Social e Enfrentamento da Pobreza nos contextos do Brasil e Canadá. Fortaleza: Faculdade de Economia – UFC, 2012. Disponível em: <<http://www.gireps.org/sites/default/files/Frota%20Carleial,%20Subdesenvolvimento,%20formacao%20do%20mercado.pdf>>. Acesso em: 06.06.2014.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota; PAULISTA, Adriane. Economia Solidária: utopia transformadora ou política pública de controle social? *In* GEDIEL, José Antônio Peres (org.). **Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania**. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, n. 2 (2008).

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Ciência Econômica e Trabalho. *In* **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, v. 36, 2001. ISSN: 0104-3315 p. 78-79. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs-2.2.4/index.php/direito/article/view/1783>>. Acesso em: 27.01.2003.

CARNEIRO, Palmyos Paixão. **Cooperativismo**: o princípio cooperativo e a força existencial-social do trabalho. Belo Horizonte: FUNDEC, 1981.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. “Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico”. *In* CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (compiladores). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. Disponível em: <<http://www.lapetus.uchile.cl/lapetus/archivos/1307460584CastroGomezSantiago-ElGiroDecolonial.pdf>>. Acesso em: 20.04.2014.

CIPOLLA, Francisco Paulo. **Notas para uma crítica da economia solidária**. Curitiba: UFPR, 2005.

COLE, G. D. H. **A Century of Co-operation**. London, 1944. Disponível em: <<https://archive.org/details/centuryofcoopera035522mbp>>. Acesso em: 14.05.2014.

COOPERATIVAS batem recorde de exportações em 2013. Disponível em: <<http://sites.pr.sebrae.com.br/blogs/2013/11/19/cooperativas-batem-recorde-de-exportacoes-em-2013/>>. Acesso em: 20.05.2014.

COOPERATIVISMO forma empresas multibilionárias. Disponível em: <<http://agro.gazetadopovo.com.br/noticias/cooperativismo-forma-empresas-multibilionarias/>>. Acesso em: 20.05.2014.

CORAGGIO, José Luis. **Economía Social y Solidaria**. El trabajo antes que el capital. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2011.

CORAGGIO, J. Economia do Trabalho. In CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro (coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo; Coimbra: Almedina, 2009

COSTA, Maristela. **Agronegócio**: O motor da economia brasileira e o dinamismo da economia paranaense. Disponível em: <<http://www.agronline.com.br/artigos/artigo.php?id=331>>. Acesso em: 21.05.2014

DECLARAÇÃO: posicionamento sobre a Lei 12.690/2012. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/box_1/notas-e-declaracoes/nota-sobre-a-nova-lei-de-cooperativas-de-trabalho>. Acesso em 27.01.2014.

DEFOURNY, Jacques. Economia Social. In CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro (coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo; Coimbra: Almedina, 2009.

DIEHL, Diego Augusto; PAZELLO, Ricardo Prestes. Para uma economia política da Economia Solidária. In GEDIEL, José Antônio Peres (org.). **Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania**. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, n. 2 (2008).

DUSSEL, Enrique. **16 Tesis de Economía política**. Interpretación filosófica. México: Siglo XXI Editores, 2014.

DUSSEL, Enrique. **A Produção Teórica de Marx**. Um comentário aos *Grundrisse*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

DUSSEL, Enrique. **Política de la Liberación**. Volumen II. La arquitectónica. Madrid: Editorial Trotta, 2009. (Colección Estructuras y Procesos – Serie Filosofía).

DUSSEL, Enrique. **La Pedagogía Latinoamericana**. La Paz: Instituto de Estudios Bolivianos – IEB; ASDI, 2009.

DUSSEL, Enrique. **Introdução à filosofia da libertação latino-americana**. Trad. Hugo Allan Matos. Livro eletrônico. São Paulo, 2008. p. 134. Disponível em: <<http://nefilam.files.wordpress.com/2011/09/uma-introduc3a7c3a3o-c3a0-filosofia-da-libertac3a7c3a3o.pdf>> Acesso em: 08.01.2014.

DUSSEL, Enrique. **Materiales para una Política de la Liberación**. Madrid: Facultad de Filosofía, UANL; Plaza y Valdés Editores, 2007.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. *In*: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Colección Sur Sur). Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>>. Acesso em: 18.09.2013.

DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**. Na idade da globalização e da exclusão. Trad. Epharim Ferreira Alves; Jaime A. Clasen; Lúcia M. E. Orth. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

DUSSEL, Enrique. **Oito Ensaios sobre a Cultura Latino Americana e Libertação**. Trad. Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Paulinas, 1997. (Coleção Atualidades em diálogo)

DUSSEL, Enrique. **Introducción a la Filosofía de la Liberación**. Bogotá: Editorial Nueva América, 1995.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da Libertação: crítica à ideologia da exclusão**. Trad. Georges I. Maissiat. São Paulo: Paulus, 1995. (Coleção pesquisa & projeto)

DUSSEL, Enrique. Ética de la liberación. *In* SIDEKUM, Antonio (org). **Ética do discurso e filosofia da libertação, modelos complementares**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994.

DUSSEL, Enrique. **El último Marx (1863-1882) - y la liberación latino-americana: Um comentario a la tercera y a la cuarta redacción de “El capital”**. México, D.F.: Siglo Veintiuno Editores; Iztapalapa, 1990. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/dussel/marx2/marx2.html>>. Acesso em: 07.06.2014.

DUSSEL, Enrique. **Hacia un Marx desconocido**. Un comentario de los Manuscritos del 61-63. Iztapalapa: Siglo XXI, 1988.

DUSSEL, Enrique. Prefácio. *In* ZIMMERMANN, Roque. **América Latina – o não-ser**; uma abordagem filosófica a partir de Enrique Dussel. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

DUSSEL, Enrique. **Método para uma filosofia da libertação**. Trad. Jandir João Zanotelli. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

DUSSEL, Enrique. **Para uma ética da libertação Latino-americana**. I - Acesso ao ponto de partida da ética. São Paulo: Edições Loyola, 1977.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da Libertação**. Trad. Luiz João Gaio, São Paulo-Piracicaba: Loyola-Unimep, 1976.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da Libertação na América Latina**. Trad. Luiz João Gaio. São Paulo: Edições Loyola, s/d. (coleção Reflexão Latino Americana).

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Trad. Ubiracy Cintra. São Paulo: Moraes, s.d.

ESPÍRITO SANTO, Benedito Rosa do. **Os caminhos da agricultura brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Evoluir, 2001.

FALS-BORDA, Orlando. **Antología**. Bogotá: Universidade Nacional de Colombia, 2010. p. 142. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=tyXJnL0kvoQC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 11.05.2014.

FARIA, José Henrique de. As organizações coletivistas de produção associada e a autogestão social. *In* GEDIEL, José Antônio Peres (Org.). **Estudos de direito cooperativo e cidadania**. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, n. 4 (2011).

FARIA, José Henrique de. **Gestão Participativa**: Relações de Poder e de Trabalho nas Organizações. São Paulo: Atlas, 2009

FARIA, José Ricardo Vargas de. Autogestão. In GEDIEL, José Antônio Peres (Org.). **Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania**. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, 2005.

FIORI, Ernani Maria. “Prefácio: Aprender a dizer a sua palavra”. In FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 41 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FISCHER, Maria Clara Bueno; TIRIBA, Lia. De olho no conhecimento “encarnado” sobre trabalho associado e autogestão. **Revista Educação Unisinos**, v. 13, n. 3, 201-210, setembro/dezembro 2009. p. 205 Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/4947>>. Acesso em: 14.06.2014.

FORNET-BETANCOURT, Raúl. **O marxismo na América Latina**. Trad. Egídio F. Schmitz. São Leopoldo: UNISINOS, 1995.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **A economia solidária numa perspectiva internacional**. Porto Alegre. UFRGS. 2004.

FRANKE, Walmor. **Direito das sociedades cooperativas**: direito cooperativo. São Paulo, Saraiva; Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 41 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28º, n. 82, São Paulo, Jun. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092013000200013>>. Acesso em: 19.05.2014.

GAIGER, Luiz Inácio G. A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.ufpa.br/itcpes/documentos/eco_sol_mod_cap.pdf>. Acesso em: 15.05.2014.

GAIGER, Luiz Inácio. Sentidos e possibilidades da economia solidária hoje. *In* KRAYSCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (org.). **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000.

GAIGER, Luiz Inácio. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. *In* SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (orgs.). **A Economia Solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. (Coleção economia).

GEDIEL, José Antônio Peres. Cooperativas populares: a legislação como obstáculo. *In* MELLO, Sylvia Leser (org.). **Economia solidária e autogestão**: encontros internacionais. São Paulo: NESOL; ITCP; USP, 2005.

GEDIEL, José Antônio Peres; SILVA, Eduardo Faria. Parecer. *In* GEDIEL, José Antônio Peres (Org.). **Estudos de direito cooperativo e cidadania**. Curitiba: UFPR, 2005.

GERMER, Claus. As Dimensões do Cooperativismo no Capitalismo e no Socialismo. *In* GEDIEL, José Antônio Peres (org.). **Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania**. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, n. 4 (2011).

GEMER, Claus. A “Economia Solidária”: uma crítica marxista. *In* GEDIEL, José Antônio Peres (org.). **Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania**. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, n. 1 (2007).

GONÇALVES, Marcos Rafael G. **A utopia cooperativista regulada pelo direito**: crítica para uma filosofia jurídica transmoderna. Curitiba, 2006. 205 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

GROSFOGUEL, Ramón. “Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”. *In* SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

GUILLERM, Alain; BOURDET, Yvon. **Autogestão**: uma mudança radial. Trad. Hélio Pólvora. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

HESPANHA, António Manuel. **Cultura jurídica europeia**: Síntese de um milênio. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

HOLYOAKE, George J. História de los Pioneiros de Rochdale. Buenos Ayres: INTERCOOP, 1969.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria; TIRIBA, Lia. Economia Popular. *In* CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro (coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo; Coimbra: Almedina, 2009.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

KEIL, Ivete Manetzeder; MONTEIRO, Silvio Tavares. **Os Pioneiros de Rochdale e as Distorções do Cooperativismo na América Latina**. São Leopoldo: [s.n.], 1982. Disponível em: <<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/Publicacoes.aspx?IdRegistro=7102>>. Acesso em: 16.12.2013.

KRUEGER, Guilherme. O que identifica uma união de pessoas como cooperativa? **Cadernos da EMARF**, Fenomenologia e Direito, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 65-86, out.2008/mar.2009. p. 74. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/~sfjp/revista/downloads/o-que-identifica-uma-uniao-de-pessoas-como-cooperativa.pdf>>. Acesso em: 06.06.2014.

KUYVEN, Patrícia Sorgatto; KAPPES, Sylvio Antonio. **II Mapeamento da Economia Solidária – Região Sul**. Cartilha Informativa. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2013.

LAVILLE, Jean-Louis. Economia Plural. *In* CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro (coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo; Coimbra: Almedina, 2009.

LAVILLE, Jean-Louis. Solidariedade. *In* CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro (coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo; Coimbra: Almedina, 2009.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. Economia Solidária. *In* CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro (coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo; Coimbra: Almedina, 2009.

LIMA, João Paulo Santos. “A contabilidade e as cooperativas populares autogestionárias – uma contribuição à democratização da gestão”. *In* Organização Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo; Núcleo de Gestão da ITCP-USP [et al.]. **A gestão da autogestão na economia solidária**: contribuições iniciais. Porto Alegre: Calábria; São Paulo: ITCP-USP, 2007. Disponível em: <<http://cirandas.net/feps/biblioteca/gestao-da-autogestao-ecosol-livro.pdf?view=true>>. Acesso em 22.12.2013.

LOUREIRO, Maria Rita Garcia. Cooperativismo e Reprodução Camponesa. *In* LOUREIRO, Maria Rita Garcia (org.). **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981.

LUDWIG, Celso. Por Marx e Para Além de Marx. Florianópolis, 16 out. 2013. Palestra proferida na Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FJGt2w_Z0k8>. Acesso em: 17.03.2014.

LUDWIG, Celso. Filosofia da Libertação. *In* BARRETO, Vicente de Paulo (coord.). Dicionário de Filosofia do Direito. São Leopoldo: Editora Unisinos; Rio de Janeiro: Livraria Editora Renovar, 2009.

LUDWIG, Celso. **Para uma Filosofia Jurídica da Libertação**: Paradigmas da Filosofia, Filosofia da Libertação e Direito Alternativo. Florianópolis: Conceito Editorial, 2006.

LUDWIG, Celso. “Filosofia da Libertação”. *In*: BARRETO, Vicente de Paulo (org.). **Dicionário de Filosofia do Direito**. São Leopoldo: Editora Unisinos; Co-edição Renovar, 2006.

MAIS empregos e exportações do produto cooperativo. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/ramos/eng/estatisticas.asp>>. Acesso em: 22.05.2014. repetido nota 46,47

MALDONADO-TORRES, Nelson. “La descolonización y el giro des-colonial”. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 61-27, julio-diciembre/2008, ISSN 1794-2489. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39600905>>. Acesso em: 16.03.2014.

MANCE, Euclides André. Entrevista. **Camponesa**. Revista da Associação de Apoio às Comunidades do Campo do RN - AACC/RN. Março/2013. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1787&Itemid=99999999>. Acesso em: 04.06.2014.

MANCE, Euclides André. **Constelação Solidarius**: as fendas do capitalismo e sua superação sistêmica. Passo Fundo: IFIBE; IFIL, 2008.

MANCE, Euclides André. Educação popular libertadora. In MANCE, Euclides (org). **Como organizar redes solidárias**. Rio de Janeiro: DP&A, Fase, IFIL, 2003.

MANCE, Euclides André. **Redes de colaboração solidária**. Aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

MANCE, Euclides André. Uma Introdução Conceitual às Filosofias de Libertação. **Revista Libertação-Liberación / Nova Fase**, Curitiba, IFIL, Ano 1, N.1, 2000, p. 25-80. Disponível em <<http://solidarius.com.br/mance/biblioteca/umaint.htm>>. Acesso em: 29.06.2013.

MANCE, Euclides André. **A revolução das redes**: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 1999.

MANCE, Euclides André. **Dialética e Exterioridade**. Curitiba, 1994. Disponível em: <<http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/Anadial%E9tica.htm>>. Acesso em 27.12.2013.

MANCE, Euclides André. “Emmanuel Lévinas e a Alteridade”. **Revista Filosofia**, Curitiba, PUC/PR, 7(8): 23-30 abr 94. Disponível em <<http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/L%E9vinas.htm>>. Acesso em 11.01.2014.

MARCOS históricos do cooperativismo. Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/2011-12-05-11-29-42/2011-12-05-11-44-02>>. Acesso em: 22.05.2014.

MARIÁTEGUI, José Carlos. O porvir das cooperativas. Trad. Ricardo Prestes Pazello. In GEDIEL, José Antônio Peres (org.). **Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania**. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, n. 3 (2008).

MARIÁTEGUI, José Carlos. 7 ensayos de interpretación de la realidad peruana. 3ª ed. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007. p. 67. Disponível em: <www.bibliotecayacucho.info/downloads/dscript.php?fname=069.pdf>. Acesso em: 24.05.14

MARIÁTEGUI, José Carlos. El hecho económico en la historia peruana. *In* **Ensayos escogidos**. 2ª ed. Lima: Universo, 1974.

MARTÍNEZ, Alejandro Rosillo. Fundamentación de los Derechos Humanos desde América Latina. San Luis Potosí, 2013.

MARX, Karl. **Grundrisse**. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. Trad. Mario Duayer; Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Tradução de Marcelo Backes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Trad. Pietro Nassetti. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. Trad. Reginaldo Sant'Anna.- 1a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MASCARENHAS, Thais Silva. "Os conhecimentos de gestão e seus mitos". *In*: Organização Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo; Núcleo de Gestão da ITCP-USP [et al.]. **A gestão da autogestão na economia solidária**: contribuições iniciais. Porto Alegre: Calábria; São Paulo: ITCP-USP, 2007. Disponível em: <<http://cirandas.net/feps/biblioteca/gestao-da-autogestao-ecosol-livro.pdf?view=true>>. Acesso em 22.12.2013.

MATOS, Hugo Allan. **Uma introdução à Filosofia da Libertação latino-americana de Enrique Dussel**. Livro eletrônico. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://nefilam.files.wordpress.com/2011/09/uma-introduc3a7c3a3o-c3a0-filosofia-da-libertac3a7c3a3o.pdf>. Acesso em: 07.01.2014.

MATOS, Marcos Antonio. Panorama do Cooperativismo no Brasil: censo, exportações e faturamento. *In* NINAUT, Evandro Scheid (coord.). **Informativo Técnico** - INFOTEC N° 13. Brasília: OCB, 2008. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/13_analiseeconomicacooperativismo_2.pdf>. Acesso em: 19.05.2014.

MAUAD, Marcelo. **Cooperativas de trabalho**: sua relação com o direito do trabalho. 2 ed. rev. e atual. São Paulo: LTr, 2001

MAUAD, Marcelo José Ladeira. **Cooperativas de trabalho**: Sua relação com o Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 1999

MAURO, Gilmar. **Sindicato, cooperativas e socialismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MIGNOLO, Walter D. “Desobediência Epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política”. In **Cadernos de Letras da UFF** – Dossiê: Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: <<http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/traducao.pdf>>. Acesso em: 03.01.2014.

MIGNOLO, Walter D. “La opción de-colonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto y un caso”. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 8, p. 243-281, enero-junio/2008, ISSN 1794-2489. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39600813>>. Acesso em: 20.04.2014.

MIGNOLO, Walter D. **Hermenéutica de la Democracia: el Pensamiento de los Límites y la Diferencia Colonial**. Comunicação apresentada XVI Congreso de la Academia de la Latinidad. Lima-Peru, 5 de novembro de 2007. Disponível em: <http://www.alati.com.br/pdf/2007/democracia_profunda/pdf199.pdf>. Acesso em 26.04.2014.

MIGNOLO, Walter D. **Historias locales/diseños globales**. Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid: Akal, 2003.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/Projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MOTHÉ, Daniel. Autogestão. In CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro (coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo; Coimbra: Almedina, 2009.

MOTTA, Fernando C. Prestes. **O que é burocracia**. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

MOTTA, Fernando C. Prestes. **Burocracia e autogestão**: a proposta de Proudhon. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981

MOTCHANE, Jean-Loup. Economia social e economia solidária: álbi ou alternativa ao liberalismo? Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=45>>. Acesso em: 06.06.2014.

NAKANO, Marilena. Anteag: a autogestão com marca. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (org). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

NAMORADO, Rui. **Introdução ao Direito Cooperativo**. Para uma expressão jurídica da cooperatividade. Coimbra: Almedina, 2000.

NASCIMENTO, Claudio Araujo. “Experimentação/autogestionária: autogestão da pedagogia/pedagogia da autogestão”. In: BATISTA, Eraldo Leme; NOVAES, Henrique (orgs.). **Trabalho, educação e reprodução social**: as contradições do capital no século XXI. Bauru: Canal6 Editora, 2011.

NASCIMENTO, Claudio. A autogestão e o ‘novo cooperativismo’. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF8F95EF1C50/prog_a_utogestaocooperativismo.pdf>. Acesso em: 15.05.2014.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011

NETTO, José Paulo. A ofensiva neoliberal e seu significado. In: NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001. (col. questões da nossa época).

NOTA de repúdio da CONTAG pela aprovação e sanção da lei federal que permite a criação de cooperativa de trabalho. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/imagens/f2214f1702notaderepudiodacontagcontraaileiquecriaacooperativadetrabalho1.pdf>>. Acesso em: 27.01.2014.

NOVAES, Henrique T. **O Fetiche da Tecnologia**: a experiência das fábricas recuperadas. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

Núcleo de Economia Solidária Universidade de São Paulo (NESOL/USP). **Projeto Pensando o Direito 01/2011**: Regime jurídico de cooperativas populares e empreendimentos de economia solidária. Relatório Final. Disponível em: <<http://participacao.mj.gov.br/pensandoodireito/wp-content/uploads/2013/02/Volume-46-Relat%C3%B3rio-final.pdf>>. Acesso em: 19.06.2014.

O que é Economia Solidária. Disponível em:
 <http://www2.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp>. Acesso em:
 19.05.2014.

O QUE muda com a Lei n.º 12.690/2012 – Cooperativismo de Trabalho. Disponível em:
 <http://www.brasilcooperativo.coop.br/downloads/Gecom/cartilha_rj_impressao.pdf>. Acesso em: 23.05.2014.

OCB. Promoção e defesa dos interesses das cooperativas. Disponível em:
 <<http://www.ocb.org.br/site/ocb/>>. Acesso em: 21.05.2014.

OCEPAR quer investir R\$ 1,15 bi em agroindústria e armazéns. Disponível em:
 <<http://www.batavo.coop.br/site/index.php?option=noticia&task=detalhe&id=9123&Itemid=1>>. Acesso em: 20.05.2014.

OLIVEIRA, Luciana Vargas Netto. Os diferentes significados histórico-políticos das concepções de “Economia Social” e “Economia Solidária”. In GEDIEL, José Antônio Peres (org.). **Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania**. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, 2005.

OPUSZKA, Paulo Ricardo. **Cooperativismo popular**: análise jurídica e econômica. Curitiba: Juruá, 2012.

PANSARELLI, Daniel. Apointamentos em banca de qualificação da presente tese. UFPR, Setor de Ciências Jurídicas, Curitiba, 24 fev. 2014. Comunicação verbal.

PANSARELLI, Daniel. **Filosofia Latino-Americana a partir de Enrique Dussel**. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2013.

PANSARELLI, Daniel. **Filosofia e práxis na América Latina: Contribuições à filosofia contemporânea a partir de E. Dussel**. São Paulo, 2010. 251 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

PANSARELLI, Daniel. “A filosofia dusseliana da libertação e sua ética”. **Revista Urutágua**, Maringá, Ano I, n. 04, maio 2003. ISSN 1519.6178. Disponível em:
 <http://www.urutagua.uem.br//04fil_daniel.htm>. Acesso em: 09.01.2014.

PANZUTTI, Raph. Especificidades da empresa cooperativa agrícola: estratégia de financiamento. **Agricultura em São Paulo**. São Paulo, v. 44(1), 1997. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/OUT/verTexto.php?codTexto=984>>. Acesso em: 21.05.2014.

PAZELLO, Ricardo Prestes. Autogestão e movimentos populares: o poder dual latente e o princípio autogestionário. *In*: GEDIEL, José Antônio Peres (Org.). **Estudos de direito cooperativo e cidadania**. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, n. 4 (2011).

PAZELLO, Ricardo Prestes. **A produção da vida e o poder dual do pluralismo jurídico insurgente**: ensaio para uma teoria de libertação dos movimentos populares no choro-canção latino-americano. Florianópolis, 2010. 401f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina.

PAZELLO, Ricardo Prestes; MOTTA, Felipe Heringer Roxo da. Libertação e Emancipação: uma revisão conceitual para a América Latina. **Monções**: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v. 2, n. 3, jan./jun., 2013. P. 120-121. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>>. Acesso em: 16.01.2014.

PERIUS, Vergílio Frederico. **Cooperativismo e lei**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001

PERIUS, Vergílio (org). **Cooperativas de Trabalho**: Manual de Organização. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1999

PINHO, Diva Benevides. A doutrina cooperativa nos regimes capitalistas e socialistas. São Paulo: Pioneira, 1966.

PINHO, Diva Benevides. **Que é cooperativismo?** São Paulo: Buriti, 1966.

PINHO, Divas Benevides. **Cooperativas e Desenvolvimento Econômico**: o cooperativismo na promoção do desenvolvimento econômico do Brasil. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP: São Paulo, 1963.

POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

PONTES, Daniele Regina. **Configurações contemporâneas do cooperativismo brasileiro**: da economia ao direito. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas: Curitiba, 2004.

PRESIDENTA Dilma sanciona a Lei sobre Cooperativas de Trabalho. Disponível em: <<http://www.unisolbrasil.org.br/2012/07/20/presidenta-dilma-sanciona-a-lei-sobre-cooperativas-de-trabalho/>>. Acesso em: 22.05.2014.)

PROJETOS de lei e outras proposições. Projeto de Lei nº 4685/2012. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=559138>>. Acesso em: 21.05.2014.

PROJETOS e matérias legislativas. Projeto de Lei do Senado nº 157 de 2007. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=80378>. Acesso em: 21.05.2014.

PROJETOS e matérias legislativas. Projeto de Lei do Senado nº 3 de 2007. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=79846>. Acesso em: 21.05.2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In* SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Os fantasmas da América Latina. *In* NOVAES, Adauto (org.). **Oito Visões da América Latina**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In* LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Colección Sur Sur). Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>>. Acesso em: 18.09.2013.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad-Racionalidad *In* BONILLA, Heraclio (compilador). **Los Conquistados**. 1492 y la población indígena de las Américas. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO, 1992. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/70586547/Quijano-Colonialidad-y-Modernidad-1992>>. Acesso em: 22.04.2014.

QUIJANO, Aníbal. **Modernidad, identidad y utopia en América Latina**. Lima: Ediciones Sociedad y Política, 1988.

RANIERI, Jesus J. Notas a respeito da concepção marxiana de método presente nos *Grundrisse*. **Perspectivas**, São Paulo, v. 20-21, p. 151-169, 1997/1998. p. 156. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2064/1691>>. Acesso em: 10.06.2014.

RAZETO, Luis. Economia de solidariedade e organização popular. In GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (org.). **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993.

RAZETO, Luis. **Empresas de trabajadores y economia de mercado**. Santiago de Chile: Programa de Economía del Trabajo – PET, 1991.

RECH, Daniel. Economia Solidária, condições de vida, dignidade e autonomia. **Proposta**, n. 98, set/nov de 2003. p. 37. Disponível em: <<http://www.fase.org.br/projetos/vitrine/admin/Upload/1/File/Proposta98/danielrech98.pdf>>. Acesso em: 04.06.2014.

RECH, Daniel. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: Fase, 2000.

RELATO Fundação da UNICOPAS. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=8092&Itemid=62>. Acesso em: 24.05.2014.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **Cooperação e tipos de cooperativismo no Brasil**. Disponível em: <http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos_e_textos/Gestao_de_cooperativas/tipos%20de%20cooperativismo.pdf>. Acesso em: 29.01.14.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é cooperativismo**. 2ª ed; 1ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2007.

RUIZ, Pedro Enrique García. *Filosofía de la Liberación. Una aproximación al pensamiento de Enrique Dussel*. México: Dríada, 2003.

RUSS, Jaqueline. **O socialismo utópico**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

SANCIONADA lei que regulamenta o cooperativismo de trabalho. Disponível em <http://www.ocb.org.br/site/agencia_noticias/noticias_detalhes.asp?CodNoticia=12809>. Acesso em: 27.01.2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 5ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 1999.

SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula. “Introdução” *In* SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. *In* SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (Coleção Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; vol. 2).

SANTOS, Milton. **Economia Espacial** – Críticas e Alternativas, São Paulo: USP, 2003.

SCHMIDT, Derli; PERIUS, Vergílio. Cooperativismo e cooperativa. *In* CATTANI, Antonio David (org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

SCHNEIDER, José Odelso. Democracia, participação e autonomia cooperativa. 2ª ed. São Leopoldo: Unisinos, 1999.

SEMINÁRIO Nacional – Projeto SIES. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/noticias/50-seminario-nacional-projeto-sies>>. Acesso em: 03.06.2014.

SEN, Amartya Kumar. **Sobre ética e economia**. trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SENADO FEDERAL (4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura) - 03/04/2014. Disponível em: <<http://www19.senado.gov.br/sdleg-getter/public/getDocument?docverid=c5a386d4-6744-436a-868b-26d4508858df>>. Acesso em: 24.05.2014.

SILVA, Adriano Aparecido da. **A importância do administrador para o desenvolvimento do agronegócio brasileiro.** Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/a-importancia-do-administrador-para-o-desenvolvimento-do-agronegocio-brasileiro/26313/>>. Acesso em: 21.05.2014.

SILVA, Eduardo Faria da. **Economia Solidária e o Direito:** da utopia à colonialidade. Curitiba, 2011. 199 f. Tese (Doutorado em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira. **Filosofia Jurídica da Alteridade.** Por uma aproximação entre o pluralismo jurídico e a filosofia da libertação Latino-Americana. Curitiba: Juruá, 2006.

SINGER, Paul. Vida nova para as cooperativas de trabalho. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 16 Jun. 2012. Caderno Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/54751-vida-nova-para-as-cooperativas-de-trabalho.shtml>>. Acesso em: 27.01.2014.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** 5ª reimpressão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012

SINGER, Paul. “Uma coletânea sobre a teoria e a prática da autogestão”. *In* Organização Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo; Núcleo de Gestão da ITCP-USP [*et al.*]. **A gestão da autogestão na economia solidária: contribuições iniciais.** Porto Alegre: Calábria: ITCP-USP, 2007.

SINGER, Paul. “A Economia Solidária como ato pedagógico”. *In*: KRUPPA, Sonia M. Portella (org). **Economia Solidária e educação de Jovens e Adultos.** Brasília: Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas educacionais, 2005.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. *In* SANTOS, Boaventura de Sousa (org). **Produzir para viver.** Os Caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, Paul. Economia Socialista. *In*: SINGER, Paul; MACHADO, João. **Economia socialista:** socialismo em discussão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. (coleção Socialismo em Discussão)

SINGER, Paul. “Economia solidária: um modo de produção e distribuição”. *In*: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. **Uma utopia Militante**: repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998

SISTEMA de Informação em Economia Solidária – SIES. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B35FA90012B45A6DC262FA5/Aprese-ntacao_SIES_2008.ppt>. Acesso em: 02.06.2014.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. Trad. Luiz João Baraúna. 2ª ed. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985.

THIAGO, Raquel S. **Fourier**: Utopia e esperança na península do Saí. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

TIRIBA, Lia. **Economia popular e cultura do trabalho**: pedagogia(s) da produção associada. Ijuí: Unijuí, 2001.

VAINER, Carlos. Controle político dos miseráveis ou utopia experimental? **Unitrabalho Informa**, São Paulo, Rede Unitrabalho, v. 3, n. 10, jan. 2000.

VARGAS, Luiz Alberto de. Reflexões sobre a nova lei das cooperativas de trabalho. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 18, n. 3632, 11 jun. 2013. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/24677>>. Acesso em: 22.05.2014

VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. **Cooperativismo**: uma revolução pacífica em ação. Rio de Janeiro: DP & A, Fase, 2001 (col. economia solidária).

VERAS NETO, Francisco Quintanilha. **Cooperativismo**: nova abordagem sócio-jurídica. Curitiba: Juruá, 1 ed. 3 tir. Curitiba: Juruá, 2004.

WAUTIER, Anne Marie. Economia social na França. *In* CATTANI, Antonio David (org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

WELLEN, Henrique. **Para a crítica da “Economia Solidária”**. São Paulo: Outras Expressões, 2012

ZEa, Leopoldo. **La filosofía americana como filosofía sin más**. 14ª ed. México: Siglo XXI Editores, 1992.

ZYLBERSZTAJN, Decio. **Caminhos da Agricultura Brasileira**. São Paulo: ATLAS, 2011.

